

para um debate sobre
Mobilidade e
Fuga de Cérebros



Emília Araújo, Margarida Fontes e Sofia Bento
(eds.)

2013

© CECS 2013 Todos os direitos reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

www.cecs.uminho.pt

Título: ***Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros***

Edição: **Emília Araújo, Margarida Fontes e Sofia Bento**

Editora: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Braga, Portugal

Formato: eBook, 162 páginas

Diretor Gráfico e
Edição Digital: Alberto Sá

Assistente de Edição: Ricardina Magalhães

ISBN: 978-989-8600-11-0

Publicação: 2013, janeiro



ÍNDICE

Prefácio	4
EMÍLIA ARAÚJO, MARGARIDA FONTES & SOFIA BENTO	
“Fugas de Cérebros”, “Tetos de Vidro” e “Fugas na Canalização”: mulheres, ciência e mobilidade	8
ANA DELICADO & NUNO DE ALMEIDA ALVES	
De braços abertos... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração	32
DENISE COGO & MARIA BADET	
A “Fuga de Cérebros”: um discurso multidimensional	58
EMÍLIA ARAÚJO & FILIPE FERREIRA	
Migração de profissionais de saúde – Desperdício ou reconhecimento de qualificações?	83
JOANA DE SOUSA RIBEIRO	
(I) Mobilidades e redes científicas internacionais: Contextos e relações em mudança	97
MARGARIDA FONTES & EMÍLIA ARAÚJO	
Migrações internacionais, fuga das mentes e corrida dos cérebros: custos materiais, benefícios simbólicos e dúvidas existenciais	125
MOHAMMED ELHAJJI	
A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas	138
PEDRO VIDEIRA	

Prefácio

EMÍLIA ARAÚJO, MARGARIDA FONTES & SOFIA BENTO

O presente livro encontra-se organizado em cinco capítulos que versam sobre dimensões diferentes da migração de cientistas e quadros altamente qualificados.

O livro resulta da atividade diversa em investigação e organização de eventos, conduzida no quadro do projeto *MOBScience – trajectórias de mobilidade cientistas portuguesas*. Foi objetivo das editoras reunir investigação sobre estas temáticas realizada nos anos mais recentes, dando especial atenção aos conceitos de “perdas” e “ganhos” sugeridos e implicados nos projetos migratórios e de mobilidade de cientistas e outros profissionais altamente qualificados.

Atualmente, os movimentos populacionais são extremamente importantes para a análise do presente e do futuro do Mundo, da Europa e de Portugal. Esta importância revela-se ainda maior face ao contexto de crise que atravessam as sociedades ocidentais e, muito em concreto, Portugal. Deste processo destaque-se, ainda, a profunda mudança de valores e de esquemas de auto atribuição identitária que, num mundo reduzido à escala global oferecem novas problematizações acerca dos mecanismos de pertença identitária.

Os textos que reunimos constituem uma primeira experiência da equipa neste campo e não esgotam, nem pretendem esgotar, o interesse e, sobretudo, a investigação que se realiza no mundo lusófono sobre esta temática, a qual configura, tal como se revela em vários dos textos apresentados, um problema social e um problema sociopolítico fundamental nos tempos atuais.

Pretende-se que este seja um projeto a continuar e que seja possível, no futuro, consolidar os estudos na área dos movimentos e das mobilidades dos profissionais qualificados, contribuindo para o aprofundamento das teorizações acerca de uma realidade que é dinâmica e heterogénea.

Os objectivos são, assim, a discussão e a apresentação de dados sobre realidades e contextos de mobilidade que favorecem o olhar não linear acerca das movimentações dos profissionais qualificados. No conjunto, além de textos que focam a necessidade de as ciências sociais se vincularem a análises e a reflexões sobre a realidade que tomam em consideração a riqueza da dimensão e da perspectiva históricas, reúnem-se textos que mostram a relevância do desenvolvimento científico e tecnológico, como foco de fixação e de atração de profissionais qualificados, seja em áreas como a ciência e a investigação, seja em áreas como a saúde. Destacam-se, neste contexto, as pistas que este conjunto de textos abrem, no que respeita à relação entre a mobilidade e a construção das identidades coletivas, assim como a variações que se demarcam em diversos contextos sociais e políticos.

Os textos estão apresentados por ordem alfabética.

A seguir, sintetizamos as suas principais ideias.

O primeiro texto é da autoria de **Ana Delicado** e **Nuno de Almeida Alves**. Nele, os autores debruçam-se sobre a relevância do género na construção dos percursos de mobilidade em Ciência. Num primeiro momento, com base em estatísticas recolhidas no EUROSTAT, no GPEARI e na FCT, mostram que se o género parece não se constituir como uma variável diferenciadora na caracterização do sistema científico português, a observação de dados relativos a outras variáveis

evidencia que as investigadoras portuguesas se deparam com os mesmos obstáculos que enfrentam as mulheres na Europa: desde a dificuldade na progressão da carreira, ao abandono da ciência e à “fuga” para países estrangeiros. Com base em dados recolhidos num inquérito aplicado em 2007 a investigadores portugueses no estrangeiro, os autores identificam as diferenças entre homens e mulheres em termos de situação na carreira, faixa etária, situação familiar e motivações de mobilidade internacional. O texto centra-se em questões problematizadas na literatura estrangeira mas menos afluídas na literatura e na política portuguesa (Araújo e Fontes, 2010 e 2013): a importância da idade e da situação familiar na escolha da mobilidade, as motivações de regresso e o papel dos projetos pessoais e familiares nesse retorno. Finalmente, os autores refletem sobre a pertinência do retorno, sendo apresentadas algumas hipóteses relevantes para o debate sobre as carreiras científicas no feminino.

Denise Cogo e **Maria Badet** são responsáveis pelo capítulo sobre o estudo da construção pelos media do fenómeno de migração qualificada no Brasil. A perspetiva do texto é baseada numa conceção simultaneamente semiótica e construtivista do papel dos media. Baseando-se em Bakhtin, as autoras problematizam a migração como um fenómeno que pode ser escrutinado nos signos que compõem os artigos de imprensa, meios de comunicação audiovisuais e virtuais. O discurso da migração é, por conseguinte, um discurso que as autoras apresentam como não linear, híbrido e heterogéneo que mescla enunciados diferenciados e originários de atores com interesses diversos. É através de um estudo empírico a várias fontes que nos é apresentada precisamente a forma como o Brasil - desde a última década e, em particular, a partir de 2007 - se foi definindo como um país acolhedor de migração qualificada. As estatísticas oficiais são um recurso de demonstração dessa visibilidade enfatizada pelas autoras. A controvérsia acerca dos imigrantes haitianos mostra também a forma contrastante como é tratada a imigração não qualificada. Finalmente, a afirmação da migração qualificada passa também, como sustentam as autoras, pelas narrativas múltiplas que veiculam por espaços e plataformas virtuais que se cruzam com os media convencionais ou digitais e que traduzem a maior complexidade dos processos migratórios no Brasil.

Seguindo uma linha analítica similar, o terceiro texto, da autoria de **Emília Araújo** e de **Filipe Ferreira**, centra-se no fenómeno da fuga de cérebros, tendo como base empírica o discurso mediático sobre o fenómeno, produzido no estrangeiro (países europeus e EUA) e em Portugal entre 2010 e 2012. Em termos empíricos, um dos pontos de partida do texto, consiste em argumentar a existência da controvérsia nas práticas e representações dos políticos e dirigentes e dos *media*. Através da pesquisa elaborada nos meios de comunicação portugueses digitais, é possível retratar as variações que os autores evidenciam em termos teóricos, destacando-se a ideia de que a “fuga de cérebros” incorpora uma componente identitária que escapa à maior parte das análises económicas sobre o fenómeno.

O texto sobre os profissionais de saúde é da autoria de **Joana Ribeiro** e centra-se na problemática da mobilidade de enfermeiros e médicos oriundos de países de Leste que emigraram para Portugal. O fenómeno da migração de Leste em Portugal data da década de 90 e constituiu, sem dúvida, um movimento muito particular de migração sendo um dos seus principais problemas a

sobrequalificação da população acolhida. Através de entrevistas dirigidas a esta população específica, a autora pretende mostrar o longo e complexo processo de integração e aceitação de médicos e enfermeiros no sistema nacional de saúde português. O processo biográfico destes migrantes permite apontar cruamente as insuficiências de Portugal como país de acolhimento. Porém, estes migrantes também transformaram o próprio sistema de integração das instituições como o SEF e a Ordem dos Médicos, pois novas configurações se desenharam para a integração de migrantes altamente qualificados e o aproveitamento das suas qualificações. Finalmente, as novas iniciativas de reintegração que foram geradas por associações do terceiro setor criadas, aliás, pelos próprios migrantes de Leste, vêm demonstrar a forma ativa como os profissionais com esta característica comum se organizaram e construíram o seu papel na sociedade portuguesa.

O texto de **Mohammed ElHajji** interroga a temática da mobilidade numa perspetiva filosófica e antropológica. Numa leitura diacrónica, o autor mostra como as migrações não devem ser entendidas como um fenómeno da modernidade ocidental, mas sim como um fenómeno enraizado na cultura, sublinhando a relevância de análises históricas comparativas. Deste modo, fala-nos o autor de uma “constante migratória” que percorre tempos e civilizações (romanos, gregos, indígenas). Por contraste, afirma que os *media* “endeusam” este fenómeno dando-lhe não só visibilidade, mas associando a sua natureza a um carácter de novidade e originalidade. A esta forma contemporânea de problematizar as migrações, Haji retorque que a migração não é ontologicamente uma novidade, pelo contrário, é no regime de visibilidade que se encontra algo de novo. São as medidas que a veiculam, são as estatísticas que a descrevem, são os serviços de estrangeiro que a controlam e definem, são as fronteiras que lhe dão sentido, são os discursos anti-imigração que se desenvolvem que lhe dão corpo. O autor explana neste texto alguns argumentos para mostrar como é num contexto de “ordem global atual” que se constituem as migrações, já não só como resposta a motivos de sobrevivência, mas como repostas a necessidades simbólicas, psicológicas e motivacionais da nossa época. Finalmente, o leitor descobrirá através deste argumento, uma visão inovadora da imigração como fenómeno simultaneamente concreto, simbólico e subjetivo.

Margarida Fontes e Emília Araújo apresentam um texto que problematiza a relação entre mobilidade e construção de redes de colaboração científica internacional. A fim de discernir as variáveis que podem influenciar essa dinâmica, as autoras comparam cientistas com diferentes trajetórias de mobilidade e posicionamentos diversos em termos de colaboração internacional. Mais precisamente comparam-se cientistas que, pese embora a inexistência de um percurso de mobilidade, tiveram sucesso no estabelecimento de redes internacionais, com dois outros grupos: cientistas que também têm redes internacionais, mas que tiveram mobilidade de longa duração; e outros cientistas sem percurso de mobilidade que não têm redes internacionais. No primeiro caso, a comparação permite perceber algumas diferenças em termos de condições e modos de construção e uso de redes internacionais; no segundo caso, permite perceber melhor o papel das redes na colaboração internacional (isto é, se ter redes dá realmente vantagem). Os resultados conduzem à conclusão de que, embora a mobilidade de longa duração não seja indispensável para o estabelecimento de redes internacionais, pode favorecer a constituição de laços qualitativamente diferentes, com impacto na natureza das atividades de colaboração. Permitem ainda afirmar que, no caso dos cientistas que (por razões várias) não tiveram mobilidade de longa duração, mas

estão determinados em estabelecer relações internacionais, a mobilidade de curta duração surge como uma estratégia alternativa, embora potencialmente mais lenta e complexa, para atingir os resultados pretendidos. A comunicação, analisa, nesse contexto, algumas das principais transformações nas carreiras de investigação, incluindo o modo de entender e usar a mobilidade (Bento, Araújo e Oliveira, 2012; Moreira e Araújo, 2011; Araújo e Quintas, 2009).

Pedro Videira debruça-se sobre o enquadramento teórico e metodológico acerca do fenómeno da mobilidade internacional dos cientistas com dois grandes propósitos: por um lado, apresentar e refletir sobre o estado da arte da literatura acerca das conceptualizações em redor da mobilidade e, por outro, analisar as respostas políticas em torno desta problemática. O argumento é da mais premente relevância no contexto atual da ciência no nosso país, e dos países semi-periféricos. Da literatura, o autor irá mostrar-nos as razões da complexa distinção entre mobilidade e migração, no contexto das atividades qualificadas. Duas grandes questões são abordadas: as motivações dos cientistas e o retorno dos cientistas. No primeiro ponto são valorizados os elementos relacionados com a trajetória das carreiras científicas sendo os motivos financeiros relegados para segundo plano. Sobre o retorno, o autor mostra que o impacto do regresso dos cientistas em termos analíticos pode ser muito diferente quando a mobilidade é conceptualizada como uma possível drenagem de cérebros, ou como uma potencialidade da circulação do conhecimento e da diáspora. O autor discute, ainda, algumas das principais relações entre as políticas científicas e a mobilidade.

REFERÊNCIAS

- Araújo, Emília e Fontes (2010) *Women and foreigners in the global culture*, apresentada no Colóquio Internacional “A Mulher em Debate: Passado e Presente”, organizado pela Universidade da Madeira, de 01-04Junho de 2011 (submetida para inclusão no livro intitulado *Women Past & Present: Biographic and Multidisciplinary Studies*, a ser publicado pela editora britânica Cambridge Scholars Pub.).
- Araújo, Emília e Fontes, Margarida (2013). A mobilidade de investigadores e cientistas em Portugal: uma abordagem de género. *Revista Ibero Americana de Ciência e Tecnologia* (forthcoming).
- Bento, Sofia, Araújo, Emília e Oliveira, Ana (2012). A mobilidade de investigadores: um olhar sobre a biomedicina. *Revista da APS on-line*, 5, pp.55-79.

“Fugas de Cérebros”, “Tetos de Vidro” e “Fugas na Canalização”: mulheres, ciência e mobilidade

ANA DELICADO & NUNO DE ALMEIDA ALVES

¹ *Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.*
ana.delicado@ics.ul.pt

² *Professor Auxiliar do ISCTE-IUL, Investigador do CIES-IUL*
nalmeidaalves@iscte.pt

INTRODUÇÃO

Aumentar o número de mulheres na ciência e promover a mobilidade científica internacional são dois dos eixos da política de ciência e tecnologia europeia, em especial da iniciativa ERA - Espaço Europeu da Investigação. No entanto, esses dois objetivos parecem muitas vezes conflituais. Considerando que a mobilidade na ciência contemporânea se tornou quase obrigatória - “Para muitos cientistas europeus interessados em progredir em suas carreiras, a mobilidade não é tanto uma escolha como uma necessidade: a progressão na carreira científica exige a aceitação da mobilidade” (Ackers 2004: p.194) - tal parece colocar mais desafios e dificuldades às mulheres cientistas, do que aos seus homólogos masculinos.

No que respeita às mulheres na ciência, Portugal está numa situação incomum. Ao contrário do verificado na maioria dos outros indicadores de C&T, Portugal ocupa uma das posições mais elevadas nos *rankings* europeus, em termos de taxa de mulheres na ciência. Esta situação atípica reflete-se também nos padrões de mobilidade internacional. Se a maioria dos estudos internacionais tem evidenciado que os investigadores do sexo masculino são muito mais propensos a participar nos programas de mobilidade e a estudar ou trabalhar fora do país de origem, em Portugal essa diferença entre sexos é bastante mais estreita.

No entanto, as mulheres cientistas em Portugal parecem defrontar-se com obstáculos semelhantes aos enfrentados por investigadoras de outros países: as dificuldades de progressão na carreira (o chamado *glass ceiling*, ou “tecto de vidro”) e o abandono da atividade científica em maior número que os seus colegas homens (o chamado *leaky pipe* ou “fugas na canalização”). Perante um cenário de crescente precarização das profissões científicas em Portugal e de incerteza quanto à sustentabilidade financeira do sistema científico nacional, qual será a resposta das investigadoras portuguesas: a “fuga de cérebros” (saída do país) ou o “desperdício de cérebros” (saída da ciência)?

Este capítulo visa, portanto, discutir se as atitudes e os comportamentos de mobilidade científica variam de acordo com o sexo num sistema quase "equilibrado". Focalizando-se nas investigadoras portuguesas, procurar-se-á avaliar se as suas trajetórias de saída e de retorno, as suas motivações para ir para o estrangeiro ou para selecionar uma instituição, bem como os seus constrangimentos e oportunidades, são significativamente diferentes dos encarados pelos seus colegas masculinos.

Este capítulo tem por base metodológica os dados estatísticos disponíveis, um inquérito realizado junto de cientistas portugueses no estrangeiro e entrevistas a investigadores regressados a Portugal¹, bem como um trabalho mais recente sobre associações científicas, que abrangeu a AMONET Associação de Mulheres Cientistas.²

1. CIÊNCIA E GÉNERO

A sub-representação das mulheres na ciência e efeitos de género nas carreiras académicas tem sido identificada como um problema persistente, atraindo o interesse tanto da academia como dos responsáveis pelas políticas públicas de ciência e tecnologia.

No tocante à investigação, há alguns trabalhos exemplares, entre muitos outros, que poderão ser considerados como indicadores da atenção prestada a esta questão. Long e Fox (1995), num artigo publicado na *Annual Review of Sociology* propõem considerar as desigualdades na progressão na carreira de mulheres e minorias como uma violação do princípio de universalismo da ciência de Merton. A revisão de uma ampla gama de artigos científicos permite a estas duas autoras ensaiar a mensuração dessas desigualdades e analisar as suas causas. Xie e Shauman (2003) publicam um trabalho exaustivo sobre as diferenças de género na ciência nos Estados Unidos, desde os resultados escolares em matemática e ciência até à estrutura demográfica da força de trabalho em ciência e engenharia, desde a mobilidade geográfica até à produtividade científica. Alguns anos depois, um ensaio escrito por Etzkowitz e Gupta (2006) na revista *Minerva* toma como ponto de partida as declarações polémicas do presidente da Universidade de Harvard para discutir quatro livros recentes sobre as barreiras sociais enfrentadas pelas mulheres em carreiras científicas.

No âmbito da formulação de políticas, Rose (1999) traça a relutante introdução da questão do género nas estatísticas e políticas europeias de investigação através do Tratado de Amesterdão em 1997. A última década tem sido, no entanto, de progresso tal como indicam as iniciativas *Women in Science Action Plan* (1999) e a criação do Grupo de Helsínquia sobre Mulheres e Ciência (1999). O incentivo ao alargamento da participação das mulheres na ciência foi integrado no programa Ciência na Sociedade como uma das principais políticas e prioridades de pesquisa, coincidindo ainda com o facto do atual Comissário Europeu para a Investigação, Inovação e Ciência ser uma mulher. Desde 2000 a recolha de dados sobre esta matéria nos Estados Membros tem sido incentivada, resultando na publicação regular do boletim de estatísticas *She Figures* (CE 2009, 2012).

¹ Projeto de pós-doutoramento sobre mobilidade internacional dos investigadores portugueses, financiado por uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Projeto SOCSOCI Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CS-ECS/101592/2008), realizado entre 2010 e 2012 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em colaboração com o SOCIUS-ISEG e CIES-IUL.

A mobilidade internacional é outra área em que a investigação científica e a intervenção política (no âmbito europeu e nacional) são abundantes, também com uma particular atenção à mobilidade das mulheres na ciência. O influente trabalho de Xie e Shauman (2003) dedica um capítulo inteiro à mobilidade geográfica, previamente esboçado num artigo anterior (Shauman e Xiu, 1996) no qual esta é identificada como um dos fatores que influenciam o sucesso e a progressão nas carreiras científicas. Nesse artigo, as autoras concluem que a maternidade limita a mobilidade geográfica das mulheres em muito maior proporção do que a paternidade nos homens. Na Europa, a Comissão Europeia financiou a realização de um estudo sobre a participação das mulheres nos programas de mobilidade académica por parte de uma equipa liderada por L. Ackers (2001). As trajetórias, motivações, progressão na carreira, obstáculos e dificuldades e equilíbrio entre trabalho e família foram objeto de especial atenção no inquérito e entrevistas realizadas junto de beneficiários do programa de bolsas Marie Curie.

Seguiu-se-lhe um projeto de investigação internacional de grande escala sobre a mobilidade (MOBEX), que incluiu o género como uma das variáveis mais relevantes na respetiva análise (Ackers, 2004; Morano-Foadi, 2005; Stalford, 2005; Casey *et al.* 2001, Van de Sande *et al.* 2005). Em termos muito gerais, estes estudos concluem que a sub-representação das mulheres na ciência conduz à sub-representação destas na mobilidade, evidenciando ainda que as mulheres são afetadas por constrangimentos específicos no respeitante à mobilidade (família e filhos). Uma menor mobilidade implicará, por sua vez, uma progressão mais lenta na carreira, um menor número de oportunidades para o exercício de cargos de coordenação e direção ("teto de vidro") ou até o abandono da ciência (uma das causas da "fuga na canalização").

Alguns outros estudos têm sido feitos a nível nacional, como em Itália (Todisco *et al.*, 2003), Roménia (Ferro, 2004), Reino Unido (Mahroum, 2000) ou Finlândia (Kunlopalo, 2007), a maioria dos quais incluindo também o sexo enquanto variável independente analiticamente relevante. No entanto, pouco tem sido feito no âmbito de uma avaliação sistemática das diferenças de género nos comportamentos e atitudes de mobilidade ou de articulação entre as tendências verificadas nos processos de mobilidade e a situação das mulheres na ciência em cada país.

2. METODOLOGIA

Este artigo é baseado na utilização de dados estatísticos oficiais sobre o género na ciência e na informação empírica de natureza quantitativa e qualitativa resultante da execução de dois projetos de investigação distintos: o primeiro sobre a mobilidade internacional dos investigadores portugueses e o segundo sobre as associações científicas em Portugal. Do primeiro projeto usaram-se os dados de um inquérito realizado junto de investigadores portugueses no estrangeiro e um conjunto de entrevistas efetuadas a investigadores entretanto regressados; do segundo a informação empírica resultante de um estudo de caso sobre a Associação AMONET.

As estatísticas oficiais foram obtidas junto de organismos internacionais (Eurostat e National Science Foundation) e de instituições portuguesas, nomeadamente a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o GPEARL.

A segunda fonte de dados é um questionário *online* aplicado a uma amostra de conveniência de investigadores portugueses no estrangeiro, realizado em junho de 2007. Apesar das amostras de conveniência apresentarem alguns problemas de extrapolação, a sua utilização constituía a única opção para alcançar uma população cujo tamanho e composição são praticamente desconhecidos. No entanto, os cientistas constituem um grupo social bastante homogéneo e foi feito um esforço para identificar investigadores no estrangeiro a partir de várias fontes diferentes (um banco de dados on-line, artigos de jornais, listas de membros de associações, páginas web de universidades, buscas do Google). Assim, 803 investigadores foram contactados por e-mail e 525 respostas foram recebidas, o que equivale a 65 % da amostra original.³

As entrevistas a cientistas repatriados foram realizadas entre maio e novembro de 2008 a uma amostra de 32 cientistas portugueses (11 mulheres) que obtiveram os seus doutoramentos no estrangeiro, mas que ao tempo estavam a trabalhar em Portugal, a partir de uma base de dados constituída por mais de 3.000 nomes⁴, tendo estes sido selecionados de acordo com vários critérios: área científica, país onde o doutoramento foi obtido, instituição de acolhimento atual, situação de carreira. As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à respetiva análise de conteúdo.

Do projeto de investigação SOCSCI é usada a informação relativa ao estudo de caso efetuado sobre a AMONET Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas, baseado em entrevista a uma das fundadoras e atual Vice-Presidente da Assembleia Geral, recolha e análise de informação documental e trabalho de campo etnográfico no III Simpósio Internacional AMONET *Women Science and Globalisation* (2011).

3. AS MULHERES NA CIÊNCIA EM PORTUGAL

O objetivo de compreender as diferenças de género na mobilidade científica implica o conhecimento aprofundado do seu contexto, ou seja, o grau de desigualdade de género na ciência. Na Europa, em 2007, 32% dos investigadores são mulheres, mas esse número sobe para 39% no sector Ensino Superior e cai para 19% no sector empresarial⁵. No entanto,

³ Em relação à composição da amostra, 62% dos entrevistados eram estudantes de doutoramento e 38% investigadores seniores (com doutoramento). Em termos de grupos etários, 45% dos inquiridos tinham menos de 30 anos de idade, 31% entre 30 e 34 anos, 13% entre 35 e 39 anos e 11% mais de 40 anos de idade. No que diz respeito a distribuição geográfica, 29 % dos inquiridos residiam no Reino Unido, 36% noutros países da União Europeia, 5% noutros países europeus, 27 % nos Estados Unidos e 3 % noutros países não europeus. Foram efetuados testes de estatística bivariada para medir a associação entre variáveis (χ^2 e Independent Sample T-Test) tendo estas sido consideradas estatisticamente significativas a $p < 0,05$.

⁴ Esta base de dados foi criada pela combinação de uma lista de detentores de doutoramento cujos diplomas foram concedidos entre 1970 e 2006 por instituições estrangeiras (e reconhecidos por universidades portuguesas) com uma lista de pessoal de ensino superior, a fim de identificar a instituição de acolhimento atual de investigadores anteriormente móveis. Embora a maioria tenha sido encontrada em instituições de ensino superior, foi complementarmente efetuada uma procura de investigadores localizados noutros tipos de instituições (investigadores em laboratórios do Estado, empresas de negócios, outros centros de pesquisa, a pesquisa não-ocupações) através das respetivas páginas Web com vista ao preenchimento de informações em falta.

⁵ Eurostat, Estatísticas sobre a Investigação e Desenvolvimento, recuperado março 17, 2010, a partir de: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

existem diferenças marcantes no quadro europeu no que diz respeito à participação das mulheres na ciência e tecnologia.

	Em Número	Em Equivalente de tempo integral (ETI)
Lituânia	52	50
Letónia	51	50
Bulgária	48	48
Portugal	46	46
Roménia	45	45
Estónia	43	42
Eslováquia	43	42
Polónia	40	38
Espanha	38	39
Reino Unido	38 ^b	-
Eslovénia	36	34
Chipre	36	38
Grécia	36 ^a	32 ^a
Suécia	36	30
Itália	34	34
Bélgica	33	32
Irlanda	33 ^b	32
UE (27 países)	33 ^b	30
Hungria	32	30
Dinamarca	32	30
Finlândia	31	-
Malta	29	29
República Checa	29	26
Áustria	28	22
França	27	-
Holanda	26	-
Alemanha	25	21
Luxemburgo	21	22

Tabela 1: Percentagem de mulheres investigadoras nos países europeus, 2009 (%)

Fonte: Eurostat, Estatísticas sobre Investigação e Desenvolvimento, <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

^a dados de 2005, ^b dados estimados; - Não disponível

Ao contrário de muitos outros indicadores de ciência e tecnologia, como a despesa em I&D e o volume de recursos humanos em C&T, em que Portugal geralmente ocupa uma das posições mais baixas dos rankings europeus ao lado de outros países do Sul, a proporção de mulheres investigadoras em Portugal é das mais elevadas da Europa, 46%⁶ (Tabela 1), tendo vindo a crescer lenta mas sustentadamente desde 2000, situando-se apenas um pouco abaixo dos valores apresentados por dois dos países bálticos e pela Bulgária (sendo todos estes países ex-socialistas), nos quais “um aumento do número de mulheres cientistas ocorreu um pouco mais cedo do que em regimes capitalistas” (Etzkowitz *et al.*, 2008: 404). Esta proporção evidencia significativas diferenças por setor de execução (maior no sector do Governo, com 58%, e menor no sector empresarial, com 27%) e por área científica (ver Tabela 6) (GPEAR1 2007a).

⁶ Fonte: Eurostat, Estatísticas sobre Investigação e Desenvolvimento, 21 de Setembro de 2012, <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

Esta situação atípica pode ser explicada por vários fatores. Em primeiro lugar, de acordo com Etkowitz *et al.* (2008), pode dever-se à baixa valorização da ciência em Portugal. “Em condições “normais”, as oportunidades das mulheres para o desempenho científico de alto rendimento e respetivas recompensas são limitadas, exceto quando a ciência em si é tida em menor conta” (2008:404). Em Portugal, a ciência ainda tem pouco peso na economia e é-lhe atribuído pouco valor pela opinião pública,⁷ apesar das taxas de crescimento surpreendentes nas últimas décadas (também devidas ao facto de o ponto de partida testemunhar um nível extremamente baixo de desenvolvimento inicial). Entre 1992 e 2007, o número de investigadores no sistema nacional de C&T aumentou de 5,7 mil (número) para 51,4 mil (GPEARI, 2007 e 2009). Este crescimento coincidiu com a crescente feminização do ensino superior português: a percentagem de mulheres diplomadas por ano chegou a 50% em 1980 e tem vindo a aumentar progressivamente desde então (é atualmente de 65%). No que se refere ao ensino pós-graduado, enquanto na década de oitenta as mulheres representavam apenas um terço dos doutores (Figura 1), na segunda metade da primeira década do século XXI foi atingida a paridade e em 2010 essa proporção chegou aos 55% (GPEARI, 2011a). Desde 1999 que mais mulheres do que os homens recebem bolsas de doutoramento concedidas nos concursos anuais implementados pelo Governo Português: em 2008, 56% dos beneficiários eram mulheres. No que se refere ao pós-doutoramento, a alteração da situação de equilíbrio entre sexos só ocorreu em 2005 (Figura 2).

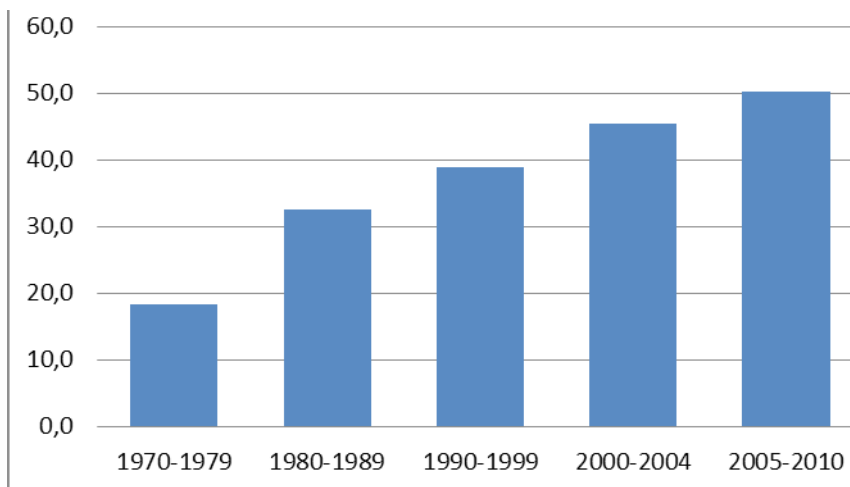


Figura 1: Peso das mulheres nos doutoramentos realizados ou reconhecidos em Portugal

Fonte: GPEARI 2011

⁷ De acordo com dados do Eurobarómetro (CE 2005), os cidadãos portugueses estão entre os menos interessados em ciência, menos bem informados, pelo menos envolvido em questões de C & T, os menos bem informados sobre a ciência. Paradoxalmente, eles mostram níveis relativamente altos de otimismo e confiança na ciência.

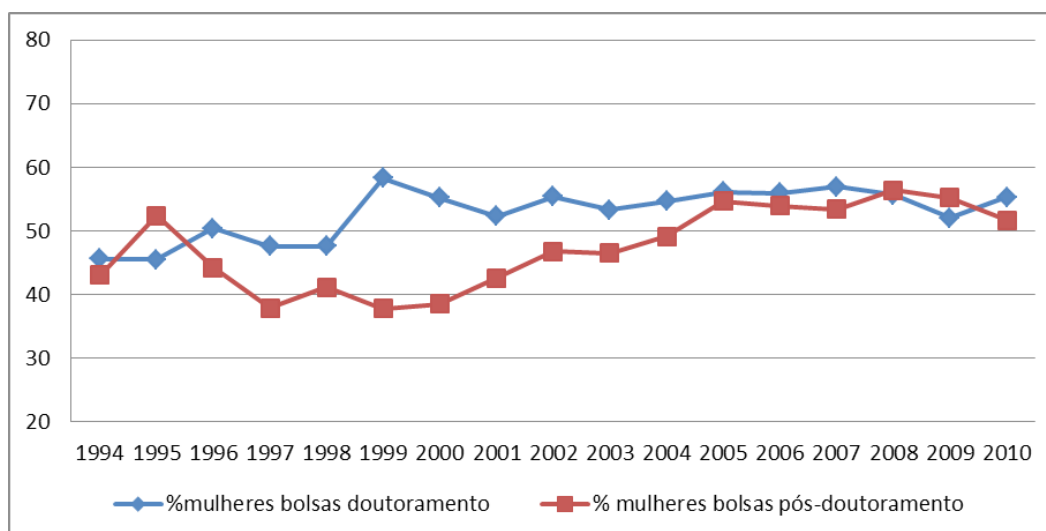


Figura 2: Peso das mulheres nas bolsas atribuídas pela FCT

Fonte: FCT 2012⁸

Por outro lado, estes números relativos à ciência são igualmente consentâneos com a participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho. Fatores históricos (as guerras coloniais nos anos 60 e 70), em conjugação com níveis consistentemente baixos de rendimento familiar médio, conduziram as mulheres portuguesas a uma rápida integração no mercado de trabalho a tempo integral. Em 2010 as mulheres representam 47% da população ativa, número apenas ligeiramente superior ao da média da EU (45%), mas a taxa de atividade feminina (Eurostat, Inquérito ao Emprego, média anual 2010), chega a 70% em Portugal e apenas a 64% na UE-27, dados que estão em linha com a observação de Etzkowitz *et al.*: “as mulheres na ciência estão em melhor situação nos países onde são mais propensas ao trabalho em tempo integral” (2008: 407).

4. “TETOS DE VIDRO”

No entanto, estes dados relativos à participação das mulheres na ciência e no mercado de trabalho não significam que a paridade de género esteja mais perto de ser alcançada em Portugal. Fortes desigualdades ainda persistem no que diz respeito aos volumes salariais, à progressão na carreira, à participação política, à distribuição das tarefas domésticas e responsabilidades familiares, etc.⁹

No que respeita à situação de carreira, no setor académico as mulheres ocupam apenas 22% (CE 2012) dos postos mais elevados (no entanto, este número é superior à média da UE27 de 19 % - CE 2009: p.75), sendo este desequilíbrio generalizado a todos os países onde estes estudos têm sido realizados (Xie, 2006; Ackers *et al.*, 2001; Stalford, 2005:

⁸ Dados oficiais da Fundação para a Ciência e Tecnologia, obtidos em 21 de setembro de 2012 no site <http://alfa.fct.mctes.pt/estatisticas/bolsas/index.phtml.en>

⁹ Veja, por exemplo, os resultados obtidos por Plantenga *et al.* (2003) na elaboração de um índice de igualdade de género da União Europeia.

363; Etzkowitz *et al.* 2008: 405).

Em termos da estrutura de carreira universitária pública, em 2009 as mulheres ocupavam apenas 22% das posições de professor catedrático, 32% de professor associado, 42% de professor auxiliar e 44% de assistente. No ensino politécnico esta "pirâmide" é muito menos pronunciada, de professor coordenador a assistente de primeiro triénio a variação do peso das mulheres situa-se entre 44% e 51% (GPEARl 2011b). E apesar das tendências atrás verificadas no que respeita a doutoramentos e bolsas, quando em 2007 foram abertos concursos para contratos de 5 anos como investigador auxiliar (sob o Programa Compromisso com a Ciência), apenas 44% das pouco mais de mil posições foram ocupadas por mulheres.

Foi precisamente a existência destes "tetos de vidro" que levou à criação de uma associação de mulheres cientistas em 2003, a AMONET Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas:

"o objetivo, o mission statement da AMONET é contribuir para a melhoria da situação das mulheres académicas, em todas as suas vertentes (...) o nosso foco está nas camadas mais jovens, nas colegas jovens, e aí é o grande problema porque quando as mulheres estão no início da sua carreira não vêm o chamado teto de vidro portanto olham para cima e julgam que o sol brilha e que não há nada que impeça a sua progressão na carreira"(entrevista Vice-Presidente da AMONET)

De acordo com os seus estatutos, os objetivos da associação são:

a) Proceder a estudos relativamente a matérias relevantes para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades; b) Propor às instâncias competentes a elaboração, alteração ou revogação de quaisquer diplomas a fim de obter a plena igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres; c) Promover o esclarecimento e o debate sobre a situação das mulheres cientistas, divulgar os seus direitos e denunciar, por todos os meios, as formas de discriminação; d) Fomentar o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações a nível nacional e internacional e colaborar com elas em iniciativas que possam contribuir para a prossecução dos fins da Associação.

A fundação da AMONET está associada à identificação de uma "injustiça" (Boltanski e Thevenaut 1991) cuja resolução se tentou promover através da ação coletiva. Neste caso, é a constatação da sub-representação das mulheres nos conselhos consultivos científicos, mesmo em áreas científicas onde as mulheres são predominantes.

"Portanto no ano 2003 procedeu-se a uma avaliação a nível nacional de todas as licenciaturas que se lecionavam em todas as instituições universitárias, mas não só universidades, do país. (...) O processo consistia na nomeação de uma comissão, a nível nacional constituída por professores, investigadores, cientistas de cada área disciplinar (...) Essa comissão era constituída por 13 homens e zero mulheres, sendo que como todos sabem intuitivamente devem ter a perceção de que na área de ambiente há muitas professoras e investigadoras (...) mas não foi apenas a comissão para a área de ambiente que tinha este tipo de constituição, a comissão da química era igualmente constituída por creio que 16 homens (...) É evidente que relativamente ao ambiente, eu fiquei estarecida comecei a falar com os colegas e conseguimos organizar um abaixo-assinado protestando contra, com a posição desta comissão acontece que nessa altura existia um órgão chamado CNAV – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (...) e essa comissão era também constituída só por homens (...) a partir daí escrevemos

para o senhor Provedor de Justiça, para o então Ministro, na altura era Ministro da Ciência (...) para o Ministro da Tutela que era a competência na altura das universidades e escrevemos evidentemente também, sei lá, ao Reitor, a todas as pessoas que teriam algum papel, ou pelo menos que teriam que tomar conhecimento daquilo que se estava a passar e poderiam tomar alguma posição relativamente a este facto. E em paralelo os colegas de química fizeram o mesmo também (...) e portanto houve um despertar de consciência a nível de várias instituições para semelhante despautério. (...) foi talvez a primeira vez em que houve uma chamada de atenção a nível nacional para este facto, a partir daí nós pensámos infelizmente no final do século XX ainda precisaríamos de ter uma associação cujo objetivo fosse tentar observar, monitorizar, e zelar pela paridade de género a nível de todas as atividades e em especial tudo aquilo que tenha que ver com posições de topo nas carreiras científicas para se poder minimamente assegurar que as mulheres não continuariam a ser discriminadas indefinidamente" (entrevista Vice-Presidente da Assembleia Geral da AMONET)

A AMONET tem, pois, uma função predominante de agregação e representação de interesses de um grupo específico, que se materializa em ações de divulgação mas também em sensibilização informal:

"...mas digamos que aquilo tudo o que se faz tem com certeza dividendos eu diria muito altos, mesmo aquilo que pode parecer nada de muito mediático ou extraordinário. Eu penso que as coisas menos mediáticas são até as mais efetivas, eficientes, por exemplo conversas com pessoas que possam à partida não estar sensibilizadas. Portanto cada membro da AMONET que dedique um quarto de hora a conversar com uma pessoa que não estava ciente do problema e em relação à qual lhe pode explicar e demonstrar e apresentar algumas estatísticas sobre o problema, eu penso que isso é capaz de ter um impacto maior do que se calhar alguma ação mais mediática. É isso que é preciso, consciencializar as pessoas para que comecem a empenhar-se." (Entrevista AMONET)

Uma das suas realizações mais salientes é a organização de simpósios internacionais (em 2006, 2009 e 2011), que têm contado com a participação de representantes de organismos internacionais (como a European Science Foundation) e nacionais (como a FCT).

"o objetivo dos Simpósios é justamente uma ação também mediática e contribuir para um espaço para que se gere um espaço de discussão, para que haja colaboração de pessoas que vêm de instituições internacionais. Evidentemente é uma oportunidade única, todos temos agendas muito complicadas e tudo, portanto é a única hipótese de que haja um pretexto e até alguns subsídios para poder trazer essas pessoas cá, para alargarmos o espaço de discussão. E obviamente que cada Simpósio tem depois um tema mais específico, de acordo com a situação social, económica mais concreta dos anos em que se verifica, por isso é que este ano o tema escolhido foi o "Women Globalization", enquadra-se perfeitamente na crise que estamos a viver" (entrevista AMONET)

Esta associação desempenha também um papel importante no lobby a nível internacional, através da participação em plataformas com organizações congéneres:

"um dos grandes avanços da AMONET foi ter colocado Portugal no mapa dos países que tomaram consciência deste problema, que tem uma associação para lutar pela sua melhoria, que se interessam, que participam a nível europeu pelo combate a esta desigualdade. Até ser formada a AMONET, Portugal não existia a nível europeu internacional, enquanto quase todos os outros países europeus tinham já associações de proteção, digamos assim, dos direitos das mulheres. A

palavra proteção está errada mas enfim. Portanto, associações cujo objetivo é lutar pela igualdade de género. (...) Portugal começou a pertencer à European Platform of Women Scientists e quase imediatamente de seguida começou a pertencer ao Conselho Executivo Diretivo e tem tido uma projeção internacional muito grande, quase que maior que cá em Portugal" (entrevista AMONET)

Mais difícil de avaliar é o impacto que a associação terá tido durante a sua curta existência. Com uma base associativa frágil (poucas centenas de membros, dentro do universo de milhares de mulheres investigadoras) e sem assento em quaisquer órgãos consultivos de política científica, a sua capacidade de *lobby* é limitada. No entanto, a representação de mulheres nestes órgãos tem melhorado visivelmente: o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia conta com cinco mulheres entre os seus 20 membros e nos quatro conselhos científicos por áreas disciplinares da FCT estão representadas 16 mulheres (num total de 42 membros). No entanto, a própria dirigente da Associação reconhece a persistência dos obstáculos que se colocam às mulheres investigadoras:

"vão-se perdendo mulheres entre cada degrau que há de subir, é o chamado até em inglês "leaky pipeline" (...) nos últimos 5 anos se se alterou foi ligeiramente para pior e não para melhor, ou seja a progressão das mulheres nos últimos 5 anos o que não é nada invulgar, segue a regra da sociedade altamente mercantilizada que temos sempre que há uma crise na economia a principal vítima são as mulheres e portanto à medida que há uma maior competição em empregos apetecíveis são aqueles de topo as mulheres são mais discriminadas (...) as mulheres licenciadas ou que terminam o primeiro nível de ensino universitário são sempre muito mais que os homens, quando chegamos ao doutoramento já essa diminuição é significativa (...), então repare 67% que iniciaram uma carreira digamos superior apenas 19% as mulheres que chegam [ao topo] (...) 82% é uma coisa extraordinária, é incompreensível. (...) portanto há logo capacidade de ser admitido como aluno de doutoramento ou conseguir os meios para poder passar mais quatro anos a estudar (...) a capacidade de atrair os meios necessários para poderem dedicar uma fatia da sua vida, bastante significativa ainda, quatro anos geralmente, a fazer o doutoramento já é muito inferior nas mulheres do que nos homens. Analisar as razões pelas quais isto sucede não é da minha especialidade, mas facilmente podemos também ser levados, ou induzidos em erro a pensar em que é uma idade em que as mulheres resolvem ter filhos e dedicar-se à vida familiar. Isso é uma forma de pensar completamente ingénuo, ou não sei algumas vezes até pode ser não por ingenuidade, mas um truque para tentarem justificar o injustificável. Hoje em dia os jovens doutoram-se logo a seguir a terminarem o seu primeiro e segundo ciclo, supostamente com 22, 23 anos estão a entrar no doutoramento (...) as sociedades europeias ainda não estão viradas para que as mulheres vão ter filhos nessa altura (...) não têm essa razão pela qual muito menos mulheres do que homens entram logo para o seu período de doutoramento. Há outras razões porque para a atribuição de uma bolsa, por exemplo, há uma concorrência muito forte e há painéis de avaliação dessas bolsas e a questão depois se ver como é que funcionam todos esses mecanismos (...) podem estar relacionados com a desigualdade de género a nível dos painéis de avaliação, se calhar (...) é dada prioridade aos homens. Há estudos internacionais que provam que em concursos em competição por determinadas posições que têm um salário mais alto, têm mais poder, as mulheres têm em média que ter pelo menos duas vezes e meia melhores que os homens para poderem ser classificadas ao mesmo nível (entrevista AMONET).

Um artigo recente (Moss-Racusin *et al.*, 2012) demonstra precisamente isto: perante candidatos de igual currículo mas sexo diferente, os recrutadores académicos atribuem maior valor ao investigador do sexo masculino e propõem-se a oferecer-lhe um salário mais elevado.

5. DIFERENÇAS DE GÉNERO ENTRE OS INVESTIGADORES EXPATRIADOS

Sendo um sistema científico na periferia da Europa, Portugal apresenta expectáveis níveis elevados de mobilidade científica de saída (Morano-Foadi, 2005; Van de Sande *et al.* 2005; Ackers *et al.* 2001). Mas ao contrário de outros estudos de mobilidade que têm mostrado que as mulheres são menos propensas à mobilidade internacional do que os homens (Ackers *et al.*, 2001: 22; Ackers, 2004: 195; Mahroum, 2000: 98; OCDE, 2006: 4; Van de Sande *et al.*, 2005:11; Todisco *et al.*, 2003: 123), a pesquisa efetuada junto de investigadores portugueses no estrangeiro encontrou uma percentagem ligeiramente maior de mulheres portuguesas móveis: 52%. Embora os procedimentos de amostragem possam implicado algum efeito de enviesamento (investigadores mais jovens, que deixaram o país mais recentemente, são mais fáceis de rastrear), esse número não é inesperado, considerando os dados apresentados anteriormente sobre o sistema português de C&T.

Como tal, deve ser tido em conta que 55% dos estudantes de doutoramento no estrangeiro analisados são mulheres, enquanto nos investigadores em cargos de maior senioridade (doutorados) as mulheres estão menos representadas (48%). No entanto, tal circunstância regista-se apenas nos contratos permanentes, não se verificando o mesmo nas posições temporárias e bolseiros (Tabela 2). Estes resultados poderão ocorrer em virtude de uma combinação de efeitos geracionais (como se verá mais à frente as mulheres expatriadas são, em média, mais jovens) e de "teto de vidro" (CE 2009, Ackers *et al.*, 2001: p.26; Casey *et al.*, 2001: p.34; Fox e Stephan, 2001: p.118; Etzkowitz *et al.* 2008: p.405; Sabatier *et al.* 2006; Aaltio 2006), bem como à eventual maior propensão feminina para o regresso a Portugal após terminar o período de formação. Por outro lado, este número pode também decorrer de um maior contingente feminino de abandono da ciência por intervenção de fatores pessoais (desistência de uma carreira científica em favor de outra que assegure maior estabilidade profissional, para criar uma família ou para seguir um parceiro móvel) (Ackers *et al.*, 2001 : 80; Ackers, 2004; Kulis e Sicotte, 2002; Stalford, 2005: p.374).

Tipo de Contrato	Feminino	Masculino
Contrato sem termo	35,3	64,7
Contrato temporário	53,6	46,4
Bolsa	61,5	38,5
Investigador visitante	60,0	40,0

Tabela 2: Investigadores (doutorados) no estrangeiro, por sexo e situação da carreira (%) Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

$p = 0,042$, V de Cramer = $0,234$

As mulheres investigadoras no estrangeiro tendem a ser mais jovens do que seus colegas do sexo masculino, embora esta diferença não seja estatisticamente significativa (Tabela 3): 47 % têm menos de 30 anos de idade e apenas 9 % têm 40 anos ou mais.

Grupo etário	Feminino	Masculino
Com menos de 30 anos de idade	46,7	42,5
30 a 34 anos de idade	31,7	30,6
35 a 39 anos de idade	12,5	14,2
Mais de 40 anos de idade	9,2	12,8

Tabela 3: Investigadores no estrangeiro, por idade e sexo (%)

p = 0,550

Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

No que diz respeito ao estado civil, há mais mulheres solteiras do que homens entre os investigadores no estrangeiro (tendência semelhante foi encontrado por Ackers *et al.* 2001: 76; Ackers 2004; Todisco *et al.* 2003: 123), embora essa diferença também não seja estatisticamente significativa (tabela 4). No entanto, a idade tem uma influência fundamental nesta condição e o casamento parece não constituir uma barreira intransponível para a mobilidade feminina. Como outros estudos têm demonstrado (Ackers *et al.* 2001: p.93; Ackers 2004: p.196; Casey *et al.*, 2001: p.44; Morano-Foadi 2006: p.218; Gill 2005: p.335; Kulis e Sicotte 2002: p.3; Shauman e Xie 1996), o prosseguimento de uma carreira científica pelos dois membros de um casal não é incomum (41% dos inquiridos casados têm um cientista como parceiro). Mas tal situação tem implicações sobre as decisões de mobilidade, tornando-as mais difíceis e na maioria dos casos em prejuízo da carreira do elemento feminino do casal: “em muitos casos, a progressão de um parceiro (normalmente o homem) ocorre à custa do desenvolvimento da carreira do outro (normalmente a mulher)” (Ackers 2004: p.198).

Estado Civil	Feminino	Masculino
Solteiro	57,4	52,7
Casado	40,5	42,7
Divorciado	2,1	4,5

Tabela 4: Estado civil de investigadores no estrangeiro por sexo (%)

p = 0,249

Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

As mulheres investigadoras no estrangeiro têm também uma menor probabilidade de ter filhos do que os seus colegas do sexo masculino (Tabela 5). Mais uma vez, a idade pode também desempenhar aqui um papel importante, mas vários estudos anteriores (Ackers *et al.* 2001; Morano-Foadi 2006: p.218; Stalford 2005: p.361; Shauman e Xie 1996) demonstraram que a mobilidade internacional (e, em geral, o desenvolvimento de uma carreira científica) tem um impacto significativo sobre as escolhas reprodutivas de mulheres: “a parentalidade representa um “desafio” muito maior para as carreiras científicas das mulheres do que para as dos homens, as mulheres podem estar a abandonar a ciência para ter filhos, a adiar a maternidade ou simplesmente a decidir não ter filhos de todo” (Ackers *et al.* 2001: p.83). As mulheres investigadoras com uma família (parceiro e / ou crianças) são também um pouco mais propensas a residirem com a mesma no estrangeiro do que os investigadores do sexo masculino (Tabela 6).

Situação Familiar	Feminino	Masculino	p
Com filhos	18,2	23,6	0,155
Família co-residente	55,9	52,7	0,563

Tabela 5: situação familiar de investigadores no estrangeiro por sexo (%)

Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

Em suma, esta breve análise da população constituída pelos investigadores portugueses no estrangeiro evidencia que as diferenças de género não são muito relevantes. A proporção de mulheres que escolhe ir para o estrangeiro, seguir uma formação ou uma carreira científica fora do país de origem, é maior do que a esperada, mas em linha com a feminização recente da ciência portuguesa. As mulheres tendem a ser um pouco mais jovens e em posições mais juniores do que seus colegas do sexo masculino. As escolhas relativamente à procriação ou ao desenvolvimento da família podem ser de alguma forma diferentes entre os investigadores do sexo masculino e feminino, mas o desenho da pesquisa não permite uma análise mais profunda da questão.

6. DIFERENÇAS DE GÉNERO NAS TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE

Os fluxos de mobilidade científica são compostos por trajetórias individuais, no tempo e no espaço, com pontos específicos de partida e de chegada, tempos ideais de saída e reentrada, durações, experiências anteriores e ocorrências. O exame dos percursos dos investigadores portugueses no estrangeiro permite a análise das variações entre homens e mulheres nalgumas dessas variáveis.

No que diz respeito às coordenadas espaciais, não há diferenças estatisticamente significativas entre os sexos. Tanto em termos de origem (universidades onde os investigadores obtiveram os seus graus iniciais) como de destino da migração (país anfitrião), mulheres e os homens evidenciam caminhos semelhantes, embora os homens surjam ligeiramente sobre-representados nos Estados Unidos.

Áreas	Investigadores no estrangeiro ^c	Investigadores em Portugal (2007) ^a	Doutores com diplomas estrangeiros (1970-2006) ^b
Ciências Exatas	39,3	41,5	33,2
Ciências Naturais	59,8	59,3	41,9
Ciências da Saúde	61,8	64,5	36,9
Ciências da Engenharia	27,5	26,5	17,0
Ciências Sociais	49,5	54,6	39,9

Tabela 6: Percentagem de mulheres investigadoras em Portugal e no estrangeiro e doutorados com diplomas estrangeiros por área científica (%)

^a Fonte: GPEARI 2009a

^b Fonte: GPEARI 2009b

^c p = 0,000; V de Cramer = 0,226; Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

A distribuição das proporções de mulheres investigadoras no estrangeiro consoante as áreas científicas (Tabela 6) espelha, de forma aproximada, as diferenças encontradas no sistema científico português, tanto em termos do total de investigadores como de doutorados

com diplomas no estrangeiro (obtidos entre 1970 e 2006). Como não há dados oficiais disponíveis sobre o número (e sexo) de investigadores portugueses no estrangeiro, não há forma de comprovar se as dissemelhanças entre os dois grupos são explicadas por desvios de amostragem ou por diferentes estratégias de mobilidade internacional. As diferenças mais amplas relativamente às proporções de mulheres na investigação atualmente no estrangeiro e doutorados repatriados nas últimas três décadas e meia podem essencialmente dever-se ao simples aumento da participação das mulheres na mobilidade internacional.

A mobilidade científica é muitas vezes caracterizada por etapas consecutivas em diversos países, ao invés de uma única deslocação (Ferro 2004: p.385; Morano-Foadi 2006: p.209; Gill 2005: p.330; Mahroum 2000: 17), "gerando estilos de vida peripatéticos ao longo da carreira" (Ackers 2004: 198). Na verdade, 43% dos doutorados presentes neste levantamento já não permanecem no país onde obtiveram o seu doutoramento e cerca de 20% já tinham experiência de investigação em mais de dois outros países. No entanto, não se verificou uma variação significativa entre os sexos a respeito desta variável.

Também não há diferenças substanciais em termos de duração dos períodos migratórios. Homens e mulheres tendem a dar respostas semelhantes para a questão de quanto tempo esperam permanecer no estrangeiro. Uma exceção notável é o momento da saída (Tabela 7): 40% dos investigadores masculinos deixou o país imediatamente após completar a licenciatura, contrastando com o facto de menos de 30% das mulheres o fazer. Metade das mulheres investigadoras espera entre 2 a 5 anos para sair para o estrangeiro, o que revelará uma abordagem um pouco mais cautelosa à migração internacional.

Grupo etário	Feminino	Masculino
0 a 1 ano	29,3	40,4
2 a 5 anos	50,2	41,8
6 a 10 anos	16,6	10,6
Mais de 10 anos	3,9	7,2

Tabela 7: Número de anos entre a obtenção do primeiro grau (CITE 5) e a saída para o estrangeiro por sexo (%)

$p = 0,014$; V de Cramer = 0,156

Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

Entre os estudantes de doutoramento, no entanto, as ligeiras diferenças de género registadas relativamente à experiência prévia de investigação (67% das mulheres, 63% dos homens) ou à obtenção do grau de mestre (22% das mulheres, 18% dos homens) antes da experiência migratória não são estatisticamente significativas. A resposta poderá estar no facto de as mulheres serem mais propensas a optar por um doutoramento conjunto entre uma instituição nacional e uma instituição estrangeira que os homens (ver abaixo Tabela 12).

7. DIFERENÇAS DE GÉNERO NAS MOTIVAÇÕES PARA A MOBILIDADE INTERNACIONAL

Como visto acima, o comportamento de mobilidade dos investigadores portugueses não varia substancialmente de acordo com o género. No entanto, a mobilidade científica

internacional tem também uma dimensão subjetiva, feita de percepções e avaliações que norteiam e fundamentam escolhas e ações. Neste caso, em termos de motivações para deixar Portugal e escolher uma instituição de acolhimento no estrangeiro, as respostas de mulheres e homens apresentam algumas diferenças (Tabela 8).

Motivos	Feminino	Masculino	p
Aprender novas técnicas / metodologias / teorias	4,46	4,25	0,010
É importante para o currículo científico	4,29	4,16	0,147
Possibilidade de estabelecer redes científicas com investigadores e equipas de outros países	4,27	4,10	0,069
Trabalhar numa área disciplinar pouco desenvolvida em Portugal	4,14	4,01	0,228
Utilizar meios ou equipamento que não estão disponíveis em Portugal	4,10	3,87	0,037
Ter a experiência de viver no estrangeiro	3,77	3,76	0,940
Dificuldade de inscrição em doutoramento /encontrar emprego científico em Portugal	3,01	2,45	0,002
Razões pessoais (estar próximo de familiares/amigos)	2,80	2,16	0,000
Estudantes de doutoramento	-	-	-
Aumentar as possibilidades de conseguir emprego em Portugal	3,57	3,08	0,001
Mais possibilidades de trabalhar no estrangeiro depois do doutoramento	3,39	3,63	0,087

Tabela 8: Motivações para deixar Portugal por sexo (média)

* Escala de Likert: média de pontuação de 5 (muito importante) e 1 (Nada importante)
Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

Quando solicitados a avaliar uma série de razões para deixar Portugal para estudar ou trabalhar em ciência no estrangeiro, as mulheres valorizaram mais os motivos que as “empurraram” para fora, relacionados com as deficiências no país de origem (indisponibilidade de equipamentos em Portugal, necessidade de aprender novas metodologias, dificuldades em encontrar um emprego ou ser aceite num curso de doutoramento - ver também Ackers *et al.* 2001: p.70), a expectativa de voltar a trabalhar em Portugal (enquanto os homens valorizam mais a possibilidade de ficar fora do país) e as razões pessoais (geralmente seguindo a trajetória de um parceiro, já que as mulheres são mais frequentemente intérpretes da “mobilidade ligada” - Ackers *et al.*, 2001: 77; Ackers, 2004; Kulis e Sicotte, 2002: 6). Em geral, as mulheres tendem também a atribuir um valor mais elevado a quase todas as opções. Relativamente às motivações de natureza científica (melhorar o CV científico, forjar redes e a qualidade do programa de formação), as diferenças de género são ténues, sendo também interessante notar que ambos os sexos valorizam em quase igual medida a experiência de viver no estrangeiro (ver também Ferro, 2004; Avveduto, 2001; Szelenyi, 2006; Rei e Ruiz-Gelices, 2003).

As entrevistas efetuadas junto de investigadores que retornaram confirmaram alguns destes resultados. Quando perguntadas sobre suas motivações para sair do país as mulheres mencionaram com maior frequência do que os homens o relevo de um doutoramento no estrangeiro no desenvolvimento de uma carreira académica:

“Eu já era assistente aqui e tive que fazer um doutoramento para me tornar Professora e eu pensei que tinha mais possibilidades se o fizesse por lá do que aqui, foi por isso que saí para fazer o doutoramento” (Maria, 50 anos, professora auxiliar de Ciências Veterinárias, doutoramento na Alemanha)

Aos respondentes ao inquérito, foi pedido que avaliassem a importância de um conjunto de fatores na escolha da instituição de acolhimento no estrangeiro (Tabela 9). Mais uma vez, as mulheres tendem a atribuir um valor mais elevado a quase todas as opções, mas em termos de diferenças estatisticamente significativas um ponto se destaca: as mulheres privilegiam uma “mobilidade salvaguardada”, conferindo (ou reconhecendo) maior relevância às questões da confiança pessoal e institucional, bem como à existência de redes prévias (Millard 2005: 355; Avveduto, 2001: p234): trabalhar com um cientista em particular, seguir a recomendação de um professor em Portugal¹⁰, ter já estudado na mesma universidade (ver Ackers *et al.*, 2001: 64), integrar os protocolos de intercâmbio com uma instituição portuguesa, corresponder a um convite. Além disso, as mulheres também parecem motivar-se mais do que os homens com o prestígio da instituição de acolhimento: uma vez que as mulheres sentem-se muitas vezes discriminadas quando competem por uma posição (Ackers *et al.* 2001: 74; Aaltio, 2006: 121), a opção por uma instituição de prestígio elevado enriquece o CV (Casey *et al.*, 2001: 29 e 42; Mahroum, 2000: 27; Millard, 2005: 345; Van de Sande *et al.*, 2005: 17), tendendo a harmonizar as possibilidades de obtenção futura de um posto de trabalho.

Motivos	Feminino	Masculino	p
Prestígio da equipa do / departamento / universidade	4,43	4,25	0,023
Recursos disponíveis nesta instituição (meios laboratoriais, informáticos, biblioteca, etc.)	4,13	4,07	0,564
Querer trabalhar com um cientista/orientador em particular	3,89	3,59	0,015
Equipa/departamento com investigadores de diferentes disciplinas científicas	3,60	3,52	0,426
País onde se situa a instituição (língua, cultura, estilo de vida)	3,35	3,32	0,808
Equipa/departamento com investigadores de várias nacionalidades	3,18	3,04	0,213
Recomendação de um colega/professor em Portugal	2,94	2,54	0,016
Os contactos/colaboração entre este departamento/ instituição e empresas	2,85	2,51	0,311
Já ter estudado neste departamento/universidade	2,61	2,16	0,027
Protocolos de intercâmbio ou projetos em colaboração com instituições de origem portuguesa	2,59	2,03	0,001
Haver investigadores ou estudantes portugueses na equipa/departamento	1,54	1,47	0,409
Investigadores doutorados	-	-	-
Ter recebido um convite para trabalhar nesta instituição	4,25	3,86	0,038
Estudantes de doutoramento	-	-	-
Ter conhecido algum ou vários membros do departamento em anteriores atividades	3,36	3,14	0,224

Tabela 9: Motivações para a escolha de uma instituição de acolhimento por sexo (média)

* Escala de Likert: média de pontuação de 5 (muito importante) e 1 (Nada importante)
 Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

Curiosamente, é precisamente um homem que afirma ter norteedo a escolha da sua instituição de acolhimento em função da consideração dos interesses familiares:

¹⁰ Sobre o papel da tutoria nas carreiras científicas femininas, ver, por exemplo, Baird 1992, Long e Fox, 1995; Sabatier *et al.*, 2006.

"No mesmo campus, há um centro de pesquisa em física, que é a área científica da minha esposa (ela é também uma investigadora)" (Doutorado, ciências exatas, Alemanha).

Kulis e Sicotte (2002) verificaram que as mulheres cientistas tendem a concentrar-se nas grandes cidades e universidades (onde muitas vezes é mais difícil de obter uma posição permanente), uma vez que é mais fácil de encontrar posições que assegurem o prosseguimento da carreira por parte dos dois elementos do casal.

Mais uma vez as entrevistas com investigadores retornados confirmaram os resultados do inquérito. As mulheres mencionaram mais frequentemente o papel facilitador desempenhado por um investigador sénior na escolha de uma instituição de acolhimento no estrangeiro:

"A pessoa que me orientava fez o doutoramento em Edimburgo, e então tinha as ligações, ela tinha gostado da experiência, era uma boa instituição, então esta foi basicamente a razão, porque a minha orientadora já tinha feito o doutoramento em Edimburgo" (Sara, 40 anos, pós-doutoramento em Biologia, doutoramento no Reino Unido)

e uma experiência anterior na universidade anfitriã :

" em 82 fizemos aqui um congresso e convidamos um professor alemão (...) esse foi o primeiro contacto que tive com esse professor e com a escola em que ele trabalhava (...) em 83 fui lá passar 15 dias (...) depois, em 85, pedi seis meses já com a ideia de voltar para lá (...) depois desse convívio e, enfim, do bom entendimento que houve entre nós e da minha manifestação de desejo de fazer lá o doutoramento deram-me então essa possibilidade" (Maria, 50 anos, Professor Auxiliar de Ciências Veterinárias, doutoramento na Alemanha)

Outra exceção nesta tendência é a afirmação por parte de um investigador do sexo masculino que afirmou ter escolhido a sua instituição de acolhimento no estrangeiro por causa da sua esposa:

"Eu na altura namorava com uma pessoa que foi fazer o doutoramento para Londres que agora é a minha mulher, portanto, Londres surgiu apenas por isso, eu nunca tinha pensado especificamente no Reino Unido nem em sítio nenhum" (Samuel, 38 anos, investigador sénior num hospital, doutoramento no Reino Unido)

Relativamente às dificuldades sentidas durante o processo de mobilidade, o resultado mais relevante consiste no facto dos investigadores inquiridos quase não sentirem problemas em mover-se entre os países e sistemas científicos. O único fator assinalado como mais penoso é a distância da família e dos amigos, registando-se neste caso uma diferença estatisticamente significativa entre os sexos, sendo as mulheres mais afetadas pela distância (3,54) do que os homens (3,22).¹¹

As mulheres inquiridas revelam ainda outro tipo de dificuldades relacionadas com a família:

¹¹ A média de pontuação em uma escala de Likert, em que 5 significa "muito difícil" e um "não de todo difícil"; p = 0,002.

"[Encontrar um] jardim de infância, a mobilidade de uma família na cidade de Paris, é muito difícil chegar ao campus em Paris, onde eu morava, por exemplo, para mudar de casa ou para transportar as compras de supermercado " (estudante de doutoramento, ciências sociais, França).

Muitos dos estudos efetuados (Ackers *et al.*, 2001: 83-89; Ackers, 2004; Morano-Foadi, 2006:218; Stalford, 2005) mencionam os cuidados das crianças como um dos obstáculos mais difíceis para a mobilidade das mulheres cientistas: a sua indisponibilidade ou inacessibilidade, a par da ausência de redes informais de apoio.

8. DIFERENÇAS DE GÉNERO NA MANUTENÇÃO DE CONTACTOS E NO RETORNO AO PAÍS DE ORIGEM

A mobilidade científica internacional raramente significa cortar todos os laços com o país de origem e com o respetivo sistema de C&T (Morano-Foadi, 2006:209). Num mundo de rápidas e acessíveis conexões reais e virtuais, em articulação com um regime global de carreiras científicas, é fácil e conveniente a opção pela "transmigração", mantendo ligações fortes tanto com o país de origem como com o país de acolhimento.

Não constitui surpresa, então, que a grande maioria dos investigadores portugueses expatriados mantenha algum tipo de contato com o sistema de C&T de origem. No entanto, algumas diferenças de comportamento podem ser encontradas entre homens e mulheres cientistas (Tabela 10).

Motivos	Feminino	Masculino	p
Contactos informais com professores / colegas	94,6	91,9	0,244
Ler livros/artigos científicos publicados em Portugal ou de investigadores portugueses	66,5	58,1	0,020
Participar em conferências	54,1	57,0	0,541
Escrever artigos ou outras publicações em coautoria com investigadores portugueses	32,6	34,5	0,667
Participar em projetos de investigação	27,3	32,7	0,199
Ligação contratual com uma instituição portuguesa	18,2	18,4	0,955
Fazer trabalho de campo em Portugal	19,0	13,9	0,139
Investigadores doutorados	-	-	-
Promover o intercâmbio de estudantes	31,4	34,0	0,301
Dar palestras em Portugal	15,7	31,4	0,000
Participar em conselhos científico, editoriais ou órgãos de aconselhamento/avaliação	11,6	24,5	0,009
Participação em júris de mestrado ou doutoramento	7	26,6	0,000
Coorientação de doutoramentos	10,5	21,3	0,019
Estudantes de doutoramento	-	-	-
Doutoramento misto	32,7	17,8	0,004

Tabela 10: Contactos com o sistema Português de C&T, por sexo (%)

Fonte: Inquérito de investigadores portugueses no estrangeiro

Principalmente devido a diferenças na senioridade (mas talvez não exclusivamente), as mulheres são muito menos propensas do que os homens a serem convidadas a voltar a Portugal para transmitir os seus conhecimentos: dar palestras, participar em conselhos

científicos e em júris de pós-graduações, coorientar doutoramentos. Os homens são, portanto, mais propensos a aderir à "opção diáspora": contribuir para o desenvolvimento do sistema de C&T do país de origem à distância, facilitando a transferência de conhecimento (Meyer, 2001; Ferro, 2004: 388).

Por outro lado, mais mulheres do que homens escolhem fazer doutoramentos mistos, para se manterem atualizadas relativamente à ciência produzida em Portugal (leitura de artigos científicos de autores portugueses), para fazer o trabalho de campo em Portugal. De acordo com Ackers *et al.* (2001:74) as investigadoras móveis internacionalmente tendem a ser mais conscientes das dificuldades de reintegração no país de origem e, nessa medida, para a necessidade de manter as redes e contactos pessoais.

Finalmente, um dos itens indispensáveis na análise da mobilidade científica é a vontade de regressar depois de um período de estudo ou trabalho no estrangeiro. O retorno ao país de origem é muitas vezes considerado um requisito para prevenir a "fuga de cérebros", para justificar o investimento por parte dos governos nos apoios conferidos aos seus alunos no estrangeiro (através de bolsas) e para assegurar o desenvolvimento dos sistemas nacionais de C&T, alimentados pela transferência de conhecimentos e ideias inovadoras.

Embora o teste estatístico não demonstre a sua importância, há uma diferença de perto de 10% entre homens e mulheres nas respostas dadas a esta pergunta. Mais mulheres do que homens tendem a declarar estar disponíveis e interessadas em regressar ao país de origem no curto prazo (53% contra 45%)¹².

No que diz respeito aos motivos invocados na opção pelo regresso, podem ser encontradas algumas variações significativas. Mais uma vez, as razões familiares tendem a pesar mais nas escolhas das mulheres, tanto para o regresso ao país como na permanência no estrangeiro. Por outro lado, as justificações de natureza científica e material (a dificuldade em realizar investigação de qualidade em Portugal, o salário mais baixo) são mais frequentemente invocadas pelos homens para validar sua decisão de permanecer no estrangeiro.

Não há dados oficiais sobre a taxa de retorno de cientistas portugueses no estrangeiro, o que permitiria uma avaliação de como a diferença de género na intenção de voltar se traduz na prática. No entanto, a base de dados dos cientistas regressados (doutoramentos obtidos no estrangeiro entre 1970 e 2006) dá algumas indicações relativamente às tendências de regresso e reintegração no sistema científico português. No cômputo geral, as mulheres constituem 35 % dos diplomados com um doutoramento no estrangeiro, mas esta percentagem aumentou de 28 % na década de oitenta para 41 % nos primeiros anos do século XXI.

Na verdade, a grande maioria dos investigadores retornados já dispunha de um contrato prévio com uma instituição de acolhimento (principalmente do ensino superior, mas também em centros de investigação) antes de deixar o país, estando assim o seu retorno praticamente garantido. Relativamente às instituições de acolhimento no país de origem, as mulheres são já maioritárias em organizações governamentais (laboratórios do estado), hospitais e instituições privadas sem fins lucrativos (embora o número de casos nestes sectores sejam demasiado reduzido para que possa ser retirada qualquer conclusão

¹² Isto está de acordo com as conclusões de outros estudos, como Ackers *et al.* 2001:81.

definitiva), mas estão claramente sub-representadas no sector empresarial e nas instituições de ensino superior, especialmente nas mais prestigiadas universidades públicas (Tabela 11).

Considerando apenas este último sector e os regressados mais recentes (doutoramentos obtidos entre 1995 e 2006) é claro que as mulheres móveis enfrentam mais dificuldades em termos de progressão de carreira. Elas são muito menos frequentemente consideradas para o preenchimento de postos permanentes (professor associado e professor catedrático), sendo mais facilmente localizáveis nas posições temporárias (e menos bem remuneradas), tais como as bolsas de pós-doutoramento (Tabela 12). No entanto, isso é verdade tanto para o caso dos investigadores regressados como para o total do pessoal académico. Se tanto, a mobilidade parece favorecer pelo menos ligeiramente a carreira das mulheres regressadas (verificando-se uma proporção ligeiramente superior destas na categoria de professor associado). Num estudo efetuado por Bagilhole e Goode (2001) acerca dimensão de género nas carreiras académicas numa universidade do Reino Unido foi identificado um sistema persistente de patrocínio patriarcal em benefício das carreiras masculinas em detrimento das femininas, apesar da prevalência de um discurso meritocrático. No entanto, tal pode também suceder devido a efeitos geracionais. A comparação conduzida por Ledwith e Manfredi (2000) relativamente a dois grupos etários de mulheres numa universidade do Reino Unido encontrou diferenças tanto na progressão na carreira como nas atitudes em relação às relações de poder entre géneros.

Instituição	Feminino	Masculino
Universidades públicas	21,4	44,2
Institutos Politécnicos públicos	3,9	6,1
Universidades privadas	8,0	12,1
Laboratórios do Estado	1,7	1,2
Instituições Privadas em Fins Lucrativos	0,2	0,1
Empresas	0,2	0,5
Hospitais	0,2	0,1

Tabela 11: Investigadores regressados por tipo de instituição de acolhimento e sexo (%)

Fonte: Base de dados de investigadores regressados (doutoramentos no estrangeiro entre 1995 e 2006)

Situação na Carreira	Investigadores regressados ^a		Pessoal académico total ^b	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Professor Catedrático	0,8	2,1	4,9	11,3
Professor Associado	9,2	18,9	12,9	17,5
Assistente	65,5	63,8	47,8	42,5
Conferencista	0,5	0,7	28,5	23,3
Investigador	9,4	6,9		
Bolseiro de pós-doutoramento	11,1	5,6		
Outras posições	3,5	2,1	5,9	5,3

Tabela 12: Investigadores regressados e pessoal académico total por situação da carreira e sexo nas universidades públicas (%)

^a Fonte: Banco de Dados de investigadores de regressados (doutoramentos no estrangeiro entre 1995 e 2006)

^b Fonte: GPEAR1 2010

As entrevistas efetuadas junto de cientistas regressados confirmaram as dificuldades experimentadas por algumas mulheres ao longo do processo de reintegração no sistema Português de C&T, incluindo períodos de desemprego:

“Não havia novos projetos e quando eu voltei disseram-me «nós não temos nada para você fazer, vá-se embora porque não temos nenhum assunto, não há nenhum projeto de micorrizas, no momento em que não precisamos de si”. E eu estive mais um ano sem fazer nada, desempregada, até que depois de estar a ficar um pouco desesperada de não estar a fazer nada, até porque não é fácil arranjar emprego quando se tem um doutoramento, e decidi aceitar um emprego a ganhar o ordenado mínimo mas que tinha algo a ver com aquilo que eu gostava, estive a instalar uma fábrica de produção de cogumelos (...), então surgiu-lhes um projeto que tinha uma componente sobre micorrizas e lembraram-se que precisavam de mim (...) Isso passado uns três anos depois de eu fazer o doutoramento” (Helga, 42 anos, investigadora sénior num Laboratório do Estado em Ciências Agrárias, doutoramento em França)

e barreiras à progressão na carreira:

“Aqui tudo é tão rígido, não há abertura, não há progressão na carreira. Eu depois do doutoramento fui sempre professora auxiliar, concorri uma vez para Professor Associado, havia 15 pessoas a concorrer, não fiquei como é evidente. Fui aprovada em mérito a tudo mas a vaga foi preenchida por uma pessoa de fora da faculdade”. (Telma, 63 anos, Professora Auxiliar de Química, doutoramento no Reino Unido)

No entanto, estes problemas não são explicitamente associados à discriminação de género, nem o número de entrevistas realizadas permite a inferência de que existem diferenças substanciais entre homens e mulheres. Entretanto, à laia de demonstração casuística, pode referir-se que dos quatro bolsiros de pós-doutoramento entrevistados em 2008, dois (homens) foram contratados ao abrigo do Programa Compromisso com a Ciência, um (mulher) permanece como bolsiro e outro (mulher) abandonou a atividade científica, trabalhando atualmente numa empresa privada de consultoria. Esta entrevistada tinha referido:

“quero ficar. Sem dúvida. Ou na ciência ou fora da ciência se não conseguir arranjar nada em ciência. Mas ficar. Não digo que daqui a 5-10 anos se se proporcionar ir passar um tempo fora... (...) gostei imenso de viver fora e gosto imenso de passear e de viajar, mas por enquanto definitivamente não (...) Eu acho que gosto muito de ciência mas acho que a vida pessoal é mais importante” (Sofia, bolsira de pós-doutoramento num centro universitário, ciências exatas, doutorada no Reino Unido em 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a participação das mulheres na ciência como a mobilidade científica internacional são fenómenos complexos, nos quais interagem vários fatores: científicos, profissionais, institucionais, pessoais. O aumento da participação das mulheres na ciência parece traduzir-se no crescimento da mobilidade das mulheres cientistas, pelo menos no caso Português, mas mais estudos comparativos são necessários.

Esta análise da situação das mulheres investigadoras em Portugal, com particular ênfase nas atitudes e comportamentos relativos à mobilidade, tem mostrado que, se bem que as trajetórias e experiências sejam muito semelhantes, as motivações e os resultados não o são. As mulheres podem viajar para as mesmas instituições e países, mover-se entre instituições e fazer investigação da mesma forma que os seus colegas do sexo masculino, mas quando se trata de progressão na carreira há muitas que ainda são travadas pelo "teto de vidro" ou se perdem para a ciência nas "fugas na canalização", tanto no país de origem como no estrangeiro. Elas são também menos frequentemente chamadas ao país de origem enquanto especialistas, em funções de aconselhamento externo ou de supervisão. Mas é sobretudo nas justificações que impulsionam para a mobilidade que homens e mulheres apresentam diferenças mais salientes. As mulheres são muito mais propensas a invocar razões familiares para a seleção de uma instituição e país de acolhimento, a experimentar dificuldades, a tomar a decisão de regressar ou de permanecer no estrangeiro, ou mesmo de abandonar a ciência:

"Muitos trabalhos de investigação efetuados permitem concluir que, mesmo num padrão idêntico de ambição e qualificação, homens e mulheres são socializados de forma a assumirem fórmulas específicas, de acordo com o respetivo género, de equilíbrio entre trabalho e família" (Kulis e Sicotte 2002: 7).

A socialização dirigida à assunção de papéis subordinados pode também explicar a maior confiança depositada nas mulheres no seguimento das sugestões de mentores ou nas redes previamente estabelecidas na sustentação da sua mobilidade internacional.

Assim, as medidas de política a desenvolver neste âmbito devem tomar em conta que, embora a "revolução de género na ciência se aproxime" (Etzkowitz *et al.*, 2008), as desigualdades adstritas ao domínio social persistem e as mulheres ainda enfrentam um árduo esforço no equilíbrio entre a vida quotidiana e a atividade científica.

REFERÊNCIAS

- Aaltio, Iiris (2006). Gender as a career factor in academic research. In OECD, *Women in scientific careers: unleashing the potential* (pp. 121-126). Paris: OECD.
- Ackers, Louise *et al.* (2001). *The participation of women researchers in the TMR Marie Curie Fellowships*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Ackers, Louise (2004). Managing relationships in peripatetic careers: Scientific mobility in the European Union. *Women's Studies International Forum*, 27, 189– 201.
- Avveduto, Sonia (2001). International mobility of PhDs. In OCDE, *Innovative people: mobility of skilled personnel in national innovation system* (pp. 229-242). Paris: OCDE.
- Bagilhole, Barbara e Goode, Jackie (2001). The contradiction of the myth of individual merit and the reality of a patriarchal support system in academic careers: a feminist investigation. *European Journal of Women's Studies*, 8(2), 161-180.
- Baird, Laurence L. (1992). The stages of doctoral career: socialization and its consequences. Comunicação à *Annual Meeting of the American Educational Research Association*, San Francisco.

- Boltanski, Luc e Thévenot, Laurence (1991), *De la justificación*. Paris : Gallimard.
- Casey, Tom *et al.* (2001). *The mobility of academic researchers: academic careers and recruitment in ICT and Biotechnology*. Sevilha: IPTS-JRC-EC.
- Etzkowitz, Henry *et al.* (2008). The coming gender revolution *in science*. In E.J. Hackett *et al.* (eds), *The handbook of Science and Technology Studies* (pp. 403-429). Cambridge MA: MIT Press.
- Etzkowitz, Henry e Gupta, Namrata (2006). "Women *in Science*: A Fair Shake?", *Minerva*, 44: 185–99.
- Comissão Europeia (2005). *Eurobarometer 224: Europeans, Science and Technology*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2008). *Science, technology and innovation in Europe*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2009). *She figures 2009: women and science, statistics and indicators*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012). *She figures 2012. Gender in Research and Innovation*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Ferro, Ana (2004) Romanians abroad: a snapshot of highly skilled migration. *Higher Education in Europe*, XXIX (3), 381-391.
- Fox, Mary Frank e Stephan, Paula E. (2001). Careers of young scientists: preferences, prospects and realities by gender and field. *Social Studies of Science*, 31(1), 109-122.
- Gill, Bryony (2005). Homeward bound? The experience of return mobility for Italian scientists. *Innovation*, 18 (3), 319-337.
- GPEARI (2007). *Investigação e Desenvolvimento em Portugal - 1982 a 2003*. Lisboa: GPEARI-MCTES
- GPEARI (2009). *Sumários Estatísticos IPCTN 07*. Lisboa : GPEARI-MCTES
- GPEARI (2011a). *Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas: 1970 a 2010*. Lisboa: GPEARI-MCTES
- GPEARI (2011b). *Docentes do Ensino Superior 2001-2009*. Lisboa: GPEARI-MCTES
- King, Russel e Ruiz-Gelices, Enric (2003). International student migration and the 'European Year Abroad': effects on European identity and subsequent migration behavior. *International Journal of Population Geography*, 9, 229-252.
- Kulis, Stephen e Sicotte, Diane (2002). Women Scientists *in Academia*: Geographically Constrained to Big Cities, College Clusters, or the Coasts?. *Research in Higher Education*, 43 (1), 1-30.
- Kunlopalo, Jussi (2007). *Academic Finns abroad: challenges of international mobility and the research career*. Helsinki: Academy of Finland.
- Ledwith, Sue e Manfredi, Simonetta (2000). Balancing gender *in Higher Education*: a study of the experience of senior women *in a "new" UK University*. *European Journal of Women's Studies*, 7 (1), 7-33.
- Long, J. Scott e Fox, Mary Frank (1995). Scientific Careers: Universalism and Particularism. *Annual Review of Sociology*, 21, 45-71.

- Mahroum, Sami (2000). *The international mobility of academics: the UK case*, Tese de Doutoramento, Universidade de Hamburgo.
- Meyer, Jean-Baptiste e Brown, Mercy (1999). Scientific Diasporas: A New Approach to the Brain Drain. *World Conference on Science*, UNESCO – ICSU.
- Millard, Debbie (2005). The impact of clustering on scientific mobility. *Innovation*, 18 (3), 343-359.
- Morano-Foadi, Sonia (2005). Scientific Mobility, Career Progression, and Excellence in the European Research Area. *International Migration*, 43 (5), 133-162.
- Morano-Foadi, Sonia (2006). Key issues and causes of the Italian brain drain. *Innovation*, 19 (2), 209-220.
- Moss-Racusi, Corinne A. et al. (2012). Science faculty's subtle gender biases favor male students. *Proceedings of the National Academy of Science Early Edition*, doi: 10.1073/pnas.1211286109.
- OCDE (2006). Labour market characteristics and international mobility of doctorate holders: the case of 5 OECD countries. Paris: OCDE.
- Plantenga, Janneke et al. (2003). *Towards a EU gender equality index: feasibility study commissioned by and presented to the European Commission*. Utrecht: Utrecht School of Economics/UMIST
- Rose, Hilary (1999). A fair share of the research pie or re-engendering scientific and technological Europe?. *European Journal of Women's Studies*, 6 (1), 31-47.
- Sabatier, M. et al. (2006). Profiles of Academic Activities and Careers: Does Gender Matter? An Analysis Based on French Life Scientist CVs. *Journal of Technology Transfer*, 31, 311–324.
- Shauman, Kimberly A. e Xie, Yu (1996). Geographic Mobility of Scientists: Sex Differences and Family Constraints. *Demography*, 33 (4), 455-468.
- Stalford, Helen (2005). Parenting, care and mobility in the EU – issues facing migrant scientists. *Innovation*, 18 (3), 361-377.
- Szélenyi, Katalin (2006), "Students without borders? Migratory decision-making among international graduate students in the US", em M. P. Smith e A. Favell (orgs.), *The Human Face of Global Mobility*, New Brunswick, Transaction Publishers, 181-209.
- Todisco, Enrico et al. (2003). Skilled migration: a theoretical framework and the case of foreign researchers in Italy. *Fulgor*, 1 (3), 115-130.
- Van de Sande, Daphne et al. (2005). *Impact assessment of the Marie Curie fellowships under the 4th and 5th Framework Programmes of Research and Technological Development of the EU (1994-2002)*. Bruxelas: European Commission.
- Xie, Yu (2006). Theories into gender segregation in scientific careers. In OECD, *Women in scientific careers: unleashing the potential* (pp. 105-110). Paris: OECD.
- Xie, Yu e Shauman, Kimberly A. (2003). *Women in science: career processes and outcomes*. Harvard: Harvard University Press.

De braços abertos¹... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração

DENISE COGO & MARIA BADET

² Professora Titular, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Rio Grande do Sul, Brasil
denisecogo@uol.com.br

³ Jornalista
maria.badet@gmail.com

¹ O título desse texto faz alusão ao documentário intitulado “De braços nem tão abertos” e veiculado recentemente pelo programa Sala de Notícias do Canal Futura, emissora ligada à Rede Globo. O documentário é representativo do fluxo narrativo desencadeado pela mídia brasileira sobre a nova imigração para o Brasil, que nos propomos a analisar nesse artigo. O documentário está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=wEc8kXqcYE4>.

INTRODUÇÃO

O texto proposto tem como objetivo analisar como a chamada “imigração qualificada” se torna uma das principais estratégias discursivas na construção do Brasil como país de imigração quando, a partir de 2009, emerge um conjunto de narrativas midiáticas que se orienta a produzir e a dar visibilidade pública aos processos de intensificação dos fluxos migratórios para o Brasil.

Com base nos estudos críticos do discurso, selecionamos, para essa análise, um conjunto de narrativas produzidas entre 2007 e 2012, e difundidas em distintos espaços midiáticos digitais como jornais, portais, blogs, sites, redes sociais, etc., para refletirmos sobre as seguintes dimensões do protagonismo das mídias na afirmação da ideia de imigração qualificada e do Brasil como país de imigração:

1. a construção da noção de “qualificado” para fazer referência a imigrantes portadores de níveis elevados de escolaridade e especialização profissional, assim como de padrões de desenvolvimento econômico e social das nações das quais procedem, especialmente as europeias;
2. a construção de uma imigração não qualificada na qual, em contraponto à imigração qualificada de matriz europeia, aparecem enquadrados os imigrantes oriundos de outros contextos, como América Latina, Caribe e África;
3. a afirmação e reatualização das matrizes relacionadas à cultura europeia a partir do enaltecimento de valores e contribuições da imigração procedente da Europa;
4. um certo deslocamento dessas matrizes através da construção da Europa como país de imigração;

5. a desestabilização na noção de imigração qualificada a partir da pluralização da experiência de ser imigrante no Brasil, narrada principalmente em microespaços de sites de redes sociais, como *Facebook*, por iniciativa de grupos de novos imigrantes no Brasil (como portugueses, espanhóis e haitianos);
6. a construção do Brasil como país de imigração relacionado ao seu posicionamento geopolítico no contexto mais amplo do capitalismo global.

1. MIGRAÇÕES QUALIFICADAS E MÍDIA: UM MODO DE ENTENDIMENTO E ABORDAGEM

Para a compreensão dos conceitos de migração, migração qualificada e mídia, assumimos como princípio orientador das reflexões aqui apresentadas, o reconhecimento do caráter de construção de sentidos que envolve a existência da realidade, assim como o protagonismo e dinamismo assumidos pela linguagem, como prática social, nessa construção (Citelli, 2004; Bakhtin, 2009).

Da perspectiva da linguagem, o pensamento bakhtiniano, ao qual nos remete Citelli (2004), evoca a natureza social e material do signo que constitui a consciência humana para enfatizar que, tanto na esfera das comunicações interpessoais, como das massivas, diferentes interesses, conceitos, ideologias e visões de mundo podem ser reconhecidos nos discursos postos em movimento pelos sujeitos no processo de construção dos sentidos da vida social. Afirma o autor que esses discursos:

“podem abranger as palavras, as frases, os textos - para nos limitarmos ao plano verbal - registram, sob diferentes circunstâncias, os modos através dos quais as experiências são representadas. Ler o signo é, pois, ler a consciência” (Citelli, 2004, p. 59).

O dialogismo e a polifonia da linguagem, que podem ser explicados pela incorporação e permanência em “vozes individuais” de apropriações do material discursivo coletivo, formam outro princípio formulado por Bakhtin que nos permite reconhecer, através dos signos, as marcas de falas ou vozes que se misturam nos diferenciados enunciados postos em movimento em processos comunicacionais. Nessa perspectiva, é possível entender, ainda, que todo o discurso é híbrido ou heterogêneo no que se refere à sua enunciação, no sentido de que é sempre um tecido de “vozes” ou citações vindas de outros textos e narrativas preexistentes contemporâneas ou do passado, cuja autoria fica, ou não, demarcada. A noção de intersubjetividade, uma das duas dimensões do conceito de dialogismo, igualmente proposto por Bakhtin, é útil porque explicita também que o discurso não existe por si mesmo, mas em um espaço entre sujeitos, nos obrigando, conforme assinala Benetti (2010, p. 108), a “refutar a visão ingênua de que o discurso poderia conter uma verdade intrínseca ou uma literalidade”.

A linguagem é, entendida, portanto, como matéria social e dialógica, expressão simbólica ou representativa dos conceitos, preconceitos e valores, que resulta senão da convivência dos sujeitos com elementos materiais que ganharam e ganham sentido exatamente nos embates coletivos. Nessa perspectiva, os participantes nas práticas discursivas assumiriam o papel de sujeitos no duplo sentido de estarem “assujeitados” às determinações do contexto e de serem agentes de ações de produção, circulação e consumo de materiais discursivos

(Pinto, 1999). O aspecto dialógico é não apenas constituinte de toda linguagem, mas elemento animador das mais importantes experiências humanas, segundo destaca Citelli:

“No caso de tais experiências, o diálogo pode-se traduzir em troca ou complementaridade - acompanhe-se o discurso de entendimento dos fanáticos religiosos - e mesmo oposição ou choque - note-se como aqueles ortodoxos agem discursivamente nos embates travados entre grupos diferentes, todos desejosos de convencerem uns aos outros acerca da procedência de alguma passagem bíblica ou dos caminhos a serem seguidos para o encontro com o paraíso celeste” (Citelli, 2000, p. 59).

Seguindo a visão bakhtiniana, não é nem o sistema abstrato de formas linguísticas, nem a enunciação monológica isolada, nem o psicofisiológico da sua produção, que vão constituir a verdadeira substância da língua, mas sim o fenômeno social da “interação verbal”, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua, ocupando, nesse sentido, aquele “intervalo” social em que as distintas enunciações e as falas passam a viver em tensão permanente (Citelli, 2000). Para Bakhtin, a tensão acima referida encontra-se não apenas no diálogo entre signos de um mesmo sistema codificador, mas também nos cruzamentos das várias modalidades de linguagens dos quais não se pode isolar a comunicação verbal da comunicação global em permanente evolução. O vínculo concreto com a situacionalidade faz com que a comunicação verbal seja sempre:

“acompanhada por atos sociais de caráter não-verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar” (Bakhtin, 2009, p. 109).

Quando adotamos essa perspectiva de entendimento da linguagem para análise das narrativas sobre as migrações qualificadas nos mídia, temos em conta que tanto as migrações - como fenômeno social e experiência humana - quanto os mídia - como espaços simbólicos de produção, expressão e circulação de ideias - não são fatos dados, senão produtos da ação humana que se constituem na linguagem através de espaços de interação verbal. As categorias e conceitos, como as próprias noções relacionadas com as migrações e às migrações qualificadas que resultam das disputas e relações de poder que envolvem os diferentes sujeitos que ocupam esses espaços de interação, não são, portanto, apenas descritivos, mas também constitutivos e explicativos da realidade social.

Exemplo evidente desse caráter constitutivo é, por um lado, a própria consolidação da figura social e jurídica do imigrante-emigrante, no contexto de criação dos Estados-nação e do nacionalismo na América e na Europa no século XX (Anderson, 1997; Hall, 1997), como categoria definidora daquele que abandona um país para se estabelecer em outro e se torna alvo de vigilância e controle de Estados e governos (Santamaria, 2008; Mezzadra, 2005). Por outro lado, para além desse espaço “objetivo”, de caráter institucional e soberano vinculado à ideia de nação, as migrações se constituem também por sua dimensão subjetiva de movimento e ação que supõe, aos imigrantes, a vivência de múltiplas territorialidades e experiências em torno das quais o ser cidadão não tem a ver unicamente com os direitos reconhecidos pelo Estado ou com modos de pertença territoriais, mas:

“com práticas sociais e culturais que dão sentido ao pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e satisfação de suas necessidades” (García Canclini, 1999, p. 6).

Nesse cenário, a noção de “imigração ou mão de obra qualificada” aparece apropriada criticamente por setores do pensamento científico que se têm ocupado em refletir justamente sobre o caráter não unívoco e multifacetado que demarca a construção da ideia de imigração qualificada, em contraponto à homogeneidade que tal noção frequentemente assume no marco de muitas das políticas migratórias implementadas por Estados e governos. Padilla (2010) situa-se entre os pesquisadores que oferecem referenciais para compreender a trajetória de constituição dessa ideia, situando, inicialmente, o fato de a noção de migração qualificada abrigar uma percepção dominante que tende a definir os migrantes principalmente como os que têm braços e mãos (denominados comumente “migração laboral” ou “económica”) ou como os que têm cérebro (denominados comumente de “migração de talentos”, “migração altamente qualificada”, “fuga” ou “drenagem de cérebros”), sugerindo decerto modo que:

“los que pertenecen a la primera categoría son necesarios, mientras que los de la segunda son deseados” (Padilla, 2010, p. 270)

A possibilidade de deslocamento dessa percepção é postulada pela mesma autora no marco da adoção de uma perspectiva multidimensional que possibilite outro entendimento da mobilidade da imigração altamente qualificada dos países em desenvolvimento para os países não desenvolvidos. A mobilidade seria constituída, não apenas como uma situação única de subordinação, mas como uma experiência que comportaria uma grande variedade de situações diaspóricas em torno das quais se podem estabelecer relações entre culturas, nações e indivíduos. Padilla destaca o valor que podem ter as diásporas de talentos, tanto para os países de origem como para os de destino, uma vez que podem constituir-se como interlocutores privilegiados para o diálogo com atores governamentais e, ao mesmo tempo, formar redes que podem favorecer o desenvolvimento e o crescimento direto e indireto das sociedades de origem e de destino:

“Actualmente existe una gran variedad de diásporas con talento, desde emprendedores/as y empresarios/as, técnicos/as y científicos/as, hasta profesionales sanitarios y expatriados/as, entre otros. Resulta más evidente que los Estados deben elaborar políticas y programas que mejoren su papel. Los países de origen pueden hacerlo fomentando políticas de compromiso que favorezcan el retorno cuando sea posible, junto con actividades de intercambio y cooperación que amplíen el alcance de la diáspora a otros grupos y generaciones. Además, las políticas de compromiso deben trascender el interés de las remesas y centrarse en facilitar la integración de los recién llegados. Los países de destino deben garantizar políticas justas para contratar, promocionar y ejercer la profesión a fin de evitar normas discriminatorias entre los talentos nacionales y los extranjeros, así como aplicar políticas de reclutamiento éticas que no pongan en peligro los intereses de los países de origen. En un futuro cercano, la circulación de talentos será crucial para el crecimiento y la innovación en todo el planeta, de modo que derivar ventajas para los países de origen y de destino debe ser prioritario en las políticas de migración y cooperación internacional. A la hora de decidir qué tipos de políticas han de favorecerse, debe darse preferencia a las políticas sobre

la “opción de la diáspora” antes que a las políticas sobre la “opción de retorno” debido a que las primeras producen una diseminación más completa y generosa” (Padilla, 2010: 288).

Em sua reflexão, Padilla destaca ainda fatores que concorrem para valorização da situação dos migrantes na trajetória dos deslocamentos humanos, vislumbrando no surgimento e expansão da chamada “Sociedade do Conhecimento” e em sua infraestrutura tecnológica, um crescimento na preocupação de diversos países em obterem um suprimento adequado de trabalhadores altamente qualificados e, em função disso, outorgarem maior valor aos que contam com titulações e talento.

O reforço da presença das tecnologias na vida social relacionado com o incremento de uma demanda por migração qualificada é também o cenário de uma reconfiguração crescente do papel desempenhado pelos mídias, outro dos eixos conceituais desse artigo. Silverstone refere-se à textura da experiência através dos mídias como impossibilidade de escaparmos à sua presença e à sua representação, lembrando que:

“passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e, também, de quando em quando, para as intensidades da experiência” (Silverstone, 2002, p. 12).

O autor não desconsidera, contudo, os modos como nos movemos entre espaços midiáticos e, para além deles, em uma dinâmica de fluxos para dentro e fora da mídia, mas de algum modo sempre impactada por sua presença.

Mata (1999) destaca a passagem de uma cultura de massa a uma cultura dos mídias, na perspectiva de compreender a insuficiência da noção de “massa” para explicar a produção e o consumo de significados na sociedade contemporânea. Como instituição geradora de sentidos e dinamizadora de relações sociais, os mídias passam a ocupar espaços e a assumir funções antes pertencentes a outras instituições (política, educação, justiça, etc.). Como lembra a pesquisadora, os mídias chegam aonde a interação pessoal e a influência institucional não chegam, fazendo surgir uma cultura midiática que se constituiria por um novo modo de desenho das interações e por uma nova forma de estruturação das práticas sociais marcada pela existência dos meios. A mídiatização da experiência configuraria, segundo Mata, outra circunscrição político-epistemológica da ação humana, em que os meios e tecnologias da informação e comunicação se constituiriam em garantias da possibilidade de ser e atuar dos indivíduos.

As reflexões de autores como Silverstone e Mata enfatizam a passagem de uma “sociedade dos meios”, responsáveis pela veiculação de mensagens para as massas, para uma “sociedade mídiatizada”, em que os meios não apenas constroem e fazem circular sentidos, mas configuram uma ambiência e redefinem a nossa experiência. A essas reflexões, agregaríamos, ainda, a intensificação, nas últimas décadas, do que muitos autores (Castells, 2010; Cardoso, 2007) vão definir como “sociedade em rede” para fazerem referência a outros modos de organização social fortemente mediado pelos mídias, no marco dos quais uma outra ambiência, menos centralizada e hierárquica, vai produzir interconexões profundas

e reordenamentos nos processos e interações comunicacionais, especialmente a partir do surgimento da internet, conforme voltaremos a abordar mais adiante nesse artigo¹.

São essas compreensões iniciais em torno das noções de imigração, imigração qualificada e mídia que guiam as reflexões que passamos a propor a seguir em torno da presença dos mídia na construção da imigração qualificada como estratégia de afirmação da existência do Brasil como país de imigração.

Temos como objetivo identificar e compreender como vem se instaurando e se intensificando, no Brasil, a partir 2007, fluxos narrativos sobre a noção de “imigração qualificada” no marco dos quais podemos evidenciar a construção da noção de “qualificado” para fazer referência a imigrantes portadores de níveis diferenciados de escolaridade e especialização profissional, assim como de padrões de desenvolvimento económico e social das nações das quais procedem - especialmente as europeias -, os quais estariam preparados para ocupar postos de trabalhos carentes de mão de obra no Brasil.

Não temos a pretensão de quantificar unicamente, no espaço das mídia, essa presença temática e do debate sobre a “imigração qualificada” e da “transformação do Brasil em país de imigração”, mas tomar como ponto de partida evidências empíricas que atestam a intensificação, pelas mídias, de fluxos discursivos sobre esse crescimento, os quais, de certo modo, podem estar colaborando para a reconfiguração de dois modos dominantes de percepção sobre as migrações consolidados no imaginário brasileiro: o do Brasil como um país de emigração e o do Brasil como país receptor de imigrantes de matriz europeia no século XIX e início do século XX².

2. O BRASIL NO CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL

Na década de 80, o Brasil experimentou um crescimento significativo de fluxos migratórios de brasileiros direcionados ao exterior, especialmente para países como Estados Unidos, Japão, Paraguai e Inglaterra, (Garcia, 2005; Ribeiro, 1998; Sales e Lourreiro, 2004; Vitorio, 2007). Conhecido como a “década perdida”, os anos 80 foram marcados no Brasil por dificuldades económicas e altos índices de inflação que são apontados como alguns dos principais fatores desencadeadores dos processos migratórios de brasileiros para o exterior. Parte importante dos brasileiros que deixaram o país com destino à Europa e Estados Unidos esteve constituída por trabalhadores das classes médias e baixas que emigraram para trabalhar em serviços não especializados, embora, entre esses emigrantes, se situasse também uma parcela significativa de profissionais qualificados de áreas como informática, medicina e artes³.

Desencadeados nos anos 80 e intensificados nos 90, esses fluxos migratórios de brasileiros para o exterior têm raízes também em redes migratórias de brasileiros, que desde

¹ Como discutiremos mais adiante, não postulamos que a sociedade em rede é uma experiência nova, mas assinalamos sim sua reconfiguração a partir de um incremento da presença das tecnologias na vida social.

² Essa é apenas uma premissa orientadora tendo em vista que não é intenção desse artigo supor os impactos desses fluxos discursivos em audiências ou receptores específicos.

³ Embora não exista um levantamento do Ministério de Relações Exteriores do Brasil sobre o perfil dos brasileiros emigrantes, pesquisadores têm assinalado a diversidade de perfis, qualificações e motivos migratórios dos brasileiros que migraram para outros países. Um desses estudos recentes foi coordenado por Solé; Cavalcanti e Parella (2011) e versou sobre o perfil socioeconómico da comunidade brasileira na Espanha

as décadas de 60 e 70, em cidades como Governo Valadares, no estado de Minas Gerais, já alimentavam a emigração brasileira em direção a países como os Estados Unidos (Assis, Siqueira, 2009). A isso, associam-se também as redes familiares de descendentes de emigrantes que sempre atuaram como viabilizadoras ou facilitadoras da emigração de brasileiros para o exterior, como no caso dos descendentes de japoneses (*dekasseguis*) e de italianos.

O final dos anos 2000 marca um decréscimo no número de imigrantes nos Estados Unidos e em países da Europa, dentre os quais se encontram muitos brasileiros que empreenderam projetos de migração de retorno. Essa migração de retorno de brasileiros é registrada especialmente a partir do ano de 2008, em decorrência, sobretudo, do aumento da taxa de desemprego ocasionado pela crise econômica mundial que afetou muitos países que foram destino prioritário de brasileiros na década de 80 e 90, como Japão e Portugal⁴.

Contudo, no contexto dos movimentos migratórios internacionais, o Brasil não se situa unicamente como um país de emigração, mas tem-se posicionado também como um país de imigração que se formou historicamente pela presença das imigrações europeias que chegaram ao país no final do século XIX e início do século XX. Entre 1819 e fins da década de 1940, estima-se que chegaram ao país cerca de cinco milhões de migrantes, principalmente italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, mas também grupos migratórios menos expressivos numericamente como russos, austríacos, sírio-libaneses e poloneses (Seyferth, 2007)⁵. Pelo menos até meados da década de 1880, a região sul do Brasil tornou-se o destino prioritário desses migrantes, estimulados por políticas migratórias implementadas pelo governo imperial.

Posteriormente, o estado de São Paulo, na região Sudeste, ingressou nessa rota migratória, tornando-se o principal polo receptor de migrantes estrangeiros que chegaram ao país, inicialmente para atuarem na substituição da mão de obra escrava em uma conjuntura nacional de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Mais tarde, com a crise da cultura do café e o crescimento da economia urbano-industrial, os fluxos migratórios para o Brasil foram-se diversificando e tendo um destino cada vez mais urbano, o que favoreceu a inserção dos imigrantes em atividades comerciais e industriais e em atividades agrícolas ligadas à produção de alimentos para o mercado interno.

3. SELETIVIDADE E QUALIFICAÇÃO NA TRAJETÓRIA DO BRASIL DA IMIGRAÇÃO

A incorporação de imigrantes brancos esteve diretamente vinculada ao processo de consolidação da nação brasileira desde a independência e já evidenciava a presença de uma noção de seletividade e qualificação da mão de obra imigrante norteando as políticas migratórias da época, conforme destaca Seyferth:

[...] a existência da imigração coincidindo com o regime escravista e o discurso sobre 'trabalho livre', por princípio, excluía os negros - desqualificados, sobretudo

⁴ No Japão, o desemprego entre os brasileiros alcançou 40% em 2009. Já em Portugal, no final de 2009, havia mais de 10 mil brasileiros desempregados, segundo aponta o relatório da OIM de 2010. (Organización Internacional para las Migraciones (OIM), 2010).

⁵ Segundo Seyferth (2007), apesar do empenho do governo imperial que, até o final da década de 1870, utilizou o trabalho de agenciadores para trazer imigrantes da Europa, a imigração em massa só ocorreu na República, especialmente no período de 1887 e 1914, quando chegaram ao Brasil quase três milhões de imigrantes. Vale lembrar que, posteriormente, até os anos 1950 e 60, o Brasil continuou a receber imigrantes.

após a proibição do tráfico, em 1850, por sua suposta inferioridade racial e cultural, considerados incompatíveis com a civilização e incapazes de produzir desenvolvimento econômico” (Seyferth, 2000: 3).⁶

A existência de controle e seletividade migratórias, pautada, em alguns casos, na ideia de qualificação dos fluxos de imigração no Brasil, aparece associada, ainda, ao ideal do imigrante branco e europeu e se pauta no esforço de Estado e governos em assegurarem o que o país supostamente necessitava, ou seja, de “trabalhadores brancos e sadios, agricultores exemplares oriundos do meio rural europeu, com todas as “boas qualidades” do camponês e do artífice, obedientes à lei, dóceis e morigerados⁷, de moral ilibada⁸, etc. Dentre esses europeus, eram considerados “indesejados” distintos grupos, como refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos, velhos, comunistas e os condenados criminalmente. (Seyferth, 2000).

A partir do incremento da entrada de estrangeiros no país, a tese do “branqueamento” da população brasileira sustentou ainda o debate sobre a necessidade de assimilação dos migrantes, presente desde meados do século XIX, e que perdurou durante a chamada era Vargas, a partir de 1937⁹. Se, por um lado, essa tese situava os europeus como parte de um processo de miscigenação cultural, por outro lado, havia uma expectativa da integração destes mesmos imigrantes à cultura nacional através de seu “abrasileiramento”.

O imaginário nacionalista, obsessivamente apegado a um sentido étnico de formação nacional, ajudou a criar não só outras formas de exclusão por graus de assimilabilidade, ao privilegiar imigrantes de comprovada latinidade, como reafirmou os preceitos racialistas de desqualificação dos “nativos da Ásia e da África” que, no início da República, estavam consignados em uma lei que, posteriormente, foi revogada. A construção simbólica da individualidade nacional ajudou a produzir, portanto, os preceitos de exclusão que marcaram a política migratória no Brasil (Seyferth, 2000).

O caráter seletivo da imigração persiste como tendência até o período da Segunda Guerra Mundial, conforme observa o pesquisador Helion Póvoa Neto (2012), ao lembrar que critério de seleção era principalmente o de ser agricultor, atividade exercida pela maioria dos italianos, japoneses e espanhóis que vieram para o Brasil. Posteriormente, embora o país não tenha parado de receber imigrantes, não houve uma preocupação efetiva que levasse os governos a adotarem alguma política ativa em relação às migrações. O pesquisador alerta, ainda, para a dificuldade de realizar controle e seleção de imigrantes em países como o Brasil, que tem fronteiras extensas e vive hoje uma situação econômica relativamente melhor do que a dos países vizinhos.

Mais recentemente, a partir de 2007, podemos observar que as questões da seletividade e da qualificação ganham visibilidade e retornam ao debate público, inclusive associadas à

⁶ É preciso considerar, ainda, segunda a mesma autora, que antes e depois da abolição, cogitar uma corrente migratória da África para o Brasil seria o equivalente ao restabelecimento indireto do tráfico de escravos. (Seyferth, 2000).

⁷ Morigerado faz referência a que tem um modo moderado de vida e é bem-educado.

⁸ Pura, intocada, imaculada.

⁹ A campanha de nacionalização do Estado Novo aconteceu durante a era Getúlio Vargas e consistia em um conjunto de medidas para diminuir a influência das comunidades de imigrantes na cultura brasileira e para sua integração à cultura do país. Ou seja, a necessidade de assimilação, por parte dos nascidos fora do país, à nação brasileira em nome da unidade nacional, como explica Seyferth (1999).

discussão específica sobre políticas migratórias, para o qual colabora, de modo importante, a emergência de um fluxo de narrativas midiáticas que apontam para um retorno do posicionamento do Brasil como país receptor de imigrantes.

Essas narrativas comportam, por um lado, uma ampla geração e circulação, em espaços midiáticos digitais, de um conjunto de dados estatísticos e censitários produzidos por instituições governamentais. Esses dados, que sugerem já o protagonismo atribuído pelos mídia às fontes governamentais na produção da existência midiática das migrações, colaboram para o registro da presença quantitativa de estrangeiros e a instauração de um conjunto de evidências em torno da transformação dos fluxos migratórios recentes que vão posicionando o Brasil como destino de imigrantes internacionais na última década. Os trechos das notícias que se seguem, ilustram essa perspectiva.

27/07/2012 - Diário de SP- ... Um sonho compartilhado por mais de 1,5 milhão de pessoas de fora que estão legalmente por aqui, quase a metade no estado de São Paulo, de acordo com dados do Ministério da Justiça. O número é 60% maior do que em 2010, quando havia 961 mil estrangeiros no país.

05/02/2012- Folha de S. Paulo - ... O número de trabalhadores estrangeiros no Brasil cresceu 57% no ano passado, chegando a 1,51 milhão em dezembro, informa reportagem de Patrícia Campos Mello publicada na edição deste domingo da Folha. As estatísticas são do Ministério da Justiça.

No ano de 2011, as mídia dão difusão, por exemplo, a dados do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça que apontam para um crescimento de 50% do número de estrangeiros regulares registrados junto ao Departamento de Polícia Federal no Brasil, se comparado aos registrados em 2010¹⁰. Indicadores do Ministério de Justiça do Brasil, também publicados por diferentes mídia registam, ainda, um crescimento no número de vistos para realização de trabalhos temporários, estudos e pesquisa no país. Os setores produtivos brasileiros ligados ao turismo e infraestrutura (como o setor de construção de plataformas, por exemplo), além dos setores artísticos e empresariais, aparecem, nessas estimativas, como os que mais têm abrigado, na atualidade, os trabalhadores estrangeiros requerentes de visto de trabalho. Dados divulgados em 30 de junho de 2012 pela Coordenação Geral de Imigrações, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, apontam para o aumento das autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros, a partir de 2009.

2009	2010	2011	2012 (até 30 de junho)
42.914	56.006	70.524	32.913

Tabela 1 - Autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros no Brasil entre 2009 e 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – TEM – Base Estatística (30.06.2012)

Esses mesmos dados revelam, ainda, que Estados Unidos, Haiti, Filipinas, Reino Unido, Alemanha, Índia, China, Japão, Itália, Coreia do Sul, França e Portugal ocupam os primeiros

¹⁰ Segundo o órgão, até junho de 2011, o Brasil já possuía cerca de 1.466 milhões de estrangeiros, enquanto em dezembro de 2010, essa cifra não ultrapassava os 961.877 mil.

12 lugares na relação dos 30 países para os quais foi concedida a maioria das autorizações de trabalho no Brasil entre 2009 e 2012 (Ministério do Trabalho e do Emprego, 2012). Essa nova presença imigratória no Brasil tem sido enunciada pelas mídias igualmente através da divulgação de cifras como a dos 1.105 investidores estrangeiros que se instalaram no Brasil em 2009 oriundos principalmente de países como Itália, Portugal, China e Espanha¹¹.

Alguns dos argumentos levantados pelo governo brasileiro e divulgados por mídia nacionais e internacionais para justificar esse significativo aumento da imigração estrangeira para o Brasil estão relacionadas ao crescimento económico do país nos últimos anos, à consolidação de sua presença e visibilidade no mercado político e económico internacional e, de modo mais imediato, à necessidade de mão de obra para a construção de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016¹².

Essa ênfase em uma quantificação dos fenómenos migratórios, que tem sido recorrente na cobertura midiática em muitos países que registam crescimento de fluxos migratórios, também podem assumir matizes que sugerem, frequentemente, a criação de um clima mais de alarme do que compreensão em torno da presença da diversidade cultural migratória, segundo tem alertado pesquisadores sobre o tema em diferentes países (Cogo, 2006; Diez, 2005; Van Dijk, 1997). No conjunto das narrativas midiáticas que analisamos, o recurso da quantificação das imigrações para o Brasil colabora também para a criação de uma ambiência de excesso, temor e descontrolo frente à chegada de alguns grupos de imigrantes, como é o caso recente dos haitianos que começaram a ingressar no país, especialmente a partir do final de 2011. Parte da cobertura midiática sobre a entrada de imigrantes procedentes do Haiti pelas fronteiras da região norte do país esteve marcada por um tom sensacionalista através da utilização de um campo semântico e de imagens que sugeriam “chegada massiva”, “invasão”, “descontrolo por parte das autoridades” e “ilegalidade por parte dos imigrantes”, etc., conforme pudemos observar em muitos materiais informativos e reportagens veiculadas sobre o assunto. Ao mesmo tempo, houve um conjunto de intervenções em diferentes espaços da internet, por parte de setores sociais e migratórios, os quais polemizaram em torno do tratamento dado à imigração haitiana pelo governo brasileiro e pelos próprios mídia¹³.

No entanto, essas estimativas e dados estatísticos sobre a imigração internacional no Brasil constituem apenas indicadores parciais da ampliação da presença estrangeira no país,

¹¹ Ver exemplo em <http://www.elconfidencial.com/opinion/bem-vindos-brasil/2012/09/02brasil-recibe-30-millones-de-euros-de-394-inversores-espanoles-9777/>.

¹² Embora não tenha sido o foco específico desse artigo, a mídia estrangeira também tem participado ativamente da construção desse fluxo narrativo ao noticiar regularmente a preocupação do país em atrair mão de obra de países europeus, como Portugal e Espanha, para áreas da educação e ciência e tecnologia e especialmente para as obras de infraestrutura da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Exemplos são notícias veiculadas em <http://www.eleconomista.es/economia/noticias/3485785/10/11/3/Brasil-quiere-trabajadores-espanoles-para-hosteleria-y-construccion.html> e http://internacional.elpais.com/internacional/2012/02/06/actualidad/1328531017_210574.htm

¹³ Dentre outras, são exemplos as seguintes matérias difundidas sobre o tema: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,GIM1758826-7823-HAITIANOS+ATRAVESSAM+FRONTEIRA+ILEGALMENTE+PARA+VIVER+NO+BRASIL,00.html>; <http://blog.daamazonia.blog.terra.com.br/2012/01/04/migracao-em-massa-de-haitianos-deixa-brasileira-no-acre-em-situacao-de-colapso/>; <http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2012/01/04/em-fuga-para-o-brasil-haitianos-sao-vitimas-de-espancamentos-estupros-e-mortes-no-peru-e-bolivia/>; <http://tv.estadao.com.br/videos/HAITI-ASSISTE-A-FUGA-DE-SUA-POPULACAO-DOIS-ANOS-APOS-TERREMOTO,157798,0,0.htm>; <http://wp.clicrbs.com.br/editor/2012/01/12/editorial-apoia-controle-do-ingresso-de-haitianos-no-pais-voce-concorda/?topo=13,1,1,1,13???0000000>; <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-haiti-e-aqui/>; <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/diaspora-haitiana/>; <http://sul21.com.br/jornal/2012/01/conselho-disciplina-concessao-de-visto-de-permanencia-parahaitianos/>; http://www.Cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19372; http://cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5409.

ao não revelarem uma série de questões qualitativas que demarcam as atuais dinâmicas de chegada, trânsito e permanência dos movimentos migratórios no país. Essas questões, que gradualmente se fazem presentes nas narrativas midiáticas que propomos analisar, incluem, dentre outras, a invisibilidade gerada pela condição jurídica de não regularização de muitos imigrantes que chegam ao Brasil ou, ainda, a relação entre incremento da imigração para o país e os processos de regularização de estrangeiros através da amnistia migratória implementada pelo governo brasileiro em 2009.¹⁴

4. MÍDIA E A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE AS MIGRAÇÕES

Embora o próprio fenômeno das migrações transnacionais não seja uma novidade, Appadurai (2005) chama a atenção, contudo, para o caráter recente dessa história ou da visibilidade atribuída às narrativas sobre as migrações de massa, voluntárias ou impostas. As reflexões do autor sugerem que a justaposição dos movimentos migratórios aos fluxos acelerados de imagens, cenários e sensações difundidos pelos meios de comunicação pode tornar –se provocadora de uma nova ordem de instabilidade na criação das subjetividades modernas, no âmbito das quais se constituem, de modo singular, as próprias experiências migratórias transnacionais.

A pesquisa acadêmica em torno das relações entre mídia e migrações que, em diferentes contextos nacionais, vem-se ocupando de reunir e entender essas narrativas produzidas pelos mídia impressos e digitais, tem atestado, nas últimas décadas, a produção de uma ambiência midiática marcada pela crescente presença de imagens e representações midiáticas criminalizadoras das migrações contemporâneas através, por exemplo, da frequente associação dos migrantes a “problemas”, “ameaças” e “conflitos” (Badet, 2011; Van Dijk, 1997; Ferin, 2003; Cogo, 2006; Santamaría, 2008).

Nas percepções de imigrantes, também recolhidas através de entrevistas, por algumas dessas pesquisas, tais representações têm contribuído para fixar e constituir memórias transnacionais em torno dessa criminalização, demandando desses próprios imigrantes e de suas redes e organizações a produção de mídias que possam construir e difundir discursos contrahegemônicos.

Assim, os fluxos midiáticos sobre as migrações vão sendo compostos tanto pela ação dos mídia convencionais e das grandes organizações midiáticas, como pelas microintervenções narrativas dos próprios imigrantes e de suas redes e associações que se tornam enunciadores das suas experiências de mobilidade através, por exemplo, da criação e manutenção de espaços midiáticos próprios como blogs, sites, sites de redes sociais (Facebook, YouTube, etc.), ou da simples utilização de recursos comunicacionais como e-mail, listas de discussão, etc. (Cogo, Gutierrez, Huertas, 2008; Cogo, 2012, Brignol, 2010).

Mais recentemente, essa relação entre mobilidade humana e cultura midiática, vislumbrada por Appadurai (2005) a partir da perspectiva da comunicação de massa, começa ser analisada no marco de um tipo de ambiência ou experiência social que vem sendo nomeada

¹⁴ Aproximadamente 45 mil estrangeiros entraram com pedidos para regularização de documentos e a ampliação dos acordos de Residência do MERCOSUL que abrange os países integrantes do bloco (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e os países associados (Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Equador).

como sociedade em rede, na qual as tecnologias midiáticas desempenham papel preponderante. O próprio reordenamento contemporâneo evidenciado no processo de constituição das redes nas últimas décadas do século XX é tributário de processos em que as tecnologias da comunicação estão presentes de forma significativa, segundo destacam autores como Castells (2003), ao mesmo tempo em que constitui uma experiência que comporta formas e dinâmicas de organização espaciais e simbólicas específicas no campo das subjetividades, como é o caso das migrações.

Castells ocupa-se em enfatizar tanto o caráter comunicacional quanto a dimensão humana que assumem as redes na vida social no marco que denomina de redes comunicacionais. O autor define essas redes como estruturas comunicativas e pautas de contato criadas pelos fluxos de mensagens entre distintos comunicadores no tempo e no espaço, processando e fazendo circular fluxos de informação:

“Nas redes sociais e organizativas, os atores sociais, promovendo seus valores e interesses e interagindo com outros atores sociais, estão na origem da criação e programação das redes” (Castells, 2010, p. 45).

A interconexão dos mercados, das sociedades e das tecnologias da informação e comunicação (TICs), como eixo central da sociedade em rede, é compartilhada por outros pesquisadores, além de Castells, que se têm ocupado em identificar reconfigurações nas sociedades contemporâneas, a partir de dinâmicas de interações não hierárquicas, flexíveis e interdependentes. Como refere Molina (2004), a própria emergência do debate a respeito das redes está associada a uma sensação de interconexão que acompanha as relações contemporâneas e que não é específica apenas das redes, senão um fenômeno amplamente difundido.

Com o advento da *internet* e sua popularização a partir do final dos anos 90, características como a hipertextualidade, a multimidialidade, interatividade e personalização têm pautado a produção midiática contemporânea no contexto da sociedade em rede. Como assinala Henn (2012), essas novas configurações geram narrativas diferentes, pois há um convívio no mesmo ambiente entre textos verbais, audiovisuais, infográficos animados e interativos, jogos e uma série de situações semióticas que se gestam de modo integrado e ao mesmo tempo disperso. Nesse cenário, os chamados mídia locativos, como os *smartphones* e *tablets*, intensificam esses processos que podem ser definidos como transmidiáticos e transnarrativos.

As redes de relacionamento geradas nesses processos, conforme sintetiza Henn (2012), produzem a possibilidade de uma conversação pública que tem um impacto imediato em práticas como a do próprio jornalismo, pois são capazes de reverberar de forma instantânea e intensa os acontecimentos narrados e, muitas vezes, constituir, elas próprias, os acontecimentos¹⁵. Na perspectiva da teoria do agendamento ou *agenda setting*, é possível observar, segundo mesmo autor, alguns deslocamentos a partir temas que emergem originalmente das redes de relacionamento, embora seja necessário reconhecer que a chancela do chamado jornalismo convencional ainda concentra o estabelecimento das pautas públicas da sociedade¹⁶.

¹⁵ O autor lembra que as redes sociais não são, contudo, homogêneas e que não precisam ter os compromissos que possui o jornalismo.

¹⁶ Originalmente, a agenda setting falava dos temas públicos que o jornalismo impunha à sociedade com seus critérios e enquadramentos. Tratava-se de um processo unilateral, apesar da teoria já pressupor que a maneira como esses temas eram incorporados e apropriados pelos diversos segmentos sociais possuía certa autonomia (Henn, 2012).

5. MÍDIAS, IMIGRAÇÃO QUALIFICADA E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL COMO PAÍS DE IMIGRAÇÃO

A análise que propomos sobre as narrativas midiáticas sobre a imigração qualificada está orientada teórica e metodologicamente pelos princípios dos Estudos Críticos do Discurso (ACD) formulados por Van Dijk (1997, 2005, 2008, 2010). Do ponto de vista desses princípios, analisamos as narrativas midiáticas, não como objetos verbais autônomos, mas interações situadas e práticas sociais ancoradas em situações sócio-históricas, culturais e políticas. Não nos propomos a empreender uma análise de estruturas linguísticas ou gramaticais formais dessas narrativas midiáticas, optando por adotar uma abordagem interpretativa que nos permita identificar e analisar os eixos principais de sentidos que podem ser depreendidos das marcas materiais deixadas por seus enunciadores em diferentes espaços midiáticos. Entendemos que essas marcas fazem referência a modos heterogêneos de conceber as migrações que são também prévios e externos a essas narrativas midiáticas. Consideramos, ainda, nessa análise, os impactos e implicações dessa heterogeneidade na circulação e apropriação dessas narrativas por parte de diferentes setores sociais e na própria disputa política pela constituição de verdades e/ou consensos em torno da ideia de imigração.

A análise crítica dos discursos aqui proposta é desenvolvida a partir da observação, registo, e análise de um conjunto narrativas¹⁷ midiáticas digitais veiculadas em língua portuguesa no Brasil¹⁸ entre 2007 e 2012¹⁹, nos quais são tematizadas centralmente as migrações direcionadas ao Brasil. Essas narrativas foram produzidas e veiculadas por mídias convencionais como jornais, portais de notícias, agências de notícias e emissoras de televisão e rádio e por outros mídia como blogs, sites, sites de redes sociais²⁰, mensagens (e-mails) e arquivos de grupos de discussão. As narrativas produzidas e veiculadas nesses espaços são constituídas por diferentes gêneros, formatos, linguagens, que se materializam em textos informativos, matérias opinativas, reportagens, documentários, imagens, *posts*, comentários de grupos em sites de redes sociais como *Facebook*, etc., refletindo o atual cenário de hibridização e convergência midiática que caracteriza a dinâmica comunicacional contemporânea e que se intensificou com o surgimento da internet. Em função das características de fluidez, reverberação e reiteração de muitas dessas narrativas, não propomos uma quantificação ou rigorosa do número de narrativas analisadas, apenas estimamos os materiais empíricos sintetizados nas duas tabelas apresentadas a seguir.

Em uma primeira tabela, reunimos as modalidades de narrativas em espaços midiáticos convencionais que integraram a nossa análise (como jornais e portais online), as quais privilegiam a oferta de material jornalístico e, em uma segunda tabela, as modalidades de narrativas em outros espaços midiáticos (como sites, blogs, sites de redes sociais, etc.).

¹⁷ Optamos, assim, pelo uso do termo "narrativa" por considerarmos o mais adequado para traduzir, na perspectiva da convergência midiática, essa pluralidade e combinação de formatos, gêneros, modalidades e linguagens que podem ter caráter noticioso, informativo, opinativo, etc., e que possibilitam a instauração de conversações públicas que, em alguns casos, podem ter impacto no próprio jornalismo tradicional ou mesmo criarem os acontecimentos.

¹⁸ Considerando que, por se tratar de narrativas em modalidade online, estão acessíveis também fora do Brasil.

¹⁹ No processo de coleta de dados, foi possível observar um crescimento quantitativo dessas narrativas nos anos de 2011 e 2012.

²⁰ No caso dos grupos de sites de redes sociais, como Facebook, consideramos o grupo como um espaço macronarrativo que comporta, contudo, múltiplas micronarrativas. Vale lembrar que muitas narrativas dessas narrativas podem ter sido veiculadas em mais de um suporte, como, por exemplo, documentários exibidos em emissoras de televisão e disponibilizados, posteriormente, no site do YouTube.

Modalidade	Espaço midiático	Nº de narrativas analisadas por mídia (notícias, reportagens, etc.)
Agências de notícias ²¹	Agência Brasil	1
	Agencia EFE	3
	Agencia Financeira	1
	BBC	2
	France Presse	2
	Reuters/Brasil Online	1
Jornais/ Portais de notícias nacionais	Diário de Cuiaba	1
	Diário de SP	1
	Folha de S. Paulo	5
	Jornal Estado de Minas	1
	G1 - Globo.com	2
	Jornal O Globo	10
	Globo News	1
Televisão	Sul	1
Televisão	Jornal Nacional	1
Rádios	CBN	1
Revistas	Istoé Dinheiro	1
	Revista Época	1
		Total: 36

Tabela 2 – Modalidades de narrativas em espaços midiáticos convencionais

Fonte: Elaboração própria

Modalidade	Espaço midiático	Nº de narrativas analisadas por mídia (posts, etc.)
Blogs	Blog Ricardo Festi	1
	Blog Lusa Sol	1
Site	Instituto Humanitas Unisinos	2
	Outras palavras	2
Site	Vivir en Brasil	Várias
E-mails de lista e arquivo de notícias em grupos de discussão	ANEIB- Estrangeiros no Brasil	Várias
	Lista e arquivos	Várias
Site de Rede Social - Facebook	Grupos: Blog Espanoles en Brasil	Várias
	A Nova Geração de Patrícios no Brasil	Várias
	Brasil País de Imigração	Várias
	Imigrantes Haitianos no Brasil	Várias
	Italiani in Brasile	Várias
	Visa Brasil	Várias
E-mails e arquivos de notícias	ANEIB- Estrangeiros no Brasil	Várias
	Lista e arquivos	Várias

Tabela 3 – Modalidades de narrativas em outros espaços midiáticos

Fonte: Elaboração própria

Nesse conjunto de narrativas analisadas, foi possível identificar, inicialmente, o predomínio de uma dimensão economicista e laboral que pauta a tematização sobre o crescimento da imigração no Brasil e, associada a ela, a construção da noção de imigração qualificada que justificaria e impulsionaria a existência de um novo fluxo migratório para o país. Isso é perceptível, dentre outros, no uso recorrente do termo “mão de obra qualificada” para fazer referência à chegada de estrangeiros ao Brasil e à própria necessidade de trabalhadores qualificados para a economia brasileira, conforme ilustram títulos de notícias veiculadas em alguns dos principais jornais e portais online brasileiros.

02/07/2008 - Jornal O Globo - Falta de mão-de-obra ameaça crescimento do Brasil, diz NYT

21/05/2010 - Jornal O Globo - Falta de mão de obra qualificada atinge dois terços dos empregadores no Brasil, diz pesquisa

01/11/2011 - Jornal O Globo - Mão de obra qualificada é gargalo

17/11/2011 - BBC - Mão de obra estrangeira está no alvo de 14% das empresas no Brasil, diz estudo

07/03/2012 - CBN - Entrada de mão de obra qualificada é complexa, burocrática e desestimula empresas

07/05/2012 - Isto é Dinheiro - Mão de obra / O Haiti é aqui

05/02/2012 - Folha de S. Paulo - Brasil recebe 57% mais mão de obra estrangeira

20/05/2012 - Diário de Cuiabá - Brasil estimulará mão-de-obra qualificada

A esse respeito, podemos mencionar um conjunto de 28 notícias de caráter informativo observadas nos mídias convencionais que falam, especificamente, da chegada de imigrantes no Brasil relacionando o tema com as questões laborais²¹. Neste *corpus* de notícias, identificamos quatro grandes grupos temáticos: dez notícias que abordam de modo geral o aumento fluxo migratório para o Brasil; nove que focalizam a demanda de mão de obra qualificada no Brasil; sete sobre o aumento do fluxo migratório de haitianos²² para o Brasil e duas sobre o aumento do fluxo migratório de portugueses para o Brasil. Na tabela que segue, sintetizamos esses grupos temáticos:

²¹ De um total das 36 notícias analisadas nas mídias convencionais, oito não são específicas sobre a chegada de imigrantes para trabalhar no Brasil. Por esse motivo, destacamos nesta parte somente as específicas do contexto brasileiro para ilustrar como a temática está presente nos meios convencionais quando o enfoque é o Brasil. As outras oito notícias de caráter mais internacional também são importantes para ampliar a compreensão sobre a relevância e atualidade do tema no contexto brasileiro.

²² Os imigrantes haitianos ocupam o segundo lugar na obtenção de autorizações de trabalho concedidas pela Coordenação Geral de Imigração (CGI) do Ministério do Trabalho e Emprego. As 2311 autorizações concedidas indicam uma presença importante de haitianos como resultado da própria política de vistos humanitários adotada pelo governo brasileiro no início de 2012. O primeiro país em autorização de trabalho são os Estados Unidos, com 4646. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2012).

Mídia	Aumento do fluxo migratório de haitianos para o Brasil	Aumento do fluxo migratório de portugueses no Brasil	Aumento do fluxo migratório geral para o Brasil	Demanda de mão de obra qualificada no Brasil	Total
Agência Brasil	1				1
Agencia EFE				1	1
Agencia Financeira		1			1
BBC			1	1	2
CBN			1		1
Diário de Cuiaba				1	1
Diário de SP			1		1
Folha de S. Paulo	1		3		4
G1 - Globo.com	2				2
Globo News			1		1
Istoé Dinheiro	1				1
Jornal Estado de Minas			1		1
Jornal Nacional				1	1
Jornal O Globo	2		1	5	8
Revista Época			1		1
Sul 21		1			1
Total	7	2	10	9	28

Tabela 4 – Enfoque das narrativas analisadas nos mídia convencionais

Fonte: Elaboração própria

A observação desse conjunto de narrativas permitiu constatar a existência de um importante fluxo midiático dedicado à cobertura da chegada crescente de haitianos ao Brasil que se intensificou no final de 2011 e início de 2012, e a associação deste aumento com a demanda da mão de obra para o país. Ao analisar os conteúdos das notícias sobre imigrantes haitianos, observamos que, das sete notícias analisadas, três destacam a importância da formação destes imigrantes e os identificam como mão de obra qualificada, embora fique evidente também a forte vinculação desses imigrantes a serviços braçais, principalmente relacionados à construção civil, desconsiderando que parte dos haitianos que chegaram ao país seja portadora de qualificação profissional para a realização de trabalhos não braçais.

A partir da leitura das narrativas relacionadas a esses e a outros grupos migratórios que chegam ao país, é possível evidenciar a construção de uma noção de “qualificado” para fazer referência a imigrantes portadores de níveis diferenciados de escolaridade e especialização profissional, assim como de padrões de desenvolvimento econômico e social das nações das quais procedem, especialmente as europeias. São tais padrões que parecem justificar, ainda, a inclusão, na rubrica de “qualificados” de migrantes dos setores de serviços sem formação universitária, mas que, ao procederem dessas nações desenvolvidas, estariam preparados para ocupar postos de trabalhos carentes de mão de obra no Brasil.

Essa construção da imigração qualificada aparece, assim, sustentada na contraposição entre países desenvolvidos (como fornecedores ou emissores de mão de obra qualificada)

e países não desenvolvidos ou em desenvolvimento (como fornecedores de mão de obra não qualificada e também pólos emissores de emigração para o Brasil) e, relacionada a isso, a afirmação sobre a alta qualificação da mão de obra de determinados países da Europa e Estados Unidos que se dirigem ao Brasil.

17/11/2011 – BBC - [...] A maior demanda é por engenheiros, técnicos, professores e funcionários para cargos de executivo sênior ou gerente. A maioria desses empregados vem de países como Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Portugal e Espanha.

23/01/2012 - Jornal O Globo- Política nacional de migração prioriza a drenagem de cérebros, mas estabelece limites para os estrangeiros que chegam fugindo da pobreza. Facilitar a entrada de migrantes europeus e dificultar ou mesmo impedir a de negros é uma política recorrente na História do Brasil, sustentam especialistas. Ao longo da última semana, o governo anunciou medidas para restringir a migração de haitianos e, ao mesmo tempo, informou estar estudando formas de facilitar a vinda de trabalhadores qualificados provenientes de países da Europa [...]. Hoje nutre-se esta ideia de que precisamos só de imigrantes qualificados, mas tem faltado muito operário para a indústria pesada e para obras. Aproveitar esta mão de obra menos qualificada seria uma forma de promover o desenvolvimento nacional e também o dos imigrantes – afirma Vanessa, acrescentando que Peru e Bolívia são nossos vizinhos com maior fluxo migratório para o Brasil.

26/01/2012 – BBC - [...] A maior projeção do Brasil no exterior, aliada às crescentes restrições à entrada de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, está provocando uma diversificação no grupo de estrangeiros que têm optado por viver em terras brasileiras. Além de atrair cada vez mais imigrantes de países vizinhos e executivos europeus e americanos que fogem da crise econômica, o Brasil tem assistido a um aumento expressivo na chegada de migrantes e refugiados de nacionalidades que tradicionalmente não migram ao país.

05/02/2012 - Folha de S. Paulo – [...] Atualmente, a entrada de mão de obra barata, latino-americana, cresce muito mais rapidamente. Mas existe um número crescente de profissionais com curso superior, “refugiados da crise europeia”, em busca de oportunidades no Brasil...

Observa-se a presença de uma sobrevalorização da presença e contribuição das culturas de matriz europeia nas narrativas produzidas pela mídia brasileira a partir de uma construção de uma ideia de não qualificação e pobreza dos imigrantes oriundos de países ditos não desenvolvidos da América Latina, Caribe e África, como é caso dos haitianos, que serve estrategicamente para afirmar a qualificação dos imigrantes de origem europeia ou mesmo norte-americana que, de certo modo, seriam necessários e bem vindos²³.

12/01/2012 - G1 - Globo.com - Cidades amazônicas fronteiriças se tornaram porta de entrada para haitianos; e governos estaduais têm reclamado do caos social provocado pela imigração nas cidades. Um exemplo é o município de Brasileia (AC), de cerca de 21 mil habitantes, na fronteira com a Bolívia, que concentra cerca de mil haitianos.

²³ Embora enunciados, muitas vezes, como “novos”, alguns desses imigrantes de origem latino-americana e africana já se encontravam no Brasil anteriormente à chegada de europeus e outras nacionalidades integrantes desses novos fluxos migratórios para o Brasil.

26/01/2012 – BBC – [...] No último dia 12, o governo agiu para controlar o maior desses novos fluxos, o de imigrantes do Haiti que têm entrado no Brasil pela Amazônia, ao estabelecer um limite de cem vistos de trabalho a haitianos por mês.

19/03/2012 - Jornal O Globo - [...] O Brasil tem atraído todo tipo de imigrante: desde os altamente qualificados até pessoas em situação de absoluta pobreza, caso dos haitianos. Mas o governo brasileiro tem deixado bem claro que só quer os qualificados.

05/02/2012- Folha de S. Paulo – [...] O principal fator para esse salto no número de imigrantes legais foi a chegada de trabalhadores de países vizinhos. Desde 2009, triplicou o número de imigrantes peruanos legais. O de paraguaios e bolivianos cresceu mais de 70%. Comunidades com presença antiga no país, como japoneses e europeus, têm crescido mais lentamente. O crescente fluxo migratório de países latino-americanos tem sido acompanhado por uma mudança significativa no perfil dos trabalhadores que vêm para o Brasil. Os imigrantes dos países vizinhos em geral têm baixa escolaridade e pouca qualificação.

27/07/2012 - Diário de SP - [...] Latino-americanos, que têm histórico de emigração para o Brasil em busca de trabalhos braçais, também estão vindo à procura de ascensão profissional. É o caso do confeitoiro chileno Luis Balboa Coñoen, de 33 anos, que veio em 2011 para São Paulo ...

Nessas narrativas postas em circulação por uma parte da mídia brasileira é possível observar uma reatualização de sentidos de pertença às culturas europeias, que havíamos constatado em pesquisa anterior sobre o tratamento midiático das imigrações internacionais no Brasil no início da década de 2000. Nesse momento, essas imigrações já eram significadas pela mídia impressa brasileira através de um amplo agendamento que privilegiava e enaltecia as tradições, festas e elementos da cultura dos imigrantes de origem europeia que chegaram ao Brasil, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, no século XIX e início do século XX. (COGO, 2006)

Embora, a esse respeito, encontremos também, tanto nos mídia convencionais como nos demais espaços mediáticos analisados, contrafluxos narrativos mais recentes que evidenciam um deslocamento de sentidos em torno, por exemplo, da não qualificação da imigração haitiana, em alguns casos, quando pesquisadores e representantes de organizações de apoio às migrações - que estão inseridos, comprometidos ou atuantes no cotidiano - dessa imigração são buscados e evocados como fontes na construção dessas narrativas.

30/09/2012 – Carta Capital - “No começo do ano tínhamos vários haitianos nos pátios da Missão, e aí resolvemos criar uma metodologia de trabalho, que consistiu na preparação dos currículos. Começamos então a avisar as empresas em busca de trabalhadores. Muitos delas vieram até nós”, explica Ana Paula Cafeu, assistente social na Missão Paz e mediadora do Eixo do Trabalho. “Eu ligo para os empresários e falo quem são as pessoas que temos aqui, de onde vêm, como são. Conto que são pessoas qualificadas, que atuam em diversas áreas. Mas cabe frisar que o nosso serviço não é o de uma agência de empregos. Nossa tarefa é facilitar a colocação do imigrante no mercado de trabalho e a de evitar que caiam nas mãos do trabalho escravo” esclarece a assistente. Apesar disso, o grupo de mediadores notou um descompasso entre primeiras ofertas de emprego e o perfil dos que procuram trabalho. “Cerca de 17% desses imigrantes têm curso superior ou

formação acadêmica, e mais de 30% cursaram o nível médio. Então eles não aceitam qualquer oportunidade, mesmo porque eles destinam parte dos seus rendimentos para as famílias que ficaram no Haiti”, explica Ana Paula, que também adverte as empresas que oferecem empregos com salários baixos. “Para essas pessoas, não adianta trabalhar pelo salário mínimo.” É o caso Patrick Dieudonne, que chegou ao Brasil no dia 14 de setembro. Natural de Pétionville, região nobre de Porto Príncipe, Patrick é filho de professores, tem diploma universitário em relações públicas e aprendeu a falar português em pouco tempo. Aos 30 anos, já trabalhou na Agência Católica Internacional de Imprensa (APIC na sigla em francês), com sede em Genebra, na Suíça, e em empresas do ramo de comércio exterior, na China. Desde 2009 havia se estabelecido na República Dominicana, onde atuou como assessor de imprensa de um hotel cinco estrelas. Agora busca vida nova em São Paulo. “Vim para cá por razões econômicas, e sei que e sei que a cidade vai me oferecer muitas oportunidades. Espero que as portas estejam abertas” diz.

16/03/2011 - Folha de S. Paulo - [...] Mas o Itamaraty se preocupa com a possível “fuga de cérebros” do Haiti, de pessoas importantes para reconstruir o país, que ainda sofre consequências de um terremoto e de uma epidemia de cólera....

07/03/2012 - CBN – [...] Dizer que 4 mil haitianos é um fluxo migratório é bizarro, esse número é muito baixo – afirma o professor de Antropologia da Unicamp Omar Ribeiro Thomaz. – O Brasil recebeu no ano passado 50 mil estrangeiros, a maioria portugueses, e isso não foi tema de discussão, ao contrário, foi visto como resultado do sucesso do país, que agora está atraindo mão de obra qualificada. Mas não sabemos sequer se esses haitianos têm qualificação. Muitos têm curso superior e técnico e são alfabetizados em dois idiomas (francês e crioulo). Não é porque são negros que vão virar favelados. Quem disse que não são capazes de arrumar um emprego?

10/03/2012 - Jornal O Globo – [...] “Saintanier, de 25 anos, consegue se comunicar em português e até lê jornal. Ele conta que era professor de matemática e cursava engenharia numa universidade no Haiti e largou tudo para vir para o Brasil – atraído não só pelo futebol, mas especialmente pelas oportunidades de emprego e pelo sonho de crescer na vida. Como professor, segundo ele, ganhava US\$ 1.500 por trimestre, o equivalente a US\$ 500 (R\$ 896) por mês.

Nos materiais midiáticos analisados, é possível observar, ainda, que a construção da imigração qualificada é demarcada por uma escassa oferta e proposição de argumentos em torno das causas históricas e estruturais dos processos de desigualdade que concorreriam para os processos de “não qualificação” ou “precariedade” da mão de obra brasileira. Ao mesmo tempo e relacionado a essa construção, é postulado, por essas narrativas, um modo homogêneo de conceber os padrões de desenvolvimento e de modernidade ainda não alcançados pelo Brasil e que poderiam ser impulsionados por essa mão de obra imigrante (Solé, 2001). Nessa perspectiva, entendemos que a própria noção de imigração qualificada pode nutrir ou reforçar a construção da ideia de nações desenvolvidas e não desenvolvidas, na qual subjaz, dentre outras, uma visão desenvolvimentista e civilizatória ancorada na homogeneização das realidades diversas e desiguais no interior e entre sociedades nacionais.

No entanto, essa dimensão narrativa pode operar, também, em certa medida, para uma desestabilização desses sentidos dominantes relacionados às culturas europeias ofertados

pela mídia brasileira em torno da imigração qualificada. A emergência de uma dimensão contradiscursiva da Europa como país de emigração deixa subjacente também a ideia de um protagonismo europeu na promoção da fuga de cérebros, associada à crise econômica atravessada por países da Europa, a qual estaria ocasionando a diminuição de oportunidades de trabalho para seus cidadãos que não teriam senão a opção de emigrar.

18/03/2012 - Folha de S. Paulo - [...] “Alexandre é parte do que se tornou conhecido na Europa como “geração à rasca” (em apuros) ou “geração mil euros” (referência aos baixos salários que recebem em seus países de origem). São jovens qualificados que não acham trabalho ou estão subempregados devido à crise econômica que atinge o continente desde 2008... Para o também engenheiro civil português Marco Figueiredo, 34, a situação está mais fácil. “Devido à demanda na área da construção, a empresa em que trabalho aqui dobrou o quadro de funcionários nos últimos anos”, conta ele, instalado na cidade desde janeiro. “Em dezembro, em Lisboa, por falta de contratos, eu estava trabalhando só duas horas por dia.”

25/03/2012 - Agência Financeira - [...] “Bastos desembarcou no Brasil em junho de 2011, após um ano sabático em que fez um MBA em Setúbal. Antes disso, trabalhou e estudou na Alemanha e na Inglaterra. «Quando estava em Portugal, na minha casa, pensei em ficar. Mas a crise instalada no país espanta essa vontade».

27/07/2012 - Diário de SP -- [...] “Para o advogado Grover Calderón, presidente da Aneib (Associação Nacional de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil), esse crescimento ocorreu porque pessoas com o perfil de Lotto também passaram a ter interesse pelo Brasil. “Neste momento, a maioria tem qualificação e vem de países em crise econômica, à procura de trabalho, já que o Brasil está precisando de mão de obra qualificada para diversos setores. No caso dos europeus e americanos, a falta de emprego por lá faz com que olhem para nosso país, onde são requeridos pelo preparo tecnológico que têm”, diz Grover, peruano que está há 15 anos em São Paulo.

Esse deslocamento é reforçado pela própria presença predominante da expressão “fuga de cérebros”, inclusive nos títulos de muitas notícias, a qual sugere tanto uma individualização das causas imigração - ao responsabilizar os indivíduos pela própria imigração -, quanto um protagonismo por parte das nações que permitem que seus trabalhadores qualificados migrem de modo massivo. A não menção ao Brasil como promotor de *brain drain* ou “drenagem de cérebros”, para a captação de mão de obra qualificada, colabora para o reforço desse protagonismo europeu na promoção da emigração de seus cidadãos. Por sua vez, os especialistas - como acadêmicos e representantes de organismos nacionais internacionais - avalizam a fuga de cérebros como sentido dominante desses novos fluxos migratórios ao serem convocados, pelos mídia analisados, como principais fontes para análise dos movimentos de imigração para o Brasil.

Os exemplos reunidos a seguir ilustram essa construção de sentidos sobre a inversão dos novos fluxos de mão de obra qualificada para o Brasil anunciadas por narrativas midiáticas já em 2007, ano em que começa a se desencadear a crise econômica nos Estados Unidos e na Europa. Ao lado de narrativas que ainda mostravam a mobilidade de países não desenvolvidos como Brasil em direção a nações desenvolvidas, em 2007 e 2008, já encontramos algumas que já enunciam a inversão do fluxo migratório, como a notícia veiculada

da Agência EFE em 30 de agosto de 2007. A partir de 2009, tornam-se predominantes os fluxos sentidos sobre a chegada, ao Brasil, de mão de obra qualificada oriunda de países desenvolvidos, com a utilização, muitas vezes, da palavra “fuga de cérebros” no próprio título.

17/01/2007 - Agência EFE - Evitar “fuga de cérebros” é vital para desenvolvimento, afirma diretor do BM.

08/08/2007 - France Presse - Fuga de cérebros e de mulheres é cada vez maior na América Latina (Cepal)

30/08/2007 - Agência EFE - Barroso alerta para “fuga de cérebros” europeus

20/02/2008 - Reuters/Brasil Online - “Fuga de cérebros” de países pobres não é tão grande, diz OCDE

26/03/2009 - Agência EFE - Matemático nega que “fuga de cérebros” afete o Brasil

02/10/2010 - Jornal O Globo – FGV²⁴ vê fuga de cérebros do país

21/07/2011 - France Presse - A Grécia vive o drama da fuga de cérebros

Esses fluxos narrativos em torno do caráter da nova imigração que chega ao Brasil tem sido propulsores, ainda, do debate público em torno da proposição de políticas migratórias e de uma nova lei de migração para o país²⁵, no marco da qual as chamadas imigrações seletivas ou qualificadas poderiam ser priorizadas. Os espaços dos mídia passaram, nesses últimos anos, a abrigar também narrativas que servem para desencadear e fomentar debates, frequentemente polêmicos, envolvendo diferentes setores governamentais e não governamentais, principalmente a partir da chegada de haitianos ao Brasil, fluxo associado predominantemente à imigração não qualificada.

No marco desse debate, e amplamente visibilizada pelos mídia, situa-se a decisão tomada pelo governo brasileiro, em janeiro de 2012, de limitar a 1.200 anuais os vistos humanitários que vinham sendo concedidos aos imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil²⁶. Impulsionada também pela repercussão de ingresso desses imigrantes, em janeiro de 2011, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República anunciou que estava trabalhando para o lançamento de uma nova medida, elaborada por uma equipe de economistas, juristas, demógrafos e sociólogos, visando à promoção de um processo de imigração seletiva para o Brasil com o objetivo de atrair mão de obra especializada para prover a necessidade de setores produtivos específicos.

²⁴ Fundação Getúlio Vargas.

²⁵ A nova legislação substituiria a atual Lei do Estrangeiro, em vigor desde 1980, período da ditadura militar no Brasil.

²⁶ Segundo a decisão, os novos vistos passariam a ser solicitados na Embaixada do Brasil no Haiti e concedidos individualmente, possibilitando, posteriormente, a reagrupação familiar. Até então, o governo brasileiro vinha concedendo, sem limitação, vistos humanitários aos haitianos que tiveram seus pedidos de refúgio negados por não se incluírem nos requisitos da Convenção de Genebra e da lei brasileira 9474/97. Os pedidos eram enviados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o qual decidiu autorizar a concessão de residência permanente por motivos humanitários. Até 2 de janeiro de 2012, 709 processos de haitianos nessa modalidade foram deferidos e publicados no Diário Oficial da União. A entrevista coletiva do anúncio da limitação de vistos concedida, em 18 de janeiro de 2012, pelos Ministros da Justiça, Relações Exteriores e Trabalho e Emprego, Exteriores pode ser vista <http://www.youtube.com/user/MREBRASIL#p/u/0/YKzLDZqJ8IE>. Em dezembro de 2012, o Conselho Nacional de Imigração anunciou que flexibilizaria a medida limitadora e ampliaria a concessão de vistos permanentes para haitianos interessados em migrar para o Brasil.

A iniciativa gerou um conjunto de críticas, produzidas e difundidas em sites de redes sociais e grupos de discussão envolvendo, dentre outros, setores acadêmicos, associações de migrantes e organizações de apoio às migrações, que identificaram a medida como uma política de “drenagem de cérebros”, que teria como objetivo limitar a presença de determinados grupos migratórios – como os haitianos²⁷. Segundo esses setores, o governo brasileiro estaria abandonando a estratégia de construção de uma política migratória legítima, iniciada durante o governo Lula, para promover uma estratégia de atração de mão de obra especializada para prover necessidades de determinados setores produtivos.

Essas narrativas têm-se encarregado de expor, igualmente, disputas em torno do tema das políticas migratórias que se desenrolam no interior da própria esfera governamental, conforme registra matéria publicada pela BBC.²⁸ A notícia publicada informa que a Secretaria Nacional de Justiça se posiciona contra qualquer tipo de favorecimento direto para imigrantes qualificados baseada na premissa de não discriminação no ato de concessão de vistos permanentes, ao mesmo tempo em que deixa evidente que a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República defende a atração de mão de obra qualificada em detrimento de imigrantes sem capacitação profissional.

No marco desse debate, pesquisadores das migrações, redes e associações de migrantes e organizações de apoio às migrações, ocupam os espaços dos mídias para construir posicionamentos em conversações que circulam especialmente nos sites de redes sociais como Facebook, mas também em blogs e listas de discussão - como as do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) e da Associação de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil (ANEIB) -, onde defendem uma mudança na legislação brasileira que não priorize o controle e restrição da entrada de migrantes ou privilegie a migração seletiva e também alertam para os riscos de reduzir ao âmbito legal a questão da inserção dos novos migrantes no país. De acordo com as narrativas midiáticas que esses setores colocam em circulação, as políticas migratórias deveriam incluir, a adoção de políticas de integração que abrangesse, dentre outras, a oferta de cursos de português aos imigrantes e a sua capacitação para o mercado de trabalho.²⁹ Além disso, esses setores têm se preocupado em enfatizar a importância de entender os processos de mobilidade humana não como seleção ou controle, mas como um direito, a ser garantido principalmente para as pessoas que desejam migrar para obter melhores condições de vida.

No âmbito de microespaços das redes sociais, o deslocamento de uma dimensão economicista no tratamento das imigrações em prol de uma pluralização da experiência de ser migrante se constrói também a partir da tematização de outras perspectivas, que emergem por iniciativa de redes formais e informais constituídas pelos chamados novos

²⁷ A esse respeito, ver <http://educarparaomundo.wordpress.com/2012/01/16/imigracao-seletiva-e-drenagem-de-cerebros-projeto-da-secretaria-de-assuntos-estrategicos-da-presidencia-do-brasil/>

²⁸ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120518_imigrantes_qualificados_am.shtml

²⁹ Sobre essa questão, consultar <http://xa.yimg.com/kq/groups/12828115/831119572/name/Projeto+de+Nova+Lei+do+Estrangeiro.pdf>, onde está disponível texto do Projeto de Lei n. 5.655, de 2009 (Apensado o PL nº 206/11 que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional e da naturalização, as medidas compulsórias, transforma Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências ou, ainda, o Manifesto em Defesa de uma Nova Lei de Migração Pautada nos Direitos Humanos e na Solidariedade entre os Povos elaborado pelo Fórum Social da Migração e Direitos Humanos no Brasil: <https://docs.google.com/file/d/0B2YKCpmV6iOaSDF5WHBjV0paekk/edit?pli=1>

imigrantes que têm o país como destino. A partir do compartilhamento de relatos de experiências sobre o Brasil como país de imigração, os novos imigrantes, ou mesmo aqueles que têm a emigração para o Brasil como horizonte, expõem também as contradições e necessidades quotidianas e cidadãs que conformam seu quotidiano. Exemplos, no Facebook, são os grupos Nova Geração de Patrícios no Brasil de imigrantes portugueses)³⁰, Espanhóis em Brasil³¹ e Imigrantes Haitianos no Brasil³² ou, ainda, o blog Español en Brasil³³ e o site Vivir em Brasil³⁴.

Obtenção de trabalho e documentação, informação em torno da legislação migratória brasileira, experiências enfrentadas nos processos de inserção no novo contexto de imigração, busca de compatriotas no Brasil, esforço de constituição e manutenção de redes nos países de imigração e de origem, são alguns dos aspectos que se destacam desses relatos dos imigrantes, que sugerem, por seus matizes de cotidianidade, a desestabilização ou pelo menos a pluralização da noção de imigração qualificada ao construir o Brasil ou os Brasis como diferentes países de imigração.

Essa desestabilização torna-se útil, no nosso entender, para afrontar uma visão sistémica das migrações que, contida na própria noção de imigração qualificada, tende a homogeneizar e diluir as singularidades e imprevisibilidades que constituem as experiências migratórias contemporâneas (Mezzadra, 2005). Em espaços midiáticos não convencionais, como os *sites*, *blogs* e *sites* de redes sociais, ainda que marcados pela fragmentação, há maiores possibilidades de encontro com as próprias falas imigrantes e com os múltiplos aspectos das subjetividades e temporalidades que vão aparecer articuladas nos processos de agenciamento individual e coletivo que compõe o percurso desses novos imigrantes que chegam ao Brasil. Muitos desses espaços oferecem sínteses sobre essa pluralidade de posições, vínculos, relações, conflitos e disputas sociopolíticas, económicas e culturais que envolvem a chegada e instalação desses imigrantes no país e que não dizem respeito unicamente a aspectos institucionais das políticas migratórias, mas também a dinâmicas não formalizadas de um quotidiano que se tece nas interações comunicacionais e culturais das migrações³⁵ (Mezzadra, 2005, p. 47).

Ao se tornarem propulsora do próprio debate público sobre o lugar da imigração qualificada nas políticas migratórias brasileiras, esse conjunto de narrativas midiáticas heterogêneas que nos propusemos analisar vão conformando o Brasil como país de imigração e colaborando, assim, para a construção de uma outra visibilidade geopolítica nacional e internacional do país. O país vai buscando, desse modo, o reconhecimento de sua circunscrição

³⁰ <https://www.facebook.com/groups/225738657454471/>

³¹ <https://www.facebook.com/groups/espanolesenbrasil/?fref=ts>

³² <https://www.facebook.com/imigranteshaitianos.nobrasil?fref=ts>

³³ <http://espanolenbrasil.blogspot.com.es>

³⁴ <http://www.vivirenbrasil.com/>

³⁵ Ao observar essas dinâmicas migratórias contemporâneas e os usos das tecnologias, não acreditamos na mera dissolução das fronteiras ou simples anulação do espaço pelo tempo. Se pode ser muito sedutora a ideia de que “todos estariam juntos no compartilhamento de um mesmo tempo, o tempo real, o tempo do aqui e agora, o on-line, graças à mediação das tecnologias da informação e da comunicação (TICs)”, essa ideia pode esconder também assimetrias e desigualdades em termos de diferenças que marcam quem pode e de que forma é possível participar (BRIGNOL, 2010, p. 22). Ao falarmos de “subjetividade”, não desconsideramos, ainda, as causas “objetivas”, circunstâncias materiais e relações de dominação e desigualdade nas quais estão envolvidas as experiências migratórias.

no marco da tensão concernente às migrações transnacionais no contexto do capitalismo global. Tensão que se traduz, por um lado, na valorização das imigrações em crescimento no país e que impõe a necessidade de formulação de políticas migratórias por parte do Estado brasileiro e, por outro lado, na exigência de que o país assuma a necessidade de redução do excedente de mobilidade humana mediante políticas de controle (Mezzadra, 2012). Nesse ponto de intersecção entre a liberdade do sujeito e a ação de barreiras e limites impostos a essa liberdade por instituições e tecnologias de poder, que conduziria a esse novo posicionamento do Brasil no cenário global, a figura de muitos dos novos imigrantes que chegam hoje ao país concentraria um conjunto de contradições que dizem respeito estruturalmente à liberdade de movimento celebrada como um dos pilares da civilização ocidental moderna (Mezzadra, 2005, p. 45).

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. (1997). *Comunidades imaginadas – reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica
- Appadurai, A. (2005). *Après le colonialisme – les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris: Éditions Payot & Rivage.
- Assis, G. O., & Siqueira, S. (2009). Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 17 (32), p. 25-46.
- Badet, M. (2011). *La construcción del imaginario social de la mujer brasileña y de Brasil en España: análisis de la recepción mediática junto a estudiantes de 4º ESO de Barcelona, Sabadell y Sitges*. Tese de doutoramento não publicada. Doutorado em Comunicação Audiovisual e Publicidade, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha.
- Bakhtin, M. (2009). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Benetti, M. (2010) *Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. C. Lago, Claudia; M. Benetti (Org.) (3th ed., pp. 107-122). Petrópolis: Vozes.
- Brignol, L. (2010). *Migrações transnacionais e usos sociais da Internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana*. 2010. Tese de doutoramento não publicada. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Brasil.
- Cardoso, G. (2007). *A mídia na sociedade em rede: filtros, vitrines, notícias*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castells, M. (2010). *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castles, S. (2010). Entendendo a imigração global – uma perspectiva desde a transformação social. *REMHU Revista Internacional de Mobilidade Humana*, 18 (35), 11-43.
- Citelli, A. (2000). *Comunicação e Educação, a linguagem em movimento*. São Paulo, Editora Senac.

- Cogo, D. (2012). *Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais*. Rio de Janeiro, Tríbia.
- Cogo, D. (2006) *Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas*. Rio de Janeiro/Brasília: E-Papers/CSEM.
- Cogo, D., BADET, M. (2013) *Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil*. Barcelona-São Leopoldo: Institut de la Comunicació (InCom-UAB – Instituto Humanitas (IHU-Unisinos). (No prelo).
- Cogo, D & Brignol, L. (2011) D. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. *Matrizes (USP)*, 4, 75-92.
- Cogo, D., ElHajji, M. & Huertas, A. (Eds.) (2012) *Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales*. Barcelona: Institut de la Comunicació (InCom-UAB), Recuperado em 10 dezembro, 2012, de <http://incom.uab.cat/diasporas/> -
- COGO, D., GUTIÉRREZ, M., HUERTAS BAILÉN, A. (Coord.) (2008) *Migraciones transnacionales y medios de comunicación: relatos desde Porto Alegre y Barcelona*. Madrid : Los Libros de la Catarata.
- Diez, P, L, (2005). *Representación de género en los informativos de radio y televisión- Segundo Informe Representación de Género en los Informativos de Radio y Televisión*. Madrid: Instituto de la Mujer – Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales – Instituto Oficial de Radio y Televisión.
- Ferin, I. (2003). Imagens da imigração em Portugal. *Media & Jornalismo*. 2, (2) , 71-87.
- Garcia Canclini, N. (1995). *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Garcia, L. (2005). La migración de brasileños en el contexto de la globalización. *Migraciones Internacionales*. 3 (1), 165-173, 2005. Recuperado em 8 março, 2012, de, <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=15103107>
- Hall, S. (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Porto Alegre: DP&A.
- Henn, R. (2012, Outubro). As redes de relacionamento podem constituir, elas próprias, os acontecimentos. *Revista IHU Online*. Recuperado em 2 outubro, 2012, de http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4597&secao=400
- Mata, M. C. (1999). De la cultura masiva a la cultura mediática. *Diálogos de la comunicación*, 56 80-90.
- Mezzadra, S (2012). Capitalismo, migraciones y luchas sociales. La mirada de la autonomía. *Nueva Sociedad*, 237, 159-178.
- Mezzadra, S. (2005). *Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Milesi, R., Bonassi, M. & Shimano, M. L. Migrações internacionais e a sociedade civil organizada: entidades confessionais que atuam com estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior. *Portal da Casa do Brasil em Lisboa*. Recuperado em 3 novembro, 2009, de <http://www.casado brasil.info/spip.php?article123>
- Ministério do Trabalho e Emprego (2012). *TEM – Base Estatística*. Brasília: MTE.
- Molina, J, L.(2004). La ciencia de las redes. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*. 11, 2004. Recuperado em 23 abril, 2007 de http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/public_archivos/ciencia.pdf.

- Organización Internacional para las Migraciones (2010) *Informe sobre las migraciones en el mundo 2010: el futuro de la migración: creación de capacidades para el cambio*. Ginebra, OIM.
- Padilla, B. (2010). Algunas Reflexiones sobre las Migraciones Altamente Cualificadas: Políticas, Mercados Laborales e Restricciones. *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, 5 (2), 269-291.
- Pinto, M. (1999). *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker.
- Póvoa Neto, H. (2012, Outubro). Migração: processo espontâneo é criminalizado. *Revista IHU Online*. Recuperado em 2 outubro, 2012, de <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509050-migracao-processo-espontaneo-e-criminalizado-entrevista-especial-com-helion-povo-neto>
- Ribeiro, G.(1998). Identidade Brasileira no Espelho Interétnico. Essencialismos e Hibridismos em San Francisco. *Série Antropologia – Universidade de Brasília*, 241. Recuperado em 08 março 2012 de <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie241empdf.pdf>
- Sales, T. & Loureiro, M. (2004) Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. *Revista Brasileira de Estudos de População*. 21, (2), 217-239. Recuperado em 8 junho, 2012, de http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol21_n2_2004/vol21_n2_2004_5artigo_p217a239.pdf
- Santamaría, E. (Ed.). (2008). *Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales*, Barcelona: Anthropos.
- Seyferth, G. (2000). Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão. Campinas: SBPC/LABJOR. Recuperado em 8 junho, 2012, de <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm>
- Silverstone, Roger. (2002). *Por que estudar a mídia?*. São Paulo, Loyola.
- Solé, C. (Coord.). (2001) *El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora*. Barcelona: Anthropos.
- Van Dijk, T. A. (2010). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. A. (Comp.) (2005). *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa.
- Van Dijk, T. A. (1997). *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós.
- Van Dijk, T. A. (2008). Introdução. In T. A. Van Dijk. (Org.) *Racismo e discurso na América Latina*. (PP. 12-24), São Paulo: Contexto.
- Vitorio, B. S. (2007). *Imigração Brasileira em Portugal: Identidade e Perspetivas*. São Paulo: Editora Universitária Leopoldianum.

A “Fuga de Cérebros”: um discurso multidimensional

EMÍLIA ARAÚJO & FILIPE FERREIRA

¹ Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, investigadora no CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
era@ics.uminho.pt

² Mestrando em Sociologia, na Universidade do Minho
filipevonnordeck@gmail.com

“On 31 October, there were 97,616 Portuguese people registered in the consulates in Luanda and Benguela, almost double the number in 2005.(...) According to Brazilian government figures(...),the number of Portuguese alone has jumped from 276,000 in 2010 to nearly 330,000” (In The Guardian -21 de Dezembro de 2011).

INTRODUÇÃO

Este capítulo procura relacionar as diversas abordagens sobre a “fuga de cérebros”. Propõe-se a ideia de que uma análise dos discursos mediáticos nacionais e internacionais sobre o fenómeno possibilita um olhar mais crítico sobre o modo como a “fuga e cérebros”, para além da realidade empírica que define, é uma componente discursiva estrutural, por um lado, da política interna e, por outro, da imagem de Portugal no estrangeiro. Assim enunciada, a problemática conduz-nos a relacionar a mobilidade e a emigração de profissionais qualificados juntamente com os seus efeitos sobre a construção da identidade coletiva de Portugal.

Com efeito, ao contrário do termo “mobilidade”, que beneficiou ao longo dos anos de neutralidade valorativa, a “fuga de cérebros” favoreceu, desde o primeiro momento em que foi enunciada, nos anos sessenta, intensos debates ideológicos especialmente endereçados às estratégias dos governos nacionais, no sentido do desenvolvimento de políticas públicas de promoção da ciência, tecnologia e inovação e, igualmente, de crescimento e competitividade (Moreira e Araújo, 2012). Assim, se a emigração é, em geral, um fenómeno que recolhe interesse político de primeira mão, a emigração de profissionais qualificados atrai redobrado interesse (Breinbauer, 2007, Peixoto, 2001). Tal acontece porque a saída destes profissionais pode sinalizar incapacidade dos sistemas políticos nacionais, ou o domínio de outros países que exercem grande capacidade de atracção sobre os jovens (com ou ainda

sem ensino superior) com elevados objectivos de auto-realização profissional. Mas também se explica em razão do efeito de "imagem" veiculada e percebida do país de onde saem estes profissionais, face ao exterior.

A "fuga de cérebros" manteve-se semanticamente associada a fluxos de países subdesenvolvidos para países mais desenvolvidos, não só porque este tipo de fluxos é uma realidade em todo o mundo, mas também porque houve a criação e a sedimentação de uma certa crença sobre a irreversibilidade do processo de desenvolvimento. Esta perspectiva favoreceu a ideia de que a saída em grande volume de população qualificada de um país (mais) desenvolvido, para outro localizado na mesma posição, não é sinal de "fuga de cérebros", mas de mobilidade e de circulação de pessoas, capitais e culturas (Brandi, 2001; 2004; 2009), com potencial de ganho para todas as partes envolvidas (vr texto de Videira, nesta edição).

Os anos mais recentes marcaram o exacerbar desta fronteira entre o uso da expressão "fuga de cérebros" para caracterizar os fluxos dos países não desenvolvidos e/ou em vias de desenvolvimento, para países desenvolvidos e o uso da "mobilidade" para definir os fluxos entre países desenvolvidos que, em muitos casos, beneficiam de legislações favoráveis à circulação de pessoas (como o espaço europeu). E se esta fronteira é notória no seio dos estudos científicos sobre os fenómenos da mobilidade e das migrações, ela está ainda mais cristalizada no seio dos discursos políticos, particularmente nos países desenvolvidos com mais dificuldades em aceder a posições centrais nos domínios da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade, como é o caso de Portugal. De qualquer modo, trata-se de uma fronteira (marcada pela necessidade e *distinção* e *distanciamento*) que, no contexto de relativa acalmia económica, passa perfeitamente despercebida.

Ainda que alguns estudos tenham mostrado, desde os anos noventa, a dificuldade em atrair profissionais qualificados portugueses com experiências no estrangeiro (Fontes, 2007), é demonstrável o modo como os estudos evidenciaram o forte investimento por parte dos governos em Portugal na mobilidade internacional de investigadores, no quadro de vários programas estabelecidos com universidades estrangeiras de prestígio (Delicado, 2007; 2008).

Num primeiro momento a "mobilidade" e a "fuga de cérebros" constituem debates ainda marcados pela colagem da segunda expressão a uma definição algo estrita dos profissionais que a integram. Os "cérebros" são, nesta primeira fase, profissionais altamente destacados, não só pelo seu nível de formação, mas, sobretudo, pelo nível de qualificação e pelo alto nível de desempenho profissional, reconhecido no seio do respectivo mercado. São, por isso, profissionais, susceptíveis de ofertas de trabalho diversas, normalmente caracterizadas pela existência de recompensas económicas mobilizadoras da deslocação. Incluem-se, portanto, artistas, quadros ligados ao desporto, cientistas e, fundamentalmente, altos quadros executivos de empresas que, nesta lógica, são atraídos, "empurrados" à procura de melhores condições, ou simplesmente "caçados" por empresas estrangeiras. Parte deles movimentam-se em sequência das próprias actividades que desenvolvem. Não são verdadeiramente nem empurrados, nem "caçados". Apenas se deslocam, por exemplo, entre empresas dos mesmos grupos económicos (emergentes e consolidados a partir dos anos oitenta) e cada vez mais transnacionais, ou a partir de grandes centros de ciência e tecnologia, agregadores de grande

volume de financiamentos. De notar que este grupo de profissionais e as suas movimentações estão na base de algumas inovações na teoria social, mormente, na teoria das classes e da estratificação que considera estes cérebros (em permanente movimentação), uma das elites com mais poder de lobbying sobre as políticas e as economias hoje.

Importa frisar que a partir de 2008, com entrada em recessão das economias e, particularmente da portuguesa, o distanciamento dos governos nacionais em relação ao uso do termo "fuga de cérebros" e a preferência pela mobilidade continuou a ser marcante. De qualquer modo, por esta altura, os "cérebros" já não incluem, quer no discurso político e popular, quer no discurso científico, apenas aquela tipologia de profissionais, mas vários outros com ensino superior, recém-licenciados e sem desempenhos ou formações tão elevadas. Além disso, torna-se mais visível que a saída de Portugal se explique pela necessidade de procurar de emprego (e não só de melhores oportunidades de auto-realização) e assegurar condições de sobrevivência individual e familiar.

O episódio que rompe com o estatuto velado da mobilidade como potencial "fuga" de qualificados no espaço público é a afirmação de um membro do governo, no Brasil, em 2010, quando, numa conferência se afirma favorável à migração. A partir desta altura, a realidade sociológica, revelada pelo aumento de número de licenciados, doutorados com ou sem experiência profissional que pedem vistos para o Brasil, Moçambique Angola e usam as redes familiares de emigração para entrar noutros países da Europa, EUA e Canadá, cruza-se com a vontade política de manter reserva sobre o uso da expressão "fuga de cérebros", sendo privilegiadas as expressões "mobilidade de cérebros" e "circulação de cérebros". Os anos 2008-2009 marcam, assim, o início de um debate público mais intenso sobre a "necessidade de emigrar" e o "direito de não emigrar", particularmente expressivo nos media, nacionais e internacionais. Debate em que a expressão "fuga de cérebros" não deixa de continuar a ser "apenas uma palavra"¹, no sentido em que é perfeitamente ajustável e manipulável ao contexto, ao interesse e ao objetivo dos atores intervenientes no campo de produções de sentido sobre a realidade.

No seguimento de explorações anteriores (Araújo e Ferreira, 2012), neste capítulo, partimos, assim, deste pressuposto acerca da volatilidade do conceito de "fuga de cérebros", assumindo que as mobilidades e as migrações são não só realidades que demonstram a forma como os recursos, os capitais e as oportunidades de vida se distribuem no espaço. São, designadamente, fios condutores das identidades nacionais, não apenas expressas no modo como uma sociedade se pensa e se avalia a si própria, mas também no modo como ela reflecte os discursos veiculados sobre si no estrangeiro. Os discursos mediáticos são um dos compostos destes processos identitários, dado que se interpõem, ou sobrepõem relativamente aos discursos políticos, garantindo formas de construção de representações e de imagens, não especificamente sobre a política de um país, mas sobre a identidade do país, em si mesmo.

Mas, entre os discursos mediáticos nacionais e internacionais há diferenças. São estas diferenças e o seu contributo para a construção de uma imagem de Portugal que pretendemos explorar, ao analisar o modo como os media abordam a "fuga de cérebros" entre 2010 e 2012, em contexto internacional e em contexto nacional.

¹ Expressão usada a partir de Bourdieu, *La jeunesse n'est qu'un mot*, in *Question de sociologie* (1978), Paris, Ed. de Minuit.

Procuraremos, assim, definir um quadro analítico da mobilidade e da “fuga de cérebros” que toma como referentes a presença e a ausência da temática nos media. Media que, tal como se encontra documentado na base teórica da problematização do seu cruzamento com o poder político e com o poder económico, não produzem um sentido informativo, descritivo e comunicativo único e específico sobre a realidade migratória envolvendo pessoas com níveis elevados de formação e, em muitos casos, de qualificação. Antes, são fonte de discursos diversos, por vezes contraditórios e, em alguns casos, também influenciados pelos perfis dominantes do discurso justificador e legitimador dos governos e das suas ideologias. Noutros casos, como os media internacionais, aparecem como (re)produtores de representações históricas sobre a identidade do “ser português” e do “ser Portugal”, no mundo.

O texto divide-se, assim, em cinco pontos. No primeiro ponto centramo-nos na apresentação de alguns dados fundamentais para a compreensão do contexto histórico e conceptual que inscreve a problemática da relação entre as migrações e as mobilidades de quadros qualificados e as orientações de política de emprego e de política científica e tecnológica num país. No segundo ponto, focamos alguns estudos que abordam os fluxos da mobilidade a nível global e que visam compreender a sua atualidade e motivações. Num terceiro ponto, aborda-se a questão identitária em relação aos seus atores e procura-se perceber que representações são construídas no debate público. No ponto seguinte, elabora-se um cruzamento discursivo e analisa-se a representação que os meios de comunicação estrangeiros e os portugueses constroem da mobilidade qualificada portuguesa. Finalmente, compara-se essa exploração discursiva e faz-se uma abordagem e discussão final sobre o discurso multidimensional em relação a mobilidade dos quadros altamente qualificados portugueses.

1. A “FUGA DE CÉREBROS” COMO PROBLEMA GLOBAL

As realidades económicas e sociais no mundo são extremamente desiguais. E não são apenas desiguais entre o Norte e o Sul. As desigualdades são transversais, percorrem todos os territórios e abalam todos os projectos políticos, no sentido do desenvolvimento humano e social, no mundo. Assume-se que muitas destas desigualdades têm origem em factores ambientais e naturais, que explicam a maior ou menor propensão dos povos para melhorarem o seu nível de vida. É certo que tais factores não deixam de ter a sua influência, mas são os políticos e ideológicos, nos quais se inscrevem as formas e os limites para o domínio da natureza, que mais contam nessa equação da estratificação mundial de distribuição e acesso aos recursos.

Mas, independentemente do valor explicativo que tenha qualquer outro fator, o acesso a mais e melhores condições de vida constitui-se como principal fator mobilizador da deslocação espacial. A palavra “vida” é extremamente significativa neste contexto, pois delimita um conjunto de pressupostos biofisiológicos e outros psicossociais que podem estar em risco, quando há deslocação (livre, controlada ou clandestina) de um lugar para outro.

Os estudos sobre as identidades e a identidade nacional cruzam-se de diversas formas, com as intensidades, períodos e marcas dos processos migratórios. Uma das marcas da constituição do Estado Moderno radica no princípio da correspondência entre a existência

de um território e de um povo. O controlo e o cuidado sobre o povo surgem, assim, como atributos especiais do Estado, através de políticas legislativas que regulam as entradas e saídas desse território, que confere os direitos e deveres de cidadania e de nacionalidade. Basicamente por essas razões, a saída de pessoas de um país para outro se, em certas alturas, serve como válvula de escape para as dificuldades de o Estado assegurar as tais condições de vida aos seus cidadãos e, no futuro, receber dividendos dessa mobilidade (através de divisas, remessas, ou capitais formativos e científicos), noutras surge perspectivada para o país de origem como “perda”, não só de pessoas, em sentido demográfico, mas justamente de capitais educacionais. Este raciocínio é particularmente relevante no caso em que esta população que sai é qualificada e em que, de algum modo, o Estado de origem investiu durante anos, no sentido de prepará-la para dar um retorno a esse mesmo Estado.

Entre os anos sessenta e os anos oitenta falou-se bastante em “fuga de cérebros”, especialmente na literatura em Economia (Bhagwati e Hamada, 1974; Bhagwati e Partington, 1976). Destacam-se investigações específicas sobre a “fuga” de profissionais, entre os quais, quadros, engenheiros, artistas e cientistas, da Europa rumo aos Estados Unidos, da Europa de leste rumo à Europa Central e da África e América Latina rumo à Europa e Estados Unidos. Como se documenta (Brandi, 2001; 2004), gradualmente, a realidade que havia sido considerada como uma “perda”, passou a ser considerada também um ganho, tanto para os países recetores dessa emigração, como para os países de origem. Peixoto (2001) e outros autores (Góis e Marques, 2007) explicitam que este afastamento da visão linear da mobilidade como “fuga” foi justificado, principalmente, devido ao surgimento e à amplificação do fenómeno das multinacionais, caracterizadas por estratégias de recrutamento no mercado internacional e por formas de mobilidade geográfica de profissionais que pressupunham o entendimento da mobilidade como uma forma de desenvolvimento curricular, por excelência.

Progressivamente, para a maior parte do mundo ocidental mais desenvolvido, a “fuga de cérebros” começava a ser perspectivada como uma expressão linear e redutora da realidade que, a seus olhos, se apresentava como mais complexa e capaz de revelar a absorção geral da mobilidade e profissionais, como mobilidade de capitais, de saberes, de experiências, directamente contributivas para todos os países envolvidos (Saxenian, 2002; Mahroum, 2000 Stark, 2005; Vinokur, 2006; Solimano, 2008). Preocupados com o desperdício de cérebros oriundos de países menos desenvolvidos que esbarram com as regras de entrada nos mercados de trabalho nos países de receção (incluindo reconhecimento de graus académicos), os governos ocidentais, através das suas diversas estruturas, incorporaram bastante bem e de forma célere, a identificação da mobilidade de profissionais qualificados com o paradigma da sociedade global, conhecimento global e circulação de ciência². Entre outros indicadores usados nos discursos de implementação de políticas altamente incidentes sobre a necessidade de “abertura”, estão a valorização da internacionalização nos currículos individuais e a intensificação de programas de apoio à mobilidade internacional em fases de formação, sobretudo ao nível do ensino superior e do doutoramento.

Em síntese, os enquadramentos concetuais sobre a mobilidade de qualificados têm-se distanciado objetivamente do conceito de “fuga de cérebros”, por considerar-se que, num

² A institucionalização do discurso sobre a necessidade da mobilidade é bem expressa na quantidade de programas, medidas e documentos produzidos nesse sentido, no contexto dos vários ministérios nacionais de ciência e de tecnologia, entre os quais os europeus.

mundo crescentemente globalizado e sujeito a movimentações à escala planetária, os profissionais que se movem de um para outro lugar não estão “fugir”, ou a “evadir-se”, mas apenas a mover-se, a deslocar-se. Mais: numa perspectiva que interpreta a possibilidade de aquisição de uma cidadania pós-nacional, os profissionais qualificados não são apenas percebidos como aquela faixa da população mais privilegiada, que pode escolher para onde quer movimentar-se, como são também concebidos como aqueles que mais e melhor usam os dispositivos de tecnologias de informação e de comunicação que lhe conferem a possibilidade de continuar a participar, estar activo e co-presente no lugar de onde apenas saem fisicamente (Ackers, 2005).

Ainda na mesma linha, tal distanciamento está justificado pela ancoragem que ainda se faz à definição mais tradicionalmente aceite de “fuga de cérebros”: movimento de profissionais qualificados de países menos desenvolvidos, para países mais atrativos, mais centrais e mais desenvolvidos, isto é, para haver “fuga”, a direcção do fluxo teria de ser dos menos, para os mais desenvolvidos, classificação que nos anos sessenta caracterizava, em particular, alguns países do Norte Ocidental, entre os quais alguns com forte trajectória colonizadora. Recordemos, aliás, que no início dos anos oitenta, houve estudos unicamente interessados em medir como e em que grau as situações de anomia nos países e nas instituições de origem justificavam a emigração de qualificados, para países que esses mesmos profissionais consideravam oferecer melhores condições de realização (Karadima, 1982).

Mas, se no contexto da maioria dos países ocidentais, o paradigma interpretativo e explicativo para a mobilidade de profissionais altamente qualificados é pautado pela centralidade da equação mobilidade e circulação do conhecimento, noutros países a resistência à linearidade desta interpretação é notável. Em países como o Reino Unido, o Brasil, a Austrália e outros (mesmo o Chile e o México) que também são caracterizados pela saída de profissionais, as políticas públicas estão desde os anos 2000 muito centradas na “retenção” de qualificados, nelas estando incluídas estratégias de amplificação da capacidade das universidades e centros de investigação, operadores de transferência de conhecimento e a gestão das mobilidade em fase de formação, que implicam o regresso ao país por parte de quem beneficia de bolsa no exterior, ou que limitam estes períodos de estadia (programa sanduíche Brasil). Estas variações à interpretação sobre a “fuga de cérebros” deveriam fazer-nos pensar em, pelo menos, três assuntos:

Em primeiro lugar, o facto de apesar de ter havido uma enorme transformação na forma como se define, produz e dissemina o conhecimento hoje, à qual não é alheia a transformação ao nível das estruturas geopolíticas de governação, assim como uma relativização dos Estados-Nação; a saída de pessoas e, sobretudo, de profissionais de um país para outro, poder confirmar na realidade situações de perda, desde o momento em que o país de onde saem oferece poucas ou cada vez menos soluções de vida;

Em segundo lugar, o facto de a validade heurística do paradigma da circulação do conhecimento ser muito mais elevada e notória para os países que mais e melhores recursos concentram em termos de fornecimento de trabalho, possibilidades de carreira (e que não são, por correspondência, os melhores locais para viver, do ponto de vista cultural e social);

Em terceiro lugar, o facto de a “fuga de cérebros”, nas suas consequências para os países de saída, estar duplamente camuflada: por um lado, pela imposição paradigmática

da equação entre mobilidade de qualificados e circulação do conhecimento, com garantias de mais-valias para os países de origem; e, por outro, por uma considerável miopia, de que em parte é responsável esse paradigma totalizante da circulação do conhecimento, que condiz com a tese da inevitabilidade do mercado internacional de trabalho, da economia e da política, por parte dos políticos e dos *policy makers* em geral, mas também investigadores na matéria, sobre as modalidades implícitas que toma hoje a "fuga de cérebros" e suas consequências não só económicas e sociais, mas também políticas, sempre que o país não seja capaz de atrair fluxos de profissionais na mesma proporção.

A acrescentar a estes três pontos, está ainda um outro, que passa pelo equacionamento do modo como é possível, no futuro, compatibilizar medidas de promoção da fixação, retenção e atracção de qualificados, com medidas de investimento na mobilidade, internacionalização, presença nos mercados internacionais e redes de colaboração.

2. ATUALIDADE DA "FUGA DE CÉREBROS"

Um outro estudo publicado pela OCDE (Dumont, Spielvogel, Wildmaier, 2010), com alguns dados de 2000, e que abrange a realidade da mobilidade dos quadros altamente qualificados a nível mundial observa que os continentes africano e asiático são os que mais vivem a questão da partida dos seus recursos humanos mais qualificados. Em África, é dos países da costa ocidental do continente, bem como da região sul (destacando na região Magrebe somente a Argélia e Marrocos), que partem grande dos quadros altamente qualificados. Enquanto na Ásia, a mobilidade qualificada advém especificamente de países do sudeste asiático como Vietname, Filipinas e Indonésia. Neste estudo aborda-se, igualmente, a América Latina e a Europa como regiões do planeta onde existem grandes fluxos de emigração de recursos humanos qualificados. Na América Latina este fenómeno abrange, especificamente, países da América Central e Caraíbas, mas também países da América do Sul e, em particular o Chile, o Equador e o Uruguai. Na Europa, segundo este estudo, existem grandes fluxos de emigração altamente qualificada em países anglófonos como o Reino Unido e Irlanda, mas, igualmente, em países do Leste Europeu. Outro facto relevante, é que já em 2000 se verificavam grandes fluxos de mobilidade de quadros altamente qualificados a partir de Portugal. Este estudo permite verificar que a mobilidade qualificada é fenómeno muito mais atual da realidade portuguesa do que aquele que o debate público, na sua generalidade, faz crer.

Um estudo elaborado por Franzoni, Scellato e Stephan (2012) abordou a realidade da mobilidade de investigadores e cientistas em 16 países. Tal como em outros estudos, observa-se que os Estados Unidos continua a ser o destino predominante destes fluxos, especialmente de investigadores de países de língua oficial inglesa como o Canada, Austrália e o Reino Unido. Igualmente, os dados dão conta da chegada aos Estados Unidos de um grande número investigadores e cientistas indianos e chineses. A Índia é um dos países que mais assiste a partida dos seus recursos mais qualificados. Apesar da partida de uma parte dos seus quadros qualificados para os Estados Unidos, o Canada, Austrália e o Reino Unido recebem ainda mais do que aqueles que vêm partir. A mobilidade qualificada que estes países acolhem é oriunda da Europa e China.

No resto da Europa, entretanto, o balanço é equilibrado, observando-se em países como França, Alemanha, Holanda e Espanha um semelhante número de entradas e das saídas de quadros qualificados. Em Itália assiste-se a uma grande saída de investigadores e cientistas especificamente para os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Pelo contrário, países como a Suécia e a Suíça recebem mais quadros qualificados de outros países do que aqueles que vêm partir, predominantemente vindos tanto da Alemanha, como da Rússia (estes mais especificamente para a Suécia). As grandes motivações que levam aos investigadores a deixar o seu país de origem, segundo este estudo (*idem.*), são as oportunidades de melhores perspectivas de carreira devido as condições económicas e tecnológicas que os países de acolhimento oferecem, mas igualmente as excelência e relações internacionais que estas oferecem.

Para o caso da literatura produzida em Portugal, observa-se uma certa tendência para se enfatizar a perda de poder explicativo das teses sobre a fuga de cérebros, em favor das teses que acentuam a ideia da circulação do conhecimento. Neste sentido, tem-se assinalado que as redes de diáspora nas migrações e mobilidades dos altamente qualificados potenciam a imagem do país e contribuem para o reforço da economias interna e, em certos casos, para a recuperação do "orgulho nacional". Na linha de outros autores, Delicado (2008) debruça-se sobre a mobilidade dos investigadores e cientistas e afirma não se poder falar em "fuga de cérebros", pois a mobilidade pressupõe, por norma, a manutenção de ligações produtivas com instituições do país de origem. É certo que os fenómenos da globalização e da internacionalização das economias (Peixoto, 1999, Saxenian, 2005) são necessariamente chamados ao debate sobre explicações dos êxodos, mobilidades e migrações. No entendimento de Peixoto, em Portugal, pensar "a fuga de cérebros" implica atender a fenómenos mais estruturais e organizacionais relacionados com as mudanças ao nível da globalização das economias, pois a mobilidade dos quadros altamente qualificados insere-se na realidade das "empresas transnacionais". Quer dizer, a internacionalização da economia conduz naturalmente à deslocação de quadros portugueses, transferidos para cargos cimeiros nas suas filiais (Peixoto, 1999:229 e ss), o que configura um ganho aparentemente evidente para o país.

Ao longo do tempo, os EUA foram o destino preferido dos quadros superiores (Peixoto, 1999:20) e perspectivados como um espaço de "excelência", atraindo, não somente quadros altamente qualificados europeus, mas, igualmente, canadianos e também imensos contingentes provindos de países em desenvolvimento (Araújo e Silva, 2011). Em várias situações de análise de fluxos, os autores consideraram haver "fuga de cérebros" em direcção aos EUA, sendo veiculado que, assim, os países subdesenvolvidos perdiam para os desenvolvidos os seus recursos humanos mais qualificados, potenciando-se outras formas de dominação e de colonização. Para reforçar esta tese, mencionemos que ainda hoje, os autores japoneses se debatem com a questão da centralidade de alguns pólos de desenvolvimento técnico científico e a fuga dos seus melhores qualificados (Oishi, 2012).

A "fuga de cérebros" não é, todavia, uma preocupação académica, mas, também política e social, uma vez que as migrações e as mobilidades, ao configurarem saídas de um país, enunciam a fragilidade deste em prover mecanismos e condições para a fixação das suas populações, com efeitos sobre alguns eixos estruturais da sociedade, como a economia, a sustentabilidade dos sistemas de protecção social e a demografia.

Entende-se, neste contexto, que a questão do "impacto" da mobilidade dos quadros altamente qualificados sobre os países de origem desencadeou um debate em relação aos "ganhos" e "perdas" (Peixoto, 1999) económicos, culturais e sociais, uma vez que a movimentação de pessoas não corresponde apenas à deslocação de capitais e de conhecimentos comercializáveis e de riqueza, em geral. Implica também a movimentação de costumes, valores e modos de vida, envolvendo alterações ao nível legal que implicam as condições para o exercício da cidadania (Salt, 2011). Por essa razão, houve ainda discussão, por vezes camuflada, sobre as identidades nacionais, designadamente no que se refere ao modo como uma população sujeita a grandes vagas de fuga dos seus quadros qualificados devido à sua fraca capacidade de atração, se percebe e conceptualiza a si própria quando se consciencializa de que muito do reconhecimento internacional de outros países para onde emigram e se moveram se deve ao seu trabalho, esforço e empenho.

3. ALGUMAS QUESTÕES DE IDENTIDADE E OS PALCOS DISCURSIVOS

O certo é que desde há várias décadas, a migração qualificada tem ganho terreno, multiplicando-se diversas formas de mobilidade de profissionais altamente qualificados que se apresentam como capitais extremamente valiosos em vários circuitos das indústrias de ponta mundiais: na ciência; na arte; na engenharia. Na economia surgem cada vez mais destacados portugueses, cujos percursos e vida passam, ou pela emigração, ou pela mobilidade de longa duração. Tal como acontece com a emigração não qualificada, esta migração, orientada por profissionais altamente qualificados, contribui para a construção de outra imagem do país, ao mesmo tempo que permitiria aos portugueses outra visão de si próprios no exterior, em geral, mais valorizada e mais prestigiada, do que aquela veiculada pela imagem do trabalhador migrante não qualificado.

O papel das mobilidades qualificadas na construção identitária de um país e de um povo é, todavia, muito contraditória e hoje cada vez mais polémica, o que se justifica, por um lado, pela elevada rapidez com que circulam a informação e as narrativas individuais e colectivas através das redes sociais e dos dispositivos electrónicos de comunicação, e, por outro, pela própria delicada fronteira que se estabelece na imagem de si no exterior, ora como intensamente valorizadora do esforço individual e dos capitais de aprendizagem no país, ora como de desprestígio, vergonha e subserviência que anunciam um movimento de saída de profissionais qualificados para o exterior. Todavia, é também certo que a saída de profissionais altamente qualificados, depois reconhecidos noutros países onde recebem o prestígio não assegurado em Portugal (um fenómeno que atravessa o campo científico e tecnológico, empresarial, artístico), conduz a imensos questionamentos sobre as identidades nacionais, tanto em relação ao modo como esse reconhecimento é interiorizado como uma extensão positiva da imagem nacional (algo reflectido na forma como os media valorizam o trabalho de cientistas portugueses radicados ou em mobilidade em comunidades científicas internacionais altamente prestigiadas), ou como algo negativo a essa mesma identidade (reflectido também na forma como os media debate a questão de saber se e por que razão esses profissionais não ficam em Portugal e atraem para o país mais reconhecimento internacional).

O olhar ainda prevalecente sobre a imagem do português no exterior e sobre a forma como o próprio português se percebe nesse exterior está ainda muito marcado por esta diáspora da pobreza e da falta de condições de vida no país de origem, que empurra os seus habitantes na procura de melhores condições de vida noutros países onde, por sinal, acabam por ocupar lugares mais baixos nas hierarquias sociais. A persistência deste olhar, no fundo ainda associado a um autoconceito de Portugal e dos portugueses face aos outros países e ao mundo é, em parte, responsável pelo investimento político e mediático realizado ao longo dos anos, em especial a partir dos anos noventa, no sentido de se mostrar o outro lado dos portugueses no mundo, sobretudo dos portugueses “de sucesso”.

Assim, justamente por ser uma questão política e social, a mobilidade de profissionais altamente qualificados oferece-se a ser um objecto privilegiado de luta política e ideológica, estando em cima da mesa, por norma, dois tipos de argumento que têm fundamento nas teses e nos estudos sobre o fenómeno: a mobilidade de profissionais altamente qualificados tanto pode sugerir uma análise e uma crítica de tipo estrutural que recolhe a negatividade da classificação “fuga de cérebros” e classifica a saída da população com ensino superior como uma perda no presente e para o futuro do país em várias áreas, muito particularmente as mais técnicas e que exigem saberes culturalmente inscritos; como pode potenciar a valorização de argumentos de carácter mais individualista e liberal, que enfatizam as vantagens da mobilidade e a sua importância para o reforço da internacionalização de Portugal e que negam a “fuga de cérebros”.

4. NOTA METODOLÓGICA

Apresentam-se (de seguida) os principais resultados da investigação exploratória sobre a representação que os meios de comunicação estrangeiros e os portugueses constroem da mobilidade qualificada portuguesa, procurando inseri-los no contexto de uma problematização mais vasta sobre a temática da fuga de cérebros no espaço global. Com efeito, a relação dos media com a produção de imagens e de representações sobre um povo e a sua influência na construção das identidades nacionais, por relação com as identidades atribuídas por outros, constituiu uma dimensão analítica que incluiu a desconstrução do conceito de discurso e o de sentido. Foram realizadas várias pesquisas em várias fontes de informação, nos últimos dois anos. A seguir a uma análise prévia deste material, efectuada com base na definição de dimensões de análise e de categorias, fez-se uma recolha de materiais (em formato escrito e visual) usando o motor de busca “google”, tendo sido usadas as expressões “brain drain Portugal”, e as expressões “fuga de cérebros em Portugal”. Tal como se documenta a seguir, o número elevado de entradas para cada expressão (1.080.000 em “brain drain Portugal” e 519.000 em “fuga de cérebros em Portugal”), conduziu-nos a uma selecção e aprofundamento dos materiais unicamente dispostos nas primeiras 10 notícias nas expressões “brain drain Portugal” e, igualmente, as primeiras 10 em “fuga de cérebros em Portugal”, da qual se excluíram as notícias veiculadas antes de 2010. São essas às quais nos referimos ao longo da exposição que tem, contudo, um carácter exploratório, em termos teóricos e metodológicos. Em alternativa a esta metodologia foram pensadas outras

estratégias, nomeadamente a constituição de um *corpus* específico constituído de materiais relativos aos media impressos. Não obstante a vantagem metodológica que estas opções trariam, verificou-se ser mais adequada, nesta fase de exploração, uma abordagem mais global que incluisse uma análise geral da presença do fenómeno em vários tipos de media, atendendo também à abrangência e à penetração que hoje têm os meios de comunicação virtuais na construção das realidades sociais.

5. OS MEDIA E OS PROFISSIONAIS ALTAMENTE QUALIFICADOS: CRUZAMENTOS DISCURSIVOS

A emigração e os emigrantes constituem temáticas presentes nos media, mas muito pouco estudados e sujeitos a análises críticas de discurso. A maior parte dos estudos existentes incide sobre os contextos de integração e discriminação dos emigrantes, particularmente os menos qualificados (Carvalho, 2007; Cádima e Figueiredo, 2003). Não se identificam estudos sobre os emigrantes qualificados e a forma como os media nacionais (dos países de origem ou de acolhimento) os mostram e a eles se reportam. Num dos raros estudos sobre Portugal, Ferin e Santos (2006) investigaram durante três anos (2005 a 2007) as representações dos imigrantes na imprensa e na televisão, tendo constatado que o crime e outras problemáticas sociais, como a prostituição e a violência se destacam nas notícias apresentadas associadas a emigrantes (Ferin, 2003; Ferin e Santos, 2006). Não obstante serem frequentemente mencionadas as reportagens que mostram a coragem e, sobretudo, o mérito de portugueses pelo mundo – designadamente na área da alta finança, empresas multinacionais, ciência e inovação – não existem estudos sobre o significado dessas reportagens e sobre os seus impactos ao nível das representações nos portugueses residentes, tanto em termos de construção identitária colectiva, como em termos de projecção individual nesses mesmos percursos. Importa notar, todavia, que estas reportagens são tendencialmente bastante incidentes sobre a garantia da extensão da imagem de Portugal como país desenvolvido, com capacidades e capitais intelectuais procurados além-fronteiras. Repare-se, ainda, nas variações entre as reportagens nos media e jornais de grande tiragem, que se fixam em histórias pessoais; e os media sociais que, na vasta gama de blogs, fóruns e outras formas de expressão e de comunicação, tendem a apresentar uma complexidade discursiva muito superior, com um ênfase sobre a “pena” de Portugal não conseguir manter aqueles portugueses que se destacam no espaço internacional:

“O problema não é a qualidade dos laboratórios nacionais, mas o teor das experiências que se fazem fora deles. A maioria destes jovens qualificados não se reconhece na classe política que os comanda. Existe um sentimento de que nossos líderes - a maioria sem experiência internacional e com insuficiente prática profissional fora dos partidos políticos - já não refletem o novo dinamismo da sociedade portuguesa” (8 de Junho de 2011 - Visão).

As diferenças na forma e no tipo de conteúdos veiculados pelos media *mainstream* e pelos media sociais residem em vários motivos, mas são de eleger principalmente, aqueles que se prendem com o estatuto de quem fala ou a quem é dada a palavra reproduzida. Os media *mainstream* reportam-se, genericamente, à produção de conteúdos condizentes com eventos (prémios, conferências, esclarecimentos do governo ou de partidos políticos, ou afirmações de personalidades na área, incluindo, ainda, estatísticas e estudos divulgados).

Deste modo, observa-se que a grande fatia de elementos trazidos ao debate público pelos media inclui, ou histórias individuais, normalmente de experiências de sucesso pessoal, ou referências a argumentos de ordem política que se exercem no contexto direto do espaço público (conferências, debates), embora não no contexto de debate político (na Assembleia da República, por exemplo). Argumentos que são pessimistas em relação à intensificação dos fluxos de mobilidade, embora não usuários da expressão "fuga de cérebros". Uma análise aos conteúdos do *Jornal de Notícias* e da *Visão* no ano de 2011 dá conta da prevalência de notícias politicamente dirigidas, destacando-se pela crítica frente a problemáticas estruturais, como a do desemprego:

"O desemprego da população mais qualificada é crítico: estão atualmente cerca de 64 mil nestas condições (...) Hoje, procurar mão-de-obra em setores de atividade na Europa é mais simples do que no passado, graças à abolição de fronteiras." (18 de maio de 2011 - *Visão*)

"Se nos anos 1960 milhares de portugueses deixaram o País para procurar noutros destinos (sobretudo europeus) melhores condições de vida, é de crer, embora faltem dados estatísticos credíveis que descrevam o fenómeno, que na atualidade se estejam a replicar outros êxodos históricos nacionais, agora também de gente mais qualificada." (18 de maio de 2011 - *Visão*)

"Ao contrário de outros países, em Portugal os investimentos têm empurrado os portugueses para fora do país que neles investiu." (8 de junho de 2011 *in Visão*)
porque:

"A precariedade deixou de ser temporária, para ser definitiva, vejo que os interesses políticos e financeiros avassalam os interesses de cidadania diria mesmo os direitos humanos desse país que se diz de primeiro mundo. Vejo os nossos pais tristes por verem os seus filhos a partirem, depois de tantos anos de sacrifício para estes puderem estudar e ter um futuro melhor." (28 de Junho de 2012 *in* *Jornal de Notícias*)

"Engenheiros, arquitetos, professores, cientistas, que levam na bagagem conhecimento técnico, doutoramentos, mestrados, licenciaturas." (28 de junho de 2012 - *Jornal de Notícias*).

Porque estão concentrados sobre uma crítica às políticas, os conteúdos acentuam a vertente do esforço e da aventura individual dos profissionais que se movem para outro país, destacando o interesse e o trabalho individuais:

"Têm um espírito de luta e usam uma marcha a mais. Não existem vitórias fáceis. Cada um com a sua estratégia procura a sua vitória." (26 de fevereiro de 2011 - *Visão*)

"Não podes esperar pelos outros, tu deves procurar vencer. E é importante uma vitória que seja clara. Inserir-se bem em qualquer lugar, porque senão os teus filhos encontraram as mesmas dificuldades." (26 de fevereiro de 2011 - *Visão*)

Ainda no plano político, é observável a formatação ideológica sobre a mobilidade, o que ela significa e por que razões se dá. O *Jornal de Notícias* reporta em dois dias consecutivos os posicionamentos distintos face à emigração de jovens:

“Ou os senhores querem que as pessoas fiquem em casa à fome e a viver do fundo de desemprego, é isso que querem?” (Paulo Rangel, 21 de dezembro de 2012 *in* Jornal de Notícias)

“Um primeiro-ministro de um país aconselha uma parte dos seus profissionais mais qualificados (...) a emigrar e a encontrarem oportunidades fora de Portugal, é um primeiro-ministro que não acredita no seu país.” (José Seguro, 22 de dezembro de 2012 *in* Jornal de Notícias)

Nos media sociais e no espaço cibernauta, a presença de outros públicos que não as elites políticas ou científicas e institucionais, é objectivamente mais notada, podendo ser evidenciada a palavra de representantes de associações, de profissionais ligados ao estudo do fenómeno e, mesmo, de profissionais em mobilidade de Portugal para outros países. O nível de complexidade e heterogeneidade discursivas é, a este respeito, mais elevado, pois os enunciadores da palavra são também diversos e numerosos.

Segundo Foucault, “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistributiva por um certo número de procedimentos que têm por função esconjurar os seus poderes e perigos” (Foucault, 1997:9). É certo que o discurso mediático não tem o “direito de dizer tudo” (Foucault, 1997:10) e ao mesmo tem inerente o código deontológico da neutralidade. No entanto, este princípio não impede que o discurso mediático se insira em determinada ideologia ou visão, configurada ou não em relação aos seus grupos de interesse. Por outro lado o discurso mediático pode ser orientado para o que o público-alvo quer saber ou até acreditar (Van Dijk, 1998). Os discursos mediáticos sobre os emigrantes qualificados, quase sempre escolhidos entre os milhares de trabalhadores móveis e de emigrantes portugueses, situam-se numa estrutura simultaneamente auto-desvalorizadora de Portugal, face ao resto do mundo, para onde se evadem os portugueses e auto-promocional de Portugal, como país que prepara bem esses profissionais, capazes de constituírem veículos de orgulho da Portugal.

Interessa-nos agora restringir o olhar do debate mediático, apenas ao uso da expressão de “Fuga de cérebros”, assumindo a existência da já referida conotação ideológica que alinha o uso da expressão pela assunção da ineficiência da política interna em “segurar” os seus capitais, independentemente da margem de permeabilidade à ideia sobre o direito dos povos escolherem viver onde quiserem, adquirindo formas novas de cidadania que não implicam a nacionalidade.

6. PANORAMA: MEDIA ESTRANGEIROS

ESTRUTURA DISCURSIVA: AUSTERIDADE E A DIÁSPORA DO RETORNO

A construção da realidade da fuga de cérebros por parte de Portugal sobressai como tópico informativo e objecto de reportagens nos media internacionais, particularmente entre 2010 e 2012. Em vários casos são notícias e reportagens que partem do contacto com

portugueses actualmente a trabalhar nesses países e que integram um conjunto de histórias pessoais, com alguns dados de caracterização da situação económica e social portuguesa, designadamente no que respeita à taxa de desemprego. Noutros casos, são reportagens específicas sobre as condições de vida em Portugal.

Nos media internacionais (imprensa escrita, reportagens vídeo, notícias online), as categorias mais expressivas em redor das quais se constrói a "constatação" da saída de profissionais de Portugal (são mencionados, na grande maioria dos conteúdos, os quadros engenheiros, criativos, médicos e enfermeiros) prendem-se com: i) a causalidade entre políticas de austeridade – desemprego-emigração e ii) a ênfase sobre o carácter do "fluxo", em direcção a países de expressão portuguesa, outrora colonizados pelos portugueses e agora em "emergência" e focos de atração para as novas gerações.

Abaixo, reproduzimos alguns desses conteúdos. Embora ambas as categorias não surjam sempre apresentadas no mesmo texto, elas sobressaem como pontos estruturantes do discurso.

O título de uma reportagem da *France 24*, exibida no dia 18 de outubro de 2012 é o seguinte:

"Portugal's brain drain as graduates flee austerity" (PERCEPT, Adeline , PERROUAULT, Clément , MORRIS, Sarah, *France 24*, 18 de outubro de 2012)³.

A reportagem assenta, justamente, na relação de causalidade entre a mobilidade dos quadros portugueses altamente qualificados e as "recentes" políticas de austeridade por parte do governo, que deixam muito dos jovens qualificados portugueses sem perspectivas de emprego e de vida. A reportagem deixa em aberto a questão do possível regresso ou não destes quadros e os impactos que isso pode ter no futuro.

A repórter Sarah Morris relata:

"Of course this people, mostly highly qualified, said that is a good idea to emigrate because we can come back. But the people are wondering when this young people will return to Portugal and are asking who will leave the money to the next generation social security."

Noutra reportagem, agora da TV do parlamento europeu, de 24 de abril, o título era o seguinte:

"The Portuguese brain drain" (ARGENZIO, Alberto, *EuroparlTV*, 24 de abril de 2012)⁴.

Nela, o jornalista italiano Alberto Argenzio, atribui a mobilidade actual às políticas de austeridade. Todavia, sublinha a importância do Brasil e das antigas colónias africanas como destinos dos portugueses mais jovens que percebem estes países como lugares capazes de lhe oferecerem agora alternativas de vida que não se encontram em Portugal.

O canal de televisão *CNBC* apresentara já em maio de 2010, ano em que diversos quadrantes do governo português negavam a existência de fuga de cérebros em Portugal, embora assinalassem as vantagens das mobilidades internacionais, uma reportagem em

³ [<http://www.france24.com/en/20121017-portuguese-graduates-flee-austerity>]

⁴ [<http://europarltv.europa.eu/en/player.aspx?pid=306db5f0-a6d1-4205-99ce-a03c00e023cc>]

que a mobilidade dos profissionais portugueses era efectivamente classificada como “fuga de cérebros”:

“Portugal’s Brain Drain - a closer look at the exodus of educated Portuguese from their home country” (REGAN, Trish, CNBC, 19 de maio de 2010).⁵

No programa, a mobilidade dos quadros qualificados (recém-graduados e/ou com experiência no mercado de trabalho) é classificada como “êxodo” de cérebros. Afirmando que cerca de 20% dos licenciados em Portugal trabalha no estrangeiro, a reportagem atribui a sua saída à desvalorização das qualificações no mercado laboral português. O Brasil e os PALOPs voltam a ser mencionados como destinos mais amplamente procurados por estes contingentes. Estimando a “perda” que representa para Portugal esta mobilidade, a reportagem adianta que se trata de uma “geração” não especialmente interessada em regressar a Portugal nos próximos dez anos.

A *BBC* também destaca este tema, falando em “dilema” da fuga de cérebros para Portugal:

“Portugal’s ‘brain drain’ dilemma” (MORRIS, Chris, 8 de Abril de 2011, BBC Radio)⁶

O jornalista atribui a causa da saída de quadros qualificados ao clima de austeridade e de aumento de desemprego e retoma a trajetória histórica de Portugal face à conquista do mundo, através dos descobrimentos, metaforizando a procura dos jovens portugueses pelos mesmos países outrora colonizados.

O impacto que esta vaga migratória pode trazer para a recuperação económica também é explorada nesta reportagem, pois segundo o autor desta peça os quadros mais qualificados que são cruciais para a recuperação económica estão a abandonar o país.

Na *BBC News* classificam-se os países de língua oficial portuguesa como destinos da mobilidade dos portugueses qualificados que os procuram para solucionar as situações de desemprego e de crise económica no país:

“Portugal’s jobless graduates flee to Africa and Brazil” (ASH, Lucy, 1 de Setembro de 2011, BBC News)

A reportagem sublinha que muitos, devido à sua qualificação e ao ritmo de desenvolvimento destes países de destino, não pretenderão regressar ao seu país de origem.

A reportagem veiculada no diário norte americano *San Francisco Chronicle* refere-se, mesmo, à inversão de fluxos entre Portugal (como Espanha) e as “ex-colónias”.

“Spain, Portugal suffer brain drain” (HATTON, Barry, Associated Press, 16 de Abril de 2011, San Francisco Chronicle).⁷

O jornalista documenta que os portugueses qualificados “estão de malas feitas” para os PALOP e para Brasil, invariavelmente considerado como uma “economia emergente”.

O *Financial Times* aprofunda o sentido “inverso” da actual “fuga de cérebros” de Portugal em direção a Moçambique:

⁵ [<http://video.cnbcc.com/gallery/?video=1498592959>]

⁶ [http://news.bbc.co.uk/today/hi/today/newsid_9450000/9450935.stm]

⁷ [<http://www.sfgate.com/business/article/Spain-Portugal-suffer-brain-drain-2374888.php#photo-1903785>]

"Portuguese seek future *in* Mozambique" (ENGLAND, Andrew, 18 de Março de 2012, Financial Times)⁸

A reportagem mobiliza algum interesse em redor do desprestígio e da desvalorização sobre esse sentido do fluxo, argumentando que enquanto os quadros altamente qualificados moçambicanos deixam Moçambique com destino aos denominados países desenvolvidos, outros portugueses qualificados chegam a Moçambique, de forma a contornar a situação de desemprego e de precariedade que enfrentam em Portugal. Segundo o editor britânico, este fluxo é percebido com alguma resistência por parte dos moçambicanos que vêm nos portugueses potenciais concorrentes que não trazem benefícios económicos para o país, uma vez que não procurarão fixar-se ali.

A editora on line britânica *Westminster News Online* refere-se à mobilidade de quadros portugueses qualificados para o Reino Unido, usando o termo "exploração":

"Portuguese brain drain explored" Madalena Araújo, 8 de Abril de 2011, Westminster News Online)⁹

Além da excelência na formação académica, a austeridade e o desemprego são mencionados como principais fatores que empurram os portugueses qualificados para fora do país. Nesta peça, são ouvidos alguns portugueses a residir atualmente no Reino Unido, a quem é perguntado se desejariam voltar a Portugal. A peça interroga, com base no uso de alguns indicadores económicos, se esta será efetivamente uma possibilidade, deixando a ideia de que Portugal terá progressivamente cada vez menos possibilidade de os atrair de novo ao território nacional.

7. PANORAMA : MEDIA PORTUGUESES

ESTRUTURA DISCURSIVA: DUALIZADA

Os media em Portugal tem apresentado, invariavelmente e ao longo dos últimos dois anos um tipo de discurso sobre a "fuga de cérebros" que, ao contrário do que acontece com os media internacionais, é tendencialmente (até dezembro de 2012) ou pró-ativo em relação às vantagens da mobilidade internacional de quadros, ou *negacionista* em relação à existência de "fuga de cérebros". Ainda na mesma linha, observa-se que as peças e as notícias veiculadas e das quais constam a expressão "fuga de cérebros", são maioritariamente baseadas em posicionamentos de atores políticos, ou com responsabilidades políticas. Facto que dista do panorama dos media estrangeiros, em que se observa um claro privilégio dos portugueses entrevistados e dos argumentos dos próprios jornalistas editores.

Mencione-se, desde logo, uma notícia veiculada pelo jornal o *Público*, na qual o então presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, João Sentieiro afirmava não existir "evasão de cérebros" em Portugal. O mesmo interlocutor citado na peça, adiantava que, pelo contrário, Portugal conseguia "atrair" investigadores estrangeiros. No jornal afirma-se:

⁸ [<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/84622634-6b66-11e1-ac25-00144feab49a.html>]

⁹ [<http://www.wnol.info/the-portuguese-brain-drain/>]

“Não há “fuga de cérebros” para o estrangeiro, garante Presidente da FCT” (LUSA, 25 de Março de 2011, Público)¹⁰

Na peça, o na altura presidente da FCT afirmava que as notícias veiculadas sobre uma grande evasão de quadros qualificados em Portugal não eram “fundamentadas”, defendendo a necessidade de haver investimento na educação e na investigação, como forma de ultrapassar a crise.

Esta entrevista a João Sentieiro precede uma notícia de 2010, na qual Ana Cunha Freitas revelava que o Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (então Mariano Gago) acreditava que Portugal conseguiria evitar a saída de Portugal dos seus quadros mais qualificados, atendendo aos investimentos que o país havia feito na ciência e tecnologia. No jornal, a “fuga de cérebros” surge completamente negada pela jornalista, mas a ideia surge veiculada desta forma:

“Portugal tem novas armas para travar “fuga de cérebros”” (FREITAS, Ana Cunha, 25 de Abril de 2010, Público)¹¹

Repare-se que noutra notícia sobre o mesmo assunto, mas já de um ano antes, também veiculada pelo jornal *Diário de Notícias*, a fuga de cérebros era considerada inexistente em Portugal, através da referência a intelectuais e cientistas, no caso, João Lobo Antunes que afirma que:

“A fuga de cérebros é uma treta” João Lobo Antunes (DA SILVA, Manuel Carvalho, 24 de Agosto de 2011, Diário de Notícias)¹²

O neurocirurgião não acreditava que a crise económica que o país atravessava iria motivar os quadros e especialistas altamente qualificados a sair do país. O especialista afirma não perspectivar:

“como jovens investigadores de medicina molecular, que são de facto uma elite absolutamente extraordinária, manifestarem desejo de se irem embora para ir trabalhar para outro País”.

A entrevista ao jornalista Bruno Faria Lopes pauta-se pela mesma ideia. A entrevista publicada pelo Expresso tem o seguinte título:

“Dois mitos sobre a emigração portuguesa” entrevista a Bruno Faria Lopes (RAPOSO, Henrique, 2 de Fevereiro de 2012, Expresso, ¹³

Nela, Bruno Faria Lopes afirma que:

“O brain drain” em Portugal é um mito e que os portugueses qualificadas saem do país por causa do desemprego e pela crise económica é outro mito.

Para Bruno Faria Lopes o fenómeno da “evasão de cérebros” em Portugal apenas existe “na cabeça das elites urbanas e dos políticos”, pois, considera, os quadros qualificados que

¹⁰ [<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/nao-ha-fuga-de-cerebros-para-o-estrangeiro-garante-presidente-da-fct-1486795>]

¹¹ [<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/portugal-tem-novas-armas-para-travar-fuga-de-cerebros-1433895>]

¹² [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1960729&page=-1]

¹³ [<http://expresso.sapo.pt/doi-mitos-sobre-a-emigracao-portuguesa=f702556>]

saem procuram uma “cultura de trabalho mais centrada no talento” e não tanto na hierarquia, como acontece em Portugal.

Em julho de 2012, o jornal *Expresso* publica uma peça intitulada:

“Cérebros’ mantêm-se em Portugal” (Lusa, 17 de Julho de 2012, *Expresso*)¹⁴

Nela são mencionadas afirmações da Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, segundo a qual os indicadores não apontam para uma “fuga de cérebros” em Portugal, acreditando que “os melhores cérebros não saiam e que os melhores cérebros entrem” e confiando no investimento que a FCT tem desenvolvido no recrutamento dos “melhores investigadores e tecnólogos”.

O diretor executivo do *Health Cluster Portugal*, Joaquim Cunha, não considera que a mobilidade dos quadros altamente qualificados represente uma “evasão de cérebros” mas uma “circulação do conhecimento”, dado que regressam mais tarde ao país. Para Joaquim Cunha:

“Num mundo global, até pode ser benéfico para a economia e para ciência que os jovens qualificados adquiram experiência na Holanda, nos Estados Unidos ou na Alemanha”.

Na mesma reportagem, o reitor da Universidade do Porto, Marques dos Santos, apela aos jovens qualificados a resistir as dificuldades e “ajudar a desenvolver o país”, afirmando que:

“não se pode pensar no que o Estado pode fazer por nós, mas no que podemos nós fazer pelo Estado”.

Pode observar-se que, em paralelo às notícias e reportagens que se vão fazendo pelo mundo inteiro (e em especial, na Europa e Estados Unidos da América) sobre a saída de qualificados de Portugal, as peças dos media portugueses alusivas à mobilidade internacional de qualificados, assim como à “fuga de cérebros” são maioritariamente negacionistas da “evasão”.

Todavia, destaca-se em alguns órgãos de comunicação social e, sobretudo, a partir de 2011, um confronto com a questão, que conta com a chamada ao debate de actores conhecedores da política, mas distanciados dela e com papel relevante no campo da análise do emprego e da economia.

O seminário “Sol” estabelece uma relação de causalidade entre a evasão dos quadros portugueses e o empobrecimento económico do país, que sofre com a saída de capitais humanos qualificados na economia do país. Afirma-se que:

“Portugal arrisca séria ‘fuga de cérebros’ para o exterior” (PALMA, Catarina Costa, 22 de Junho de 2011, *Sol*)¹⁵

O diretor geral da *Gfk* (empresa de estudos de mercados) António Gomes assume a existência de saídas motivadas pela ausência de perspectivas de emprego no país e afirma que esta saída:

¹⁴ [<http://expresso.sapo.pt/cerebros-mantem-se-em-portugal=f740281>]

¹⁵ [http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=22387]

“originará problemas significativos para as empresas e para os países que procuram recuperar da recessão”.

Em outubro de 2011, a Lusa cita o físico e docente na Universidade de Coimbra, Carlos Fiolhais, o qual prevê que os cortes no orçamento de Estado podem motivar a saída dos quadros mais qualificados para o estrangeiro. Numa das raras vezes em que, nos “média” portugueses, a palavra “evasão” é substituída pela “fuga”, é afirmando que:

“OE2012: «Cérebros» podem fugir de Portugal” (Lusa, 20 de Outubro de 2011, Tvi24)¹⁶

Para Carlos Fiolhais ali citado, existe a possibilidade de uma “evasão definitiva de cérebros”, pois “há o perigo de alguns jovens cérebros brilhantes se sentirem tentados a ir para fora de fronteiras e, pior do que isso, a lá ficar”. Na peça, o professor apela as empresas a investir nestes recursos humanos “talentosos” e “brilhantes” como um meio “de segurar o futuro”.

Ressalta no contexto, a peça do *Jornal Económico*, de janeiro de 2012, quando João Sentieiro, o mesmo que um ano antes e enquanto presidente da FCT, tinha negado a existência da saída de cérebros, afirma estar preocupado com a mobilidade dos quadros qualificados. Na peça, lê-se o seguinte:

“A fuga de cérebros de Portugal será dramática” João Sentieiro (DUARTE, Andrea, 17 de Janeiro de 2012, Económico)¹⁷

O investimento na ciência e na tecnologia surge de novo apresentado por este interlocutor como um meio de combater a evasão de quadros qualificados.

8. DISCUSSÃO DE IDEIAS PRINCIPAIS

Se atendermos à história de Portugal e às sucessivas investidas políticas no sentido da sua aproximação ao mundo, à Europa e ao continente americano, assim como aos indicadores assustadoramente altos de desemprego qualificado recentes, fica evidente que a teorização dos fluxos de mobilidade como circulação de cérebros e não como fuga de cérebros é inevitável no mundo informacional e no espaço de fluxos em que vivemos.

O contexto temporal que se observa está marcado por um crescente interesse mediático e social na questão da migração e da mobilidade, uma vez que estas surgem como alternativas à crise económica estrutural. Facilmente os números podem ser usados, ora para justificar a incapacidade governativa, reposicionando-se o debate ao nível da “fuga de cérebros”, ora para legitimar os processos e globalização do conhecimento e circulação de pessoas, remetendo o mesmo debate para a “circulação do conhecimento”. Nessa perspectiva, o próprio discurso mediático pode ser entendido na dupla vertente: como crítica à política governativa, ou como braço desta política, podendo surgir como veículo incentivador da saída e da sua legitimação. A situação é, por isso, delicada para os jornalistas e para a

¹⁶ [<http://www.tvi24.iol.pt/aa---videos---sociedade/fuga-de-talentos-cerebros-investigadores-universidades-carlos-fiolhais-tvi24/1291041-5795.html>]

¹⁷ [http://economico.sapo.pt/noticias/a-fuga-de-cerebros-de-portugal-sera-dramatica_136005.html]

construção da mensagem mediática, porque é altamente modeladora dos comportamentos e das representações individuais, podendo ser, eventualmente, conformadora.

O discurso mediático aparece balizado pela polaridade discursiva e justificativa (ao mesmo tempo legitimadora) que se enuncia no discurso político, tal como dissemos antes, alicerçado entre o pólo estrutural liberal incentivador da saída de portugueses e da entrada de estrangeiros e a sua crítica. Uma estrutura discursiva que têm a sua correspondência nas teses da fuga de cérebros e nas teses da circulação do conhecimento.

De forma muito sintética, certo é que a emigração portuguesa foi marcada ao longo do século XX por um significativo fluxo com destino ao Brasil, Venezuela e América do Norte, num primeiro momento e, depois, a partir dos anos setenta, em direção à Europa. É igualmente verdade que a emigração portuguesa se caracterizou, ao longo de todo o século XX, por ser marcadamente não qualificada e analfabeta. A extrema pobreza, por momentos ligada ao contexto da II Guerra Mundial e da guerra colonial, surgiu sempre na dianteira de qualquer outro motivo para a saída dos portugueses. Povo que, pelo menos no contexto europeu e norte-americano, ficou associado a rótulos menos prestigiantes, normalmente fruto das ocupações profissionais e dos modos de vida que os caracterizaram nas diversas regiões onde se foram concentrando. No global, a maioria dos emigrantes ingressava no mercado de trabalho nos países de receção na qualidade de trabalhadores por conta de outrem, designadamente na indústria e nos serviços domésticos.

A grande questão que se põe na análise dos fluxos migratórios dos trabalhadores altamente qualificados, prende-se com o fato de constituírem um grupo que habitualmente não fica sedado no mesmo espaço. O elevado valor das credenciais que detêm possibilita-lhes e incentiva-os à procura de trabalho e de melhores condições em regiões diferentes ao longo da vida, podendo ser, ou não, movidos pelo interesse em voltar e desenvolver o país de origem.

Até aos anos setenta do século anterior, a gestão da distância física e a enorme disparidade em termos de obtenção de condições legais ajustadas à residência num determinado país, assim como a não valorização das formações obtidas, justificavam (e, no caso português, estando a falar da emigração transatlântica) a caracterização das mobilidades dos trabalhadores qualificados como atos migratórios. A partir do momento em que se abolem fronteiras, se criam espaços específicos de mobilidade, com reconhecimento de graus e, no fundo, se globaliza a economia e a sociedade, grande parte das saídas protagonizadas pelos trabalhadores altamente qualificados, entre os quais estão os engenheiros, os executivos, os investigadores e os artistas, configuram situações de mobilidade. Concomitantemente, a internacionalização dos mercados de trabalho nestes sectores propicia ainda mais o desvanecimento do termo "migração" – como estadia permanente num país – e o ganho de interesse do termo mobilidade. No fundo, se muitos dos profissionais que se movem o fazem à procura de melhores qualificações e de lugares mais prestigiados condizentes com a formação que obtiveram e na qual se empenharam, outros movem-se, especificamente, dentro das mesmas empresas e organizações que se internacionalizam e criam filiais (Peixoto, 1999). Este enquadramento é válido e insubstituível, mas ele é necessariamente paralelo à identificação de muitas destas mobilidades como emigrações efectivas, como "saídas" e "fugas" de

Portugal e que, muito distintamente do que acontecia nas primeiras vagas de emigração, diz respeito a uma geração muito mais intensamente preparada para a vida em distância, com menor inscrição na nacionalidade e no que esta poderia significar em termos de projetos de identidade, com mais acesso a tecnologias de informação e de comunicação que moldam os contextos de apropriação e de experiência do tempo e do espaço e que, portanto, não leva na bagagem e no horizonte a ideia de regressar.

Apesar disso, e em abono das vantagens do debate sobre a “fuga de cérebros”, considere-se que o termo “mobilidade” está, no entanto, ele próprio, envolto numa imensa polémica que toca as identidades nacionais e a importância da política de ciência e tecnologia, uma vez que acaba por referir-se à saída de profissionais altamente qualificados de um certo país que vão investir a sua força de trabalho e credenciais noutro país ou região. Mais: representam fragilidades acrescidas para os países de origem, no que respeita à possibilidade de satisfazerem as necessidades das populações em áreas chave, incluindo desenvolver o emprego e o território. Tal como dissemos, até aos anos noventa esta questão era praticamente não debatida e desconhecida em Portugal, embora fosse já estrutural nas articulações de política científica em grande parte dos outros países europeus, a braços com o problema da saída dos seus cérebros ou para os EUA, ou para outros países mais centrais na Europa. Hoje, como observamos pela presença do tema nos media, continua a ser negado ou camuflado e sobretudo, objecto de várias polifonias.

Importa reter deste texto que o efeito mediático da representação da fuga de cérebros é, contudo, distinta se compararmos os media portugueses com os media estrangeiros que fazem passar a ideia da existência efectiva de fuga de cérebros em Portugal, motivada pela crise económica e pelos programas de austeridade, além de assumirem que a única saída para estes profissionais é “retornar às ex-colónias”, numa clara avaliação à história de Portugal.

REFERÊNCIAS

- Ackers, H.L. (2005). Moving people and knowledge, the mobility of scientists within the European Union. *International Migration*, 43(5): 99–129.
- Araújo, Emília e Silva, Sílvia (2011). A última fronteira: EUA: contributos para a compreensão do papel da mobilidade nas carreiras de investigação. In Albornoz, Mario e Praza, Luis (eds.) *Agenda 2011. Temas de indicadores de Ciencia y Tecnologia* (pp.445-460). Red ibero-americana de Indicadores de Ciencia y Teconologia: Buenos Aires, Argentina. Referências
- Araújo, Emília e Ferreira, Filipe (2012). *O outro para além do mar, na terra: a mobilidade de profissionais qualificados nos media*. Recuperado em 5 e dezembro de 2012, de: www.repositorium.uminho.pt
- Araújo, Madalena (2011). Portuguese brain drain explored. *Westminster News Online*, 8 de abril. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.wnol.info/the-portuguese-brain-drain/>
- Argenzio, Alberto (2012). *The Portuguese Brain Drain*. *EuroparlTV*, 24 de abril. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://europarltv.europa.eu/en/player.aspx?pid=306db5f0-a6d1-4205-99ce-a03c00e023cc>

- Ash, Lucy (2011). Portugal's jobless graduates flee to Africa and Brazil. *BBC News*, 1 de setembro. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.bbc.co.uk/news/world-14716410>
- Bhagwati, Jagdish & Hamada, Koichi (1974). The "brain drain", International Integration of Markets for Professionals and Unemployment: A Theoretical Analysis, *Journal of Development Economics*, 1, 19-42.
- Bhagwati, Jagdish & Partington, Martin (1976). *Taxing the "brain drain": A proposal*, Amsterdam: North Holland.
- Brandi, M. Carolina (2001). *The evolution in theories of the "fuga de cérebros" and the Migration of skilled personnel* Recuperado em 20 de Novembro, 2009, de <http://www.irpps.cnr.it/sito/download/the%20evolution%20study.pdf>.
- Brandi, M. Carolina (2004). La Storia del Brain drain, *Studi Emigrazione*, v.3, 156, 775-796.
- Breinbauer, Andrea (2007). Brain Drain – Brain Circulation or ...What else happens or should happen to the Brains some Aspects of Qualified Person Mobility/Migration, *FIW Working Paper*, N° 4, June 2007. Recuperado em 29 de Dezembro, 2009, de http://www.fiw.ac.at/fileadmin/Documents/Publikationen/Working_Paper/N_004-breimbauer.pdf
- Brettel, Caroline & Sargent, Carolyn Fischel (2006). Migration, Identity and Citizenship: Anthropological Perspectives, *American Behavioral Scientist*, v. 1, 50, 3-8.
- Cádima, Francisco Rui & Figueiredo, Alexandra (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Lisboa: ACIME
- Carvalho, Margarida (2007). *A construção da imagem dos emigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa*. Lisboa: ISCTE (Tese de Mestrado)
- Silva, Manuel (2004). A fuga de cérebros é uma treta. *Diário de Notícias*, 24 de agosto. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1960729&page=-1
- Delicado, Ana (2007). *Inquérito aos investigadores portugueses no estrangeiro – Relatório preliminar*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Delicado, Ana (2008). Cientistas portugueses no estrangeiro: Factores de mobilidade e relações de diáspora, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, 109-129
- Duarte, Andrea (2012). A fuga de cérebros de Portugal será dramática, *Económico*, 17 de janeiro, 2012. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de http://economico.sapo.pt/noticias/a-fuga-de-cerebros-de-portugal-sera-dramatica_136005.html
- Dumont, Jean-Christophe; Spielvogel, Gilles & Widmaier, Sarah (2010). International Migrants in Developed, Emerging and Developing Countries: An Extended Profile, *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, 11. Recuperado em 30 de Novembro, 2012, de www.oecd.org/els/workingpapers
- Palma, Catarina (2011). Portugal arrisca séria "fuga de cérebros" para o exterior. *Sol*, 22 de junho. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=22387
- England, Andrew (2012). Portuguese seek future in Mozambique, *Financial Times*, 18 de março. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/84622634-6b66-11e1-ac25-00144feab49a.html>

- Ferin Cunha, Isabel (2003). Imagens da Imigração em Portugal, *Revista Media e Jornalismo*. V .2, 71-88.
- Ferin Cunha, Isabel & Santos, Clara (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. Lisboa: ACIME.
- Fontes, Margarida (2007). Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home, *Science and Public Policy*, 34,4, 284-298.
- Foucault, Michel (1997). *A Ordem do Discurso*, Lisboa: Relógio de Água Editores
- Franzoni, Chiara; Scellato, Giuseppe & Stephan, Paula (2012). Foreign Born Scientists: Mobility Patterns for Sixteen Countries, *Working Paper* 18067, 1-25, NBER Working Paper Series. Recuperado em 30 de Novembro, 2012, de <http://www.nber.org/papers/w18067>
- Freitas, Ana Cunha (2010). Portugal tem novas armas para travar “fuga de cérebros”, *Público*, 25 de Abril. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/portugal-tem-novas-armas-para-travar-fuga-de-cerebros-1433895>
- Góis, Pedro & Marques, J. Carlos (2007). *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração – Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Novembro 2007, Lisboa. Recuperado em 15 de janeiro, 2010, de http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_24.pdf
- Hatton, Barry (2011). Spain, Portugal suffer brain drain, *Associated Press/San Francisco Chronicle*, 16 de abril. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.sfgate.com/business/article/Spain-Portugal-suffer-brain-drain-2374888.php#photo-1903785>
- Karadima, Oscar (1982). *Anomie and the “Brain Drain”: A Sociological Explanation*, Washington D.C.: ERIC
- Lusa (2011). Não há “fuga de cérebros para o estrangeiro, garante o presidente da FCT”, *Público*, 25 de março. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/nao-ha-fuga-de-cerebros-para-o-estrangeiro-garante-presidente-da-fct-1486795>
- Lusa (2011). OE de 2012: “Cérebros” podem fugir de Portugal. *Tvi24*, 20 de outubro. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.tvi24.iol.pt/aa---videos---sociedade/fuga-de-talentos-cerebros-investigadores-universidades-carlos-fiolhais-tvi24/1291041-5795.html>
- Lusa (2012). Cérebros mantêm-se em Portugal. *Expresso*, 17 de julho. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://expresso.sapo.pt/cerebros-mantem-se-em-portugal=f740281>
- Mahroum, Sami (2000). Highly skilled globetrotters: mapping the international migration of human capital, *R&D Management*, 30, 1, 23-32
- Mariano, Fátima (2010). Emigração portuguesa está mais qualificada, *Jornal de Notícias*, 6 de Junho. Recuperada em 12 de julho, 2012, de http://www.jn.pt/Domingo/Interior.aspx?content_id=1586730
- Moreira, Sandra & Araújo, Emília (2012). Elementos para uma reflexão sociológica sobre o fenómeno da mobilidade de investigadores e cientistas, *Revista Política e Sociedade*, 20, 227-254.
- Morris, Chris (2011). Portugal “brain drain” dilemma, *BBC Radio*, 8 de Abril de 2011. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de http://news.bbc.co.uk/today/hi/today/newsid_9450000/9450935.stm
- Oishi, Nana (2012). The Limits of Immigration Policies: The Challenges of Highly Skilled Migration in Japan. *American Behavioral Scientist*, 56, 8, 1080-1100

- Peixoto, João (1999). *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- Peixoto, João (2001). Migrações e políticas migratórias na União Europeia: livre circulação e reconhecimento de diplomas, *Análise Social*, 37, 153-183.
- Percept, Adeline; Perrouault, Clement & Morris, Sarah (2012). Portugal's Brain Drain as graduates flee austerity, *France 24*, 18 de outubro. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://www.france24.com/en/20121017-portuguese-graduates-flee-austerity>
- Pidd, Helen (2011). Europeans migrate south as continent drifts deeper into crisis, *The Guardian*, 21 de dezembro, Recuperado em 5 de dezembro de 2012 de <http://www.guardian.co.uk/world/2011/dec/21/europe-migrants-crisis-irish-portuguese>
- Raposo, Bruno (2012). Dois mitos sobre a emigração portuguesa, *Expresso*, 2 de fevereiro. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://expresso.sapo.pt/dois-mitos-sobre-a-emigracao-portuguesa=f702556>
- Reagan, Trish (2010). Portugal Brain Drain – a closer look at the exodus of educated Portuguese from their home country, *CNBC*, 19 de maio. Recuperado em 5 de dezembro, 2012, de <http://video.cnn.com/gallery/?video=1498592959>
- S.A (2011). Rangel sugere agência para ajudar portugueses que queiram emigrar, *Jornal de Notícias*, 21 de dezembro. Recuperado em 12 de julho, 2012, de http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=2198347
- S. A (2011). *Desemprego, crise e oportunidade*, 18 de maio. Recuperado em 12 de julho, 2012, de <http://visao.sapo.pt/desemprego-crise-e-oportunidade=f603284>
- S. A (2011). *A diplomacia portuguesa*, 8 de junho. Recuperado em 12 de julho, 2012, de <http://visao.sapo.pt/rodrigo-tavares=s25151>
- S. A (2012). 'Zona de conforto', 28 de junho. Recuperado em 12 de julho, 2012, de http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=2634579
- S.A (2011). *Quanto pode valer uma bandeira?*, 26 de fevereiro. Recuperado em 12 de julho, 2012, de <http://visao.sapo.pt/quanto-pode-valer-uma-bandeira=f592085>
- S.A. (2011). *Um primeiro-ministro que aconselha a emigração não acredita no seu país*, 22 de dezembro. Recuperado em 12 de julho, 2012, de http://www.jn.pt/Paginainicial/Politica/Interior.aspx?content_id=2201286
- Salt, John (2011). *International Migration and the United Kingdom: Report of the United Kingdom Sopemi correspondent to the OECD, 2011*. London: Migration Research Unit - University College London
- Saxenian, AnnaLee (2002). Brain Circulation: How High-Skill Immigration Makes Everyone, Better Off, *The Brookings Review*, 20, 1, 28-31. Recuperado em 14 de fevereiro, 2010, de <http://people.ischool.berkeley.edu/~anno/Papers/brain-circulation-brookings-review-2002.pdf>
- Saxenian, A.L. (2005). From Brain Drain to Brain Circulation: Transnational Communities and Regional Upgrading in India and China, *Comparative International Development, Studies in Comparative International Development*, 40, 2, 35-61. Recuperado em 3 de fevereiro de 2013 de: [http://www.abdn.ac.uk/sociology/notes07/Level5/SO5512/Week%2010%20\(4\).pdf](http://www.abdn.ac.uk/sociology/notes07/Level5/SO5512/Week%2010%20(4).pdf)

Solimano, Andre (2008). *The International Mobility of Talent: Types, Causes, and Development Impact*. Oxford: University Press. Recuperado em 2 de fevereiro, 2010, de <http://books.google.pt/> Stark, Odded (2005). The New Economics of the "brain drain", *World Economics*, 6, 2,

Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology. A Multidisciplinary Approach*. London: Sage Publications Ltd

Vinokur, Annie (2006). Brain Migration Revisited. *Globalisation, Societies and Education* 4, 1, 7-24.

Migração de profissionais de saúde – Desperdício ou reconhecimento de qualificações?

JOANA DE SOUSA RIBEIRO

*Investigadora, Centro de Estudos Sociais (CES) e doutoranda da
Faculdade de Economia (FEUC), Universidade de Coimbra
joanasribeiro@ces.uc.pt*

INTRODUÇÃO

Desde finais dos anos 90 que é visível uma significativa presença de profissionais estrangeiros no sector de saúde português. Este capítulo pretende analisar os obstáculos e as oportunidades à mobilidade profissional de enfermeiros e médicos provenientes de alguns países do Leste europeu que trabalham em Portugal. Explora-se a forma como pressões estruturais (de instituições académicas, organizações profissionais, exigências do mercado de trabalho) e oportunidades mais ou menos conjunturais (por exemplo, programas subsidiados, Directivas da UE) conduzem a percursos específicos de inserção. Esta investigação sustenta-se numa comparação entre entrevistas biográficas feitas a um painel de enfermeiros e de médicos originários de alguns países do Leste europeu (República da Moldávia, Federação Russa e Ucrânia). Além disso, também se realizaram entrevistas semi-estruturadas a vários actores institucionais¹ - Faculdades de Enfermagem, Faculdades de Medicina, Sindicatos dos Enfermeiros, Sindicatos Médicos, uma Fundação e uma Organização Não-Governamental que lida com o processo de reconhecimento de diplomas.

A partir das experiências de trabalho dos enfermeiros e médicos migrantes, pretende-se analisar neste capítulo as barreiras que esses profissionais têm que superar (por exemplo, o subemprego, a falta de competências linguísticas, as dificuldades no reconhecimento de diplomas, a segmentação interna do mercado de trabalho); o impacto das mudanças do estatuto jurídico e a mobilidade profissional. Tendo como referente uma perspectiva longitudinal, propõe-se uma (re)avaliação do conceito de “desperdício de cérebros” (Rhode, 1993; Giannoccolo, 2006; Breinbauer, 2007).

¹ Segundo Martínez e Martineau (1998: p.355), “actores institucionais são aqueles grupos ou indivíduos que influenciam, ou têm o potencial de influenciar, mudanças no domínio dos recursos humanos por causa de seu controle ou influência sobre uma ou mais funções de recursos humanos”.

A mobilidade de profissionais de saúde suscita novas exigências não só em matéria de governação profissional, mas também nas estratégias de exclusão/inclusão, não necessariamente contínuas no espaço-tempo.

Refira-se, a título de exemplo, as dificuldades relacionadas com a falta de familiaridade com os órgãos reguladores, empregadores e instituições académicas, a falta de coordenação e as falhas na comunicação entre instituições académicas e organizações profissionais, o moroso processo de obtenção de transcrições oficiais, o desconhecimento da linguagem técnica, a falta de reconhecimento da experiência profissional adquirida fora de Portugal, a necessidade de ajustamento à cultura local de trabalho e a incompreensão da cultura clínica.

A competição internacional por profissionais qualificados constitui uma questão transversal às sociedades actuais. Importantes países de imigração (como sejam, a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos da América e a Nova Zelândia), desenvolveram uma política de admissão selectiva. Apesar da inexistência de uma harmonização total das políticas de imigração da União Europeia (UE), alguns dos Estados-Membros introduziram procedimentos específicos para atrair profissionais qualificados. Refira-se, a título de exemplo, o Sistema Cartão Verde na Alemanha, a autorização de trabalho ultra-rápida na Irlanda ou o Programa Highly Skilled Migrant no Reino Unido. Especificamente dirigido ao sector da saúde, em 2002, o Reino Unido lançou um programa de bolsas internacionais para atrair especialistas migrantes. Além destes regimes especiais, a mobilidade internacional de profissionais da saúde também pode ser influenciada por políticas regionais, de âmbito supra-nacional ou de origem corporativa. Directivas da União Europeia relativas às qualificações profissionais, aos períodos mínimos de formação e determinados acordos multilaterais (como sejam o Acordo Geral de Comércio de Serviços - GATS - ou o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio - NAFTA -) foram introduzidos para encorajar este movimento internacional.

A Comunicação sobre Imigração, Integração e Emprego (CE, 2003) reiterou a importância do reconhecimento de diplomas de cidadãos de países terceiros, considerando esta como uma das dimensões fundamentais da política da União Europeia no que concerne a “integração”.

Tendo presente que poucos estudos têm reconhecido a existência de múltiplas barreiras institucionais em relação aos migrantes, sobretudo no que diz respeito à utilização das suas qualificações (Geddie, 2002, 4), ou explorado o modo como os “imigrantes se encaixam no espectro de profissões de saúde” (Lowell, Gerova (2004, 474), este capítulo explora esta lacuna, a partir da perspectiva de um país de recepção, Portugal.

Procura-se, assim, analisar os obstáculos e as oportunidades no que concerne à mobilidade profissional de médicos e enfermeiros, provenientes de alguns países da Europa de Leste – República da Moldávia, Federação Russa e Ucrânia².

A migração de profissionais de saúde provenientes do Leste europeu tem atraído a atenção de investigadores, particularmente no que respeita, à especificidade da sociedade de acolhimento. A título de exemplo, na Austrália, Leslyanne Hawthorne (2001) concluiu que as enfermeiras da Europa de Leste e da Ásia, área não enquadrada na Commonwealth, constituíam o grupo estrangeiro mais desrespeitado, o menos susceptível de ser promovido e, geralmente, o mais confrontado com a rejeição por parte dos seus pares.

² Neste capítulo não foram exploradas as diferenças entre os países do Leste europeu.

Em relação aos médicos, vários autores têm-se debruçado sobre a integração destes profissionais, provenientes da ex-União Soviética, na sociedade israelita. Destacam-se os que se referem aos mecanismos de fechamento profissional (Shuval, 1995; Shuval, 1998); ao compromisso vocacional em medicina e à perda de status devido à mudança ocupacional (Bernstein e Shuval, 1996); à língua e à diversidade da cultura clínica como entraves à comunicação (Remennick, Ottenstein-Eisen, 1998); à negociação da identidade profissional (Bernstein, 2000); à sub-utilização das qualificações face a um mercado de trabalho saturado (Remennick e Shaklar, 2003). Neste âmbito, convém salientar um estudo de caso na Sociologia das Profissões (Bernstein e Shuval, 1997), exemplar na forma como analisou a influência dos processos externos na recuperação da identidade profissional. Baseado numa comparação transnacional entre três países – o Canadá, Israel e os EUA - esse estudo concluiu que, apesar de o mercado de trabalho estar mais saturado em Israel, as políticas sociais são mais favoráveis à integração profissional.

Assim, este capítulo explora como certas pressões estruturais exercidas por instituições académicas, organizações profissionais, e pelo próprio mercado de trabalho; assim como as oportunidades conjunturais - como é o caso dos programas subsidiados - influenciam determinadas trajectórias de integração profissional.

A primeira parte deste capítulo centra-se no perfil da migração europeia no Serviço Nacional de Saúde Português (SNS), reflectindo sobre composição do pessoal e o papel desempenhado pelos órgãos de regulação profissional no processo de reconhecimento de diplomas. Em seguida, são descritos os métodos utilizados, bem como os resultados das entrevistas biográficas efectuadas a médicos e a enfermeiros. Neste âmbito, tem-se em linha de conta o percurso após-chegada, principalmente o acesso à licença profissional, a integração no SNS Português e a progressão na carreira. Finalmente, destaca-se o papel desempenhado por certas instituições não estatais no processo de reconhecimento formal e informal - o reconhecimento do migrante qualificado como um profissional de facto.

1. CONTEXTO DE PESQUISA

Tal como já foi referido, este capítulo incide sobre a migração de médicos e enfermeiros do leste europeu para Portugal, nomeadamente sobre os migrantes provenientes da República da Moldávia, Federação Russa e Ucrânia.

Em Portugal e até ao final de 1990, os migrantes provenientes do Leste europeu constituíam um fluxo de reduzida expressão. Entre 2000 e 2001 houve um crescimento de 68% (Baganha *et al.*, 2004). Após um período de regularização, que teve lugar entre Janeiro e Novembro de 2001, mais de metade (53%) das “Autorizações de Permanência” era detida por migrantes provenientes desta área geográfica, com particular incidência da Ucrânia. No entanto, este fluxo tem vindo a diminuir, devido à recessão económica que afeta significativamente, por exemplo, o sector da construção civil - um sector que absorve tradicionalmente os imigrantes do sexo masculino (OCDE, 2006).

Para um país do Sul da Europa como Portugal, geralmente identificado como um país de emigração, este fluxo corresponde a uma “nova vaga” de imigração (Baganha e Fonseca, 2004).

Trata-se de um fenómeno migratório conceptualizado desse modo porque se assume não ter sido alicerçado nem em redes sociais, nem numa cadeia de migração, ou sequer sustentado em laços históricos e culturais atribuíveis ao passado colonial português. Além disso, esta imigração proveniente de alguns países da Europa de Leste não surgiu como resultado de políticas pró-activas de recrutamento, mobilizadas por Portugal. Na verdade, o primeiro acordo bilateral com esta região da Europa foi apenas estabelecido em Maio de 2003, especificamente com a Bulgária, e não teve qualquer efeito em termos de fluxos migratórios.

Assim, em relação aos principais factores mobilizadores deste movimento internacional, é possível identificar os seguintes: os baixos rendimentos e os atrasos no pagamento de salários nos países de origem, a existência e celeridade do processo de regularização, a promoção de Portugal como um país com boas oportunidades de trabalho, comparativamente com os restantes mercados de trabalho da Europa do Sul, já saturados e, ainda, a ausência de controle de emissão de vistos em países da UE (Baganha *et al.*, 2004).

Os migrantes provenientes de alguns países do Leste europeu foram estudados por alguns académicos portugueses, tendo sido identificados processos de sobrequalificação e de subemprego. Um estudo de Baganha *et al.* (2004) evidenciava que 69% dos imigrantes tinham concluído o ensino médio ou Escola Profissional / Técnica, 10% tinham uma licenciatura ou equivalente e 21% tinham pós-graduação. Estes dados são elucidativos de um processo de desqualificação, uma vez que 62% dos imigrantes economicamente activos tinham uma ocupação não qualificada.

Este fenómeno, observado entre os migrantes provenientes do Leste Europeu, é coerente com os dados apresentados neste capítulo. Apesar das suas qualificações na área da medicina e de enfermagem, os entrevistados apresentam um percurso migratório semelhante ao que normalmente está associado ao designado migrante “não qualificado”: a entrada em Portugal é feita como turista e a posterior fixação implica uma situação jurídica irregular. Acresce que aqueles que possuam um estatuto jurídico regular estão sujeitos a uma renovação anual da “autorização de permanência”³. Em ambos os casos, verifica-se a incorporação no mercado de trabalho secundário.

Esta desqualificação ocorre apesar de se verificarem necessidades no mercado de trabalho de saúde.

Desde o final da década de 1970 e início de 1980, a segmentação dual do mercado de trabalho entre trabalhadores qualificados e não-qualificados define a incorporação dos migrantes no mercado de trabalho português (Peixoto, 2004). Simultaneamente, e em relação especificamente ao sector em análise - o sector de saúde -, alguns autores (Amaral, 2001, Rodrigues, 2004) sublinham a escassez de enfermeiros e de médicos. Uma tendência que é explicável em virtude da política restritiva de *numerus clausus* (com particular incidência na área da medicina, já que no caso da enfermagem o aparecimento de escolas privadas atenuou este problema), do progressivo envelhecimento da força de trabalho na área médica, da concentração de profissionais de saúde nos hospitais centrais e nas áreas urbanas e dos

³ A “autorização de permanência” é um documento fornecido aos migrantes que entraram em Portugal antes do 30 de Novembro de 2001, com um contrato de trabalho válido e com a situação da Segurança Social regularizada. Esta é uma licença de um ano, que pode ser renovada por um máximo de quatro vezes (correspondendo a um total máximo de cinco anos).

desequilíbrios relacionados com a distribuição de médicos, tanto geograficamente como em termos das especialidades.

O subemprego dos entrevistados provenientes de alguns países da Europa do Leste poderá explicar a quase invisibilidade de médicos e enfermeiros da República da Moldávia, Federação Russa e Ucrânia nas instituições do SNS. Como o quadro seguinte confirma (Tabela n.º 1), um único país - Espanha - fornece quase um terço do contingente de trabalho estrangeiro no SNS Português (33% em 2010). No entanto, começa a ser evidente a crescente diversificação de países de proveniência dos profissionais de saúde estrangeiros. Refira-se que em 2010, a categoria de “outros países”, que inclui, principalmente, os profissionais da República da Moldávia, da Federação Russa e da Ucrânia, representa 16% do pessoal estrangeiro no SNS português.

Grupo de países/Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média Anual Variação (%) (2001-2010)	
EU	Total	2236	2555	2743	2679	2478	1937	1647	1389	1314	1339	-40,1
	Médicos	855	1039	1157	1226	1243	1143	1039	915	795	828	-3,2
	Enfermeiros	1347	1464	1520	1355	1135	718	526	399	417	406	-69,9
Dos quais Espanhóis	Total	2090	2387	2540	2390	2179	1689	1356	1140	1037	1031	-50,6
	Médicos	804	983	1090	1128	1140	1040	913	799	681	696	-13,4
	Enfermeiros	1271	1383	1427	1238	1013	630	431	319	328	310	-75,6
PALOP	Total	783	835	823	1160	1088	891	877	743	816	753	-3,8
	Médicos	425	437	401	542	484	422	421	355	365	334	-21,4
	Enfermeiros	184	204	180	235	220	179	169	116	130	115	-37,5
Brasil	Total	251	307	316	348	374	343	363	405	457	475	89,2
	Médicos	134	155	152	172	188	178	192	197	208	227	69,4
	Enfermeiros	66	85	87	96	97	84	75	66	78	77	16,6
Outros Países	Total	104	135	187	303	365	384	372	404	494	494	375
	Médicos	79	99	120	173	208	247	251	253	292	307	288,6
	Enfermeiros	22	16	26	44	74	73	66	66	102	92	318
Total	Médicos	1484	1730	1830	2113	2123	1990	1903	1720	1660	1696	14,3
	Enfermeiros	1619	1769	1830	1730	1526	1054	836	647	727	690	-57,4
	Total	3374	3832	4069	4490	4305	3555	3259	2941	3081	3061	-9,3

Tabela 1 – Número de recursos humanos estrangeiros no SNS, por grupo profissional e por grupo de países de origem, 2001-2010

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS): Recursos Humanos Estrangeiros no Ministério da Saúde – Actualização 2009/2010. Outubro, 2011. Lisboa: Administração Central do Sistema de Saúde, 2011.

Nota: UE – União Europeia; PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Como a medicina e a enfermagem são profissões auto-reguladas, para retomar a sua profissão anterior, os médicos e enfermeiros entrevistados tiveram de participar num processo de reconhecimento dos seus diplomas, realizada pelas Faculdades de Medicina e Escolas de Enfermagem. Este reconhecimento envolve geralmente um período de estágio (cerca de seis meses para os médicos e de quatro meses para os enfermeiros) e, apenas para os médicos, um conjunto de exames: de comunicação, de teoria e de diagnóstico clínico do paciente.

Ultrapassada esta etapa com sucesso, podem então registar-se nas Ordens de Médicos ou de Enfermeiros e, conseqüentemente, obter a licença profissional, obrigatória para o exercício destas profissões. Legalmente, estes órgãos reguladores têm três meses para emitir a licença profissional. No caso dos médicos, antes do registo, têm uma entrevista para confirmar a sua fluência na língua portuguesa. Além disso, a maioria dos médicos provenientes de países terceiros recebem uma licença profissional provisória, o que significa que têm que estar sob a supervisão de um tutor, durante cerca de 12 meses.

Este reconhecimento de diplomas, efectuado pelas instituições de ensino, confere-lhes a oportunidade de trabalhar na área de Clínica Geral ou enfermagem geral.

Como todos os enfermeiros portugueses, os migrantes, se quiserem progredir na carreira de enfermagem, têm um ano de formação complementar para conquistarem o nível de “enfermeiros graduados”. Depois disso, podem prosseguir com um curso de pós-graduação, a fim de se especializarem numa área de enfermagem.

No caso dos médicos, a progressão na carreira é possível através de duas formas: a candidatura ao Colégio de Médicos Especialistas, um Conselho de médicos da Ordem, e, mais uma vez, sujeitam-se ao ingresso num novo processo de reconhecimento. Em alternativa, podem ainda candidatar-se a um estágio de pós-graduação, que envolve exames de comunicação e exames teóricos. Dependendo das notas, o requerente pode, então, escolher uma especialidade para realizar o estágio.

3. PROJETO DE PESQUISA

Os dados analisados são baseados numa pesquisa qualitativa em curso, segundo uma abordagem longitudinal.

Foram realizadas 32 entrevistas biográficas a enfermeiros e médicos provenientes de alguns países do Leste Europeu - República da Moldávia, Federação Russa e Ucrânia. Essas entrevistas são parte do trabalho de campo para uma tese de doutoramento, cujo objetivo principal consiste em analisar como os profissionais de saúde com formação num país estrangeiro estão profissionalmente integrados em Portugal. As entrevistas ocorreram após o processo de migração - menos de quatro anos, no caso dos médicos e de dois anos, no caso dos enfermeiros.

A maioria dos entrevistados esteve inscrita num Programa de Inserção Profissional, implementado por uma Organização Não-Governamental (ONG) e apoiado financeiramente por uma Fundação. Além do apoio desses dois actores da sociedade civil, os enfermeiros puderam ainda contar com um programa da iniciativa Estratégia Europeia de Emprego, o Programa EQUAL -, sustentado financeiramente pelo Fundo Social Europeu. Os enfermeiros e os médicos foram selecionados a partir de uma base de dados que corresponde à sua primeira inscrição no programa supra mencionado. A seleção dos entrevistados baseou-se na consideração de algumas variáveis: o sexo, a idade e a composição da nacionalidade.

Além disso, desde 2002, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com actores institucionais (Ministério da Saúde, Ordens de Médicos, Ordens de Enfermeiros, Sindicato de Enfermagem, Sindicatos médicos, Escolas de Enfermagem, Faculdades de Medicina, uma ONG e uma Fundação), a fim de se compreender o impacto das barreiras informais sobre

o processo de integração profissional, considerando o contexto social e institucional de recepção.

4. DA ATRIBUIÇÃO À AQUISIÇÃO DO ESTATUTO DE MIGRANTE QUALIFICADO

Na primeira fase do processo de integração de trabalho em Portugal, e independentemente da experiência na área da enfermagem ou de medicina nos seus países de origem, os migrantes entrevistados sofreram um processo de mobilidade profissional descendente e portanto, uma mudança na identidade profissional. Daí resultou a sua entrada no mercado de trabalho secundário.

O seguinte excerto de uma entrevista permite destacar o quão difícil foi lidar com essa inconsistência de status:

“(...) Eu disse ao meu chefe ‘ Acho que toda a minha vida eu só lavou pratos e mais alguma coisa! (...) Pode ser um grande sonho que eu trabalhava antes em um hospital!’ [Enfermeira ucraniana, feminino, NU 5].

Além disso, o subemprego foi sendo apreendido como um constrangimento, pelo qual estes profissionais têm que passar, de modo a obterem algumas condições, impossíveis de alcançar nos seus países de origem (tal como mencionado pelos próprios), como sejam: melhores salários, estabilidade salarial, taxa de inflação controlada, possibilidade de poupar dinheiro para a educação dos seus filhos e um ambiente ecológico saudável. Sublinhe-se que nos países do Leste Europeu, as profissões do sector social, incluindo as da área da saúde, têm um baixo nível de reconhecimento social, uma herança da antiga União Soviética, onde o sector de saúde era considerado “improdutivo”. Além disso, durante o período de transição:

“(...) os salários dos trabalhadores de saúde foram severamente desvalorizados e em alguns casos continuaram a cair abaixo da média nacional (...) O pessoal de saúde era frequentemente pago com atraso (...) agravado pela cultura de pagamentos extra-salariais e da atividade económica paralela que existia antes da transição “(Afford, 2002).

O processo de desqualificação em Portugal traduz-se também numa diferenciação sexual no mercado de trabalho secundário. Enquanto a maioria dos homens são incorporados no sector da construção (como operadores de tijolo, serventes de pedreiro, ou manuseadores de máquinas); as mulheres tinham experiências de trabalho mais diversificadas - trabalhando como empregadas domésticas, como empregadas em restaurantes, padarias, aviários, ou lojas de café; fazendo serviços de limpeza ou serviços de acompanhante em bares; como cuidadoras de pessoas com deficiência ou embaladoras de frutas em armazéns. Para a maioria das mulheres migrantes, é comum ter experiências de trabalho simultâneas em diferentes tipos de atividades. Entre elas, destacam-se as atividades relacionadas com os cuidados de saúde. Na verdade, e em particular no caso das enfermeiras, as mulheres são mais propensas a procurar trabalho em instituições de saúde, de modo a estarem em contacto com o sistema de saúde português, a organização dos serviços de saúde e a correspondente linguagem técnica. Num determinado momento, as mulheres nessa situação tiveram de optar por um desses empregos. Normalmente, preferem manter o trabalho que é

menos stressante, em termos de prestação de cuidados, o que raramente corresponde aos que são geralmente disponíveis aos migrantes no sector da saúde - como sejam ajudante de enfermagem ou de limpeza.

Para avaliar a extensão da mobilidade ocupacional descendente, realço, em primeiro lugar, que cinco dos entrevistados não têm qualquer experiência de trabalho independente na área da saúde nos seus países de origem. Isso aconteceu porque eles eram estudantes antes de deixarem o seu país de origem. No entanto, especificamente no caso da enfermagem, o estatuto de estudante não significa ausência de experiência de trabalho, nomeadamente como ajudante de enfermagem.

Em segundo lugar, este processo de desqualificação pode já ter sido experimentado no próprio país de origem, o que reflecte um “desperdício interno de cérebros”. Isso ocorreu, conforme explicado acima, principalmente por causa dos baixos salários, a inflação económica e os atrasos no pagamento de salário durante o período de transição. Por exemplo, uma enfermeira, casada com um cidadão português, tinha experimentado este tipo de desqualificação quando, apesar de ser uma especialista em enfermagem obstétrica, trabalhou como massagista. Principalmente no caso das enfermeiras, e independentemente da sua nacionalidade ou idade, a carreira anterior é frequentemente afectada pelas funções reprodutivas. As responsabilidades familiares associadas à maternidade forçaram algumas interrupções de carreira, ou mesmo influenciaram opções de trabalho que envolvem também uma sub-utilização das qualificações. Portanto, a desvalorização ocupacional no país de origem não é um fenómeno raro entre enfermeiros. Mas, contrariamente ao que acontece quando migram, o trabalho realizado tende a ser na área de enfermagem, ainda que ocupando posições hierárquicas inferiores.

Em terceiro lugar, há que sublinhar o facto de que, em anteriores experiências migratórias, já ter ocorrido o processo de desqualificação. Por exemplo, um médico russo foi para Portugal, depois de trabalhar por algum tempo como enfermeiro, noutro país receptor.

Os dados apresentados reforçam a ideia da necessidade de precaução na análise do fenómeno de “desperdício de cérebros”, o que significa considerar não apenas as experiências dos migrantes nas sociedades de acolhimento, mas também trajetórias ocupacionais anteriores.

A fixação em Portugal depende de um processo bem sucedido de reconhecimento de diplomas, sem o qual os profissionais migrantes não têm o direito de realizar prática clínica. Para se poderem registrar como enfermeiro ou como médico, os migrantes terão que passar por todo um processo de re-acreditação, o que significa a superação de barreiras sistémicas e do cumprimento dos requisitos de diversas instituições, entre as quais, as Faculdades de Medicina, as Escolas de Enfermagem, as embaixadas ou os consulados, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Ministério da Saúde e os empregadores. O processo é demorado (no caso dos médicos, pode demorar até um ano e sete meses), burocrático e, uma vez que não é compatível com um emprego a tempo integral, dispendioso.

Perante a ausência de apoio do Estado, mas ciente do elevado nível de qualificações dos migrantes provenientes de alguns países da Europa de Leste, em Maio de 2002, uma ONG e uma Fundação iniciaram um programa para promover o reconhecimento de diplomas

em estudos de medicina e de enfermagem aos nacionais de países para os quais não há qualquer reconhecimento automático de diplomas. Estar registado neste programa significa ter direito a uma bolsa mensal e apoio financeiro para a tradução de documentos e para as taxas de inscrição exigidas pela Faculdade de Medicina e pela Escola de Enfermagem.

Além disso, a ONG organizou um curso de Português e constituiu-se como mediador de informação entre as instituições com um papel activo no processo. Por exemplo, esse conhecimento permitiu-lhe dirigir os candidatos para as instituições de ensino que não são tão restritivas quanto aos documentos solicitados e à certificação legal.

Para superar algumas dificuldades, foram efectuados acordos com instituições de ensino, com o SEF (permitindo, durante o período de estágio, uma renovação das “autorizações de permanência”, independentemente da existência ou não de um contrato de trabalho e, para aqueles com sucesso no processo de reconhecimento, uma “autorização de residência”; sem precisar de um visto) e com o Ministério da Saúde. O protocolo estabelecido com este Ministério garantiu a existência de vagas no SNS português para os beneficiários do programa.

Apesar destes esforços, patentes em cada fase do reconhecimento profissional, há algumas restrições a serem superadas.

Em primeiro lugar, durante a fase de pré-candidatura, a recolha dos documentos exigidos estendeu-se no tempo, pois as informações a este respeito, principalmente as provenientes das Faculdades de Medicina, foram lentamente divulgadas, em parte devido à indefinição das Faculdades sobre quais os documentos necessários. Além disso, este processo de reconhecimento envolve a intervenção de instituições estrangeiras, o que pode atrasar a sua concretização. Adicionalmente, a tradução de diplomas também pode ser demorado. O facto de uma das Faculdades de Medicina ter cancelado a recepção dos pedidos de reconhecimento de diplomas, devido à crescente procura, revela a pouca preparação das instituições no que diz respeito à internacionalização do sistema de ensino. Para além disso, os médicos tiveram de enfrentar outro tipo de dificuldades, relacionadas com a aprovação num exame obrigatório de comunicação e com a contínua mudança do tipo dos documentos solicitados, das regras que definem o modelo de avaliação e da nota mínima para se ter sucesso.

Em segundo lugar, o período de estágio foi particularmente problemático para médicos mais idosos do sexo feminino, já que tinham de lidar não só com a falta de reconhecimento profissional formal, mas também com o facto da sua aparência física, num mercado de trabalho exigente em termos da diferenciação sexual e etária, dificilmente as identificar como estudantes. Em linha com outros estudos (Bernstein e Shuval, 1997), as mulheres mais velhas experimentam maiores dificuldades em afirmar a sua identidade profissional.

A duração e plano de estágio dos médicos dependiam da Faculdade de Medicina para a qual se candidatavam, das vagas e da disponibilidade de professores para a supervisão. Durante o período de estágio, os médicos do Leste europeu foram institucionalmente discriminados pelos seus tutores portugueses. No entanto, quanto à recepção institucional, os médicos puderam contar com o apoio de outros profissionais de saúde formados fora de Portugal. Como relata o seguinte excerto:

“Eles [os espanhóis] são os únicos que se preocupam connosco (...). A maioria dos portugueses não podia entender o que é ser estrangeiro. Como podemos entrar

em medicina, estar noutra país, de frente para outra língua, outra sociedade... Mas o espanhol e as pessoas de outros países podem compreender porque eles estão na mesma situação” [médico do sexo masculino, russo, PR4].

Pelo contrário, os enfermeiros espanhóis não acolheram os enfermeiros provenientes de alguns países do Leste europeu. Tal poderá ser explicado pelo facto de que o programa dirigido aos enfermeiros estrangeiros ter começado três anos após o Programa dos Médicos (em 2005), quando o mercado de trabalho se encontrava mais saturado, reflexo, em parte, do aparecimento de Escolas de Enfermagem privadas. Nesse sentido, foram relatados problemas de comunicação, nomeadamente devido ao sotaque dos enfermeiros espanhóis, o que complicou o trabalho em equipa com os enfermeiros provenientes do Leste Europeu. Um director de enfermagem, responsável pela integração profissional dos enfermeiros de países terceiros, explicou:

“Eu tentei orientar os enfermeiros espanhóis no sentido de apoiarem a integração dos enfermeiros e não funcionou. Eles [os enfermeiros provenientes de alguns países do leste europeu] têm dificuldade de entender a enfermeira espanhola “[ND2]. Para contrariar estes constrangimentos, foram organizadas algumas reuniões, envolvendo o chefe de enfermagem e as enfermeiras que são responsáveis pela gestão dos serviços de saúde. Paralelamente, foram elaborados um guia de integração e cursos teóricos especialmente direccionados para estes profissionais.

O controle monopolista do trabalho (Larson, 1977) não é interpretado da mesma forma nos países do Leste europeu e em Portugal. A título de exemplo, os enfermeiros formaram-se tendo em vista um sistema de saúde que enfatiza uma visão holística do cuidado. Para além disso, as experiências de trabalho anteriores ocorreram em instituições de saúde antiquadas e que enfrentavam uma escassez de recursos materiais, com equipamentos mal conservados (Shuval, 1995).

Depois de sujeitos a um processo de avaliação, os profissionais adquirem uma licença para praticar. No entanto, devido à dificuldade na obtenção de determinados documentos das instituições dos países de origem (por exemplo, o certificado criminal, uma certificação do Ministério da Saúde comprovando a experiência de trabalho e um certificado da Ordem dos Médicos sobre a rectitude de conduta profissional), pode levar até seis meses para receberem a licença profissional. O tipo de licença profissional - “autónoma” ou “supervisionada” - depende mais dos critérios das delegações das Ordens Profissionais e menos do número de anos de experiência médica nos países de origem. Por exemplo, foi atribuída uma licença profissional supervisionada a um pediatra com 20 anos de experiência, e, em contraposição, um jovem médico obteve uma licença autónoma profissional. Assim, a maioria dos médicos tiveram de prosseguir um período de estágio supervisionado, o que para a maior parte corresponde a nove meses de formação. Como as vagas para este estágio são definidas numa base anual, os atrasos da Ordem dos Médicos na entrega da licença podem dificultar a entrada no estágio supervisionado.

Tal como acontece com outras atividades realizadas por migrantes, há um mercado dual na medicina e na enfermagem. De acordo com outros estudos (Bernstein e Shuval, 1997), as oportunidades de emprego em Portugal tendem a ser em locais preteridos por

médicos locais (por exemplo, os Centros de Saúde) e enfermeiros locais (por exemplo, os serviços comunitários de cuidados, serviços médicos). Na esteira de Shuval (1998), esta segmentação revela uma “mobilidade ocupacional interna descendente”.

A presença de enfermeiros provenientes de alguns países do Leste europeu pode, por outro lado, constituir uma opção estratégica de recrutamento, dado estarem motivados para trabalhar nos serviços que exigem um perfil profissional semelhante ao requerido nos seus países de origem - holismo no atendimento e na prestação de cuidados, empatia, interação com os pacientes, intuição clínica. Como sublinha um director de enfermagem, tal diminui o custo de rotatividade:

“ (...) pode ter custos para o serviço, mas eu tenho uma dificuldade em manter os enfermeiros portugueses nos serviços de medicina. E esses profissionais [os europeus de Leste] preferem os serviços de medicina (...) Eu estou a falar sobre a proximidade com o paciente. O que eu posso ter com estes enfermeiros e que eu tenho dificuldades em manter com os enfermeiros portugueses. Eu acho que este é um bom ponto” [ND 2].

Quando os médicos conseguem obter o reconhecimento dos seus diplomas como clínicos gerais, as suas experiências de trabalho anteriores como especialistas são desvalorizadas. No entanto, tanto a divisão das especialidades médicas por diferenciação sexual, já evidente nos países de origem, e um reconhecimento informal da identidade profissional na sociedade de acolhimento, podem, em parte, equilibrar essa tendência. Quanto à primeira tendência, refira-se que, nos países de origem, as mulheres são normalmente pediatras, ginecologistas, especialistas em doenças infecciosas ou gastroenterologista. Os homens são principalmente especializados em Ortopedia, Epidemiologia, Urologia, Radiologia, Dermatologia ou Cirurgia. Assim sendo, as mulheres concebem, em parte, o desempenho das suas funções de clínica geral como uma continuação da sua experiência de trabalho anterior, principalmente relacionada com a saúde da mulher e da criança. Como alguns estudos realçam (Barr, 1995), as mulheres do Leste europeu são menos propensas a abraçar especialidades técnicas e mais atraídas pelo trabalho nas policlínicas, em detrimento dos hospitais.

Quanto à questão do reconhecimento profissional informal, tanto no caso dos médicos como no caso dos enfermeiros, verifica-se alguma incompatibilidade entre o contrato de trabalho e as funções efectivamente realizadas. Apesar de não serem reconhecidos como especialistas e, portanto, não recrutados como tal, executam funções semelhantes às qualificações adquiridas nos países de origem, contudo a mais baixos custos. Nesta linha de análise, sublinho o caso de uma neurologista russa que foi recrutada como clínica geral por um hospital com uma gestão privada, mas que na verdade está a desempenhar o papel de especialista em Pediatria. O mesmo acontece com os enfermeiros, especializados em serviços de obstetrícia, mas recrutados como enfermeiros gerais, para serviços obstétricos e de ginecologia.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A investigação em curso sublinha as dificuldades sentidas pelos profissionais de saúde de países terceiros, nomeadamente, as relacionadas com a falta de familiaridade com

entidades reguladoras, empregadores e instituições académicas, a falta de formação específica em linguagem técnica, o não reconhecimento da experiência profissional adquirida fora de Portugal, a necessidade de ajustamento à cultura local de trabalho e a compreensão da cultura de cuidado portuguesa. Para enfrentar essas barreiras, e em substituição de possíveis iniciativas governamentais, uma ONG, com o apoio financeiro de uma Fundação, desenvolveu um programa em benefício dos migrantes qualificados provenientes do Leste europeu. A este respeito, a ONG apoiou os recém-chegados com políticas de integração directa (como cursos de línguas ou de estágio e programas de mediação), como forma de contornar possíveis lacunas no conhecimento e experiência laboral. Além disso, constituiu-se como uma mediadora de informações entre as instituições académicas, os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, as Ordens Profissionais e empregadores. Apesar de substituir o Estado neste processo, observa-se a natureza ocasional desta intervenção, uma vez que foi desenvolvida como uma resposta *ad hoc* e de curto prazo, focalizando-se em profissões e países específicos de graduação, considerando apenas aqueles com os quais Portugal não tem um acordo de reconhecimento automático de diplomas. O programa de estágio de enfermagem subsidiado deu prioridade a jovens migrantes. No caso dos médicos, a seleção de apenas um membro do casal constitui uma discriminação indirecta para as mulheres que são geralmente as migrantes secundárias. Isso significa que alguns dos benefícios esperados de programas com um carácter similar possam não ser plenamente atingidos, principalmente os relativos à participação de alguns dos grupos mais discriminados no mercado de trabalho - as mulheres e os idosos (Lerner e Menahem, 2003).

A “mobilidade interna ocupacional descendente” (Shuval, 1998), apresentada neste estudo, retoma o debate sobre a sua institucionalização e o papel desempenhado nesse processo por “programas bem-intencionados de re-entrada no mercado de trabalho” (Krahn *et al.*, 2000, 80).

No entanto, esta pesquisa também revela a importância de iniciativas não-estatais no processo de integração profissional: como prestador de serviços (de cursos ou programas de formação), como agentes mediadores de capital social, como promotor de ligações internas entre os participantes do programa, como mentor de recém-chegados, ou como certificadores, contribuindo para a legitimação social dos profissionais, sobretudo entre os empregadores e os utentes da saúde. Por conseguinte, estas iniciativas têm um papel no processo de (re) aquisição da identidade profissional. Contudo há que realçar que os actores institucionais de nível meso são muitas vezes ignorados na legitimação social das (re) qualificações. Principalmente percebidos como importantes actores no que diz respeito à implementação de políticas de integração social, as organizações do Terceiro Setor (ONGs e fundações) têm também um papel activo na “criação de estruturas de oportunidades”, no que diz respeito à re-aquisição da identidade profissional.

Em suma, este estudo destaca a construção social da definição de “Migrante Qualificado”, dependente que está de políticas selectivas de admissão e de integração. O quadro regulamentar (accionado, por exemplo, pelas Ordens Profissionais ou pelas instituições académicas) e iniciativas não-estatais são factores-chave para a compreensão do processo de aquisição da identidade profissional (Csedó, 2005). Isto é ainda mais importante na área de enfermagem e de medicina, profissões onde a natureza específica das funções

conduz ao reconhecimento formal, mas também informal, de diplomas (Ribeiro, 2008).

Se os migrantes são sobrequalificados para a realização das funções associadas a um determinado trabalho, isto é, se o país receptor não os reconhecer como migrantes qualificados, então, o seu potencial é desperdiçado ou sub-utilizado.

Na Europa Central e do Norte, o problema da “discriminação no local de trabalho”, criado pela desassociação entre os níveis educacionais e as funções laborais, surge, principalmente, na “segunda geração” (Ribas-Mateos, 2004, 1049). Em contraste, e em linha com outros estudos (Lianos, 2007), esta pesquisa confirma que, no caso dos países do sul da Europa, os recém-chegados têm sido os mais afectados pelo fenómeno do desperdício de qualificações.

REFERÊNCIAS

- Afford, Carl Warren (2002). *Failing the Health Systems: Failing Health Workers in Eastern Europe*. Geneva: ILO Publications.
- Amaral, Alberto (2001). *Plano Estratégico para a Formação nas áreas da Saúde*. Lisboa.
- Baganha, Ioannis & Fonseca, Lucinda (ed.) (2004 a). *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Baganha, Ioannis, Marques, José & Góis, Pedro (2004 b)) Novas Migrações, Novos Desafios: a imigração do leste europeu, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 95-115.
- Barr, Donald (1995). The professional structure of Soviet medical care: the relationship between personal characteristics, medical education and occupational setting for Estonian physicians. *American Journal of Public Health*, 85 (3), 373-378.
- Bernstein, Judith (2000). The professional self-evaluation of immigrant physicians from the Former Soviet Union in Israel. *Journal of Immigrant Health*, 2 (4), 183- 190.
- Bernstein, Judith & Shuval, Judith (ed.) (1997). *Immigrant Physicians – Former Soviet Doctors in Israel, Canada and the United States*. Westport: Praeger Publishers.
- Bernstein, Judith & Shuval, Judith (ed.) (1996). The Dynamics of professional commitment: immigrant physicians from the Former Soviet Union in Israel. *Social Science and Medicine*, 42 (7), 965-974.
- Breinbauer, Andreas (2007). *Brain Drain – Brain Circulation orWhat Else Happens or Should Happen to the Brains. Some Aspects of Qualified Person Mobility/ Migration*, FIW, WP 4. Recuperado em 3 de novembro de 2013, de: www.fiw.ac.at/fileadmin/Documents/Publikationen/Working_Paper/N_004_breinbauer.pdf
- Csedó, Katherine (2005). *The labour market incorporation of highly skilled migrants: the case of Hungarians and Romanians in London*, Comunicação apresentada na Conferência Internacional 'New Patterns of East-West Migration in Europe', Instituto de Economia Internacional de Hamburgo, 18-19 Novembro 2005.
- Comissão Europeia (2003). *On Immigration, Integration and Employment*. Comunicação da Comissão para o Conselho, o Parlamento Europeu, o Comité Europeu Económico-Social e o Comité das Regiões, COM (2003) 336, Final. Bruxelas: Comissão Europeia.

- Geddie, Kate (2002). License of labour: obstacles facing Vancouver's – trained engineers *Working Paper Series*, 02-21, Vancouver Centre of Excellence.
- Giannocolo, Pierpaolo (2006). The Brain Drain. A Survey of Literature, *Working Paper*, 526.
- Hawthorne, Leslyanne (2001). The globalisation of the nursing workforce: barriers confronting overseas qualified nurses in Australia. *Nursing Inquiry*, 8 (4), 213-229.
- Krahn, Harvey; Tracey Derwing; Marlene Mulder e Lori Wilkinson (2000). Educated and underemployed: refugee integration into the Canadian labour market. *Journal of International Migration and Integration*, 1 (1), 59- 84.
- Larson, Magali Sarfatti (1977). *The Rise of Professionalism. A Sociological Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Lerner, Miri & Gila Menaheim (2003). Decredentialization and recredentialization: the role of governmental intervention in enhancing occupational status of Russian immigrants in Israel in the 1990's. *Work and Occupations*, 30 (1), 3-29.
- Lianos, Theodore (2007). Brain Drain and Brain Loss: immigrants to Greece. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33 (1), 129-140.
- Lowell, Lindsay e Stefka Georgieva Gerova (2004). Immigrants and the healthcare workforce – profiles and shortages. *Work and Occupations*, 31 (4), 474-498.
- Martínez, Javier & Tim Martineau (1998) Rethinking Human Resources: an agenda for the millennium, *Health Policy and Planning*, 13 (4), Oxford: Oxford University Press, 345-358.
- OCDE (2006) *International Migration Outlook, Annual Report*. Paris: OECD Publications.
- Peixoto, João (2004) Highly skilled migration in Portugal – an overview, *SOCIUS Working Papers*, 3/2004. Lisboa: SOCIUS.
- Rhode Barbara (1993). Brain drain, brain gain, brain waste: reflections on the emigration of highly educated and scientific personnel from Eastern Europe, in Russell King (ed.) *The new geography of European migration*, (pp. 228-245). Belhaven: Londres
- Remennick, Larissa & Ottenstein-Eisen (1998). Reaction of new Soviet immigrants to primary health services in Canada. *International Journal of Health Services*, 28 (3), 555-574.
- Remennick, Larissa & Shakhar, Gila (2003). You never stop being a doctor: the stories of Russian immigrant physician who converted to physiotherapy. *Health*, 7 (1), 87-108.
- Ribas-Mateos, Natalia (2004) How can we understand immigration in Southern Europe? *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30 (6), 1045-1063.
- Ribeiro, Joana de Sousa (2008). Migration and occupational integration: Foreign health professionals in Portugal. In: Ellen Kuhlmann e Mike Saks (Eds), *Rethinking Professional Governance: International Directions in Health Care*, The Policy Press: Bristol.
- Rodrigues, Luís (ed.). (2004) *Compreender os Recursos Humanos do Serviço Nacional de Saúde*, Lisboa: Edições Colibri.
- Shuval, Judith (1998). Some latent functions of credentialing: the case of immigrant physicians to Israel in Vittorio Olgiati, Louis Orzack e Mike Saks (eds.) *Professions, Identity and Order in Comparative Perspective* (307-322), Onati: Instituto Internacional de Sociologia.

(I) Mobilidades e redes científicas internacionais: Contextos e relações em mudança

MARGARIDA FONTES & EMÍLIA ARAÚJO

¹ *Investigadora Auxiliar, Instituto Nacional
de Engenharia e Geologia, Lisboa*
margarida.fontes@lneg.pt

² *Professora Auxiliar, Departamento de Sociologia,
Universidade do Minho, investigadora no CECS –
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*
era@ics.uminho.pt

INTRODUÇÃO

O debate sobre a “saída” de cérebros passa hoje por analisar cuidadosamente em que consiste essa “saída”, qual a sua duração e quais as formas de contacto que se mantêm para além dela. As novas tecnologias de informação e de comunicação, juntamente com novos modos de produção e de disseminação do conhecimento científico têm contribuído enormemente para a alteração dos padrões de relacionamento entre investigadores individuais e entre universidades e outras instituições de investigação, tanto ao nível dos sujeitos, como dos processos e dos objetos de circulação. Basicamente, as novas tecnologias de comunicação e informação, acrescidas de mudanças maiores ao nível da globalização e circulação dos conhecimentos e dos capitais, põem novas questões sobre o carácter e a pertinência da mobilidade física de pessoas, ao mesmo tempo que desencadeiam novas interrogações sobre o verdadeiro estatuto das “saídas”.

No mundo global as “saídas” são crescentemente perspectivadas como temporárias, porque se acredita que os indivíduos têm necessidade de se mover diversas vezes ao longo da vida e como parciais, uma vez que nesse mundo global, aberto a várias formas de circulação de informação e de conhecimento, os indivíduos não chegam verdadeiramente a “sair” de um lugar, pois mantêm-se ligados a este de múltiplas formas.

Neste contexto complexo e em mudança, este texto tem como objetivo principal contribuir para a compreensão do processo de construção de redes de conhecimento internacional e do seu papel na colaboração científica. A literatura tem vindo a pôr em evidência a importância da mobilidade nesses processos, mas ainda permanecem várias questões por problematizar e responder, se considerarmos, designadamente, a grande variedade de condições e modos de formação dessas redes. Este estudo pretende exatamente apurar e entender alguns motivos dessa diversidade, considerando cientistas em situações distintas

(presença e ausência de mobilidade) e dando particular atenção ao caso, menos estudado, da construção de redes na ausência de mobilidade de longa duração.

Com efeito, a investigação sobre a mobilidade de cientistas tem vindo a demonstrar que a mobilidade internacional, em particular a mobilidade de longa duração, tem um papel relevante no desenvolvimento de relações de colaboração que se mantêm ao longo do tempo e que assumem um papel determinante na actividade futura desses cientistas (Fontes *et al.*, 2013; Turpin *et al.*, 2008; Jöns, 2009).

Neste texto, vamos entender a rede como conjunto de relações que o próprio cientista identifica como particularmente importantes e/ou fundamentais para o desenrolar do seu trabalho no presente. Vamos também entender a rede como mecanismo de integração dos cientistas numa determinada área de investigação e de especialização e que agrega nesse conglomerado de relações, mais do que práticas e saberes técnicos e investigativos, saberes institucionais e informacionais acerca dos melhores pólos e centros de investigação e validação de resultados, assim como acerca dos melhores e mais rápidos mecanismos de disseminação da produção científica nessa área.

Num estudo anterior (Fontes *et al.*, 2013) os autores concluíram que os cientistas portugueses que realizaram o doutoramento no estrangeiro, ou tiveram mobilidade internacional após o doutoramento por períodos superiores a um ano, tinham maior propensão para ter organizações estrangeiras (nomeadamente a organização da estadia) no que identificavam como a sua rede científica principal. Também tendiam a incluir um maior número de organizações estrangeiras nessa rede e a mencionar uma organização estrangeira como o seu contacto mais importante.

Trata-se de resultados que sugerem que a mobilidade é indubitavelmente um mecanismo a ter em conta no processo de construção de redes científicas internacionais, confirmando, aliás, algumas conclusões de investigação realizada para outras áreas de actividade (Oettl e Agrawal, 2008).

Observa-se, no entanto, que um número substancial de cientistas que não teve esse tipo de mobilidade também menciona a presença de organizações estrangeiras sua rede principal, desenvolvendo actividades de colaboração científica internacional. Tal sugere, por um lado, a presença de outros mecanismos de construção de redes internacionais e, eventualmente, de outras motivações para as estabelecer. Por outro lado, levanta algumas questões importantes que se prendem com a natureza das redes construídas: até que ponto existem diferenças nas relações assim estabelecidas e na colaboração desenvolvida através delas? Quais são os principais protagonistas destas relações?

Tendo em vista responder a estas questões, comparam-se cientistas com e sem mobilidade de longa duração, de modo a avaliar se existem diferenças nas condições e modos de formação das redes e na sua utilização para a prossecução de actividades de colaboração científica internacional. O enfoque é posto sobre os cientistas que não tiveram mobilidade de longa duração, procurando-se compreender quem são e o que os diferencia dos que tiveram mobilidade, quer em termos das suas características pessoais/profissionais, quer em termos das suas actividades de colaboração. Pretende-se ainda obter algumas indicações relativamente às estratégias por eles desenvolvidas para construir e manter as suas redes.

A comparação permite-nos considerar diferentes modos de construção de redes, bem como avaliar a natureza das relações estabelecidas através de redes com origens potencialmente diferentes, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado dos processos de construção e utilização de redes científicas internacionais e ainda para uma melhor compreensão do papel efectivamente desempenhado pela mobilidade nesses processos.

A análise utiliza dados provenientes de um projeto de investigação conduzido em Portugal, sobre mobilidade e redes de cientistas pertencentes a centros de investigação portugueses em três áreas científicas diferentes: ciências da saúde, tecnologias de informação, sociologia.

O texto está organizado em quatro pontos. No primeiro ponto dedica-se atenção às abordagens teóricas que se destacam pela importância que conferem às redes e às formas de colaboração em investigação e desenvolvimento. No segundo ponto apresentam-se as principais questões e hipóteses do estudo. O terceiro ponto é dedicado à descrição da metodologia. No quarto realiza-se uma análise comparativa das características e condições pessoais e profissionais, das redes e das atividades de colaboração internacional de cientistas com e sem mobilidade internacional de longa duração, tendo em conta as questões formuladas.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 COLABORAÇÃO CIENTÍFICA E REDES INTERNACIONAIS

A produção de conhecimento científico é cada vez mais entendida como uma actividade colectiva, que envolve uma importante componente de interacção e troca, frequentemente conduzida de forma distribuída em diferentes organizações e localizações geográficas (Bozeman *et al.*, 2001; Bonaccorsi, 2008). A colaboração é, portanto, um elemento-chave nos processos de produção e disseminação de conhecimento científico. Desse modo, o desenvolvimento e a mobilização de redes para acesso/partilha de conhecimento surgem cada vez mais como parte integrante da actividade científica (Wagner e Leydesdorff, 2005; Sonnenwald, 2007).

Nesse contexto, a construção de redes de colaboração com organizações externas é cada vez mais valorizada, quer pelos próprios cientistas, como forma de concretizar objetivos, reforçando e alargando as suas capacidades individuais (ou das suas equipas locais); quer pelas organizações, como forma de intensificar a produção científica e promover o prestígio institucional (Enders e De Weert, 2004). As redes internacionais adquirem particular relevo no caso dos países que se encontram numa posição periférica em relação aos grandes centros de produção científica, pois permitem aceder a um leque mais diversificado de recursos (humanos e materiais) e, ainda, interagir com equipas experientes e participar no desenvolvimento de conhecimento avançado (Barnard *et al.*, 2012; Williams *et al.*, 2004).

Neste quadro de ação e representação é expectável que os cientistas procurem estabelecer relações internacionais e, nomeadamente, construir redes relativamente mais duradouras de colaboração. O comportamento individual dos cientistas, assim como a prática das instituições são, no entanto, diferenciados no que respeita à importância conferida às

redes e à natureza das colaborações que encetam. Algumas dessas diferenças decorrem de idiosincrasias individuais e de elementos básicos, como a proximidade geográfica, familiar e/ou institucional. Mas, grande parte delas, são explicáveis à luz de dinâmicas e de variáveis mais contextuais que, de alguma forma, constroem a ação e a racionalidade individuais.

A literatura tem demonstrado que essas variações também se explicam em função de diferenças de ordem disciplinar que são historicamente reproduzidas, estão cristalizadas e constituem as subculturas disciplinares. Há, assim, diferenças entre áreas científicas: a produção de conhecimento em equipa não só é mais frequente nas ciências exactas e naturais do que nas ciências sociais, como também assume naquelas mais frequentemente a forma de publicações conjuntas (Wagner, 2005; Jöns, 2009; Larrivière *et al.*, 2006). Há também diferenças em termos de posição na carreira, tendo a senioridade (Bozeman e Corley, 2004) e a estabilidade (Musselin, 2004; Armbruster, 2008) sido identificadas como variáveis que favorecem o desenvolvimento de atividades de colaboração e potenciam a sua continuidade. Foram ainda identificadas diferenças ao nível do perfil de colaboração dos homens e das mulheres (Bozeman e Corley, 2004; Rivellini *et al.*, 2006). Finalmente, a proximidade geográfica e a presença de programas de âmbito europeu que, de alguma forma, fomentam a interacção entre cientistas de países membros, também têm sido apontadas como elementos que contribuem para uma mais intensa actividade de colaboração entre cientistas de países europeus (Smeby e Trondal, 2005; Hokeman *et al.*, 2010). De qualquer forma, é importante ter em consideração que a proximidade geográfica, embora favorecendo a interacção directa, pode não levar, por si só, ao estabelecimento das relações mais relevantes para os cientistas. Com efeito, a colaboração rege-se por expectativas de ganho de prestígio e de reconhecimento, que são preferencialmente atingidos através de relações com os centros maiores e melhor posicionados e estes não são, necessariamente, as organizações mais próximas (Laredo, 2010).

1.2 MOBILIDADE COMO FACILITADOR DA CONSTRUÇÃO DE REDES

O estabelecimento de redes de conhecimento internacionais – ou seja de relações de colaboração com cientistas de organizações distantes e localizadas em contextos institucionais distintos - não é necessariamente uma tarefa fácil e pode estar associado a processos mais ou menos lentos de identificação de oportunidades, de credibilização perante os potenciais parceiros e também de desenvolvimento de uma relação de confiança (Morgan, 2004).

Neste contexto, a mobilidade dos indivíduos é frequentemente apresentada na literatura como um elemento importante na construção de redes de conhecimento (Ackers, 2005; Jöns, 2007; Mahroum, 2000). Com efeito, a mobilidade, ao permitir períodos mais ou menos extensos de co-localização entre indivíduos, favorece o desenvolvimento de relações de proximidade social e cognitiva essenciais à produção e à transmissão de conhecimento (Boschma, 2005). A proximidade social está associada ao desenvolvimento de relações baseadas na confiança e na facilidade de comunicação (Coleman, 1988), que sustentam a relação entre os indivíduos, mesmo quando a proximidade física deixa de existir. A proximidade cognitiva está associada à partilha de uma base de conhecimentos que facilita

a cooperação e permite, nomeadamente, a compreensão e a absorção do conhecimento transmitido (Cohen e Levinthal, 1990), mesmo que essa transmissão tenha lugar entre indivíduos que desenvolvem actividades em diferentes localizações geográficas e, portanto, não interagem frequentemente (Breschi e Lissoni, 2001).

A investigação empírica tem confirmado esta perspectiva, mostrando que a mobilidade tem um impacto positivo na geração de fluxos de conhecimento, entre os indivíduos que se movem e os seus ex-colegas (Rosenkopf e Almeida, 2003; Song *et al.*, 2003). As trocas de conhecimento assim induzidas podem estender-se, ainda, aos colegas na nova organização e, portanto, os indivíduos móveis podem também contribuir para fluxos de conhecimento entre organizações localizadas em países diferentes (Oettl e Agrawal, 2008). No caso particular dos cientistas, a investigação empírica demonstrou o impacto da mobilidade internacional na construção de redes com os países para onde essa mobilidade teve lugar, por parte dos cientistas que regressam ao seu país de origem (ou se movem para outro país) (Jöns, 2009; Turpin *et al.*, 2008; Trippel, 2013). Adicionalmente, foi ainda verificada uma certa propensão para que essas redes fossem estabelecidas com as organizações para onde se deu a mobilidade (Fontes *et al.*, 2013).

A expectativa de que a mobilidade viesse a permitir, não só o desenvolvimento de novas competências, mas também a integração em redes internacionais esteve, aliás, na base da introdução, por parte de numerosos países cientificamente menos avançados, de políticas de encorajamento da mobilidade científica (Jonkers & Tijssen, 2008; Veugelers, 2010; Fontes, 2007) e, posteriormente, de políticas de incentivo ao retorno (Davenport, 2004; Laudel, 2005).

A associação que se estabelece entre a mobilidade e a construção de redes tem subjacente (implícita ou explicitamente) o pressuposto de que períodos de co-localização entre indivíduos favorecem o desenvolvimento de relações que persistem quando aquela termina. E, em geral, a investigação empírica tem incidido sobre casos em que se registaram períodos relativamente longos de co-localização. Nesse sentido, a evidência parece apontar para a importância da mobilidade de mais longa duração neste tipo de processos.

No entanto, alguns autores têm vindo a chamar a atenção para a importância crescente da mobilidade de menor duração, utilizada em complemento (ou mesmo em substituição) da de mais longa duração (Ackers 2005; Canibano *et al.*, 2011; Van de Sande *et al.*, 2005). Tal implica que um número crescente de cientistas está envolvido em actividades que requerem deslocações mais curtas, nomeadamente participação em conferências, reuniões no âmbito de projectos conjuntos e outras interações com cientistas ou equipas estrangeiras que incluem visitas ou estadias nos respectivos centros. Nesse sentido, as trajectórias de mobilidade são cada vez mais frequentes, mas também mais variadas e complexas (Jöns, 2009; King, 2002)

O tipo de interação que esse tipo de estadias permite é necessariamente de natureza diferente. No entanto, também se verifica que, por vezes, se criam comunidades disciplinares ou temáticas em que interações curtas – por exemplo no âmbito de conferências ou *workshops* - vão tendo lugar ao longo do tempo conduzindo, de facto, ao estabelecimento de relações caracterizadas por alguma proximidade social e cognitiva entre os seus membros.

Similarmente, verifica-se o caso de cientistas que valorizam a mobilidade mas que, por razões profissionais ou familiares, não têm possibilidade de concretizar estadias de longa duração (Ackers, 2004) e que se deslocam repetidamente à mesma instituição, interagindo com as mesmas equipas por períodos mais curtos (Jöns, 2009). Nesse sentido, a continuidade nas interações de curta duração pode produzir alguns efeitos equivalentes aos de mais longa duração, funcionando como facilitador da construção e manutenção de redes internacionais. As profundas mudanças nos modos de interação que tiveram lugar na última década - com a generalização de instrumentos que permitem um contacto virtual frequente, independentemente da distância física - facilitam estes processos, particularmente entre as gerações de cientistas mais jovens.

O reconhecimento do papel da mobilidade internacional na construção de redes de conhecimento e, portanto, no desenvolvimento da cooperação científica internacional é, certamente, um dos factores que contribui para a importância actualmente assumida pela mobilidade nas políticas de ciência e tecnologia e nas estratégias institucionais e também para crescente relevância daquela na carreira dos cientistas.

1.3 MOBILIDADE CIENTÍFICA – IMPORTÂNCIA, DIVERSIDADE E MUDANÇA NOS MODOS E PERCEPÇÕES

Com efeito, a mobilidade internacional tem vindo a tornar-se uma componente importante nas carreiras científicas, sendo crescentemente valorizada em termos de recrutamento e progressão (Ackers 2008; Musselin, 2004; EC, 2001). De facto, a mobilidade internacional é muitas vezes associada ao desenvolvimento de competências avançadas e à presença de redes de conhecimento envolvendo organizações de excelência reconhecida. De algum modo, a mobilidade acaba por sinalizar em si mesma, “qualidade” (Mahroun, 2000; Morano-Foadi, 2005). Por isso, os cientistas percebem a mobilidade, não só como necessária para o desenvolvimento do seu capital humano e social (Bozeman *et al.*, 2001), mas também como algo que tem um valor acrescentado em termos curriculares, face um mercado de trabalho cada vez mais complexo (Musselin, 2004).

Mas, a propensão para a mobilidade e a capacidade de a concretizar variam de acordo com factores pessoais (fase da vida, género, estágio e posição na carreira), factores de natureza científica e também factores contextuais.

2. FATORES DE NATUREZA CIENTÍFICA E PESSOAL

Apesar da importância globalmente atribuída à mobilidade, existem diferenças entre áreas científicas, sendo possível argumentar que, como há diferentes subculturas disciplinares, também há diferentes “culturas disciplinares de mobilidade” (Ackers, 2008). Assim, nas ciências exactas e naturais, áreas em que o conhecimento é mais conversível, existe uma maior propensão para a mobilidade do que nas ciências sociais, áreas em que o conhecimento tende a ser mais contextualizado (Jöns, 2007). Por outro lado, em algumas áreas disciplinares o acesso a infra-estruturas únicas ou a equipas que produzem conhecimento de fronteira é fundamental para a qualidade da investigação, criando uma pressão acrescida para a mobilidade (van de Sande *et al.*, 2005). Mas alguns autores chamaram recentemente

a atenção para a existência de diferenças entre áreas científicas também relativamente ao *tipo de mobilidade* dominante. Assim, enquanto que em certas áreas (por exemplo as ciências da vida), a mobilidade internacional de longa duração é tomada como um imperativo, em particular nas fases iniciais da carreira, noutras áreas (como as ciências sociais) tenderá a predominar a mobilidade de curta duração (Canibano *et al.*, 2011).

Existem também diferenças geracionais na atitude relativamente à mobilidade, associadas quer à fase de vida, quer à situação em termos de carreira. Em áreas em que há uma expectativa de mobilidade no início de carreira, a passagem por diferentes organizações (com um estatuto de *post-doc* ou *fellow*) é frequente entre as gerações mais recentes. Tal mobilidade, que se dá principalmente entre organizações consideradas “de excelência”, é percebida como uma oportunidade para construir um currículo forte e portanto como um passo importante para obtenção de uma posição contratual mais estável (Musselin, 2004).

Embora a literatura aponte para um crescimento global da mobilidade internacional, nomeadamente entre os jovens cientistas (OECD, 2008; Veugelers, 2010), as alterações que tiveram lugar nas carreiras científicas em Portugal ao longo da última década – marcadas pelas crescentes dificuldades de absorção pelo mercado de trabalho tradicional (académico) e pela precarização das posições disponíveis (Fontes, 2007; Delicado, 2010) – podem ter introduzido novas dimensões no processo de tomada de decisão das novas gerações de cientistas portugueses. Apesar de não existirem estudos sistemáticos sobre esta questão, há algumas indicações de que as novas situações em que estes se encontram poderão ter dois tipos de implicação. Por um lado, a mobilidade internacional poderá ser considerada como uma forma de enriquecer o currículo e, portanto, de aumentar as possibilidades de integração num mercado cada vez mais competitivo. Mas, por outro lado, as estadias prolongadas no estrangeiro podem levar à quebra das redes locais, frequentemente determinantes para identificar oportunidades de emprego e obter uma posição após o retorno (Morano-Foadi, 2005; Delicado, 2010). Há ainda a considerar os efeitos cada vez mais relevantes das culturas organizacionais e das formas de liderança institucional (Bento e Araújo, 2009) na gestão das mobilidades. Em certas áreas e centros de investigação, a mobilidade internacional é incentivada para que aconteça nas gerações mais jovens e logo desde fases muito iniciais (mestrado e doutoramento) de forma a marcar o currículo e daí rentabilizar as redes de contactos estabelecidas (Musselin, 2004). Em outros centros e organizações ela é “atrasada” para as fases de pós-doutoramento, isto é, quando os contactos com centros estrangeiros e condições de receção estão garantidas e/ou há perspectivas de regresso aos centros de origem. Mas também parece verificar-se, por parte de jovens cientistas que ocupam posições precárias, alguma relutância em sair, por receio de pôr em causa a possibilidade de renovação dessas posições (Araújo, 2009). Por outro lado, a percepção de crescentes dificuldades de reintegração após uma saída “sem rede” pode levar os que saem a ter menos propensão para regressar, em particular os cientistas mais prometedores, que estão em condições para obter melhores posições em contextos mais desenvolvidos e com mais alternativas de emprego (Fontes, 2007).

Alguns estudos afirmam ser expectável que, uma vez atingida uma maior estabilidade na carreira, se registre uma menor propensão para a mobilidade, pelo menos de longa

duração (Gill, 2005; Fontes, 2007), ou surjam perfis de mobilidade distintos (Levin e Stephan, 1991). Esta conclusão remete não só para a importância do tipo de contrato de trabalho e o grau de satisfação de necessidades de auto realização na definição das tomadas de decisão sobre o lugar, o tempo e a importância da mobilidade internacional, mas também para a relevância de outras variáveis, como a idade, o sexo e a área científica, na construção do percurso de vida do cientista. É de resto necessário incluir estas variáveis, que estão relacionadas com o desempenho de papéis sociais estruturantes nas tomadas de decisão dos cientistas, na análise dos perfis e dos padrões de mobilidade. Tal como frisa Ackers (2004), a construção de laços familiares e, em particular, a presença de filhos pequenos ou de familiares dependentes, uma vez coincidentes com certas fases no ciclo de vida, podem ser responsáveis por abrandamentos na carreira, incluindo alterações nas decisões de mobilidade, tanto internacional como nacional.

A este respeito, convém notar que existem cada vez mais evidências, não só das reconfigurações das carreiras na investigação, como das reconfigurações dos modelos e padrões familiares no seio dos profissionais em mobilidade, assim como nas opções que os homens e mulheres vão fazendo na sua vida profissional e pessoal (incluindo a familiar). Existem também várias evidências de que uma parte dos percursos de mobilidade e, sobretudo, da mobilidade de longa duração com eventual não retorno, pode ser explicada por razões de tipo familiar, manifestas por exemplo na “necessidade” de um cônjuge acompanhar outro (Delicado, neste volume).

De ressaltar, em sequência, que persistem, no seio destes processos, algumas dificuldades acrescidas para as mulheres cientistas. Embora se comecem a verificar algumas mudanças nos comportamentos e atitudes dos homens, marcadas pela maior valorização dos filhos e dos tempos familiares (Araújo e Fontes, 2013), os estudos têm demonstrado que as mulheres com relacionamentos e com filhos experimentam mais dificuldades em ter mobilidade de longa duração (Ramos *et al.*, 2011; Delicado, neste volume). Este facto pode explicar que elas tendam a adoptar um comportamento mais estratégico relativamente à mobilidade (Araújo e Fontes, 2013), que inclui levá-la a cabo durante ou imediatamente após o doutoramento, optando, posteriormente, por formas de deslocação de menor duração e cuidadosamente planeadas (Ackers, 2010). Importa precisar que estas variações no modo de entender a importância da mobilidade e, sobretudo, no modo mais ou menos condicionado de desenvolvê-la, acabam por influenciar necessariamente os processos de construção das redes, assim como os resultados que destas podem advir para os cientistas e para as instituições e o sistema científico.

3. FATORES RELACIONADOS COM O CONTEXTO CIENTÍFICO

O nível individual, no qual se fundem variáveis de personalidade e de ética vocacional para o trabalho em investigação, tal como este se estrutura num momento e numa sociedade, é, assim, um nível condicionado, que precisa de ser perspectivado no contexto organizacional e no contexto nacional e internacional das políticas, estratégias e modelos de desenvolvimento.

Nesse quadro, um fator que pode influenciar a mobilidade são as condições objetivas oferecidas pelo país para desenvolver actividades científicas de qualidade e, nomeadamente, para integrar comunidades científicas internacionais. Com efeito, verifica-se que, entre os principais motivos indicados pelos cientistas para se envolverem em mobilidade de longa duração estão a excelência da investigação praticada numa determinada instituição, o acesso aos melhores laboratórios e aos equipamentos mais avançados, a atracção por sistemas meritocráticos considerados mais transparentes na avaliação e na recompensa, a autonomia no trabalho e o reconhecimento social dado à actividade científica (Ackers, 2005; Delicado, 2010; Thorn e Nielsen, 2006; Van de Sande *et al.*, 2005). Da mesma forma, um dos principais argumentos por detrás do investimento público na mobilidade internacional dos cientistas é a necessidade de garantir o acesso a conhecimento novo, a exposição a práticas e culturas científicas de elevado reconhecimento e a integração em redes científicas internacionais (Ackers, 2005; Mahroum, 2000; Veugelers, 2010). Neste ponto, é possível argumentar que, à medida que a capacidade científica global do país melhora, também se reforça sua capacidade de formar os jovens cientistas e de reter (ou atrair) os mais produtivos e/ou com maior reconhecimento e prestígio. Em particular, o desenvolvimento de condições físicas e organizacionais favoráveis à investigação de qualidade – tanto ao nível dos recursos materiais, como da criação de um ambiente intelectual estimulante – tem sido referido como um importante fator de produtividade científica e de prestígio das organizações de ciência e tecnologia (Allison e Long, 1990). Por isso, nestas circunstâncias, diminui a necessidade de o governo ou as próprias organizações investirem intensivamente em mobilidade de longa duração para formação avançada, pelo menos em áreas com maior nível de maturação. De qualquer modo, a mobilidade pode continuar a ser uma opção a nível individual (e a fornecer uma eventual vantagem competitiva em certas áreas), ou mesmo a ser uma aposta estratégica institucional em áreas emergentes (Mahroum, 2000). Nestas condições, mobilidade de curta duração tenderá também a assumir maior importância, ao permitir complementar a formação adquirida localmente, aceder a conhecimento de natureza mais tácita e/ou, ainda, ao possibilitar a exposição dos cientistas a outros contextos culturais e organizacionais.

A crescente internacionalização do sistema científico é outro fator que pode influenciar as decisões sobre mobilidade. Com efeito, os cientistas com um percurso internacional funcionam frequentemente como *gatekeepers*, fazendo a ponte entre as organizações e indivíduos do seu percurso e as organizações aonde se integram no regresso (Barnard *et al.*, 2012; Lazega *et al.*, 2006). A presença destes cientistas numa dada organização pode, portanto, facilitar a integração dos seus estudantes ou colegas em equipas internacionais e criar condições mais favoráveis em termos de acesso e/ou participação na produção de conhecimento em domínios de ponta (Mahroum, 2005). Nesse contexto, é expectável que os jovens cientistas beneficiem das redes estabelecidas pelas equipas em que estão inseridos, estando, assim, em melhores condições para criar laços de confiança e proximidade cognitiva com cientistas estrangeiros e desenvolver as suas próprias redes de colaboração científica, na ausência de co-localização prolongada. Mas por outro lado, é de ter em conta que a integração nessas redes também podem estar na origem de processos de mobilidade posteriores (Ackers, 2005).

Em Portugal, não existe informação sistemática sobre o papel e a postura dos cientistas seniores, mas algumas indicações dispersas, inseridas noutros estudos, sugerem que o crescimento inicial do intercâmbio e da colaboração científica com equipas ou organizações estrangeiras teve origem, muitas vezes, na mobilização das redes pessoais dos cientistas móveis regressados e sua transformação num recurso das organizações aonde se integraram¹. Existem, igualmente, indicações no sentido de, em algumas áreas científicas e centros de investigação, os jovens cientistas escolherem e se relacionarem com as organizações estrangeiras com as quais os seus supervisores ou outros investigadores da sua instituição têm contactos ou desenvolvem colaboração (Araújo, 2007; Delicado, 2010).

Finalmente, uma vez que a análise se centra nos cientistas que desenvolvem a sua atividade (pelo menos parcialmente) em Portugal, é importante ter em conta o problema do regresso (ou não regresso). A literatura que aborda o regresso do ponto de vista dos cientistas tem chamado a atenção para dois pontos principais, que podem influenciar a decisão de regressar (e permanecer) no país de origem. Por um lado, os problemas enfrentados após o retorno, especialmente quando este se dá no sentido de países com sistemas científicos mais frágeis (Gill, 2005; Fontes, 2007); por outro lado, o efeito polarizador dos países mais avançados e dos centros reconhecidos internacionalmente, que tendem a atrair os cientistas com mais potencial (Ackers, 2005; Mahroum, 2005; Shapin, 1998).

Em Portugal, a expansão do sistema científico permitiu a absorção das primeiras gerações de cientistas que saíram do país, tipicamente para obter formação avançada, ao nível do doutoramento e pós-doutoramento. Entretanto, como referimos anteriormente, o sistema começou a certa altura a atingir um ponto de saturação, tornando a integração mais problemática e, inclusive, desincentivando o retorno. Mesmo assim, a existência de algumas áreas com um nível de reconhecimento internacional mais elevado (consideradas “de excelência”), a introdução pontual de alguns incentivos ou, mais recentemente, de condições legais mais favoráveis ao recrutamento na base do mérito, associadas ao desejo de retorno de alguns expatriados, facilitou a (re)entrada de cientistas qualificados no sistema, quer jovens cientistas portugueses ou estrangeiros prometedores, quer, inclusive, alguns cientistas seniores. Mas é certo que continua a haver uma proporção mais ou menos substancial (e variável ao longo do tempo) de cientistas móveis que adiam o regresso ou que decidem não regressar, de todo². Portanto, ao incidirmos a análise sobre os que retornam, estamos a considerar apenas um segmento dos cientistas com mobilidade. Um segmento que não é, por isso, representativo da grande diversidade de situações possíveis, porque tenderá a ser composto de uma proporção relativamente maior de cientistas que, ao saírem de Portugal, não perdiam os vínculos contratuais que já os ligavam às instituições em Portugal (Delicado, 2010; Fontes, 2007), ou que tinham motivos pessoais poderosos que obrigavam ao retorno.

¹ Mais recentemente, o retorno de alguns cientistas seniores expatriados ou a entrada de cientistas estrangeiros no sistema - no âmbito dos “Contratos CIENCIA” e alguns programas de incentivo ao retorno, nacionais ou europeus - poderão ter reforçado essa tendência.

² A informação sobre esta questão continua a ser incompleta (Delicado, 2010) e muito centrada nos fluxos de entrada e saída (GPEAR, 2009) e menos nas características dos cientistas que os compõem, o que pode mascarar a potencial saída/não regresso dos cientistas “mais produtivos” (Fontes, 2007). Alguma evidência dispersa sugere que o número de cientistas que não regressam, ou que regressam mas que se vêm forçados a sair de novo por falta de condições no país, pode ser mais elevado do que o que os números oficiais parecem indicar.

4. PROBLEMÁTICA: REDES E MOBILIDADE E REDES SEM MOBILIDADE

De forma global, a revisão da literatura indica, por um lado, que a relação entre “mobilidade” e “redes” é mais complexa do que poderia ser concluído a partir da simples análise da associação entre “estadias de longa duração” e “estabelecimento de relações de colaboração” e, por outro, que estamos perante processos altamente dinâmicos através dos quais mudanças nas condições (ou nas perceções dessas condições) a nível pessoal e/ou institucional se interrelacionam com mudanças comportamentais, que importa analisar.

Sinteticamente, a revisão de literatura sugere três conclusões relevantes para uma melhor compreensão das condições que podem explicar diferenças nos processos de construção e utilização de redes internacionais e, também, contribuir para relativizar (ou pelo menos qualificar) o papel da mobilidade nesses processos.

1. Em primeiro lugar, a literatura indica que, embora a colaboração científica internacional assuma um papel cada vez mais relevante na produção de conhecimento, existem diferenças entre contextos e cientistas relativamente à importância que lhe é atribuída e às formas que assume.
2. Em segundo lugar, a literatura sugere que apesar de, globalmente, a mobilidade científica ter registado um aumento significativo nas últimas décadas e ser crescentemente promovida em alguns domínios, existem diferenças entre áreas científicas e culturas disciplinares e organizacionais relativamente à forma como ela é percebida, valorizada e concretizada.
3. Em terceiro lugar, a literatura aponta para dinâmicas de mudança, quer na condução das atividades de colaboração científica internacional, quer nas formas que a mobilidade assume nas diferentes áreas.

Tendo em conta esta diversidade é expectável que a relevância e o papel assumido pela mobilidade na construção e manutenção de redes de colaboração científica também esteja longe de ser homogéneo e possa assumir diversas formas, exatamente consoante os cientistas envolvidos, os seus contextos de ação e as suas opções individuais. Ou seja, é expectável que existam diferentes modos de construção e utilização de redes científicas internacionais.

Assim, tal como se afirmou na introdução, temos presente dois objectivos fundamentais ao elaborar este texto. Por um lado, contribuir para compreender esses diferentes modos de construção de redes e fatores que podem explicar essa variedade. Por outro lado, compreender o impacto da variedade nas condições e modos de construção das redes sobre o tipo de colaboração científica que tem lugar através dessas mesmas redes.

A esse respeito, as conclusões assinaladas são pertinentes como fundamentos para a ideia de que o fenómeno da construção das redes e o papel das mobilidades nesse processo está associado a variáveis de tipo individual (tais como o sexo, a geração, a fase no ciclo de vida e as motivações individuais); de tipo profissional (tais como a situação na carreira; a natureza do conhecimento e as práticas da área científica) e, finalmente, de tipo contextual (relacionadas com as características do contexto nacional e com a evolução deste ao longo do tempo).

A análise que fazemos baseia-se, principalmente, num grupo de cientistas que não tiveram mobilidade de longa duração mas que têm organizações estrangeiras na sua

rede principal (estes cientistas são designados como “não móveis com rede”). De modo a corresponder aos objectivos explicativos traçados, este grupo é comparado com outros dois grupos: a) cientistas que também tem organizações estrangeiras na rede principal mas tiveram mobilidade longa duração (que designamos como “móveis com rede”); e b) outros cientistas não móveis que não têm organizações estrangeiras na rede principal (que nomeamos “não móveis sem rede”).

A comparação entre grupos busca, assim, compreender se os cientistas não móveis com rede tem características particulares em termos pessoais, ou profissionais, que possam, de alguma forma, influenciar as suas decisões de mobilidade. Além disso, permite compreender se essas decisões têm impacto na natureza das colaborações internacionais estabelecidas, ou seja, até que ponto as relações que têm lugar no âmbito das redes por eles construídas são diferentes das relações dos cientistas que tiveram mobilidade de longa duração. Finalmente, permite atestar se a presença de organizações estrangeiras na rede confere a este grupo de cientistas algumas vantagens relativamente a outros cientistas não móveis, em termos de colaborações internacionais.

5. METODOLOGIA

A investigação empírica baseou-se em informação recolhida sobre as trajectórias de mobilidade e as redes de investigadores doutorados membros dos centros de investigação portugueses (Unidades de I&D e Laboratórios Associados) activos em três áreas científicas: Ciências da Saúde, Tecnologias de Informação e Sociologia, no âmbito do projecto de investigação MOBISCIENCE³. A escolha destes centros teve como base o fato de serem atualmente o principal *locus* da investigação em Portugal, envolvendo uma população heterogénea de cientistas. Além disso, a escolha destas áreas científicas baseou-se no pressuposto de que representam ambientes de pesquisa substancialmente diversos, com diferentes modos de organização da produção e troca de conhecimento (Jöns, 2007) e diferentes abordagens à mobilidade (Canibano *et al.*, 2008).

A informação foi recolhida através de um inquérito a todos os investigadores doutorados identificados e da realização posterior de 61 entrevistas a um grupo de respondentes seleccionados. Os questionários foram enviados individualmente através de correio electrónico, tendo também sido solicitado um CV detalhado. O inquérito envolveu um total de 86 centros: 43% de Ciências da Saúde, 35% de TIC e 22% de Sociologia. Foram enviados 2647 questionários⁴, tendo sido recebidas 469 respostas. Destas, 69 foram excluídos por diversas razões⁵, sendo a amostra final composta de 400 casos. A amostra utilizada na investigação conduzida neste artigo inclui 331 cientistas, dos 349 que forneceram informação completa sobre redes e mobilidade.

³ Mobilidade dos cientistas em Portugal: trajectórias e circulação de conhecimento (PTDC/ESC/64411/2006), projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

⁴ Em alguns centros a informação fornecida não permitia separar os doutorados, tendo os questionários sido enviados a todos os investigadores, embora com a indicação de que apenas se destinava a doutorados. Embora não seja possível afirmar com precisão quantos foram efectivamente dirigidos a doutorados, estima-se que estes constituíssem pelo menos $\frac{3}{4}$ dos envios. Do total de investigadores identificados (2993) não foi possível obter o contacto de 307, nem novo endereço para 39 dos casos em que o e-mail inicial foi devolvido. A taxa de cobertura foi portanto de 89%.

⁵ 48 provinham de não-doutorados e 21 não forneciam qualquer informação sobre mobilidade.

A informação obtida dos questionários foi complementada e enriquecida com resultados da análise de conteúdo efetuada a entrevistas realizadas a investigadores das mesmas áreas científicas. As entrevistas tiveram como objetivos compreender de que forma a carreira do investigador foi construída e qual o lugar da mobilidade nessa trajetória. Foram também consideradas as perspetivas dos investigadores sobre os efeitos da não mobilidade nessa mesma construção de carreira. Neste texto utilizou-se uma selecção de 31 de entrevistas com a seguinte distribuição por área científica: Sociologia (8); Ciências da Saúde (17); Tecnologias de Informação (6). Para a análise dos dados foram tidas em conta as categorias relevantes para o estudo apresentado, tendo havido uma preocupação central com a importância atribuída pelos entrevistados à mobilidade para a construção de redes, bem como uma análise dos seus próprios discursos sobre as condições que tiveram, ou não para efetuá-la.

Para os propósitos deste estudo definimos mobilidade de longa duração como estadias em organizações estrangeiras, antes ou depois do doutoramento, por períodos superiores a 6 meses. A definição de rede principal é baseada na questão posta aos investigadores sobre quais as cinco organizações onde consideram encontrar-se as suas relações de colaboração científica mais importantes⁶. A distribuição dos cientistas de acordo com essas definições de mobilidade e redes é indicada na Tabela 1. Existem 99 cientistas que se enquadram no grupo sem mobilidade de longa duração (superior a 6 meses) e que têm, pelo menos, uma organização estrangeira entre as 5 redes mais importantes (rede principal), ou seja, o grupo de “não móveis com redes”.

		Organização estrangeira na rede principal		Total
		Não	Sim	
Mobilidade de longa duração (superior a 6 meses)	Não	62	99	161
	Sim	18	170	188
Total		80	269	349

Tabela 1 – Distribuição da amostra em termos de mobilidade e redes

Fonte: Inquérito por questionário MobiScience

A partir desta amostra global, construímos duas sub-amostras que têm em comum o grupo de 99 cientistas não móveis com redes. A primeira inclui um total de 269 cientistas que indicaram organizações estrangeiras entre as 5 redes mais importantes, dos quais 170 (63.2%) tiveram mobilidade de longa duração e 99 (36.8%) não tiveram. Este grupo será objecto do primeiro momento da análise. A segunda inclui um total de 161 cientistas que não tiveram mobilidade de longa duração, dos quais 99 (61.5%) têm organizações estrangeiras na rede principal e 62 (38.5%) não têm. Este grupo será objecto de análise, num segundo momento.

Para ambos os grupos, foi conduzida uma análise quantitativa dos dados obtidos a partir dos questionários e uma análise qualitativa da informação obtida a partir das entrevistas.

⁶ A questão pedia que fossem “listadas por ordem de importância até cinco instituições nacionais ou estrangeiras nas quais se encontram os seus principais contactos de investigação, i.e. pessoas com quem colabora frequentemente e de forma mais relevante para a sua carreira”.

A análise implicou a comparação das características e dos comportamentos dos grupos em confronto, definindo-se, para esse fim, um conjunto de variáveis que podem ser agrupadas em quatro categorias, descritas em detalhe na Tabela 2:

- *Características pessoais*: idade, sexo, situação familiar, motivações.
- *Situação e contexto profissional*: situação profissional, ano de doutoramento, área científica.
- *Natureza das relações*: composição das redes; tipos de colaboração; intensidade de colaboração.
- *Mobilidade de curta duração*: presença; estadias mais importantes: quando, onde e com que objectivos.

Por forma a avaliar se existiam diferenças entre os grupos de cientistas realizaram-se diferentes testes estatísticos, de acordo com o nível de mensuração das variáveis. Uma vez que a maioria das variáveis são nominais (ex. área científica) recorreu-se à aplicação do teste Qui-quadrado ou Fisher para tabelas mxn ou 2x2, respetivamente, por forma a testar a independência entre as variáveis. A hipótese nula (independência) é rejeitada para um nível de significância de 10%, confirmando-se nesses casos que existe uma relação entre pertencer a um determinado grupo e ter determinadas características (ex. ter mobilidade e estar na área das ciências exactas). No caso das variáveis contínuas, que não verificaram o pressuposto da normalidade, e das variáveis ordinais recorreu-se à aplicação do teste não paramétrico de comparação de medianas Mann-Whitney, concluindo-se que há diferenças significativas entre os grupos para um nível de significância de 10%.

Variável Pessoal	Observações
Sexo	Masculino/Feminino
Situação familiar	Casado ou Parceiro estável (S/N); Filhos (S/N) (à data do questionário)
Idade	À data do questionário
Motivações para sair	Condições para realizar investigação; Prestígio da organização; Integração/Acesso a redes internacionais; Satisfação/Insatisfação com contexto; Inexistência/Existência de atividade na área; Motivos familiares; Condições financeiras; Presença/Procura de estabilidade profissional
Motivações para ficar	
Intenção de sair do país	Intenção (S/N)
Profissional	
Estabilidade profissional	Bolsa (S/N); Estabilidade do contrato (temporário inferior a 3 anos; temporário superior a 3 anos; permanente);
Estatuto profissional	Docente universitário; Investigador; Bolseiro
Cohort de doutoramento	Ano de conclusão
Área científica do cientista	Classificação FOS ⁷ ; Agregação 1: Ciências Exatas e Naturais; Ciências da Engenharia; Ciências Sociais; Agregação 2: Ciências básicas; Ciências aplicadas; Ciências Sociais
Área científica da unidade	Ciências da Saúde, Tecnologias de Informação, Sociologia

Natureza das relações	
Composição da rede “core”	Nº de organizações estrangeiras na rede principal (1 a 5); Organização estrangeira como mais importante (S/N)
Participação em projetos internacionais	Participação (S/N); Nº de projetos desde o doutoramento
Tipo envolvimento projetos	Conceção; Coordenação; Participação. Frequência (nunca, ocasional, frequente)
Co-Publicações com cientistas estrangeiros	Frequência (nunca, ocasional, frequente)
Outras atividades de colaboração internacional	Lecionar; Orientação (teses, etc.); Avaliação (concursos, júris, comités de avaliação vários, etc.); Consultoria. Frequência (nunca, ocasional, frequente)
Participação em projetos nacionais	Participação (S/N)
Mobilidade de curta duração	
Estadias de curta duração no estrangeiro	Realização (S/N); Nº (aproximado)
3 estadias curtas mais importantes	Local: organização e país; Ano de realização; Objetivos

Tabela 2 – Variáveis consideradas na análise 4. Mobilidade, redes e colaboração científica - apresentação de dados 7

5.1 DIFERENÇAS ENTRE CIENTISTAS MÓVEIS E NÃO MÓVEIS COM REDES

A comparação entre os dois grupos de cientistas que mencionaram organizações estrangeiras na rede principal - com e sem mobilidade superior a 6 meses - revelou algumas diferenças relevantes no que respeita às características pessoais e profissionais, tipo de configuração das suas redes e natureza das relações internacionais estabelecidas.

5.1.1. CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

As diferenças de nível pessoal observam-se relativamente ao sexo e à situação perante a maternidade/paternidade. As diferenças de nível profissional registam-se a respeito do tipo de contrato de trabalho, tempo de doutoramento e área científica. Ainda que possamos mencioná-las isoladamente, deveremos considerá-las em conjunto, atendendo ao pressuposto da inter-dependência entre objectivos pessoais e familiares e objectivos profissionais. Observa-se que os cientistas “não móveis”, isto é, que não tiveram mobilidade de longa duração durante os seus percursos profissionais, são mais frequentemente mulheres e têm mais frequentemente filhos (pelo menos no momento actual). Os cientistas não móveis também tendem a ter realizado o doutoramento mais recentemente⁸, são mais frequentemente docentes (e menos investigadores ou bolseiros) e têm mais frequentemente contratos de mais longa duração.

⁷ Versão portuguesa da “Revised classification of Fields of Science and Technology (FOS)” do Manual de Frascati, versão de Maio de 2006, designada “Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos 2007”. Considera-se o 1º nível, composto por 6 grandes áreas: Ciências exatas; Ciências naturais; Ciências da engenharia e tecnologias; Ciências médicas e da saúde; Ciências agrárias; Ciências sociais; Humanidades.

⁸ Embora fosse expectável, à partida, que os doutoramentos mais recentes tivessem também sido realizados pelos cientistas mais jovens, verifica-se que alguns destes doutoramentos foram realizados por docentes universitários que já se encontravam no sistema, mas cujos doutoramentos se estenderam no tempo, dado o maior envolvimento em actividades de docência ou que (sobretudo ao nível do Politécnico) apenas recentemente foram obrigados a obter o grau de doutoramento.

Também existem diferenças no que se refere à área científica de formação. Há relativamente mais cientistas não móveis em ciências da engenharia e tecnologias e menos em ciências exactas e naturais. De notar que a clivagem parece verificar-se, sobretudo, entre as ciências aplicadas e as ciências básicas, não havendo diferenças significativas quando se comparam as ciências sociais com as outras ciências. Além disso, não há diferenças significativas quando se comparam as áreas científicas das unidades de investigação, ou seja, os três grandes grupos de áreas considerados nesta investigação (ciências da saúde, tecnologias de informação, sociologia), embora se verifique um ligeiro predomínio de não móveis nas tecnologias de informação, o que é consistente com o resultado anteriormente apresentado (dado o predomínio das ciências da engenharia nesta área).

Por último, compararam-se as motivações apresentadas pelos não móveis para *não sair* do país, com as motivações apresentadas pelos móveis para *sair*. Verificam-se algumas similitudes. Ambos os grupos atribuíram, em média, elevada importância a factores genericamente relacionados com as condições para realizar investigação e com o prestígio da instituição aonde se encontravam ou para onde se deslocaram. Atribuíram importância mediana ao acesso a redes de conhecimento (menor no caso dos motivos para ficar) e pouca importância a elementos financeiros ou à (*in*)satisfação com o contexto. A principal diferença identificada prende-se com os motivos familiares, que surgem em primeiro lugar, no caso dos não móveis e em último, no caso dos móveis. A presença de estabilidade profissional, entre os que não saem, é mais valorizada do que a sua procura, para os que saem. Já os factores relacionados com percepções de realização profissional são mais importantes para os que saem (procura de realização pessoal), do que para os que não saem (a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do país).

Os resultados obtidos a respeito das variáveis pessoais e profissionais analisadas conjugam-se no quadro das abordagens teóricas apresentadas, embora mostrem a necessidade de aprofundamento da investigação, em relação a alguns indicadores.

Reiterando: na amostra analisada, os cientistas não móveis com redes internacionais, quando comparados com os móveis, são mais frequentemente mulheres, com filhos, apresentando também mais frequentemente motivos de ordem familiar para não ter mobilidade. Além disso, têm maior estabilidade profissional (são mais frequentemente docentes, com contratos de mais longa duração) e estão mais frequentemente em ciências aplicadas (sobretudo engenharias).

Globalmente, estes dados sugerem a consistência de algumas conclusões de estudos que têm vindo a enfatizar a importância dos factores pessoais e familiares na forma global dos percursos na investigação e, sobretudo, a respeito da mobilidade. Os dados não afirmam por si sós, qualquer diferença de personalidade entre os móveis e os não móveis, enunciando que os primeiros valorizam menos a família ou os elementos naturais do que os segundos. O que parece estar em causa é que a não mobilidade é uma decorrência de algumas condições anteriores que afetam as opções de percurso. Entre elas estão o género⁹ e os papéis e responsabilidades familiares, aos quais se junta uma relativa estabilidade de contrato que actua no reforço da opção pela não mobilidade.

⁹ Tomamos em consideração no artigo uma distinção básica entre sexo e género. Usamos o termo "sexo" quando nos referimos à variável estatisticamente analisável. Usamos o termo "género" para explicitar o modo como as diferenças a que nos referimos resultam de construções sociais que localizam homens e mulheres em processos diferenciados de socialização, aos quais correspondem também, diferentes papéis e expectativas.

Tem-se cada vez mais em conta a relevância dos motivos familiares na modelação dos percursos académicos, em geral e da mobilidade, em particular. Embora influenciando tanto cientistas homens, como mulheres, estas variáveis afetam mais a carreira das mulheres, dado haver a expectativa social da necessidade de estas cuidarem dos seus familiares, em particular dependentes, neles despendendo mais tempo do que os seus cônjuges. É, inclusive, a variável sexo que pode explicar o facto de as mulheres serem tendencialmente menos móveis do que homens, mas serem docentes nas universidades e serem mais recentemente doutoradas e nas áreas das engenharias. Com efeito, as mulheres aqui apresentadas podem ter adiado o doutoramento (sobretudo quando estão com situação profissional mais estável) para poderem realizar projetos familiares (ter filhos), por sua vez, impeditivos de mobilidade internacional (mas não da presença nas redes, como veremos). Todos estes elementos demonstram a influência da construção social dos papéis de género e a sua relevância para estudar a dinâmica do campo científico, área ainda muito associada a domínios de poder e de decisão masculinos (Amâncio e Ávila, 1995; Delicado, neste volume).

Finalmente, o facto de as condições para realizar investigação e, mesmo que em menor escala, o acesso a redes, terem sido referidos de igual forma por quem não teve mobilidade, traz alguma confirmação à ideia de que, quando o sistema científico nacional proporciona um bom enquadramento, os cientistas sentem menos pressão para sair e também têm mais possibilidades de desenvolver um nível de competência que favorece o incremento de redes internacionais.

5.1.2. NATUREZA DAS RELAÇÕES DE COLABORAÇÃO

Quando comparamos os cientistas móveis e não móveis relativamente à composição da sua rede principal verificam-se algumas diferenças em termos da importância assumida pelas instituições estrangeiras. Com efeito, os não móveis têm relativamente menos instituições estrangeiras na sua rede de colaborações e também indicam menos frequentemente uma organização estrangeira como a mais importante nessa rede.

No entanto, no que se refere às actividades de colaboração internacional desenvolvidas, não existem diferenças significativas entre ambos os grupos em termos de grau de envolvimento em projectos de investigação com organizações estrangeiras, nem sequer em termos do número de projectos em que se envolveram desde a conclusão do doutoramento¹⁰. Mas existem diferenças em termos de natureza das actividades que têm lugar no âmbito desses projectos. Com efeito, o envolvimento na concepção e coordenação é relativamente menos vezes mencionado como frequente entre os cientistas não móveis (havendo também um número relativamente maior de casos em que essas atividades nunca são realizadas por eles). Em relação aos resultados da colaboração, também se verifica haver relativamente mais cientistas não móveis que não se envolvem em publicação conjuntas e que, quando estas existem, são relativamente menos assinaladas como frequentes e relativamente mais como ocasionais. Além disso, os cientistas não móveis também estão menos frequentemente envolvidos em outras atividades de colaboração internacional como lecionar, avaliar

¹⁰ É interessante mencionar que também não existem diferenças entre móveis e não móveis no que se refere à participação em projetos nacionais, o que é sugestivo de uma integração similar no sistema científico nacional, em ambos os casos.

ou realizar consultoria. Apenas não se registam diferenças no que se refere a atividades de orientação de estudantes.

Estes resultados são, antes de mais, um bom indicador da fragilidade da relação de causalidade direta entre mobilidade e desenvolvimento da colaboração científica internacional. Com efeito, demonstram que a participação em atividades formais de colaboração (como é o caso dos projetos de investigação) pode ficar a dever-se à influência de fatores diversos, entre os quais, a experiência de colaboração anterior entre cientistas que estiveram co-localizados e que desenvolveram proximidade cognitiva e relações de confiança, a existência de redes de contactos com origem na instituição / equipa aonde o cientista se encontra integrado, ou a esforço individual para estabelecer contactos, por parte de cientistas mais proativos.

No entanto, os resultados também parecem demonstrar que a mobilidade, exatamente porque permite o desenvolvimento de proximidade cognitiva e social, favorece o desenvolvimento de relações mais fortes e profundas materializadas a três níveis: i) ao nível dos projetos de colaboração formal, em que os laços de confiança e um melhor conhecimento das competências entre as partes contribuem para uma maior abertura a funções de conceção e de coordenação (embora isso possa também ser influenciado pela maior senioridade dos cientistas móveis); ii) ao nível da maior propensão para publicar em conjunto e iii) ao nível da realização de outras atividades de natureza mais pontual e menos formalizada, em cuja génese as relações pessoais têm um papel particularmente importante.

A importância dos períodos de co-localização prolongada surge bem marcada nas afirmações de um dos entrevistados “móvel”, que considera o facto de ter realizado doutoramento no estrangeiro como algo com enorme impacto na sua carreira:

[Foi] determinante. Houve muito envolvimento pessoal, pois passamos muito tempo juntos a investigar e a relação torna-se mais próxima. Muitas das pessoas com quem trabalho hoje teve a ver com os contactos que fiz lá fora. [...] todas as colaborações resultaram de um envolvimento pessoal. A maioria das relações continua; o meu orientador de pós-doc continua a vir cá. Para a construção das redes é necessário ir mais além do que a nossa própria agenda. Ter algo mais a dar, ter disponibilidade e generosidade para participar no bem comum. [E4]

A senioridade também deve ser tida em conta, pois ela é relevante em muitas destas atividades. Com efeito, o grupo dos não móveis envolve uma maior proporção de cientistas que completaram o doutoramento há menos tempo e nesse fato podem residir mais limitações no acesso posições de conceção e de coordenação de projetos, ou a atividades de avaliação e/ou consultoria.

Em resumo, é possível concluir que, embora ambos os grupos tenham redes internacionais, a composição da rede principal, a natureza das actividades de colaboração internacional e, pelo menos, alguns dos seus resultados (neste caso, a co-publicação) parecem ser relativamente diferentes, sendo mais vantajosos para quem teve mobilidade de longa duração, o que confirma a ideia de que esta tem um papel importante como facilitador dos processos de troca de conhecimento (Jöns, 2009; Oettl e Agrawal, 2008). Na sequência do enquadramento teórico realizado, reitera-se que estes resultados voltam a evidenciar a consistência e a actualidade das conclusões de outros autores nestas temáticas, tais como

Williams (2006), ao afirmarem que o conhecimento possui algo de tácito e de não formal que só se transmite e ganha sentido e valor, no acto em que se demonstra, se aplica e se observa.

A análise também dá conta de uma maior proporção de cientistas seniores entre os móveis, o que pode ser indicativo do papel que estes desempenham na reprodução dos seus relacionamentos e na sua extensão aos cientistas mais jovens. Trata-se, no entanto, de um comportamento que se afigurará variável entre áreas científicas e culturas organizacionais e cuja melhor compreensão requer uma investigação mais aprofundada.

5.2 AS VANTAGENS CONFERIDAS PELAS REDES ENTRE OS CIENTISTAS NÃO MÓVEIS

Considerando os resultados descritos acima, que apontam para a importância da interação direta e continuada entre os cientistas na condução das atividades de colaboração científica internacional e até em alguns dos seus resultados, parece-nos relevante compreender até que ponto a presença de instituições estrangeiras na sua rede principal confere vantagens adicionais aos cientistas não móveis que as mencionam, relativamente aos que não o fazem. Assim, compararam-se os dados relativos à colaboração internacional dos cientistas não móveis, com e sem redes internacionais.

Verifica-se que os cientistas não móveis com redes têm mais frequentemente projetos com instituições estrangeiras e também maior número de projetos do que os não móveis sem redes. Também tendem a estar mais frequentemente envolvidos na coordenação e conceção desses projetos. No que se refere a outras atividades de colaboração, lecionam mais frequentemente em instituições estrangeiras (embora não avaliem nem orientem mais). É ainda de notar que também têm um número relativamente maior de projectos nacionais, o que sugere, globalmente, uma atividade científica mais intensa¹¹.

Alguns dados adicionais permitem consubstanciar esta ideia e ainda compreender melhor o eventual impacto das condições em que os não móveis com redes desenvolvem as suas atividades. Quando se comparam os dois grupos de não móveis relativamente à área científica, verifica-se que, embora não haja diferenças significativas entre as áreas de formação dos cientistas, elas existem entre as áreas das unidades em que se localizam: os cientistas não móveis com redes estão mais frequentemente em centros de investigação da área das ciências da saúde. Trata-se de uma área em que as redes internacionais são particularmente relevantes, o que pode justificar a maior incidência destes casos. Acresce que o facto de estes centros tenderem a ser fortemente internacionalizados pode facilitar o acesso a redes internacionais por parte de quem não teve estadias prolongadas no estrangeiro.

Por outro lado, os cientistas com redes indicam, mais frequentemente do que os sem redes, a existência de boas condições para realizar investigação, o acesso a redes e a satisfação com o contexto nacional, entre as principais razões para ficar em Portugal. Tal pode significar que beneficiam de (ou pelo menos percebem) um melhor contexto institucional e que isso pode ter impacto na sua capacidade de desenvolver atividades científicas de qualidade e, portanto, de estabelecer redes e de se envolver em atividades de cooperação

¹¹ Mais uma vez é importante ter em conta o efeito possível da senioridade. Com efeito, embora não exista uma relação estatisticamente significativa entre a categoria profissional e ter redes estrangeiras, verifica-se um número relativamente maior de cientistas no topo da carreira no grupo com redes.

internacional, sem ter tanta necessidade do suporte adicional oferecido pela estadia prolongada numa instituição estrangeira.

No entanto, apesar da relativamente maior intensidade de atividade de colaboração internacional por parte dos cientistas com redes, não existem diferenças significativas entre os dois grupos de cientistas não móveis, em termos de um dos principais resultados dessa colaboração: a co-publicação (presença e frequência). Este resultado, associado à existência de diferenças significativas entre móveis e não móveis com redes em termos de co-publicação (como vimos acima), sugere que a mobilidade – e o tipo de relação que permite estabelecer – terão, de facto, impacto na capacidade de publicar em conjunto com colegas estrangeiros. Esta conclusão apresenta consistência se entrarmos em consideração com a mobilidade de curta duração. Com efeito, no grupo dos não móveis, tanto a presença de co-publicação, como a sua maior frequência, são relativamente mais assinaladas entre quem teve estadias de curta duração no estrangeiro (independentemente da existência de redes internacionais). É ainda de realçar que ter mobilidade de curta duração apenas após o doutoramento é relativamente menos relevante para a co-publicação do que tê-la apenas antes, ou antes e depois do doutoramento. Este dado pode apontar para a presença de relações de mais longo-prazo. Ou seja, o que parece ter influência em atividades de co-publicação não é tanto a presença de redes, mas mais o tipo de interação que se torna possível através da mobilidade – seja esta de longa ou de curta duração.

5.3 O PAPEL DA MOBILIDADE CURTA DURAÇÃO

A literatura aponta para a importância crescente da mobilidade de curta duração e, nomeadamente, para o facto de esse tipo de mobilidade poder, em certos casos, substituir-se à mobilidade de maior duração e produzir efeitos equivalentes. Nessas condições, o envolvimento em mobilidade de curta duração pode ser perspectivado como parte de uma estratégia de construção de relações internacionais, por parte de cientistas que não querem ou não têm condições para concretizar estadias mais longas. O facto de, na amostra estudada, este tipo de mobilidade ter surgido como fator diferenciador entre cientistas não móveis em termos de co-publicação, reforça ainda mais este argumento.

Decidiu-se, portanto, analisar os dados sobre mobilidade de curta duração (entre 1 e 6 meses) obtidos no inquérito, apesar de estes serem relativamente limitados. Para além de dados gerais, que apenas permitem avaliar se houve, ou não, este tipo de mobilidade e com que frequência (aproximada), foram recolhidos dados acerca das três estadias de curta duração que o inquirido considerasse terem tido maior importância para o seu desenvolvimento enquanto cientista ou para a sua carreira científica, solicitando-se a indicação da instituição, do ano da realização e duração e ainda dos objetivos da estadia. Embora estes dados sejam prometedores, o número de respostas utilizáveis é relativamente reduzido¹², limitando as conclusões que se podem retirar.

¹² Para além de várias não respostas, também se verificou que vários cientistas incluíram aqui pelo menos uma deslocação de maior duração (por vezes superior a 1 ano). Estes deslocações verificaram-se sobretudo (embora não exclusivamente) no período antes da realização do doutoramento (que no caso dos cientistas das gerações mais antigas e/ou de docentes universitários em certas áreas pode corresponder a vários anos, bastante mais do que os 5 anos frequentemente considerados) e tiveram lugar, sobretudo, entre cientistas que fizeram o doutoramento “oficialmente” numa universidade portuguesa ou que tinham um vínculo a uma organização portuguesa e, portanto, não consideraram ter uma “ligação” às organizações de destino, não sendo, portanto, capturados na questão sobre mobilidade. Estes casos foram, entretanto, reclassificados e os cientistas foram incluídos no grupo com mobilidade de longa duração.

Quando se comparam os dois grupos de cientistas com redes relativamente a mobilidade de curta duração, não se verificam diferenças significativas entre móveis e não móveis em termos de presença ou frequência de estadias curtas. Trata-se de um resultado consistente com a ideia de que essas estadias são cada vez mais frequentes entre os cientistas, em particular aqueles que têm relações com organizações internacionais. Também se verifica que, para ambos, as estadias de curta duração mais importantes estão claramente relacionadas com as organizações que fazem parte da rede principal. Assim, para 60% dos cientistas, pelo menos uma das estadias curtas mais importantes teve lugar numa instituição que fazia (ou viria a fazer) parte dessa rede, não existindo diferenças significativas entre móveis e não móveis a este nível. Este resultado confirma a persistência das redes com origem na mobilidade de longa duração, identificada anteriormente (Fontes *et al.*, 2013), expandindo este efeito para estadias de curta duração que os cientistas definem como chave para a sua atividade.

Deve considerar-se, no entanto, que, embora essas estadias sejam importantes para ambos os grupos, podem ter funções distintas. Especificamente, no caso do grupo não móvel podem ser uma forma alternativa de desenvolver ou manter contactos visando a construção de redes. Alguma evidência neste sentido obtém-se através da análise dos momentos em que tiveram lugar as três estadias curtas referidas como mais importantes. Entre os não móveis essas estadias ocorrem, predominantemente, antes do doutoramento, ou antes e depois do doutoramento, enquanto entre os móveis predominam as estadias exclusivamente depois do doutoramento. Estes padrões sugerem que, para quem não tem mobilidade de longa duração, a mobilidade curta que tem lugar numa fase precoce do percurso profissional – quando os investigadores desenvolvem as ideias originais dos seus trabalhos e lançam as bases para o desenvolvimento da sua carreira – pode criar, de facto, pontos de contacto relevantes no andamento posterior do percurso académico (Melin, 2005) o qual fica, de certo modo, ligado a essas experiências. Em todo o caso, infere-se que estas experiências, apesar de curtas no tempo, envolvem contacto e interação significativos, a ponto de constituírem as tais mais-valias para a carreira. O facto de a existência de estadias curtas em organizações-chave, *antes* e *depois* do doutoramento, ser mais frequente entre os não móveis sugere, exatamente, uma continuidade nas relações.

Importa ainda frisar que também existem diferenças relativamente aos objetivos que são indicados para as três estadias curtas mais importantes. Enquanto a aprendizagem de novas técnicas é o objectivo mais vezes referido pelos cientistas não móveis com redes, para os móveis ele é pouco relevante. Aliás, para os móveis a grande finalidade das estadias é a realização de actividades de investigação, seguida, com bastante distância, da colaboração científica. Já no caso dos não móveis estes dois objetivos surgem em segundo lugar, com uma importância equivalente.

O papel desempenhado pelas estadias curtas para os cientistas sem mobilidade de longa duração é confirmado quando nos voltamos para o grupo de não móveis e comparamos, neste grupo, os cientistas com e sem redes. Com efeito, os cientistas com redes têm mais frequentemente estadias curtas. Além disso, observando as estadias mais importantes verifica-se que, para quem tem redes, essas estadias são mais frequentemente antes e

depois do doutoramento, enquanto para quem não as tem as estadias são, principalmente, apenas antes deste (e é de notar que nenhum cientista sem redes combina estadias curtas antes e depois do doutoramento).

O caso de uma das investigadoras entrevistadas ilustra a utilização da mobilidade de curta duração como estratégia ativa de desenvolvimento de ligações interpessoais e construção de redes. Ela afirma explicitamente que “aproveita” as reuniões científicas para estabelecer contactos e que todas as relações internacionais que tem neste momento foram estabelecidas por ela própria:

“Relações [são estabelecidas] através de correio electrónico, nos congressos e na troca de papers. Muitas vezes peço a opinião sobre um trabalho de outras pessoas, convido alguém ou peço para ir lá. Pertença a algumas sociedades.

Aproveito os congressos para fazer networking, estabelecer contactos. Mantenho relações com investigadores estrangeiros – uns transformam-se em redes formais e outros contactos são mais relacionados com os projetos. [Tenho neste momento] alguns projetos internacionais que envolvem viagens para reuniões de preparação de projeto e de candidatura. Com exceção do último, todos tiveram a ver com iniciativa própria”. E19.

Este caso é particularmente interessante porque se refere a um relato de uma investigadora que explicita não ter tido mobilidade internacional, por causa de opções pessoais e familiares, embora reconheça que este facto teve consequências na dinâmica da sua carreira. Nesse sentido, o caso ilustra o tipo de estratégias adotadas pelos cientistas que constroem e mantêm relações a nível internacional sem ter beneficiado das vantagens oferecidas pela mobilidade e, também, o tipo de condições que determinaram as opções seguidas por estes cientistas. Ou seja, retrata claramente um modo de construção de redes na ausência de mobilidade.

CONCLUSÕES

Este texto teve como objetivo obter um conhecimento mais aprofundado sobre as condições subjacentes ao processo de estabelecimento de redes científicas internacionais, bem como sobre a influência do modo de construção dessas redes no tipo de colaboração desenvolvida pelos cientistas.

É reconhecido que a mobilidade de longa duração tem um papel facilitador no estabelecimento de relações de colaboração através das oportunidades de co-localização prolongada entre indivíduos que proporciona. No entanto, também se observa que cientistas sem esse tipo de mobilidade estabelecem redes com organizações estrangeiras, as quais têm uma função chave na sua atividade de produção e partilha de conhecimento. O caso desses cientistas – frequentemente ignorados em favor dos cientistas “móveis” – surgiu-nos como um ponto de partida pertinente para aprofundar o processo de estabelecimento e utilização de redes de conhecimento internacionais. Com efeito, permite-nos considerar diferentes modos de construção de redes (com ou sem mobilidade) bem como avaliar a natureza das relações estabelecidas através de redes com origens potencialmente diversas. Assim,

compararam-se as características e os comportamentos destes cientistas “não móveis” com as de dois outros grupos: os cientistas que também têm redes internacionais, mas tiveram mobilidade de longa duração e os cientistas que também não tiveram mobilidade, mas não têm redes internacionais.

Pretendeu-se avaliar, nomeadamente, se existiam diferenças entre cientistas com e sem mobilidade no que respeita à configuração das redes e ao tipo de atividades de colaboração estabelecidas. Foi também nosso objetivo analisar se a presença de redes internacionais relevantes conferia aos cientistas sem mobilidade algum tipo de vantagens em relação a outros não móveis, no que se refere à colaboração internacional. Finalmente, tendo em conta as teses sobre o papel cada vez mais relevante da mobilidade curta duração na construção dos percursos científicos, pretendeu-se compreender até que ponto este tipo de mobilidade é utilizado pelos cientistas e que significado pode ter esse uso, em termos de estratégias de estabelecimento e de mobilização de relações internacionais consideradas relevantes pelos cientistas nas suas áreas científicas de trabalho.

Os resultados indicam efetivamente algumas diferenças entre cientistas “móveis” e “não móveis” com redes internacionais, tanto ao nível da configuração das redes, como ao nível do tipo de relações de colaboração estabelecidas. Em particular, as relações de colaboração parecem ser qualitativamente diferentes. Com efeito, embora tenham um nível semelhante de participação em projetos formais, os cientistas não móveis estão menos frequentemente envolvidos em atividades que requerem maior proximidade cognitiva e/ou grau de confiança, cuja génese se situa mais frequentemente em relações de natureza pessoal e informal. Mesmo assim, a sua capacidade para construir redes internacionais proporciona-lhes vantagens relativamente aos outros não móveis: permite-lhes estabelecer mais frequentemente atividades de colaboração e ter, também, uma maior variedade de atividades. Importa realçar, no entanto, que, no caso particular da publicação conjunta, é a presença de mobilidade curta duração e não a existência de redes que surge como fator determinante. Nesse sentido, esta conclusão reforça a ideia de que este último tipo de mobilidade pode ter um papel importante na construção das redes, podendo ser pensada como sendo uma “alternativa” à mobilidade de longa duração.

A investigação permitiu-nos também identificar algumas características pessoais e profissionais que diferenciam os cientistas “não móveis” dos que tiveram mobilidade e que contribuem para compreender melhor as condições em que tem lugar a construção de redes na ausência de mobilidade (enquanto oportunidade para uma co-localização prologada). Os cientistas não móveis são mais frequentemente mulheres, com filhos e apresentam mais frequentemente razões familiares como motivação principal para não ter mobilidade. Também têm mais frequentemente situações profissionais mais estáveis, embora tenham realizado o doutoramento há relativamente menos tempo. Estas características apontam para um conjunto de razões, quer familiares, quer profissionais (potencialmente relacionadas com os contextos organizacionais e científicos), que pode ter condicionado a possibilidade de estes cientistas se envolverem em mobilidade de longa duração, tal não significando que tenham coartado a sua motivação para desenvolver relações científicas internacionais.

A análise dos dados sobre mobilidade de curta duração, incluindo das narrativas dos próprios investigadores, sugere que, de facto, estes cientistas utilizaram esse tipo de

mobilidade para estabelecer contatos e mantê-los ao longo do tempo, através de interações repetidas. Com efeito, as estadias curtas são tão frequentes entre eles como entre os móveis, embora revelem ter perfis e objetivos diferentes. Além disso, estas estadias são consideravelmente mais frequentes do que entre os não móveis sem redes, tendo, também um perfil distinto. As limitações dos dados indicativos da mobilidade de curta duração não permitem explorar, de forma mais detalhada, a utilização desta estratégia, que merecerá uma investigação mais aprofundada, em trabalho futuro.

Os resultados permitem portanto concluir que, embora a mobilidade de longa duração (isto é, a co-localização prolongada) não seja indispensável para o estabelecimento de redes-chave de colaboração internacional, ela pode favorecer, de facto, a constituição de laços qualitativamente diferentes, com impacto específico sobre a natureza das atividades de colaboração. Os resultados também mostram que, para os cientistas que (por razões várias) não tiveram mobilidade de longa duração mas estão determinados em estabelecer relações internacionais, a mobilidade de curta duração surge como uma estratégia alternativa, embora potencialmente mais lenta e complexa, para atingir os resultados pretendidos.

Globalmente, esta análise permitiu obter um entendimento mais preciso do papel desempenhado pela mobilidade no que respeita aos modos de construção e utilização das redes, tendo ficado demonstrada a elevada complexidade do problema, atendendo ao número e tipo de variáveis envolvidas, umas de carácter mais objetivo e mensurável, outras de carácter mais subjetivo, motivacional e idiossincrático, de difícil análise. De um modo geral, pode afirmar-se que tanto a mobilidade como a construção e utilização de redes constituem fenómenos co-produzidos, isto é, constituem processos nos quais intervêm atores com motivações, expectativas e objetivos distintos. Os resultados apresentados permitem-nos ainda posicionar esses fenómenos ao nível das políticas de ciência e tecnologia, bem como ao nível das políticas de recursos humanos em ciência, tecnologia e ensino superior. Importa frisar, neste contexto, que Portugal apresenta padrões geracionais distintos no que respeita aos fluxos, destinos e modos de aproveitamento das mobilidades de longa duração. E, como dissemos na introdução, hoje as “saídas” dos cientistas são amplamente explicadas pelas transformações socioeconómicas e organizacionais que atingem os mundos da ciência, da tecnologia e da inovação, em geral. A melhoria substancial da capacidade científica nacional ocorrida nas últimas décadas terá facilitado a tarefa dos cientistas no que respeita à gestão das mobilidades, proporcionando-lhes condições para produzir conhecimento de qualidade reconhecida internacionalmente, bem como aceder às redes internacionais estabelecidas pelas organizações e equipas de que fazem parte. Todavia, as transformações mais recentes, evidenciadas pela mudança de critérios na atribuição de financiamento à investigação, que se torna cada vez mais escasso para a generalidade das áreas, assim como pelo progressivo estreitamento de possibilidades de acesso e permanência na atividade científica por parte dos investigadores mais jovens traz, inevitavelmente, alterações nos modos de entender e usar os relacionamentos internacionais que constituem, por sua vez, fonte de problematização e estudo adicional.

REFERÊNCIAS

- Ackers, Louise (2004). Managing Work and Family Life in Peripatetic Careers: The Experiences of Mobile Women Scientists in the European Union. *Women's Studies International Forum*, 27,3,189-201.
- Ackers, Louise (2005). Moving people and knowledge, the mobility of scientists within the European Union. *International Migration* 43, 5, 99–129.
- Ackers, Louise (2008). Internationalisation, Mobility and Metrics: A New Form of Indirect Discrimination?. *Minerva* 46, 4, 410-435.
- Ackers, Louise (2010). Internationalisation and Equality. The Contribution of Short Stay Mobility to Progression in Science Careers. *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 41, 1, 83-103
- Allison, Paul, D, and Long, J. Scott (1990). Departmental effects on scientific productivity. *American Sociological Review*, 55, 4, 469-478.
- Amâncio, Lúcia & Patrícia Ávila (1995). O género na ciência. In: Jorge Correia Jesuino (coord.), *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras:Celta Editora.
- Araújo, Emília (2009). With a rope around their neck: grant researchers living in suspended time. *New Technology Work and Employment* ,24,3, 230-242.
- Araújo, Emília e Fontes, Margarida (2013). A mobilidade de investigadores em Portugal: Uma abordagem de género. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad* (no prelo)
- Araújo, Emília (2007). Why Portuguese students go abroad to do Their PhDs. *Higher Education in Europe*, 32, 4, 387-397.
- Armbruster, Chris (2008). The Rise of the Post-doc as Principal Investigator? How PhDs May Advance their Career and Knowledge Claims in the New Europe of Knowledge. *Policy Futures in Education*, 6, 4, 409-423.
- Barnard, Helena, Cowan, Robin and Müller, Moritz (2012). Global excellence at the expense of local diffusion, or a bridge between two worlds? Research in science and technology in the developing world, *Research Policy*, 41, 756– 769.
- Bonaccorsi, Andrea (2008). Search Regimes and the Industrial Dynamics of Science, *Minerva*, 46, 3, 285-315.
- Boschma, Ron A. (2005). Proximity and Innovation: A Critical Assessment, *Regional Studies*, 39, 1, 61-74.
- Bozeman, Barry e Corley, Elizabeth (2004). Scientists' collaboration strategies: implications for scientific and technical human capital, *Research Policy*, 33, 4, 599-616.
- Bozeman, Barry, Dietz, James, and Gaughan, Monica (2001). Scientific and technical human capital: an alternative model for research evaluation, *International Journal of Technology Management*, 22, 7/8, 716–740.
- Breschi, Stefano, and Lissoni, Francesco (2001). Knowledge Spillovers and Local Innovation Systems: A Critical Survey, *Industrial and Corporate Change*, 10, 4, 975- 1005.
- Canibano, Carolina, Otamendi, Javier and Andújar, Irene (2008). Measuring and assessing researcher mobility from CV analysis: the case of the Ramón y Cajal programme in Spain, *Research Evaluation*, 17, 1, 17– 31.

- Canibano, Carolina, Otamendi, Javier and Soli, Francisco (2011). International temporary mobility of researchers: a cross-discipline study, *Scientometrics*, 89, 653–675.
- Cohen, Wesley M., and Levinthal, David A. (1990). Absorptive Capacity: A New Perspective on Learning and Innovation, *Administrative Science Quarterly*, 35, 1, 123-133.
- Coleman, James S. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital, *American Journal of Sociology*, 94, 95-120.
- Davenport, Sally (2004). Panic and Panacea: brain drain and science and technology human capital policy, *Research Policy*, 33, 617-630.
- Delicado, Ana (2010). O retorno dos “cérebros”: regresso e reintegração dos investigadores portugueses em mobilidade, *Revista iberoamericana de ciencia tecnología y sociedad*, 5, 15 1 -28.
- EC (2001). *Communication from the Commission to the council and the European Parliament. A mobility strategy for the European Research Area*, COM(2001) 331 final, Brussels: Commission of the European Communities. Disponível em http://ec.europa.eu/eracareers/docs/Com_2001_331_en.pdf (Acedido em 31 de Dezembro de 2012).
- Enders, Jürgen and De Weert, Egbert (2004). Science, Training and Career: Changing Modes of Knowledge Production and Labour Markets, *Higher Education Policy*, 17, 135–152.
- Fontes, Margarida (2007). Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home, *Science and Public Policy*, 34, 4, 284-298.
- Fontes, Margarida, Videira, Pedro e Calapez, Teresa (2013). The impact of long term scientific mobility on the creation of persistent knowledge networks, *Mobilities*, DOI: 10.1080/17450101.2012.655976.
- Gill, Bryony (2005). Homeward Bound? The experience of return mobility for Italian scientists, *Innovation*, 18, 3, 319-341.
- GPEARI (2009) *Fluxos e situação profissional dos doutorados em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Hoekman, Jarno, Frenken, Koen and Tijssen, Robert (2010). Research collaboration at a distance: Changing spatial patterns of scientific collaboration within Europe, *Research Policy*, 39, 5, 662-673.
- Jonkers, Koen & Tijssen, Robert (2008). Chinese researchers returning home: Impacts of international mobility on research collaboration and scientific productivity, *Scientometrics*, 7,2, 309–333.
- Jöns, Heike (2007). Transnational Mobility and the Spaces of Knowledge Production: A Comparison of Global Patterns, Motivations and Collaborations in Different Academic Fields, *Social Geography*, 2,2, 97-114.
- Jöns, Heike (2009). ‘Brain circulation’ and transnational knowledge networks: Studying long-term effects of academic mobility to Germany, 1954-2000, *Global Networks*, 9, 3, 315-338.
- King, Russell (2002). Towards a new map of European migration, *International Journal of Population Geography*, 8, 2, 89–106.
- Laredo, P. (2010). *Conference on scientific production in nanotechnology*. 31th January. Braga: CICS/CECS

- Larivière, Vincent, Gingras Yves and Archambault, Eric (2006). Canadian collaboration networks: A comparative analysis of the natural sciences, social sciences and the humanities, *Scientometrics* 68, 3, 519-533.
- Laudel, Grit (2005). Migration currents among the scientific elite, *Minerva*, 43, 4, 377–395.
- Lazega, Emmanuel, Mounier, Lise, Jourda, Marie-Thérèse and Stofer, Rafaël (2006). Organizational vs. personal social capital *in* scientists' performance: A multi-level network study of elite French cancer researchers (1996–1998), *Scientometrics*, 67,1, 27–44.
- Levin, Sharon G. and Stephan, Paula E. (1991). Research productivity over the life-cycle - evidence for academic scientists, *American Economic Review* ,81,1, 114-132
- Mahroum, Sami (2000). Scientific Mobility: an agent of scientific expansion and institutional empowerment, *Science Communication*, 21, 4, 367-378
- Mahroum, Sami (2005). The international policies of brain gain: A review, *Technology Analysis & Strategic Management*, 17, 2, 219-230
- Melin, Göran (2005). The dark side of mobility: negative experiences of doing a postdoc period abroad, *Research Evaluation*, 14, 3, 229-237.
- Morano-Foadi, Sonia (2005). Scientific mobility, career progression, and excellence *in* the European Research Area, *International Migration*, 43,5, 133-162.
- Morgan, Kevin (2004). The exaggerated death of geography: Localised learning, innovation and uneven development, *Journal of Economic Geography*, 4, 3-21
- Musselin, Christine (2004). Towards a European academic labour market? Some lessons drawn from empirical studies on academic mobility, *Higher Education*, 48,1, 55–78.
- OECD (2008). *The Global Competition for Talent: Mobility of the Highly Skilled*. Paris: OECD Publishing.
- Oettl, Alexander, and Agrawal, Ajay (2008). International Labor Mobility and Knowledge Flow Externalities, *Journal of International Business Studies*, 39, 8, 1242-1260.
- Ramos, Ana M. González, Bosh, Núria Vergés e Collado, Cecilia Castaño (2011). *International Mobility of Women in ICT sectors: professional and personal goals, responses and outcomes*. Disponível em: <http://gict2011.informatik.umu.se/data/uploads/ramos.pdf> (Acedido em 21 de junho de 2012).
- Rivellini, Giulia, Rizzi, Ester & Zaccarin, Susanna (2006). The science network *in* Italian population research: An analysis according to the social network perspective, *Scientometrics*, 67,3,407-418.
- Rosenkopf, Lori and Almeida, Paul (2003). Overcoming Local Search Through Alliances and Mobility, *Management Science*, 49, 6, 751-766.
- Shapin, Steven (1998). Placing the View from Nowhere: Historical and Sociological Problems *in* the Location of Science, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 23, 5-12.
- Smeby, Jens-Christian, and Trondal, Jarle (2005). Globalisation or europeanisation? International contact among university staff, *Higher Education*, 49, 4, 449-466.
- Song, Jaeyong, Almeida, Paul, and Wu, Geraldine (2003). Learning-by-hiring: When is mobility more likely to facilitate inter-firm knowledge transfer? *Management Science*, 49,4, 351-365.
- Sonnenwald, Dianne H. (2007). Scientific collaboration, *Annual Review of Information Science and Technology*, 41, 643–681.

- Thorn, Kristian and Holm-Nielsen, Lauritz B. (2006). *International Mobility of Researchers and Scientists. Policy Options for Turning a Drain into a Gain*, UNU-WIDER, Research Paper No. 2006/83, Disponível em: http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/research-papers/2006/en_GB/rp2006-83/ (Acedido em 31 de Dezembro de 2012).
- Trippl, Michaela (2013). Scientific Mobility and Knowledge Transfer at the Interregional and Intra-regional Level, *Regional Studies* (no prelo), DOI:10.1080/00343404.2010.549119.
- Turpin, Tim, Woolley, Richard, Marceau, Jane, and Hill, S. (2008). Conduits of knowledge in the Asia Pacific: Research training, networks and country of work, *Asian Population Studies*, 4, 3, 247-265.
- Van de Sande, Daphne, Ackers, Louise & Bryony Gill (2005). *Impact assessment of the Marie Curie fellowships under the 4th and 5th Framework Programs of Research and Technological Development of the EU (1994-2002)*, Disponível em: http://ec.europa.eu/research/fp6/mariecurie-actions/pdf/impact_fellow_en.pdf, (Acedido em 31 de Dezembro de 2012).
- Veugelers, Reinhilde (2010). Towards a multipolar science world: trends and impact, *Scientometrics*, 82, 2, 439-456.
- Wagner, Caroline S. (2005). Six case studies of international collaboration in science, *Scientometrics*, 62, 1, 3-26.
- Wagner, Caroline S. and Leydesdorff, Loet, (2005). Mapping the network of global science: Comparing international co-authorships from 1990 to 2000, *International Journal of Technology and Globalization*, 1, 185-208.
- Williams, Allan M., Baláz, Vladimir and Wallace, Claire (2004). International labour mobility and uneven regional development human capital, knowledge and entrepreneurship, *European Urban and Regional Studies*, 11,1, 27-46.
- Williams, A. M. (2006). Lost in translation? International migration, learning and knowledge. *Progress in Human Geography*, 30,5, 588-607.

Migrações internacionais, fuga das mentes e corrida dos cérebros: custos materiais, benefícios simbólicos e dúvidas existenciais

MOHAMMED ELHAJJI

*Professor do Programa de Doutorado em
Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ*
mohahajji@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Neste texto defende-se a tese de que a questão da fuga de cérebros, ou da mobilidade de competências, não pode ser separada do fenómeno maior que são as migrações internacionais, sua genealogia, morfologia, desenvolvimento e desdobramentos sociais, políticos e simbólicos. As migrações, por sua vez, devem ser abordadas enquanto componente estruturante da contemporaneidade. A aceleração e o barateamento dos meios de transporte, o avanço do processo de globalização, a revolução tecnológica midiática e a tomada de consciência da possibilidade de mudança da trajetória pessoal e subjetiva são alguns dos fatores que contribuíram para essa transformação radical nos modos de estar-no-mundo. A compreensão da questão da mobilidade do capital humano necessita de ser, assim, conjugada com esse quadro psicológico, tecnológico e político.

Mas, antes de explicitar essas relações, destacamos que a análise aqui proposta adota uma perspectiva histórica para argumentar que, longe de serem um fenómeno exclusivo da contemporaneidade, as migrações constituem, na verdade, um impulso inerente ao humano, fundador de seu devir e imprescindível à evolução da espécie. A própria questão da mobilidade das competências (a deslocação de cientistas e de filósofos) é uma realidade que pode ser acompanhada e comprovada como tendo acontecido desde a antiguidade, tanto no Ocidente como no Oriente.

A análise que desenvolvemos salienta a natureza subjetiva do fenómeno migratório. Além de todas as injunções materiais e económicas que este implica, não se pode negar que as migrações devem ser explicadas também por motivos de ordem imaginária e simbólica. Tal em resultado, não apenas do barateamento e da aceleração dos meios de transporte, mas também da intensificação e da densificação dos meios de comunicação. Trata-se de fluxos midiáticos que se sobrepõem aos fluxos humanos, formando uma nova esfera existencial,

através da criação da qual se observa que o sujeito, antes mesmo de deixar fisicamente sua terra natal, já está desterritorializado e inserido em redes sociais reais, virtuais e simbólicas que desconhecem o substrato espacial e ignoram as condições de pertença territorial desse mesmo sujeito.

Assim, tratando-se da fuga de cérebros, importa constatar que os países tecnologicamente menos avançados são os que mais sofrem do efeito destrutador da atual configuração socio-midiática; na medida em que o acesso à instrução e à informação acarreta, quase sistematicamente, demandas e exigências sociais e subjetivas inéditas, muitas vezes incompatíveis com a realidade local. Portanto, são justamente os indivíduos e categorias sociais nos quais mais se investe em termos de formação, para suprir à necessidades nacionais em competências, que são mais propensos e suscetíveis à sedução dos deslocamentos subjetivos e, por conseguinte, às migrações físicas e espaciais – sendo este segundo movimento apenas o reflexo e atualização do primeiro.

No entanto, outra constatação teórica e empírica que integra a nossa análise é a de que, diante desses fatos quase ontológicos, não há remédio ou luta possíveis. Nem a autoridade política (na sua forma burocrática), nem o apelo ao sentimento patriótico (na sua versão mais demagógica), são capazes de travar a hemorragia de cérebros, competências profissionais e potencialidades inovadoras que se verifica em muitos países

Não há como reverter essa situação complexa recorrendo a ações simplórias oriundas de outra época, quando os pertencimentos e identificações ainda eram exclusivos e irreversíveis. O atual quadro identitário global é, em grande parte, marcado pelas múltiplas lealdades, pluripertencimentos e subjetividades transnacionais.

Assim, o desafio é buscar a melhor maneira de tornar benéfico o inevitável e imaginar arranjos sociopolíticos transnacionais capazes de fazer da mobilidade humana e da integração dos circuitos midiáticos uma vantagem e força, não um empecilho ou fraqueza; projetar estratégias de ordem tanto prática e material como subjetiva e simbólica para reformular os sentidos de pertencimento e identificação, lealdade e reconhecimento.

1. A CONSTANTE MIGRATÓRIA

Uma das limitações mais prejudiciais às ciências sociais é a sua propensão para um certo cronocentrismo ou determinismo do presente: a inclinação a apreender os fenômenos sociais em pauta como algo inerente, intrínseco e exclusivo à época contemporânea (Waldinger, 2006). Não há dúvidas, evidentemente, sobre o valor e a importância da contextualização do objeto estudado no seu momento histórico – *a fortiori* quando se considera a especificidade da modernidade ocidental em relação a todas as outras épocas e experiências civilizacionais. Porém, a (boa) contextualização histórica do fenômeno não deve deixar de tomar em conta tanto a particularidade do momento estudado, como a sua genealogia e continuidade no tempo e nas práticas sociais. Muitas vezes, a (suposta) novidade só adquire sentido pleno quando é inserida numa perspectiva histórica, capaz de esclarecer as suas raízes e as formas anteriores de manifestação e de desenvolvimento.

Inversamente, a redução da análise ao tempo presente acaba por truncar o objeto estudado, dificultando a sua avaliação de modo abrangente, bem como uma compreensão

satisfatória do mesmo. Abre-se o caminho, então, a interpretações parciais, errôneas ou falaciosas, cujas implicações diretas e indiretas, de ordem política e social, podem acarretar sérias consequências, tanto para os indivíduos e grupos, como para as instituições e órgãos de gestão da sociedade.

Talvez um dos melhores exemplos desse cronocentrismo limitante seja, justamente, o objeto central deste nosso presente estudo: a “fuga de cérebros”. Tanto os meios de comunicação como uma boa parte da produção intelectual e acadêmica dão a impressão de que as migrações e a mobilidade humana são fenômenos novos, inéditos e próprios à nossa época. O alarmismo sensacionalista e a busca de originalidade e novidade, em detrimento da pertinência e discernimento, acabam por ser diretamente responsáveis pelas narrativas fantasiosas que conhecemos.

A verdade é que a novidade está mais na perspectiva e nos parâmetros utilizados para a apreensão do fenômeno do que no fenômeno em si e/ou suas manifestações. Podemos argumentar que, em grande medida, não é a imigração que é nova ou inédita, mas sim o regime de visibilidade que a governa, as estatísticas que a quantificam e lhe dão volume, as fronteiras que lhe outorgam nome e status administrativo, os discursos conservadores que dela fazem uma ameaça à identidade da sociedade hóspede, etc. (Appadurai, 2009).

É claro que não há como negar a densidade, a intensidade e a continuidade dos fluxos humanos na época presente. Também não há como ignorar a presença ostentatória de todo tipo de alteridade entre as sociedades de hoje, a voz distante de familiares e de próximos em busca de melhores oportunidades e as idas e vindas dos indecisos. Mas, tampouco se deve ignorar que esses movimentos são constitutivos da ordem global atual, naturalmente marcada pela mobilidade e pela velocidade impressas pelos meios de comunicação, e não um evento extraordinário que possa ser contemplado isoladamente, sem nexos com o contexto global e seus desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Assim, vale a pena insistir no fato de que as migrações não devem ser pensadas como anomalia ou exceção, mas sim como condição fundadora de nossa espécie – a única a ter colonizado todos os cantos do planeta. Uma constante absoluta que sustentou o inicial processo de hominização, propiciou as bases materiais da capacidade humana de abstração e continua reformulando o sentido ontológico de / do ser humano e o significado social e histórico do sujeito.

Tanto a paleontologia e a biologia como a arqueologia e a historiografia deixam evidente o papel fundamental das migrações na configuração de que veio a ser a Humanidade, na formação e extinção de agrupamentos civilizacionais e na prosperidade e decadência de impérios, reinos e nações. Império romano, califado islâmico, império otomano, cruzadas ou rota da seda são apenas a parte visível e documentada das trocas sociais decorrentes dos deslocamentos de pequenos ou grandes grupos humanos.

A cidadania romana não era definida em termos exclusivamente biológicos ou hereditários. Estrangeiros e súditos das províncias conquistadas podiam adquiri-la e até alcançar altos cargos políticos, inclusive o de imperador. A corte dos sucessivos califados islâmicos era conhecida por agregar filósofos, teólogos e cientistas de inúmeras regiões do mundo conhecido naquela época. Sem esquecer os rastros migratórios decorrentes das grandes

descobertas, conquistas e/ou reconquistas que deram forma a regiões e experiências civilizacionais das mais importantes da história da Humanidade¹.

Trocas comerciais ou guerras também representavam inúmeras oportunidades de movimentação de grandes contingentes populacionais de um lado para o outro, muitas vezes embaralhando os mapas culturais, linguísticos e religiosos que, paradoxalmente, são hoje investidos de uma falsa aura de pureza e autenticidade. As linhas de separação ou frentes de guerra², antes de dividir as populações, sempre constituíram espaços de interação humana e de produção de uma subjetividade diferenciada que busca e atrai o Outro.

Não há números confiáveis para estimar todos os fluxos migratórios na história antiga – como também nem sempre os números são significativos em si e/ou por si. Em compensação, as histórias singulares e as experiências de mobilidade podem ser, sim, relevantes e pregnantes de significância e de valor humano. O percurso de Hassan Al Wazzan, também conhecido como *Leo Africanus* ou Giovanni di Medici (1494 - 1554), que viveu entre Granada, Roma, o Magrebe e a África subsaariana, autor do famoso “*De totius Africae description libri*” (Maalouf, 1987), por exemplo, continua a ser uma excelente ilustração da experiência de trânsfuga intercultural e transnacional, e uma reconstituição válida e significativa dos mapas cognitivos daquela época.

Este é apenas um exemplo de entre muitos sobre as migrações, mobilidade humana e circulação dos conhecimentos e de competências. O Centro, a metrópole, as regiões mais ricas e/ou mais criativas, dinâmicas ou abertas, sempre atraíram intelectuais, artistas, artesões e profissionais qualificados. Reiteramos, portanto, a nossa premissa segundo a qual as migrações e a circulação das competências devem ser encaradas como algo constitutivo da normalidade social e humana, e não como evento excepcional e/ou extraordinário.

2. ENTRE DESEJO E NECESSIDADE

Porém, conforme antecipado, não se pode ignorar ou negar as particularidades do fenômeno migratório e a mobilidade das competências no contexto específico da contemporaneidade. Com efeito, a paisagem migratória mundial vem sofrendo transformações radicais e inéditas, em virtude de fatores de ordem política, econômica, organizacional, social e psicológica.

De entre esses fatores, conforme analisamos em estudos anteriores, pode-se destacar a instituição das fronteiras em decorrência da constituição dos estados nacionais – tornando os deslocamentos humanos mais visíveis, quantificáveis e coercíveis, a industrialização e urbanização de grandes regiões do mundo e aumento da pobreza em outras, a recrudescência das guerras e lutas armadas, o declínio da natalidade nos países avançados, o surgimento das migrações planejadas (tanto na Europa, como nas Américas), a aceleração e barateamento dos meios de transporte, o avanço do processo de globalização, a revolução tecnológica midiática e a tomada de consciência da possibilidade de mudança da trajetória pessoal e a naturalização de novas formas de desejo, subjetivação e realização pessoal (ElHajji, 2012).

¹ Américas, península ibérica ou os Bálcãs são alguns exemplos, mas longe de serem os únicos.

² O sentido atual de ‘fronteira’, derivação de ‘front’, só será consolidado com o advento do Estado-nação.

De fato, no campo político, os séculos XIX e XX foram marcados pela emergência e consolidação dos estados nacionais, as duas grandes guerras, a revolução soviética, as inúmeras lutas armadas nos quatro cantos do planeta, as colonizações e, em seguida, os processos de descolonização e a imposição do ideal democrático (incluindo seus pilares operacionais de direitos humanos e liberdade de expressão) como fundamento político universal. Eventos que representaram mudanças sociais abruptas e contribuíram para que milhões de pessoas deixassem suas terras de origem e procurassem novos lares, mais ou menos voluntariamente.

O substrato económico dessas transformações encontra as suas raízes já na Revolução Industrial, quando as novas atividades económicas e as novas tecnologias da época conduziram a profundas reconfigurações sociais, reestruturando o mapa das cidades e provocando migrações em massa. À medida que a indústria se tornava o centro de gravitação da sociedade humana, ela também se impunha como principal fator de aglomeração e distribuição da população; o que teve importantes implicações, evidentemente, na aceleração dos fluxos migratórios e na reformulação das suas trajetórias geográficas.

A modernização das economias centrais e o enriquecimento de certas regiões do globo, conjugados com a urbanização maciça, o êxodo rural, o empobrecimento de outras regiões do mundo e a aparição de atividades económicas inéditas relacionadas com as novas necessidades e os novos hábitos de consumo culminaram na adoção, tanto na Europa como nas Américas, de políticas de imigração planeada. Isso teve impacto determinante no redesenho de toda a paisagem migratória mundial, doravante predominantemente organizada em colónias, bairros étnicos e comunidades linguísticas; trazendo, assim, à tona do debate público acirradas questões políticas acerca das ideias de “identidade nacional”, “reconhecimento cultural”, “lealdade política”, “multiculturalismo”, entre outros.

Para completar o quadro da questão migratória na atualidade, é preciso assinalar ainda as transformações sociais e organizacionais inerentes à contemporaneidade. O avanço do processo de globalização, a sofisticação e a crescente acessibilidade das novas tecnologias de comunicação, assim como o desenvolvimento e o barateamento dos meios de transporte resultaram naquilo que David Harvey (1992) conceitualizou como “encolhimento do planeta”, a produção de um espaço civilizacional unificado; de certo altamente diversificado, mas, ao mesmo tempo, amplamente integrado.

Essa interconexão tecnológica e midiática do planeta traduz-se, por outro lado, na unificação gradativa dos imaginários, subjetividades e códigos éticos e estéticos dos seus povos e nações. Tais processos acabam por reforçar ainda mais o desejo de migrar em todos aqueles que sonham em participar da festa de consumo e gozo ininterrupto, celebrada em cores e alta definição pela mídia global.

Percebe-se, portanto, que os movimentos migratórios não deixam de corresponder às estruturas impostas pelas principais plataformas discursivas, ideológicas e organizacionais de cada época e contexto civilizacional humano. Assim, ao contrário das migrações decorrentes da industrialização dos países centrais ou das descolonizações, cuja principal causa era a produção material ou a disputa pelas narrativas políticas nos centros de sua produção – a metrópole, as migrações atuais não podem ser dissociadas da ordem do simulacro midiático e consumista e, conseqüentemente, do desejo e do imaginário.

Resultado? As migrações pelo mundo já ultrapassaram, há muito tempo, a marca dos 200 milhões. Mais de que toda a população do Brasil e Portugal juntos, vivendo fora do país ou da região de origem. Mas se dependesse da vontade de um número ainda maior de pessoas, os migrantes pelo mundo seriam, hoje, quase 900 milhões. Além daqueles que já se encontram em situação de migração, outros 630 milhões desejam seguir o mesmo caminho. 48 milhões deles planeiam fazê-lo no próximo ano e, destes, 19 milhões já estariam a preparar a viagem, segundo uma pesquisa do instituto de pesquisas Gallup realizada em 150 países³.

O dado mais importante e mais interessante da pesquisa, a nosso ver, é o número daqueles que desejam migrar e não apenas daqueles que já migraram ou planeiam migrar. Motivo pelo qual acreditamos que não há como entender a problemática migratória e seu correlato de mobilidades das competências, sem problematizá-la introduzindo uma perspectiva subjetiva.

3. FUGA DAS MENTES

Indagado sobre o motivo de ter adicionado três novos itens (o direito de ir embora, de errar e de mudar de opinião) à Declaração dos Direitos Humanos pendurada no seu laboratório, Humberto Maturana respondeu:

“O direito a ir-se é semelhante ao direito de mudar de opinião, pois é o direito de mudar de espaços. Penso que esses três direitos acrescentados são importantes porque constituem uma ampliação da aceitação do outro” (Maturana, 1999).

Sem pretender chegar a qualquer verdade científica ou autoridade epistemológica, ideia do teórico da Complexidade tem o mérito de recolocar a questão migratória no registro do desejo, da subjetividade, da sensibilidade e, até, de uma certa ambiguidade constitutiva da natureza humana e do seu devir social e civilizacional. Pois, sem negar as injunções económicas e políticas, que estão muitas vezes atrás dos deslocamentos humanos, acreditamos que a redução de um fenómeno milenar e universal à sua dimensão instrumental imediata acaba por solapar as possibilidades para a sua apreensão abrangente e para o seu entendimento completo.

Direito de ir embora / desejo de voltar; vontade de ficar / necessidade de ir; nostalgia / insatisfação; realização / fracasso; presença / ausência. A migração é, em si, um movimento duplo e dúbio, no qual imigração sempre equivale a emigração, chegada a partida, expectativas a frustrações, sorrisos a lágrimas. Mas também significa a possibilidade de hibridizações, cruzamentos subjetivos, afetivos, simbólicos, culturais e científicos.

Idas e voltas ou idas sem volta que, a cada troca, enriquecem a condição da espécie, a transformam e lhe dão um novo significado. São laços de sentido que se tecem, se intensificam e se densificam, costurando a teia simbólica global que vem cobrindo o mundo e transformando a sua morfologia social e humana a todos seus níveis; desde o discursivo e imaginário até o físico e biológico. De fato, não seria temerário afirmar que o próprio processo de estruturação da semiosfera (Lotman, 1996) planetária é profundamente tributário dos fluxos

³ <http://oestrangeiro.org/2012/04/11/brasil-pais-de-imigracao/> acesso em 18, dezembro de 2012.

humanos e seus rastros existenciais; de tal modo que não há como dissociar a civilização humana da sua experiência migratória original e contínua. Ainda que na maioria das vezes as ciências sociais e naturais busquem causas materiais para explicar o impulso migratório de nossa espécie; tais como guerras, crises sociais, escassez de recursos, advento de novas tecnologias ou mudanças climáticas, as mesmas teorias não desconsideram o fator psicológico inerente à natureza humana de sempre querer e desejar descobrir novos horizontes. Assim, além de ser um imperativo evolucionário determinante para a sobrevivência e melhora da espécie, essa inclinação migratória constitui um arquétipo mítico-mitológico.

Na Bíblia e no Alcorão, nas escrituras hindus e persas ou nas mitologias africanas, indígenas ou gregas, as figuras messiânicas, proféticas e/ou heróicas quase sempre são definidas pelo seu percurso migratório; do mesmo modo que a maioria das narrativas iniciáticas no mundo é, geralmente, condicionada pela migração real, simbólica ou metafórica. Ulisses, Noé, Abraão, Moisés, Jesus, Maomé, Xangó, Buda, etc.. todos teriam saído de sua terra de origem (entre peregrinação e migração) para poder cumprir seu (pré) destino divino e/ou heroico.

Hoje, todavia, os mitos e os arquétipos tomaram formas eletrônicas, em rede e numa dimensão verdadeiramente global. O nosso imaginário, igualmente global, não se reduz mais ao seu substrato espacial local, nem finca as suas raízes na terra de nossos antepassados ou solo de nosso país e região de origem. Na verdade, o imaginário, local e socialmente construído, cedeu o lugar à 'imaginação' (Appadurai, 2004); por natureza volúvel, volátil e descomprometida com os pertencimentos impostos ao sujeito.

A subjetividade contemporânea é, de fato, em grande parte produto dos agenciamentos tecno-midiáticos responsáveis pela reconfiguração do real e a da instituição da mobilidade enquanto princípio estruturante de nosso modo de estar-no-mundo. Mobilidade dupla e dúbia que supera a dimensão física e espacial e a projeta na esfera imagética global, convertendo as subjetividades móveis e migrantes em migrações subjetivas – impelidas não por necessidades materiais objetivas, mas, antes, pelo desejo de realização pessoal simbólica e, justamente, subjetiva.

Ou seja, antes mesmo do sujeito empreender o seu projeto de migração física e espacial, ele já se encontra psicologicamente deslocado e desterritorializado, em busca de seu lar subjetivo. A migração se assemelha, pois, muitas vezes, a uma tentativa de o corpo físico alcançar a mente errante, já inserida nos fluxos mediáticos globais; apesar dos enormes riscos do percurso culminar em frustrações e decepções. Seria mais de que pertinente, portanto, afirmar que os cérebros não fogem; eles apenas correm atrás das mentes em fuga.

De fato, fica evidente que a dimensão subjetiva é de extrema importância no caso específico da mobilidade das competências e do capital humano: os mais qualificados, mais instruídos, mais criativos e mais abertos sobre o mundo são, também, os mais exigentes e mais propensos a migrar em busca de melhores condições de vida, de trabalho e de inovação. Nos países social e tecnologicamente menos avançados, a equação torna-se numa maldição: investir na qualificação da população jovem equivale a incentivá-la a deixar o país; seja por motivos profissionais ou pela identificação com modelos sociais e culturais mais abertos.

4. DAS (EX) COLÓNIAS À METRÓPOLE

A questão torna-se, portanto, mais complexa e mais dramática ainda quando é analisada na perspectiva (neo / pós) colonial, a qual faz subentender a lógica das relações entre Centro e Periferia, Norte e Sul ou (ex) colónias e metrópole. Fatores de ordem tanto social e política como subjetiva e simbólica devem ser cuidadosamente avaliados para melhor entender a problemática das migrações internacionais e consequente fuga de cérebros ou mobilidade das competências.

O colonialismo, com as suas modulações “neo” e “pós”, é um quadro conceitual que evolui desde o pólo bélico até ao pólo psicológico, passando pelo político e económico; desde a subjugação física e as lutas territoriais até à hegemonia discursiva e à resistência estética. Uma relação dialética em que fascínio e repulsa, amor e ódio, admiração e desprezo constituem as múltiplas faces inseparáveis e insuperáveis da mesma moeda; em que as duas partes são presas e coautoras da mesma dinâmica histórica que produz e reproduz o real global e a realidade contemporânea.

A máquina colonial não se reduz, pois, à sua face instrumental de ocupação militar, exploração económica, gestão territorial, controle humano e dominação discursiva. Ou, ainda, à imposição / assimilação de determinadas práticas sociais, culturais e estéticas. Aquém e além desses aspectos formais e “macro”, que vão desde o cultural e o sociológico até o económico e político, passando pelo discursivo e estético, o processo colonial é, por outro lado, marcado e movido por todo um conjunto de fatos e atitudes de natureza subjetiva e “micro” inerentes às situações de encontro com o Outro. São trocas tanto materiais como simbólicas, afetos e desafetos, mimesis e identificações, ideias e sensações, que pontuam o cotidiano do colonizador e do colonizado em seus afazeres diários, atividades comerciais, regimes alimentares, padrões tecnológicos, etc.; de tal modo que acabam configurando o sujeito colonial e o acoplando ao corpo físico e social do colonizador, resultando em vínculos complexos e indelévels.

Não é de estranhar, portanto, os maciços fluxos migratórios oriundos das (ex) colónias rumo à metrópole. Pois, são movimentos que ultrapassam o quadro de dependência económica e política entre as duas partes, e compõem uma teia material e simbólica, real e virtual, na qual os pontos de origem e de destino, a localização dos atores e a definição das funções possuem lógica e dinâmica próprias. O condicionamento material e simbólico é tão forte que a opção migratória, muitas vezes, nem é discutida ou debatida, apenas empreendida como algo natural, como se fosse um ritual de passagem (Sayad, 1998).

Trata-se de uma relação, doravante existencial, que não se reduz aos casos de colonização efetiva e formal, mas deve ser ampliada, conforme já antecipado, a todo o quadro de tensão civilizacional historicamente estabelecido entre Norte e Sul / Centro e Periferia. Assim, se as ocupações territoriais do colonialismo clássico praticamente desapareceram da face da Terra, as estratégias de sujeição do Sul pelo Norte ou Periferia pelo Centro passam, hoje, principalmente pela via económica e, mais ainda, simbólica.

Mas, se o económico, face revelada do neocolonialismo, não consegue ocultar por completo as marcas do atrito entre interesses distintos, o simbólico é mais furtivo e dissimulado. Já que a sua eficiência reside não na força da coerção, mas sim na persuasão e na

expressão de novos desejos ou novas formas de desejo e, sobretudo, na indução do sujeito pós-colonial a acreditar no seu livre arbítrio e na autonomia de suas escolhas.

E mesmo se o pós-colonial, enquanto discurso político que reflete uma realidade histórica, pressupõe a possibilidade teórica de produção e circulação de discursos críticos e contra-hegemônicos, tal ação só se efetiva, na verdade, dentro de um padrão ético e estético global, aceito pela máquina ideológica colonial e adequado aos seus interesses e visão de mundo. O fato é que existe, hoje, uma *semiose* hegemônica global (ElHajji, 2001) que formata e dita os comportamentos e atitudes sociais, políticos, intelectuais e estéticos esperados, desejados e recomendados, dentro dos quais o sujeito colonial é autorizado ou impellido a agir e se manifestar.

Porém, ao contrário dos sistemas autoritários, essa *semiose* não opera na base da coerção ou do constrangimento, mas sim em torno do princípio da sedução e da persuasão tautológica. Seu autoproclamado e autorreferente status de universalidade e globalidade lhe outorga uma aura de verdade incontestada que a converte em código simbólico de poder, sinônimo de sucesso e realização social. Assim, as antigas suspeitas de opressão, exploração ou alienação são retoricamente desqualificadas e substituídas por discursos estereotipados, no limite dos clichês publicitários, sobre direitos humanos e liberdade de escolha que, na verdade, reduzem os conceitos de cidadania e liberdade contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e Cidadania a um vulgar código do consumidor ou manual de práticas sexuais – como se a essência de nossa época se limitava ao fetichismo de consumo e hedonismo sexual (Zizek, 2003).

Como, então, restringir a análise da questão migratória às suas facetas econômicas, objetivas e quantificáveis, e ignorar as dimensões simbólicas, estéticas e psicológicas do fenômeno? Ainda mais se considerarmos os componentes sociais e simbólicos inerentes ao próprio econômico e suas manifestações materiais. Já que, conforme aprendemos com Polanyi (1983), o valor da riqueza material não é absoluto ou intrínseco ao seu aspecto econômico, mas sim dependente do seu contexto histórico e proporcional ao prestígio social que dele pode ser obtido.

Aliás, há de concordar que a empreitada migratória não está ao alcance de todos, mas apenas daqueles que dispõem de um importante capital social (a rede social que o sustenta na ida e na chegada), material (a travessia é consideravelmente dispendiosa) e humano ou psicológico (o desejo, a força de vontade de realizar o sonho e a perseverança até a sua concretização). Ou seja, pode parecer paradoxal, mas, por mais miserável que possa parecer o migrante aos olhos da sociedade de destino, ele ainda é um empreendedor e ganhador: alguém que desejou, empenhou-se e realizou seu sonho – não apenas material, mas antes, social, simbólico e subjetivo!

Aspecto social, simbólico e subjetivo do fenômeno migratório que se torna central no processo quando se trata da mobilidade de competências. Já que a própria natureza do conhecimento, da expertise e da criatividade é simbólica antes de ser material. Natureza que, por outro lado, facilita o processo migratório, na medida em que o conhecimento moderno (expertise), além de ser de fácil transporte por sua imaterialidade, ainda tem a vantagem de ser largamente adaptável a contextos sociais e culturais diferentes de seu país de origem.

Podemos até indagar se a configuração civilizacional global, acima descrita, não acaba constituindo, em si, uma injunção à corrida dos cérebros rumo aos países centrais. A capacidade de migrar e ser aceito numa instituição, organização ou empresa do Centro ou do Norte não é uma prova da competência simbólica e social do profissional? O sucesso do processo não acaba engrandecendo mais ainda o sujeito migrante na bolsa de valores simbólicos? Outro fator, também de ordem simbólica, é a adesão do sujeito instruído, profissional, especialista ou técnico dos países do Sul ou Periferia ao padrão cultural e social global / central. Ou seja, a mobilidade e a capacidade de se adaptar ao padrão social e cultural dos países mais avançados se tornaram um valor agregado na carreira do cientista, do pesquisador, do técnico ou do profissional qualificado moderno em geral.

Assim, fica evidente que a lógica migratória e de mobilidade de competências deve ser buscada no terreno do subjetivo e do simbólico e não (apenas) do económico. Pode-se até falar em exilados culturais ou simbólicos; aqueles que, por ter adotado e incorporado o modelo ético e estético global, através da educação, do conhecimento e do acesso à informação, acabam se sentindo em tal desarmonia com a sua sociedade de origem que não tem mais outra opção a não ser migrar rumo ao modelo social e cultural por eles idealizado: corpos e cérebros correndo atrás das mentes em fuga...

Aliás, a título de ilustração, observemos que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) divulgou, recentemente, um relatório segundo o qual, “pelo menos um em cada cinco universitários de 48 países menos desenvolvidos vai para o exterior em busca de oportunidades”. A Unctad alertou, a este propósito, sobre os efeitos negativos da “fuga de cérebros” dos países mais pobres em decorrência de “o fenômeno acentuar as desigualdades internacionais, considerando a disponibilidade dos trabalhadores qualificados e das perspectivas de crescimento”⁴.

CONCLUSÃO: CUSTOS, BENEFÍCIOS E DÚVIDAS

Para concluir, notamos que a perspectiva predominantemente subjetiva que seguimos neste texto não exclui uma abordagem quantitativa / qualitativa dos impactos da emigração sobre os países e sociedades de origem. As variáveis geralmente utilizadas abrangem os níveis individuais, familiares, comunitários e nacionais, e consideram aspectos tanto económicos e políticos como sociais, populacionais e culturais. Porém, os estudos consagrados não convergem para um quadro único e definitivo de conclusões gerais e categóricas, mas sugerem a necessidade de avaliar todo um conjunto de fatores e indicadores de várias ordens e de conjugá-los ao objeto específico de estudo e o contexto histórico no qual se insere (Portes, 2008).

A mesma análise, apoiada nas mesmas variáveis (níveis individuais, familiares, comunitários e nacionais X aspectos económicos, políticos, sociais, populacionais e culturais), não resulta nas mesmas deduções sobre países e regiões diferentes. Ou seja, não há como chegar a conclusões categóricas que caracterizam a emigração em geral como fenômeno positivo ou negativo, benéfico ou prejudicial, de modo igual e uniforme em todos os países

⁴ Globo - 27/11/2012: <http://oglobo.globo.com/educacao/um-em-cada-cinco-universitarios-de-paises-pobres-tentam-oportunidade-no-exterior-diz-unctad-6840964>

do mundo. Como, também, não é possível identificar e generalizar os eventuais pontos positivos ou negativos, benéficos ou prejudiciais para todos os contextos examinados.

As indefinições e oscilações não poupam nenhum dos níveis ou aspectos: a emigração pode aliviar as taxas de desemprego, mas causar a falta de mão de obra em segmentos específicos; pode incentivar novos nichos de mercado e inibir outros; a economia pode se beneficiar das remessas, mas sofrer com a pressão inflacionária sobre os preços; etc.. O fenómeno interfere na mesma medida e com os mesmo efeitos incertos na organização política dos países de emigração, modificando seus mapas e estruturas de poder e embaralhando as suas estratégias de desenvolvimento, deixando indecisas suas prioridades e menos previsíveis as políticas de investimento em educação, saúde ou segurança.

Nos aspecto social e cultural, a emigração pode ter um efeito desordenador ou agregador, criativo ou destrutivo, dependendo do nível abordado e da morfologia da sociedade ou grupo analisados. Enfim, a emigração tem um efeito direto e inegável sobre a composição demográfica da população da sociedade de origem, regulando ou desestruturando os estoques populacionais, em certas faixas etárias e categorias ou em outras.

A conta parece, todavia, mais evidente quando se trata da questão específica da fuga de cérebros ou mobilidade de competências. Pois, em geral, estima-se, de um lado, os investimentos na formação profissional e outros cuidados dos quais o emigrante se beneficiou e, por outro lado, as perdas causada pela sua “deserção” em termos tanto econômicos como sociais, políticos e econômicos. Refere-se, com razão, ao custo e alto valor da formação qualificada para o desenvolvimento social e econômico em qualquer parte do mundo.

Certas áreas técnicas e tecnológicas de ponta (computação, engenharia e outras) – aquelas das quais os países em desenvolvimento mais precisam e nas quais os investimentos são mais dispendiosos, em particular, sofrem uma verdadeira predação por parte dos países mais ricos. A demanda mundial é tão forte que, muitas vezes, os quadros formados nas instituições do Terceiro Mundo são aliciados, quase na sua totalidade, por empresas do Norte; causando um duplo prejuízo ao país de origem: o custo da formação do profissional e o atraso social causado pela falta de competências – de importância ímpar para o desenvolvimento local.

Assim, o problema, que supera as prerrogativas dos Estados nacionais e transborda as fronteiras de sua administração, deve ter como fórum natural as instâncias econômicas e políticas internacionais. A discussão e a busca de soluções devem integrar um debate maior que abrange, além dos tópicos pontuais do custo da fuga de cérebros e as possibilidades de sua compensação, questões relativas à da cidadania global, direito dos povos e nações às mesmas oportunidades de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, solidariedade internacional e outros questionamentos que contestam os discursos econômicos ortodoxos, incapazes de pensar o mundo fora do quadro binário limitado à demanda e oferta.

Porém, na ausência deste hipotético debate e apesar do incontestável prejuízo econômico e material causado pela injusta e desigual mobilidade de competências, a verdade é que não existe uma fórmula prática capaz de conter de imediato e de modo eficiente a hemorragia de ‘massa cinzenta’ que assola os países periféricos. Pois, conforme já antecipado, nem a autoridade política na sua forma burocrática, nem o apelo ao sentimento patriótico

na sua versão demagógica, são capazes de remediar o problema. A situação é inédita e complexa demais para, ainda, ser pensada e administrada nos moldes do passado, quando os pertencimentos e identificações ainda eram exclusivos e o Estado ainda mantinha o monopólio de gestão do imaginário coletivo de suas populações.

Hoje, em função do 'encolhimento do planeta' e a emergência de novas formas de identificação, marcadas pelos sentimentos de múltiplas lealdades, pluripertencimentos e subjetividades transnacionais, os responsáveis políticos nacionais devem redobrar de criatividade e sensibilidade para (re) conquistar as mentes em fuga e limitar as perdas causadas pela 'sangria'. Há de entender, por exemplo, que o enfraquecimento do impacto dos discursos patrióticos sobre os imigrantes não significa a perda dos laços afetivos com a região e comunidade de origem, mas antes a sua adequação ao contexto global, estruturado em redes transnacionais (reais e virtuais), fundadas no sentimento de *philia* e de identificações voluntárias.

Um exemplo dessa nova realidade é a proliferação de ONGs, associações binacionais e iniciativas privadas compostas ou dirigidas por emigrantes de sucesso (profissionais qualificados, acadêmicos ou empresários), responsáveis por inúmeras ações sociais e econômicas que beneficiam diretamente as suas comunidades e regiões de origem. As atividades variam de natureza e envergadura, mas a dinâmica em si integra o processo maior de formação dessa malha social solidária e/ou afetiva, verdadeiramente transnacional, que liga ou religa regiões, comunidades e famílias em situação de diáspora.

Pois, há de reconhecer que, apesar de todos os prejuízos materiais causados pelo fenómeno, não se pode negar por completo suas consequências benéficas, não apenas de ordem material, mas também técnica, social e simbólica. Além da transferência de capitais e investimentos consistentes nas regiões ou comunidades de origem, também se deve considerar a transferência de tecnologias e expertise, e a disseminação de discursos e atitudes mentais que promovem a justiça social, a liberdade de expressão e os direitos humanos. Enfim, a presença de 'embaixadores' de regiões e comunidades, antes cortadas do resto do mundo, nos países centrais, pode ter efeitos positivos tanto em termos econômicos como simbólicos sobre essas regiões e comunidades; através, entre outras ações, da promoção de suas riquezas materiais e culturais e da divulgação de sua imagem para o resto do mundo.

Assim, os países atentos aos aspectos positivos das mudanças em curso, em vez de lutar contra a fuga de cérebros, se empenham em adotar e pôr em prática estratégias e políticas públicas suscetíveis de fortalecer os laços dos expatriados com a terra e cultura de origem. Dentre outras ações, destacamos a instituição do direito de voto consular, a representação parlamentar dos imigrados, o apoio material e moral às associações por eles promovidas, a simplificação dos processos administrativos e bancários, o subsídio das viagens individuais e familiares ao país de origem, e, cada vez mais, o investimento massivo na mídia transnacional.

De fato, não há dúvida que para cultivar e reforçar o sentimento de *philia* transnacional, a opção migratória – seja ela de mão de obra, empresarial ou cognitiva, não deve ser abordada numa perspectiva exclusivamente utilitarista, mas sim apreciada enquanto riqueza simbólica e subjetiva. Só assim, será possível reformular os sentidos de pertencimento e identificação, fazer da mobilidade humana e da integração dos circuitos midiáticos um vantagem e não um obstáculo ao desenvolvimento, e tornar benéfico o inevitável.

REFERÊNCIAS

- Appadurai, Arjun (2004). *Dimensões culturais da Globalização*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Appadurai, Arjun (2009). *O medo ao pequeno número*. São Paulo: Iluminuras.
- ElHajji, Mohammed (2001). *Da semiose hegemônica ocidental : Globalização e convergência*. Rio de Janeiro: Rhizoma.
- ElHajji, Mohammed (2012). Mapas subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. *Revista Eptic (XIII)*, 2. Recuperado em 18, dezembro, 2012, de <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/109>
- Harvey, David (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Lotman, Iuri (1996). *La Semiosfera: semiótica de la cultura y del texto*. Valência: Frónesis Cátedra.
- Maalouf, Amin (1987). *Léon l'Africain*. Paris: Poche.
- Maturana, Humberto (1999). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- Polanyi, K (1983). *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard.
- Portes, Alejandro (2008). *Migration and Social Change: Some Conceptual Reflections. Conference on Theories of Migration and Social Change*, (Oxford University, July 1st-3rd, 2008). Recuperado em 18, dezembro, 2012, de <http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/alejandro-portes-migration-and-social-change-some-conceptual-reflections>
- Sayad, Abdelmalek (1998). *A Imigração*. São Paulo: EDUSP.
- Waldinger, R. (2006). "Transnationalisme" des immigrants et présence du passé. *Revue européenne des migrations internationales*, 22(2), 23-41.
- Zizek, Slavoj (2003). *Bem-vindo ao deserto do Real!*. São Paulo: Boitempo.

A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas

PEDRO VIDEIRA

*Doutorando em Sociologia (ISCTE/IUL) e investigador no
DINÂMIA/CET na área de sociologia da ciência e inovação
p_videira@yahoo.com*

INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento científico, bem como a sua difusão e utilização, são atividades intensamente sociais (Bozeman e Mangematin, 2004), não se constituindo de todo como um 'evento solitário ou singular' (Bozeman e Mangematin, 2001). O trabalho científico é, assim, intrinsecamente, uma atividade globalizada que partilha um conjunto de pressupostos comuns relativamente estáveis e aceites enquanto regras do jogo.

Pelo menos nos países mais desenvolvidos, a gestão das carreiras académicas encontra-se cada vez mais ligada à mobilidade internacional (Mangematin e Robin, 2003), que permite o contacto com conhecimento novo e com novas formas de 'fazer' e 'julgar' na atividade científica. As políticas europeias também enfatizam esta exigência de mobilidade encarada pelos investigadores como parte essencial do percurso profissional (Musselin, 2004; Morano-Foadi, 2005), e determinante para a construção do seu capital humano e social (Murray, 2004).

O intercâmbio acentuado dos recursos humanos afetos à atividade científica liga-se, de uma forma muito estrita, à emergente "economia do conhecimento" ao nível global. O estudo dos percursos de carreira dos investigadores e dos seus comportamentos colaborativos poderá permitir identificar de forma mais clara o seu papel na circulação do conhecimento (Mangematin e Robin, 2003), mas requer novas abordagens teóricas e metodológicas capazes de ir para além do mero mapeamento dos fluxos de mobilidade.

Neste capítulo, procura-se, assim, fazer uma breve revisão da literatura sobre mobilidade científica e sobre os discursos que têm enformado o tema, tanto ao nível internacional como em termos da realidade portuguesa. Começaremos por discutir as perspetivas sobre a importância da mobilidade e seus efeitos. Posteriormente, debruçamo-nos sobre os diversos paradigmas e conceitos que têm historicamente enquadrado os estudos na área,

dando relevância aos diversos posicionamentos sobre a relação entre mobilidade e processos individuais ou agregados de circulação de conhecimento. Neste ponto serão particularmente focados e comparados conceitos como ‘brain drain’, ‘brain gain’ e ‘brain circulation’, que representam visões distintas sobre aspetos do fenómeno da mobilidade dos altamente qualificados. Pretende-se aqui sobretudo mostrar a forma como a mobilidade dos altamente qualificados em geral (e dos cientistas em particular) tem vindo a ser encarada na literatura e os debates que este complexo fenómeno suscita. Em seguida, daremos um enfoque particular a questões centrais na literatura como sejam as motivações dos cientistas para a mobilidade e a forma como a questão do retorno tem vindo a ser apresentada. Por último, dada a óbvia relevância destas questões em termos de políticas nacionais e supranacionais, fazemos uma breve recensão das respostas políticas que têm vindo a ser propostas no âmbito da temática da mobilidade internacional de cientistas.

1. A MOBILIDADE CIENTÍFICA E SUA RELEVÂNCIA

Os fenómenos migratórios têm sido, ao longo das décadas, e sob diferentes perspetivas, alvo de intenso estudo, no âmbito das mais variadas ciências sociais. Estes movimentos adquiriram especial visibilidade e relevância política e económica no mundo contemporâneo, em que, sob o impulso de fenómenos de globalização acentuada, conhecem uma forte recomposição dos seus fluxos em termos temporais e espaciais (Williams et. al., 2004).

No seio destes movimentos migratórios, extremamente diversificados na sua composição e características, podemos encontrar indivíduos e grupos possuidores de determinados talentos ou conhecimentos particulares. Estes indivíduos e grupos distinguem-se dos outros pelo papel desempenhado na produção e difusão desse conhecimento específico de que são detentores. Apesar destas migrações de indivíduos altamente qualificados¹ serem constantes ao longo da história, são cada vez mais entendidas como economicamente relevantes tanto para o país de origem como para o de acolhimento (Brandi, 2006) e, como tal, alvo de atenção redobrada por parte de investigadores e decisores políticos.

Não existe, no entanto, uma definição clara e aceite do que constitui a migração dos altamente qualificados ou ‘cérebros’ (Salt, 1997; Brandi, 2001). De acordo com a definição das Nações Unidas (1998), que embora não seja aceite por todos os académicos ou agências de estatística nacionais se tornou efetivamente muito consensual, a migração internacional de um indivíduo implica que este se mude do seu país de residência atual para outro, por um período entre três meses e um ano (migração de curta duração) ou superior a um ano (migração de longa duração).

Por seu turno, a crescente complexificação das trajetórias migratórias dos altamente qualificados, em geral, e dos investigadores e cientistas, em particular, leva King (2002:89–90) a argumentar que estas se caracterizam cada vez mais por ‘novas flexibilidades espaço-temporais’ que complexificam a ‘nunca evidente fronteira entre migração e mobilidade’.

¹ Apesar de não existir uma definição unânime da categoria “Highly Skilled Workers”, decidimos, pela sua simplicidade, seguir aquela avançada por Robyn Iredale: trabalhadores com diploma universitário ou experiência extensiva/equivalente em qualquer área (Iredale, 2001).

Na verdade, apesar da heterogeneidade dos casos, têm-se vindo a acentuar, entre os altamente qualificados, alterações estruturais de migrações permanentes para temporárias e de longa duração para menores durações (King, 2002; Wallace and Stola, 2001 *in* Balaz, 2004). Estas tendências não são de todo exclusivas ao espaço europeu, embora os estudos efetuados demonstrem a sua validade dentro desta união económica (Piracha and Vickerman, 2002 *in* Ackers 2005a). Em termos genéricos, estão relacionadas com tendências globais que se vêm acentuando como a globalização do capital e crescente mobilidade intra-empresas (Salt, 1988); a exigência de forças de trabalho mais flexíveis e a escassez de trabalhadores qualificados em algumas das economias mais desenvolvidas; ou os avanços em controles regulatórios (Price *et al.*, 2002 *in* Balaz, 2004).

Assim, embora muitos altamente qualificados embarquem ainda em formas de migração mais ou menos prolongadas ou mesmo permanentes, correspondendo, assim, a projetos migratórios mais tradicionais, alguns especialistas argumentam que, uma vez que os seus movimentos espaciais tendem a ser, cada vez mais, intermitentes, de curta duração e circulares, a mobilidade será um conceito mais ilustrativo, compreensivo e apropriado ao fenómeno em causa (Koser and Salt 1997; Vertovec, 2002).

Estas tendências para trajetórias de mobilidade em maior número e de menor duração são particularmente acentuadas no seio da atividade científica. Numa investigação levada a cabo sobre mobilidade e progressão na carreira Ackers (2005) assinala que não é incomum os cientistas passarem cerca de 6 semanas em cada ano em mobilidade internacional, seja para apresentação de artigos, para o desenvolvimento de projetos colaborativos ou para visitar centros de investigação de excelência. Assim, cada vez mais existem trajetórias de mobilidade múltipla (King, 2002), implicando que os cientistas fazem pelo menos um trajeto de mobilidade internacional e, muitas vezes, para diversas localizações (Ackers, 2001; Van de Sande *et al.*, 2005, Ackers, 2005).

O conceito de mobilidade científica tornou-se assim o mais usual na literatura que estuda o fenómeno, e acomoda os movimentos geográficos de estudantes e investigadores dentro de um contínuo entre a mobilidade muito temporária e a migração permanente. Nestes incluem-se visitas de curta duração como para conferências ou seminários e de maior duração para propósitos de estudo, investigação e ensino, dentro ou fora de um programa de bolsas ou incentivos, sendo que frequentemente estes movimentos são internacionais (Ackers e Gill, 2008; Jöns, 2009).

Mas qual a importância e efeitos desse fluxos de mobilidade dos altamente qualificados? Em primeiro lugar, é considerado que a mobilidade, nomeadamente a mobilidade internacional, apresenta vantagens para os próprios indivíduos que passam por essa experiência e, sobretudo, para os mais altamente qualificados. Estes indivíduos podem enriquecer as suas biografias através dessas trajetórias de mobilidade geográfica e organizacional, aumentando as suas hipóteses de prossecução de carreiras mais bem sucedidas e criativas (King e Ruiz-Gelices *in* Baláz and Williams 2004). Para além da obtenção de competências linguísticas, a mobilidade internacional tende a dotar o indivíduo de uma maior flexibilidade e abertura a novas ideias e conceitos e a provê-lo de redes sociais mais alargadas e diversas (Balaz e Williams, 2004). Estas redes sociais transnacionais poderão ser instrumentais como

fontes de informação, conhecimento e recursos, detendo assim, potencialmente, um alto valor económico e social (Vertovec, 2002).

No caso de cientistas e investigadores, a mobilidade permite o contacto com conhecimento novo e com novas formas de 'fazer' e 'julgar' na atividade científica (Allen, 2000) e é encarada pelos investigadores como parte essencial do percurso profissional (Musselin, 2004), e determinante para a construção do seu capital humano e social (Murray, 2004). As políticas europeias também enfatizam esta exigência de mobilidade, seguindo a convicção de que a mobilidade institucional e geográfica se encontram diretamente ligadas a melhorias no desempenho dos investigadores (OECD, 2001; *Official Journal of the European Union*, 2005). Essa assunção parece ser corroborada, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das suas carreiras científicas posteriores (Morano-Foadi, 2005), bem como da participação destes cientistas móveis em investigação e projetos internacionais (Canibaño *et al.*, 2008).

Porém, a importância da mobilidade dos investigadores não se esgota apenas ao nível individual, tendo igualmente implicações estruturais evidentes. A mobilidade académica, nas suas diversas formas, tem um papel fundamental na internacionalização e qualidade da investigação e do ensino superior e no desenvolvimento de redes transnacionais duradouras dentro e para além da academia (Altbach, 1989; Blumenthal *et al.*, 1996; Ackers, 2005; Jöns, 2007). Na verdade, a mobilidade dos cientistas é um dos meios mais salientes através do qual conhecimento, tácito e codificado, pode ser transferido da investigação pública para o sector privado (Crespi *et al.*, 2007). Assim, a circulação global de cientistas, dentro do quadro da economia do conhecimento, parece ser de crucial importância para a competitividade dos estados e instituições académicas (Jöns, 2007).

O estudo da natureza e efeitos deste fenómeno, permite um melhor conhecimento sobre as geografias do conhecimento contemporâneo e dos espaços da sua produção (Teichler, 2002). A compreensão da forma como o conhecimento é gerado, transferido e utilizado (Ackers, 2005), tem igualmente implicações importantes ao nível das políticas da ciência e ensino superior (Jöns, 2007).

Esta atenção política sobre a mobilidade dos cientistas é particularmente acentuada ao nível da União Europeia. A circulação de cientistas e investigadores é um dos conceitos chave que presidiram à constituição da 'European Research Area' (ERA), que visa precisamente criar "para a investigação e inovação um equivalente do mercado comum de pessoas bens e serviços". A mobilidade deste grupo é encarada como um mecanismo fundamental para a difusão de conhecimento e integração dos sistemas de investigação (CEC, 2000), para a homogeneização dos níveis económicos e culturais dos países europeus (Ruberti, 1997 *in* Canibaño *et al.* 2008) e para a melhoria do desempenho dos sistemas de investigação abrangidos (Canibaño *et al.* 2008). Por consequência, esta mobilidade é fortemente encorajada através de inúmeras políticas europeias e crescentemente financiada através de fundos públicos (Patrício, 2010).

Contudo, existem riscos estruturais em presença de fortes desequilíbrios ao nível dos fluxos de mobilidade dos altamente qualificados que têm sido discutidos internacionalmente e também especificamente no caso europeu (Salt & Koser, 1987; Salt & Ford, 1995; Mahroum, 1999; Iredale, 2001 *in* Gill, 2005). Apesar da Comissão Europeia (2001) enfatizar

que se 'procurará evitar que as regiões menos desenvolvidas, dentro da ERA, sofram pelo aumento da competição pelos investigadores altamente qualificados' permanecem preocupações de que um desequilíbrio suficientemente grande entre a entrada e saída de investigadores, de um determinado sistema nacional ou regional de inovação, possa resultar em perdas de conhecimento para esse país ou região e fortes suspeitas de que isso poderá estar a acontecer dentro do espaço europeu (Gill, 2005).

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DISCURSOS SOBRE MOBILIDADE DE CIENTISTAS

Ao longo do tempo os discursos académicos e políticos sobre a mobilidade foram criando conceitos como 'brain drain', 'brain gain', 'brain circulation' e 'brain exchange' que representam visões distintas e, por vezes, opostas sobre temáticas centrais nos estudos da mobilidade, como sejam os efeitos que esta provoca nos países emissores e recetores de fluxos, o retorno dos cientistas e os processos de circulação de conhecimento gerados no processo.

O primeiro paradigma a surgir nos estudos sobre mobilidade foi baseado no conceito de 'brain drain' e é, ainda hoje, alvo de um debate muito ativo entre os investigadores da área. O conceito de 'brain drain' emergiu no início da década de 60, num relatório da Sociedade Real de Londres, e referia-se ao êxodo, numérica e economicamente relevante, de cientistas britânicos para os Estados Unidos (Brandi, 2006). Posteriormente, este conceito passou a ser associado a todos os movimentos de capital humano qualificado em que o fluxo de mobilidade é claramente desequilibrado numa direção (Salt, 1997). Se entre os anos 60 e 70 se encontrava profundamente ligado às migrações de académicos e profissionais, durante os anos 70 passou igualmente a referir-se ao fenómeno crescente de migração permanente de estudantes de países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Este desequilíbrio nas migrações dos altamente qualificados de países em desenvolvimento levou inclusivamente as Nações Unidas a introduzir em 1972 o conceito de 'transferência revertida de tecnologia' (Brandi, 2001).

Intimamente ligado às teorias neoclássicas de capital humano (Canibaño *et al.*, 2008), o conceito de 'brain drain' privilegiava uma perspetiva atomista, de autonomia dos agentes económicos (Meyer, 2001; Giannoccolo, 2006). Dentro desta perspetiva, a emigração permanente de indivíduos altamente qualificados de uma jurisdição para outra implica uma perda absoluta de capital humano do país emissor e o respetivo ganho por parte do país de acolhimento (Mahroum, 2005). A mobilidade consiste, portanto, numa espécie de jogo de soma zero, em que única forma que o país emissor dos fluxos teria de recuperar da sua perda seria conseguir o regresso dos cientistas nacionais no exterior. A alternativa para colmatar esta perda seria investir em treinar mais investigadores ou atrair cientistas estrangeiros. Existe aqui uma ligação intrínseca e inexorável entre a migração de cientistas e a transferência de conhecimento. Sempre que existisse migração, existiria transferência de conhecimento (Hohendahl, 2001). Tendo este quadro analítico como base, os estudos empíricos sobre mobilidade consistiam na medição dos fluxos de cientistas, encarando a mobilidade enquanto fenómeno cumulativo e meramente contabilístico face ao número de cientistas que entram ou saem de um determinado contexto nacional ou regional (Canibaño *et al.*, 2008).

Um dos primeiros contrapontos à teoria de 'brain drain' passou pela discussão em torno do conceito de 'brain gain'. Segundo esta perspectiva, em termos de formação de capital humano, numa economia pobre e sem grande potencial de crescimento, não existe grande retorno para o indivíduo pela obtenção de educação e competências a não ser que este emigre. Usando esta possibilidade de emigração como incentivo, e sendo que só uma fração dos qualificados emigra efetivamente, seria possível aumentar o nível médio de educação da população remanescente e potenciar o crescimento económico dos países mais pobres (Beine *et al.*, 2001 *in* Giannoccolo, 2006).

Adicionalmente, um estudo apresentado em 1978 pela United Nations Institute for Training and Research (UNITAR), defendia que muitos dos cientistas que saíam dos seus países de origem, nomeadamente de países em desenvolvimento, regressavam em fases posteriores da sua carreira e contribuía de forma decisiva para o desenvolvimento do seu campo científico nesse país (Boulier, 1999 *in* Brandi, 2010). Outra ideia que ganhou popularidade foi a de que os altamente qualificados estavam a confluír igualmente para países emergentes onde pudessem usar as suas competências e contribuir para o seu desenvolvimento, sendo a Polónia e países do sudeste asiático apresentados como exemplo deste fenómeno (Rudolph e Hillmann, 1997 *in* Brandi, 2001). Estes estudos e posições vieram desviar, durante algum tempo, alguma da atenção dada ao conceito de 'brain drain', tanto na literatura como nos círculos de decisão política.

A partir dos anos 90, começam a surgir na literatura estudos que contestam o modelo analítico do 'brain drain', apresentando como alternativa o de 'brain circulation' (Johnson e Regets, 1998). O conceito de 'brain circulation' foi primeiramente usado para explicar fenómenos de mobilidade de estudantes pós-graduados nos Estados Unidos mas apresenta uma perspectiva sobre mobilidade, migração e formação de capital humano e social substancialmente diferente da do 'brain drain'.

Em primeiro lugar, enquadra de forma mais abrangente a ideia de que os movimentos transnacionais dos altamente qualificados são, cada vez mais, processos em curso, de carácter temporário e multidireccional (Gaillard e Gaillard 1998; Meyer, 2003, Ackers 2005). A competição global por talento e as constantes transferências internas em empresas multinacionais levam a que, crescentemente, os indivíduos altamente qualificados circulem por uma miríade de destinos, incluindo o seu país de origem, já não de forma unidireccional (Cervantes e Guellec, 2002 *in* Davenport, 2004). Por outro lado, enquanto embarcam nessas trajetórias de mobilidade múltiplas promovem e facilitam as trocas de conhecimento entre os locais por onde passam, incluindo com o seu país de origem (Saxenian, 2002). No caso dos cientistas, essas trajetórias de mobilidade internacional facultam, como vimos, a oportunidade de se especializarem, eventualmente mesmo em áreas pouco desenvolvidas no país de origem, aumentarem o seu conhecimento e rede de contactos e, num eventual regresso, transmitirem e utilizarem esse mesmo conhecimento obtido (Brandi, 2001). O desenvolvimento de inúmeros sistemas nacionais de ciência e inovação, por exemplo em países como a Coreia, Taiwan e países do sudeste asiático assentou fortemente na sua capacidade de atrair os seus cientistas de volta ao país. Mesmo uma grande potência como a China tem usado essa estratégia para obter competências científicas em áreas onde eram incipientes (Meyer e Brown, 1999).

Neste quadro, a perspectiva do 'brain drain' não conseguia satisfatoriamente explicar os complexos fluxos de conhecimento gerados pela mobilidade (Regets, 2001 *in* Canibaño, 2008). Ao ter em conta as complexas ligações entre expatriados, os seus países de origem e outras localizações por onde passavam, o conceito de 'brain circulation' ajuda a estabelecer a distinção entre transferência de conhecimento e a presença física do migrante, reconhecendo que estes processos podem funcionar de outras formas (Ackers, 2005).

Um desses veículos de circulação de conhecimento, que não é apreensível à luz da perspectiva do brain drain, são as redes socioprofissionais que os altamente qualificados constroem ao longo das suas trajetórias de mobilidade. No caso particular dos cientistas, essas conexões são particularmente importantes para a composição e mobilização do seu 'capital humano científico e tecnológico' (Bozeman e Mangematin, 2001) logo é fundamental que a perspectiva analítica trate a mobilidade como 'um fenómeno inerentemente dinâmico e conetivo com impacte na evolução do conhecimento individual e coletivo, nas carreiras profissionais e na investigação e sistemas sociais' (Canibaño *et al.* 2008)

Inextricavelmente ligada ao conceito de 'brain circulation' surge a perspectiva acerca do potencial das diásporas científicas. A opção da diáspora foi lançada por Meyer (2001) que, partindo da noção de que a relação entre circulação de conhecimento e mobilidade geográfica é complexa e nem sempre direta, considera as migrações dos qualificados não necessariamente como uma perda mas como um potencial recurso para o país de origem.

A principal característica da diáspora é que procura conceptualizar (através de uma perspectiva conectivista, assente no conceito de rede social) as ligações dos expatriados altamente qualificados entre si e com o seu país de origem. Isto permite a troca de informação e conhecimento entre expatriados, e entre estes e o país de origem, tornando o 'brain drain' num potencial ganho para o país, sem obrigar ao regresso físico dos expatriados. Outros autores rapidamente suportaram esta perspectiva, argumentando que as redes de conhecimento internacionais podem-se constituir como um meio de os países emissores lucrarem com a emigração dos altamente qualificados (Lowell, 2003) através de trocas de conhecimento e das redes de contactos socioprofissionais decorrentes dessa mobilidade (Gill, 2005). Por outro lado, os seus laços com os países de origem poderiam igualmente beneficiar os países de acolhimento, abrindo oportunidades que não existiriam sem ser através dessas redes (Meyer e Brown, 1999).

Assim, um dos elementos cruciais da diáspora é a existência de um efetivo sistema de informação que facilite a transferência e a troca de conhecimento em redes diaspóricas e com seus parceiros no país de origem. Outro elemento importante prende-se com a questão macro-política, de como criar incentivos que motivem estes recursos humanos altamente qualificados para participar nestas transferências.

No entanto, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90, o termo *brain drain* voltou à discussão académica e política. A crescente especialização nos mercados de trabalho altamente qualificados, o fraco crescimento demográfico e a queda acentuada nas inscrições em cursos de ciência, tem levado à escassez de recursos humanos altamente qualificados em algumas das economias mais desenvolvidas. Como consequência, os países desenvolvem estratégias políticas para uma competição feroz por talentos à escala global,

numa tendência que se deverá continuar a aprofundar nos próximos anos (Mahroum 2001, Lowell, Iredale, 2001 *in* Ackers, 2005).

Este fenómeno levou ao ressurgimento das preocupações com o 'brain drain', sendo considerada a existência de prejuízos, para países ou regiões, quando em presença de um forte desequilíbrio entre entradas e saídas de trabalhadores altamente qualificados do seu espaço. Foram feitos inúmeros estudos sobre o tema em regiões como a América Latina e Índia (Castonos-Lomnitz, 1998; Awasthi e Chandra, 1994; Robinson e Carey, 2000 Iredale, 1999 *in* Ackers, 2005) bem como sobre a Europa de Leste e a Rússia depois da queda do Muro de Berlim (Francovich 2000).

No entanto, os discursos sobre 'brain drain' começaram a focar, igualmente, os fluxos de cientistas de países semi-periféricos como a Irlanda e o Canadá para os países económica e cientificamente mais desenvolvidos (Davenport, 2004). Como vimos, um forte desequilíbrio entre os fluxos de entrada e saída de cientistas de um determinado sistema científico, incapaz de reter ou atrair cientistas nacionais e estrangeiros, poderá levar a uma degradação do volume e qualidade do capital humano ao dispor desse mesmo sistema nacional ou regional e conduzir a uma situação de 'brain drain' (Brandt, 2001). Apesar das evidências de significativos desequilíbrios nos fluxos internos de mobilidade, dentro do espaço europeu (Ackers, 2001; Van de Sande *et al.*, 2005) e de alguns estudos sobre os fluxos de saída, nomeadamente em regiões e países do sul e leste da Europa, pouca atenção tem sido dada ao tema (Ackers, L. 2005a).

A outro nível, também, em termos conceptuais, se levantam algumas reservas quanto ao otimismo presente na perspectiva da diáspora e do seu potencial. Embora estas tenham evidentemente um potencial para facilitar transferências internacionais de conhecimento, a perspectiva diaspórica pode levar a uma certa resignação e complacência com o fenómeno de 'brain drain' por parte dos países emissores que deixem de tentar fazer retornar os seus cientistas (Mahroum 2000). Por outro lado, a própria diáspora científica pode servir como um pólo de atração que incentive a saída de outros cientistas de um determinado sistema científico ao proporcionar a criação de redes que facilitem o processo de emigração diminuindo os seus riscos e custos (Meyer, 2001).

3. MOTIVAÇÕES PARA A MOBILIDADE INDIVIDUAL DOS CIENTISTAS

O mercado de trabalho científico é tendencialmente mais internacionalizado, comparativamente mais pequeno e com maiores níveis de mobilidade do que outros mercados de trabalho de indivíduos altamente qualificados (Chompalov, 2000).

Como vimos, as carreiras académicas cada vez mais pressupõem, embora com ênfases diferentes entre disciplinas (Mahroun, 1998) e contextos nacionais (Ackers, 2004), elevados níveis de mobilidade como forma de obtenção de conhecimento e experiência internacional e com reflexos ao nível da progressão individual na carreira.

Esta exigência de mobilidade é particularmente evidente nas ciências exatas como a física em que o acesso a infraestruturas-chave é fundamental para a qualidade da investigação produzida e no início de carreira dos investigadores (van de Sande *et al.*, 2005). Do

mesmo modo, cientistas naturais terão, pela maior conversibilidade do seu conhecimento, uma maior propensão e uma maior pressão para a mobilidade internacional do que por exemplo os cientistas sociais (Chompalov 2000 *in* Ackers, L. 2005). Dada esta elevada expectativa de mobilidade, torna-se difícil falar em migração forçada ou voluntária sendo porventura mais útil encará-la como 'um *continuum* de escolhas e constrangimentos que se vão alterando ao longo do tempo, do espaço e do curso de vida' (King, 2002: 92 *in* Ackers, 2005).

Por outro lado, apesar da enorme pressão colocada sobre os cientistas para desenvolverem trajetórias de mobilidade internacional, os canais organizacionais colocados à disposição de outros trabalhadores altamente qualificados pelas empresas multinacionais não existem, ou são incipientes, no caso do sector académico (Peixoto, 2001: 1030 *in* Ackers 2005). Assim, a mobilidade de cientistas no sector académico não é tanto induzida por processos formais de recrutamento ao nível organizacional, embora estes estejam em crescendo, nomeadamente ao nível do recrutamento internacional, por exemplo, no âmbito da ERA. Prende-se, ao invés, com uso de redes *ad hoc* (Williams *et al.* 2004: 30) e de formas de recrutamento autopropostas, através de amigos, colegas e familiares ou derivadas de mobilidade enquanto estudante, sugestivas da relevância da motivação individual e do risco (Ackers, 2005).

Apesar de estas trajetórias de mobilidade científica se enquadrarem assim maioritariamente (mas não exclusivamente) em processos ad-hoc e voluntaristas por parte dos cientistas (Williams *et al.*, 2004), é relevante a discussão sobre quais os fatores que levam tantos cientistas a procurar essas mesmas trajetórias de mobilidade e o que leva outros a optar por não o fazer.

Embora muitos cientistas de países com sistemas científicos menos desenvolvidos e com reduzidas oportunidades de emprego (Morano-Foadi, 2005), emigrem para aceder a melhores oportunidades imediatas ou futuras ao nível da carreira e situação económica, muitas vezes as principais motivações apresentadas pelos cientistas para a sua mobilidade não são da esfera económica (Ackers, 2005; Brandi *et al.* 2011), ao contrário de outros grupos de altamente qualificados como engenheiros e técnicos (Mahroum, 2000). No caso dos cientistas estes são motivados essencialmente pelo conteúdo e condições concretas em que conduzem o seu trabalho de investigação (Thorn e Holm-Nielsen, 2006). Assim, assumem particular relevância fatores como a excelência da investigação praticada numa determinada instituição, o acesso aos melhores laboratórios e equipamentos mais avançados, a atração por sistemas meritocráticos transparentes na avaliação e recompensa da excelência (Thorn e Nielsen, 2006; Ackers, 2001; Van den sande *et al.*, 2005; Delicado, 2008), a autonomia no trabalho (Ackers, 2005) e o próprio reconhecimento social dado à atividade científica. A existência de contactos académicos prévios, particularmente com a sua instituição de acolhimento é, do mesmo modo, frequentemente um forte incentivo a uma experiência de mobilidade (Jöns, 2007).

No reverso da medalha, questões de proximidade familiar (sobretudo mas não exclusivamente no caso das mulheres investigadoras com filhos pequenos ou familiares dependentes) e de carreiras duplas de investigadores, bem como o receio de perder o acesso a redes internas e de serem bloqueados na tentativa de reentrada no sistema científico

nacional podem constituir obstáculos sérios à mobilidade dos cientistas (Ackers, 2005, Chompalov, 2000 *in* Williams, 2004).

Como podemos ver, é importante na análise das motivações individuais dos cientistas a compreensão do contexto em que estes se movimentam. Cientistas a trabalhar em diferentes campos científicos, sectores e contextos nacionais serão sujeitos a diferentes pressões e oportunidades. Questões de curso de vida e de carreira, bem como a qualidade e evolução dos contextos de investigação nacionais, serão igualmente decisivas na importância dada à mobilidade e na capacidade para lhe dar resposta (Ackers, 2005).

4. A QUESTÃO DO RETORNO

Até recentemente, a literatura preocupou-se essencialmente com os cientistas que emigram e pouco com aqueles que imigram levando a que o estudo desses processos de retorno seja considerado o ‘capítulo não escrito na história das migrações’ (King, 2000, *in* Gill, 2005) e a mais significativa falha no conhecimento sobre migração científica (Baláz and Williams 2004).

Como observámos, segundo as perspetivas do ‘brain drain’, o retorno dos cientistas nacionais, depois de uma experiência de mobilidade no estrangeiro, é uma das medidas essenciais de sucesso das políticas nacionais de ciência. Por outro lado, embora os defensores da diáspora e do ‘brain circulation’ não se oponham ao retorno dos cérebros, assinalam igualmente que este retorno nem sempre é positivo, sobretudo se resultar do desapontamento com essa trajetória de mobilidade (Gamlen, 2005) ou se o sistema científico nacional não conseguir dar uso às capacidades adquiridas pelos cientistas, na prática retirando-os dos contextos onde eram mais produtivos e de onde podiam, à distância, ser mais úteis para o próprio sistema científico do país de origem (Meyer, 2001). Em casos onde não seja possível, ou desejável, absorver os cientistas nacionais, pode ser útil deixar que sejam os países de acolhimento a suportar os custos da sua formação para só posteriormente os chamar, política essa que foi, num determinado período, seguida conscientemente por países como a China (Meyers, 2003). Portanto, embora o retorno dos cérebros possa ser importante, juntamente com o recrutamento de investigadores estrangeiros, para potenciar a produção de conhecimento e para evitar ‘*local thinking*’ num determinado sistema científico (Cismas, 2004 *in* Ackers, 2005), deve ser considerado numa perspetiva mais abrangente de circulação. Não deve ser abordado de forma meramente quantitativa ao nível dos fluxos, mas tendo igualmente em conta a sua qualidade e a natureza dos processos de transferência de conhecimento assim gerados (Ackers, 2005).

A este nível, embora o nosso conhecimento sobre o fenómeno seja muito incipiente, foram já realizados alguns estudos que demonstram a influência dessa mobilidade internacional na criação de redes de conhecimento que são mobilizadas e persistem após o regresso dos cientistas ao seu país de origem (Fontes *et al.* 2013, Turpin *et al.* 2008, Jöns, 2009).

Outros estudos que foram sendo realizados sobre o retorno dos cérebros, em realidades tão diversas como a da Coreia (Lee e Kim, 2009), Itália (Gill, 2005) e Portugal (Fontes, 2007; Delicado 2010), focaram essencialmente tanto as motivações dos cientistas para o regresso

(ou não), como as formas como os diversos sistemas nacionais de ciência são (ou não) capazes de os absorver, em carreiras cientificamente produtivas e satisfatórias para os cientistas.

A este nível, as motivações para o retorno podem ser enquadradas em três grandes perspectivas teóricas (Cassarino, 2004 *in* Thorm e Holm-Nielsen, 2006). A abordagem neoclássica, baseada na importância dos diferenciais ao nível dos salários, que se centra na questão dos ganhos económicos. A abordagem do transnacionalismo, que foca os laços que o migrante tem com o seu país de origem e favorecem o seu regresso quando sente que já cumpriu os objetivos económicos ou de conhecimento que levaram à sua mobilidade e que as condições oferecidas no seu país de origem são suficientemente favoráveis ao seu regresso. E, por último, a abordagem das teorias de redes sociais, que enfatiza as redes estrategicamente criadas ou mantidas pelos cientistas, com instituições e indivíduos no país de origem, para facilitar o processo de reentrada, não só do ponto de vista da carreira mas igualmente em termos de poderem usar de forma produtiva o conhecimento e redes ganhas com a mobilidade.

Como vimos ao nível das motivações para os fluxos de saída, segundo os estudos já realizados às motivações para o regresso, no caso dos investigadores, a questão económica, embora relevante, não é decisiva (Delicado, 2010; Fontes 2007). A atratividade do sistema para potenciar o retorno dos cientistas passa pela perceção que estes tenham sobre a sua possibilidade de progressão na carreira e de uso proveitoso das competências e redes desenvolvidas ao longo do processo de mobilidade. Por outro lado, a questão da identidade nacional e afinidade cultural entre investigadores do mesmo país e a vontade de contribuir para o sistema científico nacional através, entre outros meios, do retorno são motivações igualmente importantes nos estudos já realizados. No entanto, aqui é necessário ter alguma cautela para não se confundirem as intenções ou vontade de retorno com as taxas de retorno efetivas (Lidgard 2001; Lidgard e Gilson 2002; Inkson *et al.* 2004 *in* Gamlen, 2005). Já a questão da manutenção ou da criação de redes com o país de origem tem sido frequentemente apontada tanto como motivação para o retorno como para o sucesso desse mesmo retorno. A literatura sobre esta questão tem evidenciado que o fator mais importante no sucesso do retorno não é «o que se conhece» mas sim «quem se conhece» (Gill, 2005). As dificuldades de inserção num mercado de trabalho altamente competitivo tornam fundamental a manutenção de redes de relações pessoais e profissionais com elementos dentro do “sistema” que facilitem a integração.

Por outro lado, embora o foco da análise sobre o retorno tenha sido esmagadoramente sobre o seu impacto nas regiões emissoras dos fluxos de mobilidade, o tema tem sido igualmente abordado no caso das regiões de acolhimento (Gill, 2005). Nestas, têm surgido preocupação ao nível dos decisores políticos sobre as possíveis decisões de retorno dos cientistas estrangeiros a trabalhar no país para os sistemas científicos nacionais.

5. RESPOSTAS POLÍTICAS À MOBILIDADE CIENTÍFICA

A mobilidade dos cientistas e a circulação de conhecimento científico de um contexto nacional ou regional para outro têm implicações políticas importantes (Davenport, 2004), tendo vindo a dar origem a diversos tipos de políticas e iniciativas para incentivar ou regular esses fluxos ao nível nacional e regional.

O primeiro grande conjunto de políticas, que foi dominante desde os anos 60 até ao final dos anos 80, tinha na sua génese os receios de *'brain drain'* em alguns países desenvolvidos, e apresentava duas grandes vertentes. A primeira baseava-se, essencialmente, em medidas de natureza restritiva ou compensatória. A lógica por trás destas medidas era a de evitar os fluxos de saída através de decisões autoritaristas ou negociadas com os cientistas, ou de calcular e obter compensação financeira dos mesmos, através de uma indemnização pela formação que lhes tinha sido dada (Meyer e Brown, 1999). A segunda premissa consistia em tentar incentivar o retorno desse capital humano ou promover o recrutamento de mão-de-obra altamente qualificada de outros países através de medidas fiscais e salariais. Apesar de as políticas de retorno terem sido bem sucedidas em países como Singapura, Coreia e mesmo grandes países em desenvolvimento como a China e a Índia (Meyer e Brown, 1999), no global as políticas restritivas ou compensatórias não conseguiram os resultados pretendidos ao nível da regulação dos fluxos de saída de indivíduos altamente qualificados (Meyer *et al.*, 1997).

Por oposição, outros países e regiões desenvolveram estrategicamente políticas de fomento da mobilidade, sendo a criação da ERA, ao nível europeu, um bom exemplo de como a mobilidade tem vindo a ser valorizada e incentivada pelos decisores políticos. Ainda na Europa, muitos países com sistemas científicos mais frágeis como Portugal, ensaiaram políticas de promoção da mobilidade dos cientistas como estratégia para o desenvolvimento posterior do sistema científico nacional (Jonkers & Tijssen, 2008; Patrício, 2010). Estas políticas encorajavam os cientistas mais talentosos a conduzirem o seu doutoramento ou pós-doutoramento em centros de com a chancela da excelência, para acederem a conhecimento avançado em áreas subdesenvolvidas ou inexistentes no seu país de origem (Veugelers, 2010). Após o seu regresso, esse conhecimento avançado, tal como as redes científicas internacionais formadas durante esse período de mobilidade (Mahroum, 2000; Ackers, 2005; Jöns, 2007), seriam mobilizáveis e contribuiriam para a melhoria do sistema científico e das organizações que empregassem esses cientistas. No entanto, a perceção de que uma parte muito significativa dos cientistas não regressavam levou a que, por um lado, os países reforçassem os incentivos ao retorno (Davenport, 2004; Laudel, 2005) e, por outro lado, tentassem beneficiar das redes e competências dos cientistas que permaneciam no estrangeiro (Meyers e Brown, 2001).

Esta lógica de aproveitar e potenciar para o desenvolvimento do país as competências e redes socioprofissionais de cientistas nacionais no estrangeiro (Meyer e Brown, 1999), representa uma inflexão paradigmática ao nível das políticas de mobilidade e foi primeiramente abordada por Meyer *et al.* (1997) no seu estudo sobre a rede Caldas, de cientistas colombianos no estrangeiro. Tal posição não rejeita a ideia do retorno de cientistas ao seu país de origem mas não se baseia nesse mesmo retorno. Ao invés, procura-se, com base na sua afiliação cultural e afetiva ao país de origem, criar redes formais e institucionalmente organizadas que permitam conectar ou reconectar os cientistas entre si e com as comunidades de prática nacionais (Davenport, 2004; Thorn e Holm-Nielsen, 2008). Esta reativação das ligações com cientistas expatriados poderia, eventualmente, propiciar condições para o retorno de alguns cientistas ao sistema científico do país de origem

(Davenport, 2004). Foram contabilizadas dezenas de exemplos de redes desse tipo, focadas na troca de conhecimento e contactos entre expatriados (Meyer e Brown, 1999), sendo algumas delas formadas por iniciativa estatal, como a rede SANSA de origem sul-africana e muitas outras formalmente apoiadas pelos conselhos de investigação de diversos países como a Nova Zelândia, onde este debate tem tido grande eco político. Também no caso português, e reconhecendo a importância destes laços com o país de origem, a FCT mantém uma certa ligação e apoio a diversas redes formadas ad-hoc por investigadores e doutorandos portugueses no estrangeiro. Apesar de não existirem ainda estudos a validarem o grau de eficácia destas políticas de diáspora (Gamlen, 2005), uma das suas grandes vantagens potenciais é de não requerem grandes investimentos infra-estruturais e poderem ser, portanto, acessíveis mesmo para países em desenvolvimento e sem grande investimento em ciência e tecnologia.

No entanto, estas políticas são cada vez mais encaradas como um instrumento importante e uma tomada de posição estratégica para qualquer país, particularmente países semi-periféricos com níveis de emigração elevados como Portugal, tentar melhorar o seu acesso e posicionamento no sistema económico e científico à escala global (Gamlen, 2005). Esta tomada de posição implica, por seu turno, um reenquadramento das políticas nacionais de ciência e inovação que, ao invés de se encontrarem focadas exclusivamente no espaço nacional, deixam de estar circunscritas por fronteiras geográficas. Assim, o capital humano de um determinado país é encarado como 'uma rede global de competências culturalmente afiliadas por país de origem e não apenas por país de residência' (Davenport, 2004).

Por outro lado, uma nova vertente das políticas de diáspora tem sido igualmente debatida e abordada por parte dos países recetores dos fluxos de cientistas. Em países em que parte significativa da investigação em ciência e tecnologia é feita por cientistas estrangeiros existe uma crescente preocupação de que o retorno destes cientistas aos seus países de origem possa constituir um problema sistémico (Ackers, 2005). Como tal surgem diversas iniciativas para promover uma melhor integração dessas diásporas na sua sociedade de acolhimento (Vertovec, 1999, Gamlen, 2005), tanto do ponto de vista científico como social, por forma a incentivar a sua retenção no sistema científico desse país.

Um terceiro conjunto de medidas, que responde às preocupações de 'brain drain' mas promovendo a mobilidade dentro do sistema e o aproveitamento das diásporas, passa naturalmente pelo investimento na melhoria do sistema científico promovendo a sua atratividade e retenção. Através do aumento do investimento público e privado em ciência, do encorajamento à mobilidade, da adoção de regras claras e justas de reconhecimento do mérito e da possibilidade de progressão na carreira é possível evitar o desequilíbrio entre entradas e saídas de um determinado sistema científico nacional e obviar os riscos de um 'brain drain'. Naturalmente, esse tipo de medidas implicam um grande esforço financeiro e organizativo e um período de tempo considerável para se poder fruir dos seus efeitos, sendo portanto um desiderato a muito mais longo prazo do que medidas de aproveitamento da diáspora.

6. OBSTÁCULOS PARA O ESTUDO DA MOBILIDADE CIENTÍFICA

A mobilidade dos investigadores, enquanto fenómeno multidimensional e multidireccional (Ackers, 2005; Cañibano, 2006; Fontes, 2007; Meyer, 2001) e passível de ser abordado sob inúmeras perspetivas depara-se com obstáculos teóricos e metodológicos difíceis de ultrapassar (De la Vega, 2005 *in* Canibaño *et al.*, 2008).

Em termos teóricos, a própria definição do conceito de mobilidade apresenta-se problemática e não foi alvo de uma revisão sistemática na literatura, ao contrário de outras temáticas associadas como a questão do 'brain drain' e da 'diáspora' (Mahroum, 2005; Lowell, 2002; Giannocolo, 2006). Antes de uma conveniente clarificação, conceptualização ou definição temática da mobilidade, todo um outro conjunto de tópicos foi-se juntando, criando uma espécie de neblina ("fuzziness") teórica difícil de ultrapassar (Kehm e Teichler, 2007) uma vez que, tal como Rothaermel *et al.* (2007) referem, não se pode avançar para a fase de construção teórica sem uma categorização conceptual maioritariamente aceite. Assim, e apesar da proliferação de estudos sobre mobilidade científica, a melhoria da base teórica de análise (Teichler, 1996 *in* Jöns, 2009) permanece um objetivo importante neste campo de estudos (Ackers, 2005).

Por outro lado, existe uma enorme falta de estudos empíricos sobre a mobilidade no sector académico (v. por exemplo Gill, 2005; Fontes, 2007; Delicado, 2010). Este facto deve-se à limitação dos dados disponíveis. As estatísticas sobre a imigração normalmente não têm em linha de conta o grau de qualificação dos imigrantes (Auriol, 2007), sendo que os mais qualificados se tornam, muitas vezes, estatisticamente invisíveis. No caso específico da Europa, o facto de muitos cientistas em mobilidade serem cidadãos de outros países do espaço europeu contribui para essa mesma invisibilidade estatística (Salt and Singleton, 1993; Rotheram e Salt, 1995 *in* Brandi, 2001). Devido à dificuldade em obter dados, as fronteiras do conceito de mobilidade são frequentemente definidas a partir da informação disponível. A recolha de dados empíricos sobre a mobilidade académica dependerá assim, em última análise, dos dados disponíveis em cada sistema científico nacional e da proatividade e recursos do próprio investigador.

Por tudo isto, a medição dos fluxos de mobilidade é inerentemente problemática. Apesar da importância do tema ser amiúde reafirmada, os cientistas sociais e decisores políticos não têm ainda ao seu dispor um *corpus* de conhecimento empírico que lhes permita conhecer os padrões globais de mobilidade e interação (Iredale and Appleyard, 2001; King, 2002; Ackers, 2005 *in* Jöns 2007), ou examinar os efeitos da mobilidade sobre as dinâmicas de produção e difusão de conhecimento científico e sobre as carreiras dos investigadores (Musselin, 2006; Fontes, 2007; Canibaño *et al.*, 2008).

Na verdade, e se como vimos, os fluxos de conhecimento não são predeterminados pela mobilidade geográfica dos investigadores, então, para apreender o fenómeno da circulação de conhecimento não basta já o mero cálculo de entradas e saídas de cientistas num determinado sistema científico nacional ou regional (Canibaño *et al.* 2008). Também ao nível das diásporas, a dificuldade em obter dados é particularmente aguda. O facto de não existirem dados concretos sobre a sua dimensão e as suas características apenas tornam possível captar certas vertentes deste fenómeno. Os métodos de pesquisa utilizados ilustram esta

observação, ao recorrerem a redes de contacto na internet (Meyer e Brown, 1999; Séguin *et. al.*, 2006) ou a comunidades imigrantes bem estabelecidas em determinados pontos geográficos (Zweig e Fung, 2005).

Dada toda a complexidade e desafios que se colocam ao estudo da mobilidade científica, nas suas diversas vertentes, bem como sobre os seus impactes:

“é necessário procurar instrumentos que permitam retirar dados de uma forma longitudinal ao mesmo tempo que se presta atenção à trajetória individual dos investigadores”(Fontes, 2007).

7. A MOBILIDADE DE CIENTISTAS PORTUGUESES

No caso português, apesar do considerável investimento na internacionalização da investigação e da formação avançada (Fontes e Novais, 1998; Patrício, 2010), existem relativamente poucos estudos sobre as dinâmicas de mobilidade dos cientistas portugueses e suas implicações no alargamento da base científica nacional, sendo pertinente aprofundar esta questão.

Torna-se assim imperativo analisar aprofundadamente e de forma crítica as contribuições que esses estudos sobre o caso português trazem para o nosso conhecimento do fenómeno da mobilidade dos cientistas portugueses e dos seus possíveis impactes ao nível da circulação de conhecimento.

A questão da importância da dimensão internacional no sistema de investigação nacional e das políticas de internacionalização dessa mesma investigação, por um lado, e as tensões entre as dimensões nacional e internacional do sistema de investigação e os processos de articulação para ultrapassar essa tensão, por outro lado, constituem um dos prismas de análise que foi já levado em conta (Pereira, 2002).

Complementarmente, numa obra sobre os contextos da produção científica nacional enquanto semi-periferia do sistema de ciência global (Nunes e Gonçalves, 2001), e que contou com a colaboração de vários autores de referência na sociologia da ciência nacional, levanta-se, sobre vários prismas, a questão da transnacionalização da investigação através da mobilidade dos investigadores. Através do estudo da inserção ativa da investigação biomédica nacional nos mundos de ciência transnacionais (Nunes, 2001 *in* Nunes e Gonçalves, 2001 VER A REF), da análise das iniciativas de colaboração internacional de investigadores portugueses (Pereira, 2001 *in* Nunes e Gonçalves, 2001) ou da perspectiva histórica sobre a articulação entre as condições nacionais de produção de conhecimento científico e a inserção de renomados cientistas portugueses em comunidades transnacionais de conhecimento (Diogo, Carneiro e Simões, 2001 *in* Nunes e Gonçalves, 2001) procura-se olhar para a mobilidade dos cientistas (nomeadamente os fluxos de saída), não como uma fatalidade ou necessária condição de dependência e atraso, mas sim numa perspectiva do posicionamento do país na semi-periferia de um sistema global de ciência.

Esta posição semi-periférica de Portugal no sistema global de ciência (Nunes e Gonçalves, 2001) implica que tanto em termos de indicadores científicos de input (financiamento, organização, recursos humanos) como de output (publicações, patentes, produção

tecnológica) Portugal se encontra numa posição intermédia entre os países de centro e os de periferia. Ao nível dos fluxos de mobilidade este posicionamento implica que Portugal seja mais um país 'de saída' (tal como os periféricos) do que de 'entrada' (países de centro) embora apresente taxas de retorno claramente superiores aos dos países periféricos (Delicado, 2010).

No entanto, as principais contribuições para o aprofundar do nosso conhecimento sobre a mobilidade internacional dos cientistas portugueses provêm de estudos relativamente recentes (Araújo, 2007; Fontes, 2007; Delicado, 2008; Patrício, 2010; Delicado, 2010; Fontes et. al., 2013), o que demonstra a crescente visibilidade do tema na produção científica nacional.

No primeiro, e focando-se exclusivamente na análise de trajetórias de mobilidade de estudantes portugueses de doutoramento no estrangeiro (Araújo, 2007), procuram-se perceber as motivações para a mobilidade internacional bem como as implicações desta na vida dos indivíduos, tendo em vista a criação de políticas neste domínio.

Por seu turno Fontes (2007), partindo de uma abordagem metodológica de seleção de entrevistados baseada em critérios de produtividade científica, procura perceber não apenas as trajetórias de mobilidade de cientistas portugueses no estrangeiro (sobretudo na área da biotecnologia) mas, sobretudo, a forma como estes vêem um possível regresso a Portugal.

Um terceiro estudo, conjuga uma vasta recensão de literatura internacional sobre mobilidade, sobretudo sobre mobilidade de estudantes de doutoramento, com um trabalho de reflexão e análise (teórica e empírica) aprofundada sobre os cientistas portugueses no estrangeiro (Delicado, 2008). Através de uma estratégia de identificação dos cientistas inovadora, que conjuga fontes de informação diversificadas e complementares, este estudo apresenta ainda uma amostra bastante vasta e abrangente.

Em Patrício (2010), examinam-se as políticas que tanto ao nível europeu como, sobretudo, nacional foram sendo implementadas com vista ao aumento das colaborações internacionais, procurando relacionar indicadores de mobilidade dos cientistas portugueses e o aumento das suas publicações internacionais em co-autoria.

Por último, dois estudos, embora com abordagens e objetivos diferentes, apresentam-se como os únicos efetivamente focados no estudo dos processos e implicações do retorno de cientistas portugueses. Em Delicado (2010), tanto através de dados quantitativos, como de entrevistas de índole qualitativa, procura-se aferir fluxos de retorno e modalidades de reintegração no sistema científico nacional e perceber tanto as motivações dos cientistas como os impactes dessa mesma mobilidade na sua carreira e atividade científica. Fontes et al. (2013), usando uma amostra de cientistas regressados das áreas das ciências da saúde, tecnologias de informação e sociologia, procuram aferir o impacte da mobilidade internacional nas redes de conhecimento que os cientistas mantinham com instituições da sua trajetória de mobilidade internacional, bem como os fatores que podem influenciar essa persistência de laços colaborativos.

Procuraremos em seguida verificar, e seguindo as grandes questões enunciadas anteriormente ao nível internacional, que têm norteado as pesquisas sobre mobilidade científica, quais as tendências e especificidades do caso português debatidas por estes autores.

Um primeiro ponto de partida para o estudo da mobilidade dos cientistas tem a ver com a dimensão do fenómeno e com a identificação das causas estruturais e motivações individuais que, em diferentes períodos, têm levado os cientistas portugueses a procurar uma carreira ou a cumprir etapas importantes e prolongadas da sua formação ou profissionalização no estrangeiro. Embora seja muito difícil aferir com exatidão o universo dos cientistas e investigadores portugueses no estrangeiro podemos, através de indicadores como o número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas, chegar à conclusão que o número de investigadores que vive um trajeto de mobilidade internacional prolongada, mesmo que temporário, é extraordinariamente vasto.

A saída de investigadores, mediante a atribuição de bolsas de doutoramento e de pós doutoramento, tem sido um dos vetores estratégicos mais visíveis da política científica portuguesa das últimas décadas. Entre 1994 e 2010 foram atribuídas 18993 bolsas de doutoramento, das quais 8173 (43%) eram bolsas para prosseguimento de estudos no estrangeiro ou contemplavam estadias prolongadas no estrangeiro (no caso das bolsas mistas). Também ao nível do pós doutoramento foram, neste período, atribuídas 1982 bolsas para o estrangeiro ou mistas, o que corresponde a cerca de um terço do total de bolsas concedidas nesta tipologia.

Por outro lado, este fenómeno não é de toda uma tendência recente nem os dados permitem concluir que haja atualmente um aumento do número e proporção de cientistas portugueses que partem para o estrangeiro (Delicado, 2008). Na verdade, segundo os dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais (2007) o número de investigadores portugueses que se deslocam para o estrangeiro de forma a concluir os seus doutoramentos aumentou entre 1970 e 1998, tendo posteriormente sofrido um pequeno recuo até à estabilização a partir de 2001 (Araújo, 2007). Embora tenha havido, particularmente após 2005, um aumento do número total de bolsas de doutoramento e pós doutoramento, a proporção de bolsas de doutoramento atribuídas para prosseguir estudos em Portugal tem subido consideravelmente nos últimos anos (de 49% entre 1994 a 2004 para 64% desde 2005) o que refletirá, não apenas uma mudança paradigmática ao nível político mas, igualmente, a melhoria da oferta formativa proporcionada, a este nível, pelas instituições nacionais. Por outro lado, a proporção de bolsas atribuídas para a realização de pós doutoramentos em instituições nacionais tem-se mantido em torno dos dois terços do total, independentemente do período em análise.

Entre os que efetivamente decidem, com ou sem bolsa, prosseguir a sua formação avançada no estrangeiro, o ponto de partida para os seus trajetos são, normalmente, as universidades mais antigas e de maior dimensão (com maior reconhecimento por parte de instituições estrangeiras) e cujo capital de prestígio e redes de referência interpessoais são determinantes para alguns dos cientistas que saem (Delicado, 2008). Os fatores de escolha do destino são normalmente de ordem científica (prestígio da instituição ou equipa de investigação e recursos disponíveis), de oportunidade (nomeadamente contactos prévios), familiares (harmonização de carreiras entre os cônjuges), culturais (familiaridade com a língua ou estilos de vida) ou instrumentais (proximidade a Portugal).

Uma percentagem muito significativa dos cientistas, sobretudo os mais jovens, já tinha tido uma experiência internacional prévia (através de conferências, estágios ou participação

em programas como o *Sócrates* ou o *Erasmus*) que funciona como catalizador e fator de atração para a mobilidade, já que faz prever uma certa facilidade no contacto com outros contextos culturais (Araújo, 2007).

No entanto, se até aos anos 70 e 80, os principais fatores de saída se prendem com a ausência de programas doutorais e de investigação em Portugal, a falta de estruturas institucionais e as barreiras à entrada das mulheres no mundo académico (Araújo, 2007), atualmente os investigadores estão bem conscientes da necessidade e da importância da experiência no estrangeiro como prova de mérito (sobretudo se em instituições de grande prestígio) e da capacidade de construir redes transnacionais de colaboração participando no sistema global de produção e troca de conhecimento (Delicado, 2008). Todo o processo de decisão é, aliás, normalmente moldado e estimulado durante vários anos pelos próprios supervisores dos doutorandos, que usam as suas redes de conhecimento para inserir o jovem investigador no estrangeiro.

Por seu turno, o enorme investimento, como vimos, em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento que englobam períodos alargados no estrangeiro contribuiu e contribui decisivamente para proporcionar as condições para esses fluxos acentuados de mobilidade internacional.

No entanto, a mobilidade não é sempre o resultado de escolhas pessoais nem é um indicador do nível de desenvolvimento científico em determinado país (Araújo, 2007), porque pode assentar na impossibilidade de proporcionar condições adequadas para a prossecução dos projetos individuais de investigação ou nas fracas possibilidades de carreira no país de origem (Perista e Silva, 2004), onde a incapacidade de absorver os investigadores formados leva à precarização do emprego científico. Aqueles que não possuem contratos de trabalho duradouros vêem, nessa mobilidade, uma forma de aceder a oportunidades de emprego no estrangeiro (Gonçalves *et al.*, 2006; Fontes *et al.*, 2005).

Assim, e contrariamente à hipótese que encara a mobilidade académica como resultante de um elevado desejo de liberdade pessoal para circular e permanecer períodos prolongados no estrangeiro, um número considerável de jovens investigadores vê estes trajetos como um esforço e um investimento a que recorrem instrumentalmente para desenvolver as suas carreiras (Araújo, 2007).

No entanto, se para uns a mobilidade é consequência da pressão vivida no seio dos universos académico e universitário, onde é atualmente relativamente reduzido o recrutamento de jovens para carreiras académicas e de investigação, esse mesmo fator é paradoxalmente um obstáculo para a mobilidade, mesmo que temporária, de outros investigadores. Cada vez mais investigadores e docentes universitários, sobretudo os mais jovens, que pretendem realizar um pós-doutoramento assente em parcerias (realizadas em Portugal e com outras instituições estrangeiras), vêem-se impossibilitados de se afastarem do seu contexto de trabalho de forma prolongada, dado o risco de perderem as suas posições.

Constrangimentos económicos, familiares e expectativas de género são igualmente obstáculos consideráveis para estas trajetórias de mobilidade levando a uma tipologia em que, à semelhança do que sucede em outros grupos nacionais (Ackers, 2004), ser solteiro(a) e sem qualquer compromisso familiar parece ser o perfil mais adequado para enfrentar um

programa de mobilidade, dado o efeito perturbador das trajetórias de mobilidade em eventuais projetos pessoais e familiares. Por outro lado, embora os indivíduos casados ou com parceiro possam estabelecer várias estratégias de mobilidade que passem ou por levar o parceiro(a) e eventualmente os filhos ou deixar temporariamente as suas famílias, a verdade é que isso acontece mais frequentemente no masculino do que no feminino (Araújo, 2007), indiciando que mesmo a este nível de escolaridade continua a haver expectativas de género diferenciadas.

Não só a saída mas também o regresso a Portugal coloca desafios a estes cientistas, na medida em que, para além do défice de oportunidades de emprego ao nível da investigação, têm a dificuldade acrescida de ter estado fora por períodos prolongados, tendo perdido alguns dos seus contactos a nível nacional (Foadi, 2005; Delicado, 2010).

Apesar de existir uma extensa literatura que discute a possibilidade e condições para *'reverse brain drain'*, sobretudo focando o caso de países em desenvolvimento, é muito reduzida a investigação feita sobre o efetivo regresso e fatores influenciadores dessa decisão no caso de cientistas e investigadores (Gill, 2005; Lee & Kim 2009; Delicado, 2010).

No caso português, uma conclusão muito interessante dos estudos já realizados é de que boa parte dos cientistas inquiridos a trabalhar no estrangeiro veriam com bom olhos e em determinadas condições de empregabilidade, um regresso a Portugal, quer por razões pessoais quer pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento do sistema científico português (Delicado, 2008; Fontes, 2007). Existem diferenças evidentes nesta predisposição para o regresso entre os cientistas mais jovens e os que iniciaram o seu trajeto de mobilidade há mais tempo, maioritariamente cientistas seniores e com uma vida pessoal e profissional estabilizada no país de acolhimento. No entanto, mesmo não perspetivando um regresso, expressam igualmente um desejo de contribuir à distância para o desenvolvimento do sistema científico português, visto ainda como por vezes pouco atrativo e padecente de algumas carências.

Relativamente aos que efetivamente retornam, entre as principais motivações apresentadas contam-se imperativos legais (no caso de investigadores com contratos prévios), razões de proximidade familiar ou saudades de Portugal, o desejo de contribuir para o sistema científico português e a falta de alternativas de carreira no estrangeiro (Delicado, 2010). No entanto, tanto ao nível das motivações para o retorno como ao nível das modalidades de reintegração e seus desafios específicos, novamente se denotam diferenças significativas ao nível geracional. Assim, nas gerações de anos 70 e 80, que normalmente mantinham contratos prévios com instituições portuguesas, o regresso estava não só assegurado como havia subjacente uma obrigação formal ou moral de o fazer (Delicado, 2010).

Entre as gerações mais novas, a saída é feita muitas vezes sem qualquer vínculo a uma instituição nacional e a integração após o retorno é feita sobretudo através de bolsas de pós-doutoramento em centros de investigação universitários ou convites de instituições de investigação nacionais, com quem os jovens investigadores frequentemente desenvolvem ou mantêm contactos mesmo que informais (Delicado, 2010). Estes cientistas mais jovens regressam, sobretudo, por motivos de ordem familiar e, embora partilhem muitas das dificuldades de retorno presentes nas gerações mais antigas, (peso excessivo de tarefas burocráticas

e letivas, dificuldade de reintegração em equipas estabelecidas e constrangimentos materiais ao nível institucional), têm ainda enormes dificuldades ao nível da construção de uma carreira científica não pautada pela incerteza e pela precariedade (Delicado, 2010)

8. INTERNACIONALIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO NO SISTEMA CIENTÍFICO NACIONAL

Nas últimas duas décadas, Portugal teve progressos muito assinaláveis em diversas dimensões de análise ao seu sistema científico (Patrício, 2010). Esses resultados foram obtidos através de um conjunto de instrumentos e políticas como a adoção de avaliações internacionais para tomadas de decisão ao nível do financiamento das instituições, o estabelecimento de metas a atingir pela sua comunidade científica ao nível de *outputs* internacionais, a promoção de parcerias e projetos colaborativos ao nível internacional, nomeadamente intra-europeu, o investimento sério no aumento de doutorados no sistema e, como vimos, uma política de bolsas que permitiu a um número considerável de cientistas portugueses a obtenção de formação avançada no estrangeiro.

O regresso desses cientistas que foram fazer a sua formação avançada no estrangeiro tem tido um impacto inegável no sistema científico nacional, não só ao nível da qualificação do pessoal científico e da dinamização e abertura a novas ideias e novas formas de fazer e pensar na atividade científica mas, sobretudo, ao nível da internacionalização do sistema através de colaborações e co-publicações de cariz internacional (Delicado, 2010).

Na verdade, a extrema internacionalização do sistema de investigação português, quando comparado com outros países industrializados, tanto a nível das publicações científicas (cerca de metade são produzidas em colaboração internacional) como de patentes, é explicada, em grande medida, precisamente em função dessa enorme mobilidade internacional dos investigadores portugueses (e do seu retorno) tanto ao nível do doutoramento como, mais recentemente, do pós-doutoramento, e da consequente mobilização de redes interpessoais e institucionais de colaboração científica que trazem consigo.

Esta persistência e relevância de laços com investigadores e instituições internacionais onde os cientistas portugueses tiveram trajetórias de mobilidade prolongadas (superiores a um ano) é aliás sugerida por Fontes *et al.* (2013) num estudo exploratório, através de resultados que parecem confirmar a influência de co-localizações prévias na composição das redes de conhecimento mais relevantes apresentadas por cientistas portugueses.

A diversidade presente nestas colaborações constitui assim um recurso que os investigadores portugueses fazem valer, como forma de acederem a meios que lhes faltam dentro do país e que extravasa inclusivamente o próprio campo da investigação puramente académica. Num estudo sobre a criação de empresas de biotecnologia em Portugal (Fontes, 2005), fica bem patente a importância das redes pessoais internacionais dos cientistas empreendedores (baseadas sobretudo em processos de mobilidade internacional dos próprios ou de algum 'mediador' numa universidade nacional) na obtenção de conhecimento e recursos cruciais para a sobrevivência das empresas, dada a sua localização periférica face aos principais centros científicos e grandes mercados da indústria.

Apesar destas vantagens, vimos que fluxos de mobilidade desequilibrados ao nível agregado podem igualmente trazer desvantagens aos países emissores. Embora a relação entre a circulação de pessoas e de conhecimento seja, como vimos, muito mais complexa do que era idealizado nas teorias do *'brain drain'*, a verdade é que um grande desequilíbrio entre os processos de saída e de entrada de cientistas num determinado sistema nacional de ciência traz prejuízos aos países que se mostram incapazes de reter os seus recursos humanos mais qualificados (Mahroum, 2005; Fontes, 2007).

Sendo Portugal um país mais de saída do que de entrada, apesar de programas recentes que procuraram atrair investigadores estrangeiros através de bolsas prolongadas (programa Ciência), as recentes dificuldades económicas sentidas ao nível do país e das instituições universitárias e de investigação, vêm agravar tanto os riscos de *'brain drain'* como de *'brain waste'*. Ou seja, num sistema cujas instituições demonstravam já claramente dificuldades na absorção de cientistas sem ser através de bolsas (nomeadamente os mais jovens), a falta de posições e a precariedade nas existentes podem obviar ao regresso de muitos cientistas atualmente a fazerem a sua formação no estrangeiro ou, caso regressem, pode levá-los a não arranjam colocação em posições onde possam ser cientificamente mais produtivos.

É inclusivamente difícil perceber até que ponto a mobilidade dos cientistas pode ser encarada apenas como uma vantagem da política de investigação portuguesa, estrategicamente desenhada para beneficiar da participação em redes de conhecimento internacionais, ou se é igualmente uma forma que os investigadores e governos sucessivos encontraram para lidar com a ausência de estratégias de valorização de um mercado de recursos humanos em investigação de base nacional (Araújo, 2007), que combinem o fortalecimento da rede diaspórica com incentivos ao regresso e com a criação de condições para que este regresso seja efetivo (Fontes, 2007).

Outras recomendações, ao nível das políticas, que têm vindo a ser propostas por estes estudos, passam pela criação de medidas que tenham em atenção os efeitos do género ao nível da interrupção das carreiras (Araújo, 2007), por tornar o sistema científico nacional mais atrativo para investigadores estrangeiros e nacionais, flexibilizando-o e investindo nas carreiras de investigação e em programas de formação avançada, nomeadamente ao nível dos programas doutorais (Delicado, 2008), e pela promoção de maiores sinergias entre a dimensão nacional e a internacional, entre o sucesso da participação internacional (na qual as redes científicas podem contribuir para redes empresariais) e a dificuldade em gerar resultados concretos a nível local (Pereira, 2001).

REFERÊNCIAS

- Ackers, H.L. (2001). Legal, employment and social aspects of researcher mobility. *Invited presentation to the ERA conference, 'An enlarged Europe for researchers'*, Brussels.
- Ackers, H.L. (2004). Managing Work and Family Life in Peripatetic Careers: The Experiences of Mobile Women Scientists in the European Union, *Centre for the study of Law and Policy in Europe Research Report no.1*.
- Ackers, H.L. (2005a). Moving people and knowledge, the mobility of scientists within the European Union. *International Migration*, 43(5): 99–129.

- Ackers, H.L. (2005b). Promoting Scientific Mobility and Balanced Growth in the European Research Area. *Innovation*, 18(3):301-317.
- Ackers, H. L. e Gill, B. (2008). *Moving People and Knowledge: Scientific Mobility in an Enlarging European Union*. London: Edward Elgar.
- Allen, J. (2000). Power/economic Knowledges: Symbolic and Spatial Formations. In Bryson, J., Daniels, P.W., Henry, N. and Pollard, J., editors, *Knowledge, Space, Economy*, London: Routledge, 15–33.
- Altbach, P. (1989). *Scientific Development and Higher Education: Case of Industrializing Nations*. New York: Praegar.
- Araújo, E. (2007) Why Portuguese Students Go Abroad to Do Their PhDs. *Higher Education in Europe*. 32: 4. 387-397.
- Auriol, L. (2007). Labour market characteristics and international mobility of doctorate holders: results for seven countries. *STI Working Paper 2007/2*.
- Balaz, V., A. M. Williams e Kollar, D. (2004). Temporary versus permanent youth brain drain: economic implications. *International Migration*, 42(4), 3–24.
- Blumenthal, Peggy. (1996). *Academic mobility in a changing world : regional and global trends*. London e Bristol: J. Kingsley Publishers.
- Bozeman, B., e Mangematin, V. (2004). Editor's introduction: building and deploying scientific and technical human capital. *Research Policy* 33, 565–568.
- Bozeman, B., Dietz, J.e Gaughan, M. (2001). Scientific and technical human capital: an alternative model for research evaluation. *International Journal of Technology Management* 22 (8): 616–630.
- Brandi, C., (2001). A comparative analysis of skilled migration models and immigration policy. pp. 523-541
- Brandi, C., (2006). The evolution in theories of the brain-drain and the migration of skilled personnel. Working paper, Institute for Research on Population and Social Policies.
- Brandi, C., Avveduto, S., e Cerbara, L. (2011). The reasons of scientists mobility: results from the comparison of outgoing and ingoing fluxes of researchers in Italy. *AlmaLaurea working papers* n°44.
- Cañibano, C., Otamendi, J., e Andujar, I., (2008). Measuring and assessing researcher mobility from CV analysis: the case of the Ramón y Cajal programme in Spain. *Research Evaluation*, vol. 17, n.º 1, pp. 17-31.
- CEC (2003). *Researchers in the European Research Area: One Profession, Multiple Careers*. Communication from the Commission to the Council and the European Parliament. Brussels, COM(2003) 436.
- CEC (2005). Implementation Report 2004 on “A mobility strategy for the European Research Area” and “Researchers in the ERA: one profession, multiple careers”. Commission Staff Working Document. Brussels. SEC(2005) 474.
- Crespi, G., Geuna, A., e Nesta, L., (2007). The Mobility of University Inventors in Europe. *Journal of Technology Transfer*, vol. 32, pp. 195-215.
- Davenport, S. (2004). Panic and panacea, brain drain and science and technology human capital policy. *Research Policy*, 33(4), 617–630.

- Delicado, A. (2008). Cientistas Portugueses no Estrangeiro: Factores de mobilidade e relações de diáspora. *Sociologia Problemas e Práticas*, 109-129.
- Delicado, A. (2010). O retorno dos “cérebros”: regresso e reintegração dos investigadores portugueses em mobilidade. *Revista Iberoamericana Ciencia, Tecnología y Sociedad*, pp. 1-28.
- Fontes, M., (2005). Distant networking: the knowledge acquisition strategies of ‘out-cluster’ biotechnology firms. *European Planning Studies*, 13(6), 899–920.
- Fontes, M., Cabral-Cardoso, C., e Novais, A., (2005). Emprego de jovens cientistas no sector empresarial, expectativas e realidade. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 111(1), 7–23.
- Fontes, M. (2007). Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home. *Science and Public Policy*, 34(4), 284–298.
- Fontes, M., Videira, P., Calapez, T. (2012). The Impact of Long-term Scientific Mobility on the Creation of Persistent Knowledge Networks. *Mobilities*.
- Francovich, L. (2000). Some notes on the role and behaviours of qualified migrants from ex-Yugoslavia. *Studi Emigrazione/Etudes Migrations*, 37(139), 613-624.
- Gaillard, A. e Gaillard, J. (1998). The international circulation of scientists and technologists. A win-lose or a win-win situation?. *Science Communication*, 20(1), 106–115.
- Gamlen, A. (2005). The brain drain is dead: Long live the New Zealand Diaspora. Working Paper n.º 10, University of Oxford.
- Giannoccolo, P., (2006). The Brain Drain. A Survey of the Literature. Working Paper.
- Gill, B., (2005). Homeward bound? The experience of return mobility for Italian scientists. *Innovation, The European Journal of Social Science Research*, 18(3), 319–341.
- Gonçalves, I., Duarte, J. e Saleiro, H. (2006). Situação profissional dos ex-bolseiros de doutoramento. Lisboa: OCES.
- Hohendahl, P., (2001). Brain drain and the transfer of knowledge *in whose brain drain? Immigrant scholars and american views of Germany*, *The John Hopkins University Press*, pp. 1-13.
- Johnson, J., e Regets, M. (1998). International mobility of scientists and engineers to the US – brain drain or brain circulation?. *National Science Foundation*, NSF 98-316.
- Jonkers, K, Tijssen, R, (2008). Chinese researchers returning home: impacts of international mobility on research collaboration and scientific productivity. *Scientometrics*, Vol. 77 No. 2.
- Jöns, H., (2007). Transnational mobility and the spaces of knowledge production: a comparison of global patterns, motivations and collaborations *in different academic fields*. *Social Geography*, 2, 97–114.
- Jöns, H., (2009). ‘Brain circulation’ and transnational knowledge networks: studying long-term effects of academic mobility to Germany, 1954-2000. *Global Networks* Volume 9, Issue 3, pages 315–338.
- Kehm, B.M., Teichler, U. (2007). Research on Internationalisation *in Higher Education*. *Journal of Studies in International Education*, 11 (3/4), 260-273.
- King, R., (2002). Towards a new map of European migration. *International Journal of Population Geography*, 8(2), 89–106.
- Laudel, G., (2005). Migration currents among the scientific elite. *Minerva*, 43(4), 377–395.

- Lee, J. e Kim, D. (2010). Brain gain or brain circulation? U.S. doctoral recipients returning to South Korea. *Higher Education* 59:627–643.
- Lowell, B. (2002). Policy responses to the international mobility of skilled labour. *International Migration Papers* nº45 Genève.
- Lowell, B. (2003). Some developmental effects of the international migration of highly skilled persons. *International Migration Papers* nº46 Genève.
- Diogo, M. P. Carneiro, A. e Simões A. (2001). Ciência Portuguesa no Iluminismo: os estrangeirados e as comunidades científicas europeias. in J. Arriscado Nunes, M. Eduarda Gonçalves (eds.), *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, Porto, Afrontamento, Capítulo 6, pp. 209-238.
- Mahroum, S. (2005). The international policies of brain gain, a review. *Technology Analysis and Strategic Management*. 17(2), 219–230.
- Mahroum, S. (2000). Scientific Mobility: an agent of scientific expansion and institutional empowerment. *Science Communication*, 21(4): 367-378.
- Mahroum, S. (1998). Europe and the challenge of brain drain. *Institute for Prospective Technological Studies Report*, 29.
- Mangematin, V. e Robin S. (2003). The two faces of PhD students: management of early careers of french PhDs in life sciences. *Science and Public Policy*, vol. 30, n.º 6, pp. 405-414.
- Meyer J-B., Bernal D., Charum J., Gaillard J., Granes J., Leon J., Montenegro A., Morales A., Murcia C., Narvaez Berthelemot N., Parrado L. S. e Schlemmer B. (1997). Turning Brain Drain into Brain Gain: the Colombian Experience of the Diaspora Option. *Science-Technology and Society*, 2(2): 285-315.
- Meyer, J.B. e Brown M. (1999). *Scientific Diasporas: a new approach to the brain drain*. Apresentado em World Conference on Science.
- Meyer, J.B., (2001). Network approach versus brain drain, lessons from the diaspora. *International Migration*, 39(5), 91–108.
- Meyer, M., (2003). Academic patents as an indicator of useful research? A new approach to measure academic inventiveness. *Research Evaluation*, 12(1), April, 17–27.
- Morano-Foadi, S. (2005). Scientific mobility, career progression, and excellence in the European Research Area. *International Migration*, vol. 43, n.º 5, pp. 133-162.
- Murray, F. (2004). The Role of Academic Inventors in Entrepreneurial Firms: Sharing the Laboratory Life. *Research Policy*, Vol. 33, Issue 4, pp. 643-659.
- Musselin, C. (2004). Towards a European academic labour market? Some lessons drawn from empirical studies on academic mobility. *Higher Education*, 48(1), 55–78.
- Nunes, J. A. e Gonçalves, M. E. (Orgs.). (2001). *Enteados de Galileu? A Semi-Periferia no Sistema Mundial da Ciência*. Porto: Afrontamento.
- OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development (2001) Innovative People: Mobility of Highly Skilled Personnel in National Innovation Systems. Paris: OECD.
- Official Journal of the European Union. (2005) Commission Recommendation of 11 March 2005 on the European Charter for Researchers and the Code of Conduct for the Recruitment of Researchers. (2005/251/EC). 22 March.

- Patrício, M.T. (2010). Science Policy and the Internationalization of Research in Portugal. *Journal of Studies in International Education*, Vol. 14 Nº. 2, pp. 161-182.
- Pereira, T. S. (2002). International dimension of research in Portugal. *Science and Public Policy*, 29(6), December, 451–461.
- Perista, H. e Silva, A. (Orgs). (2004). *Science Careers in Portugal*. CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Rothaermel, F., Shanti D. e Lin J. (2007). University entrepreneurship: a taxonomy of the literature. *Industrial and Corporate Change*, pp. 691-791.
- Salt, J. (1988). Highly skilled international migrants, careers and internal labour markets. *Geoforum*, 19(4): 387-399.
- Salt, J. (1997). *International movement of the highly skilled*. OECD, International Migration Unit, OECD Occasional Paper nº 3.
- Saxenian, A. (2002). Transnational communities and the evolution of global production networks: the cases of Taiwan, China and India. *Industry and Innovation*, Special Issue on Global Production Networks.
- Séguin B., Singer, P., Abdallah, S. (2006). Scientific Diasporas. *Science* 16, Vol. 312 nº 5780, pp. 1602-1603.
- Teichler, U. (Ed.). (2002). *ERASMUS in the SOCRATES Programme: Findings of an Evaluation Study*. ACA Papers on International Cooperation in Education, Lemmens.
- Thorn, K. e Holm-Nielsen, L.B., (2008). *International mobility of researchers and scientists - Policy options for tuning a drain to a gain*. Helsinki: UNU-WIDER.
- Turpin, T., Woolley, R., Marceau, J., e Hill, S. (2008). Conduits of knowledge in the Asia Pacific: Research training, networks and country of work. *Asian Population Studies* 4(3): 247-265.
- Van de Sande, D., Ackers, L. e Gill, B. (2005). *Impact Assessment of the Marie Curie Fellowships under the 4th and 5th Framework Programs of Research and Technological Development of the EU (1994-2002)*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Vertovec, S. (1999). Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2): 447-62.
- Vertovec, S. (2002). *Transnational networks and skilled labour migration*. ESRC Transnational Communities Programme Working Paper.
- Veugelers, R., (2010). Towards a multipolar science world: trends and impact. *Scientometrics*, 82 (2), 439–456.
- Williams, A M, Baláz, V., e Wallace, C. (2004). International labour mobility and uneven regional development human capital, knowledge and entrepreneurship. *European Urban and Regional Studies*, 11(1), 27–46.
- Zweig, D. e Chung S. (2005). *Redefining the Brain Drain: China's 'Diaspora Option'*. Working Paper nº 1, The Hong Kong University of Science and Technology.